

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

DIRSON DRESLE ALVES SOARES

“*DIARUÍ* NO COMPLEXO HOSPITALAR DA CANDELÁRIA COMO CHAVE
INTERPRETATIVA DA HISTÓRIA DA MADEIRA–MAMORÉ EM RONDÔNIA”

PORTO VELHO, 2016.

DIRSON DRESLE ALVES SOARES

“*DIARUÍ* NO COMPLEXO HOSPITALAR DA CANDELÁRIA COMO CHAVE
INTERPRETATIVA DA HISTÓRIA DA MADEIRA–MAMORÉ EM RONDÔNIA”

Dissertação apresentada ao Mestrado
Acadêmico em Letras, como exigência
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Letras pela Universidade Federal de
Rondônia.

Orientador: Dr. Júlio César Barreto Rocha

Linha de Pesquisa: Estudos de Cultura e
Literatura.

PORTO VELHO, 2016.

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S6/6d

Soares, Dirson Dresle Alves

Diaruí no Complexo Hospitalar da Candelária como chave interpretativa da História da Madeira-Mamoré em Rondônia/ Dirson Dresle Alves Soares. - Porto Velho, Rondônia, 2016.
185 f. il.

Dissertação (Mestrado em Letras) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Barreto Rocha

1. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. 2. Diaruí. 3. Literatura da Amazônia. 4. Filologia política. I. Barreto Rocha, Júlio César. II. Título.

CDU: 81:82

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

Dirson Dresle Alves Soares. “*Diaruí* no Complexo Hospitalar da Candelária como chave interpretativa da História da Madeira–Mamoré em Rondônia”.

Defendida em 31 de maio de 2016.

BANCA AVALIADORA:

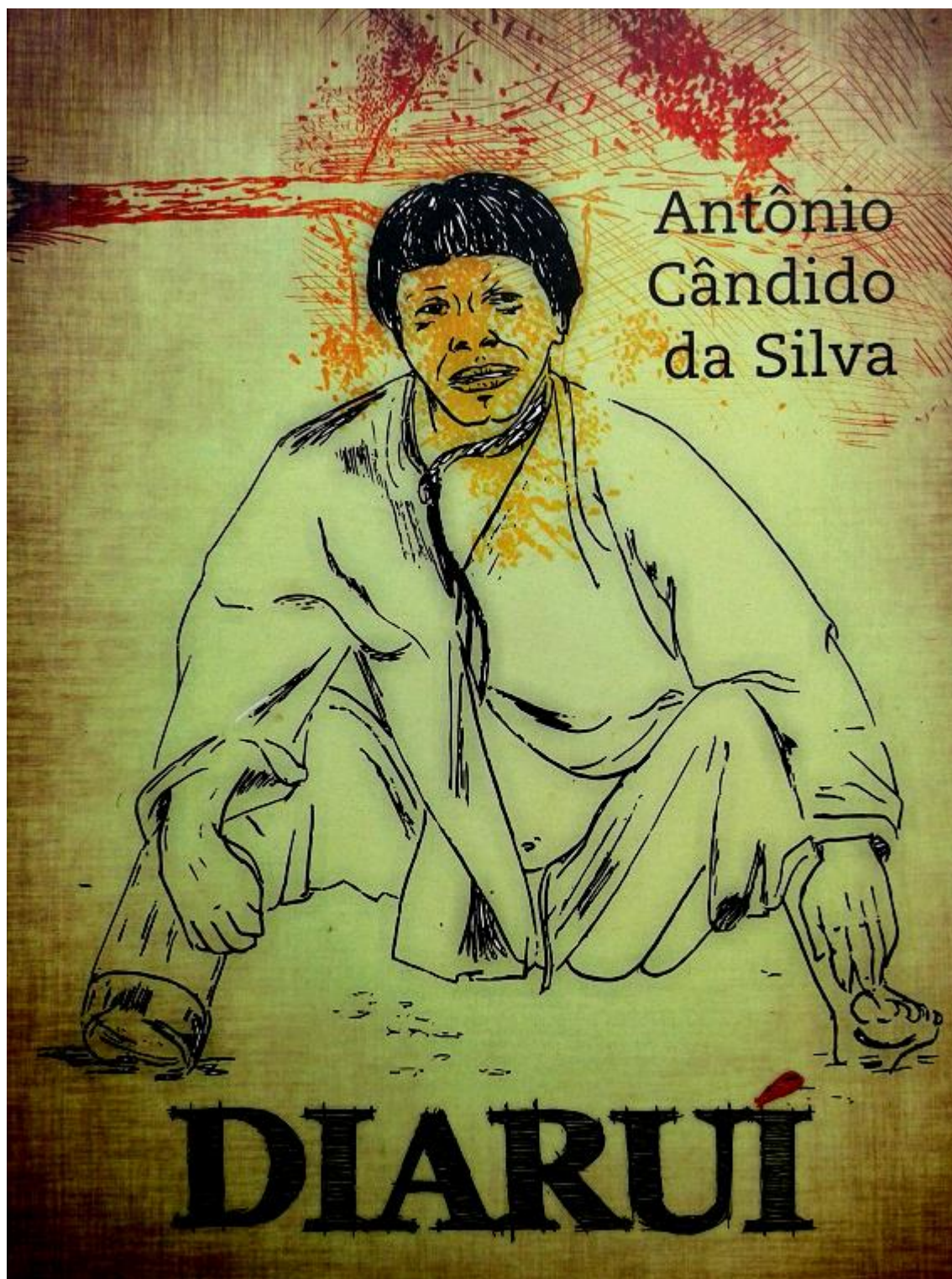
Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha, orientador
(Mestrado Acadêmico em Letras / UNIR)

Professor Dr. Hélio Rodrigues da Rocha, membro
(Mestrado Acadêmico em Estudos Literários / UNIR)

Professora Dra. Patrícia Helena dos Santos Carneiro, membro
(Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais / UNIR)

Professor Dr. Miguel Nenevé, suplente
(Mestrado Acadêmico em Letras / UNIR)

PORTO VELHO, 2016.



O corpo nu dos índios não ofereceu resistência ao aço afiado dos europeus; com suas espadas a infantaria espanhola enfim conseguiu deter aquela torrente humana.
(William H. Prescott, historiador americano do século XIX.)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria e proteção.

À minha mãe Maria Angélica Soares e ao meu pai Petrônio Alves de Araújo Silva, que me deram a vida, e por isso hoje estou aqui.

À minha esposa Náfrica Chianca da Silva Soares, companheira de todas as horas e principal incentivadora.

Ao meu filho Rafael Chianca Soares e à minha filha Rebeca Chianca Soares.

Aos meus irmãos e sobrinhos que indiretamente presenciaram este Trabalho de Pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha, ao Professor Dr. Hélio Rodrigues da Rocha, à Professora Dra. Patrícia Helena dos Santos Carneiro e ao Professor Dr. Miguel Nenevé, que leram o meu trabalho e comprometeram-se com o nosso sucesso comum.

Ao meu grande amigo Antônio Cândido da Silva, pelo convívio e por ter escrito o livro *Diaruí*.

Às Instituições Públicas que possibilitaram a realização da pesquisa, sobretudo à CAPES e à UNIR.

Aos professores e às professoras do Mestrado Acadêmico em Letras, pelos ensinamentos valiosos.

Aos funcionários da FUNCETUR (no Museu do Relógio).

Especialmente em memória da minha mãe, Maria Angélica Soares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 O livro <i>Pressupostos a uma Filologia Política</i>	28
Figura 02 Regatão Amazônico.....	30
Figura 03 Ilustração de um Regatão	32
Figura 04 Navio <i>SS England</i>	34
Figura 05 Complexo Hospitalar da Candelária	36
Figura 06 Estação Telegráfica de Margarida.....	62
Figura 07 Contingente de Trabalhadores em Bela Vista.....	63
Figura 08 Construção de Pontilhões.....	65
Figura 09 Turma da frente de construção da linha.....	66
Figura 10 Os descendentes dos Karipuna de Rondônia.....	75
Figura 11 Mapa da Bolívia levantado pelo Eng. Luiz García Mesa em 1904	71
Figura 12 Índias Papacquara e as suas semelhanças com as Karipuna	74
Figura 13 Vista parcial do Hospital de Candelária.....	78
Figura 14 Doutores: Lovelace, Oswaldo Gonçalves Cruz e Belizário Penna.....	79
Figura 15 Vista interna de uma das enfermarias.....	80
Figura 16 Doentes em uma das enfermarias.....	80
Figura 17 Farmácia.....	82
Figura 18 Médicos, enfermeiros e o protagonista.....	83
Figura 19 Petição Fidel Claure Baca.....	86
Figura 20 Primeiras instalações do Hospital da Candelária	92
Figura 21 Porto de Santo Antônio do Madeira	95
Figura 22 Número de óbitos por nacionalidade.....	100
Figura 23 Corredeiras do Rio Madeira.....	103
Figura 24 Chegada de trabalhadores para a construção da ferrovia.....	110
Figura 25 "Tipos humanos"	111
Figura 26 Trabalhadores na construção da Estrada de Ferro do Piauí.....	112
Figura 27 Estiva de galhos como suporte para as linhas férreas.....	113
Figura 28 Rompendo a rocha, em direção a Guajará-Mirim	114
Figura 29 Destroços do navio Silver Spray.....	116
Figura 30 Frente de serviço, aterro da estrada de ferro.....	118
Figura 31 Avanço dos serviços de linha, dormentes australianos	120
Figura 32 Vista de Porto Velho	122
Figura 33 Vapores atracados no porto.....	123
Figura 34 Inauguração parcial de trecho da EFMM.....	126
Figura 35 Obras de aterro.....	137
Figura 36 Trabalhadores em fila para receber os seus salários.....	138
Figura 37 Casa de acampamento da linha férrea.....	139
Figura 38 Estrada da seringa.....	143
Figura 39 A produção da borracha.....	145
Figura 40 Área de litígio entre Brasil e Bolívia	148
Figura 41 Membros da EFMM e os Karipuna	157
Figura 42 Índios Karipuna com a sua característica original	165
Figura 43 Índios Karipuna em canoa típica.....	165
Figura 44 Índio Karipuna vestido.....	166
Figura 45 Índio <i>Diaruí</i> após a operação	167

“DIARUÍ NO COMPLEXO HOSPITALAR DA CANDELÁRIA COMO CHAVE
INTERPRETATIVA DA HISTÓRIA DA MADEIRA–MAMORÉ EM RONDÔNIA”

SUMÁRIO

RESUMO
RESUMEN

INTRODUÇÃO

SEÇÃO I- História e Literatura

- 1.1 Leituras da História e da Literatura
- 1.2 Leituras da Literatura como História
- 1.3 Leituras da História como Literatura
- 1.4 Cultura como resultante das leituras histórico-literárias

SEÇÃO II- De viajantes, historiadores e ensaístas

- 2.1 Henry Major Tomlinson
- 2.2 Yêdda Pinheiro Borzacov
- 2.3 Amizael Gomes da Silva
- 2.4 Francisco Foot Hardman

SEÇÃO III- De índios, “desbravadores” e antropólogos

- 3.1 Legislações para o Indígena e o Serviço de Proteção aos Índios
- 3.2 Cândido Rondon
- 3.3 Darcy Ribeiro
- 3.4 Os Karipuna

SEÇÃO IV- O Complexo da Candelária e os seus agentes

- 4.1 Campos do Hospital da Candelária
- 4.2 Enfermidades Tropicais
- 4.3 Pareceres do Ministério Público de Rondônia
- 4.4 Relatórios
 - a) Dr. H. P. Belt
 - b) Dr. Carl Lovelace
 - c) Dr. Oswaldo Cruz

SEÇÃO V- A Ocupação da Amazônia Madeirense

- 5.1 Motivações econômicas: a borracha e a ocupação da Amazônia
- 5.2 Movimentação jurídica dos Estados
- 5.3 Diaruí ou “Mister Pitt” no Hospital da Candelária
- 5.4 “O Triste fim de um Guerreiro”: uma amputação cultural

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

RESUMO: O propósito central deste Trabalho é tomar o romance *Diaruí*, do amazonense Antônio Cândido da Silva, que retrata um índio karipuna, internado no Complexo Hospitalar da Candelária, medicado por equipe proveniente dos Estados Unidos, como chave interpretativa da História da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré (EFMM), que nucleou o território que hoje é o Estado de Rondônia. A partir de uma postura político-cultural, efetuamos leituras da História através da Literatura, devido a que o autor da obra *Diaruí* tenha utilizado referenciais presentes nas suas fontes históricas, seja fotográficas, seja lastreada em historiadores locais, repletas de descrições tanto do espaço físico, proporcionada por viajantes, historiadores e ensaístas, seja nas narrativas sobre as atuações, socialmente diferenciadas, de índios, de “desbravadores” e de antropólogos. Neste sentido, o ambiente ficcional, centrado no Complexo da Candelária e nos seus agentes, se torna um personagem a mais, sendo “a floresta”, “a Amazônia”, “as enfermidades” ou mesmo “os campos do Hospital da Candelária” os responsáveis pelo desenrolar de uma narrativa em que o índio é parte integrante deste conjunto, simbolizando, com as suas vivências, a própria saga da EFMM. Neste confronto da vida do índio Diaruí com a realidade histórica, são fontes os relatórios da situação de saúde pública do local, que eram espécie de alerta da empresa a respeito do avanço de enfermidades. Também é importante material de contraste um Documento com diversos Pareceres do Ministério Público de Rondônia, mais de quatrocentas páginas, repletas de informações técnicas, jurídicas e geográficas, que vão desde a medição topográfica da terra da Candelária até o levantamento situacional dos bairros do entorno da área, naquela primitiva Porto Velho, ainda um povoado incerto, na antiga Província do Amazonas, na sua confluência com a então Província do Mato Grosso. Pelo conhecimento do conjunto destes materiais, podemos admitir o romance como criador de um indígena (real, havido em fotografia da época), batizado romanescamente de Diaruí, depois rebatizado pelos norte-americanos como “Mister Pitt”, como chave interpretativa da epopeia em que se converteu a EFMM, uma vez que simboliza, nas suas transformações, o mesmo drama vivido pela Estrada, até a época atual. A participação dos índios Karipuna na dinâmica da colonização amazônica do rio Madeira, a partir do romance *Diaruí*, possui centralizadas as motivações econômicas, ou seja, a extração da borracha, e a ocupação da Amazônia pelas empresas estrangeiras precisando ser justificada pela movimentação jurídica dos Estados envolvidos, ressaltando a participação dos componentes tribais no contexto cultural do encontro com os trabalhadores chegados do exterior do País, sejam os dirigentes do Projeto de construção da Estrada de Ferro, sejam outros estrangeiros, mesmo brasileiros do Sul e do Nordeste do País, em diversas etapas. Diaruí acaba convertido em “Mister Pitt”, no seu tratamento no Hospital da Candelária, sendo relegado o guerreiro a uma condição de “amputação cultural”, porque não pode mais funcionar junto ao seu povo pela perda das suas pernas, passando a trabalhar no próprio Hospital, ajudando o colonizador, dizimado o seu povo.

Expressões-chave: Estrada de Ferro Madeira–Mamoré; *Diaruí*; Literatura da Amazônia; História de Rondônia; Filologia Política.

RESUMEN: El objetivo central de este trabajo es tomar el romance *Diaruí*, del amazonense Antonio Candido da Silva, que retrata a un indio Karipuna ingresado en el Complejo Hospitalario de la Candelaria, medicado por el personal de los Estados Unidos, como una clave interpretativa de la Historia del ferrocarril *Madeira–Mamoré* (EFMM), que ha nucleado el territorio que ahora es el Estado de Rondonia. Desde una postura político-cultural, hicimos lecturas de Historia a través de la literatura, porque el autor de la obra *Diaruí* ha utilizado referencias presentes en sus fuentes históricas, ya sea fotográfico, o respaldado por los historiadores locales, llena de descripciones tanto del espacio físico, proporcionado por los viajeros, historiadores y ensayistas, ya sea en las narrativas sobre las actuaciones, nivel social, indios, de "Conquistadores" y antropólogos. En este sentido, el entorno de la ficción se centró en el Complejo de la Candelaria y en sus agentes, y se convierte en un personaje más, siendo "el bosque", "enfermedades" "Amazonia" o incluso "los campos del Hospital de la Candelaria" el responsable del desarrollo de una narrativa en la que el indio es una parte integral de este conjunto, simbolizando, con sus experiencias, la saga de la EFMM. En esta confrontación de la vida del indígena Diaruí con la realidad histórica, las fuentes son los informes de la situación de la salud pública del sitio, que eran una especie de advertencia a la empresa sobre el avance de las enfermedades. También es un material de contraste importante de un documento con varios informes del Ministerio Fiscal de Rondonia, más de cuatrocientas páginas, llenas de información técnica, jurídica y geográfica, que van desde la medición topográfica de la tierra de Candelaria hasta la encuesta sobre la situación de los barrios de la zona de los alrededores en ese primitivo *Porto Velho*, siendo una poboación incierta en el *Amazonas*, la antigua provincia, en su confluencia con el entonces *Mato Grosso* provincia. Con el conocimiento de todos estos materiales se puede admitir la novela como creador de un indígena (real, estado en el período de la fotografía), romanescamente llamado Diaruí, luego rebautizada por los estadounidenses como "Mr. Pitt," como clave interpretativa de la épica en la que se convirtió en el EFMM vez simbolizada en sus transformaciones, el mismo drama vivido por la carretera, hasta la actualidad. La participación de los indios Karipuna en la dinámica de la colonización amazónica del río Madeira, desde *Diaruí* romance, ha centralizado motivos económicos, es decir, la extracción de caucho, y la ocupación del Amazonas por empresas extranjeras tienen que estar justificados por el movimiento legal de los Estados involucrados, destacando la participación de los componentes de las tribus en el contexto cultural del encuentro con los trabajadores llegados al País, del sur y del noreste, y de los dirigentes del ferrocarril desde el extranjero. Diaruí acaba por se convertir en "Mr. Pitt", en su tratamiento en el Hospital de la Candelaria, quedando relegado el guerrero a una condición de "amputación cultural", porque ya no se puede trabajar con su pueblo por la pérdida de sus piernas, de empezar a trabajar en la propia hospital, ayudando al colonizador, diezmando su población.

Expresiones-clave: Ferrocarril Madeira–Mamoré; *Diaruí*; Literatura amazónica; Historia de Rondônia; Filología Política.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR- Administração Regional

CNI- Conselho Nacional Indígena

CF- Constituição Federal

EFMM- Estrada de Ferro Madeira–Mamoré

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

MPE- Ministério Público do Estado de Rondônia

MS- Ministério da Saúde

PAD- Projeto de Assentamento Dirigido

PEC- Projeto de Emenda Constitucional

RESEX- Reserva Extrativista

SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SPI- Serviço de Proteção aos Índios

SUS- Sistema Único de Saúde

TI- Terras Indígenas

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Neste texto, trataremos de efetuar um levantamento de algumas bases histórico-literárias possíveis de serem cruzadas com a obra *Diaruí*, de autoria do professor Antônio Cândido da Silva, amazonense radicado em Porto Velho há mais de sessenta anos, publicada em 2010. O objetivo central é empregar uma metodologia político-filológica capaz de efetuar uma leitura da História e da Literatura que permitam desvelar a obra *Diaruí* como chave interpretativa da História da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré (EFMM), em Rondônia, tendo por pano de fundo o Complexo Hospitalar da Candelária.

Na **primeira Seção**, trata-se da História e da Literatura como disciplinas complementares, em termos técnicos e científicos, no que seja permitido, no âmbito das Ciências Humanas. Assim, especifica-se o tratamento das “Leituras da História e da Literatura” em separado, de modo que possa haver comparação com outro tipo de leituras, da “Literatura como História” e da “História como Literatura”. Desta caminhada resta a possibilidade de analisar-se a Cultura como “resultante das leituras histórico-literárias”, que é a proposta metodológica do Trabalho.

Na **Seção II**, que trata de viajantes, historiadores e ensaístas, ficou limitado o levantamento de descrições e narrações históricas a quatro autores, Tomlinson, Yêdda Borzacov, Amizael Silva e Foot Hardman, devido a que abordam temas referentes à mesma fase da História de Rondônia, abordando a construção da EFMM, enfatizando dificuldades encontradas na região Amazônica, como algumas enfermidades que vitimaram trabalhadores em trechos da linha férrea, bem como se referiram a estruturas do Centro Médico da Candelária, muito apresentado no trabalho do fotógrafo Dana Merrill, contratado no início do século XX, inspiração também do autor do *Diaruí*.

Assim, na **terceira Seção**, como na anterior, mas partindo agora de uma perspectiva político-cultural, verificamos a presença de índios, de “desbravadores” (perspectiva colonizada, muito presente em obras históricas), de antropólogos e ensaístas, que tendem a ter os anteriores como objetos. Por termos o índio Diaruí neste texto dissertativo, assume destaque um levantamento de algumas das legislações voltadas para a questão indígena no Brasil, porque o conflito cultural tornou-se ao longo das décadas bastante expressivo, desde os primeiros contatos e a resistência dos autóctones à imposição da transculturação europeia. Leis portuguesas para um povo não luso que não compreendia a dinâmica de controle da coroa exógena sobre as suas terras. Desde os relatórios imperiais até a Constituição Republicana de 1988, as normas

legislativas ou executivas vêm afetando a vida e o convívio dos nativos brasileiros, comunidades autóctones ou alóctones, sendo algumas situações a favor, outras (novas) contra eles, como a controvertida PEC 215/2000, incluindo dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação de demarcações já homologadas; estabelecendo-se os critérios e procedimentos de demarcação regulamentados pela lei.

A presença de “comunidades” propicia essa aproximação às legislações nacionais voltadas para o Indígena e as bases do que seria o Serviço de Proteção aos Índios, o seu mentor, Cândido Mariano da Silva Rondon, e Darcy Ribeiro. Finalizando esta seção abordamos as pesquisas realizadas pelos antropólogos da Universidade de Buenos Aires, Lorena Córdoba e Diego Villar, o qual apresenta algumas informações em artigos que fazem referências literárias quanto a suposta origem e desaparecimento dos Karipuna nos eixos centrais do Brasil e da Bolívia. Terminando por fazer referência aos Karipuna, o grupo indígena de onde provinha o protagonista da obra literária central. Assim agindo, de modo metodológico, detecta-se muito do conjunto de normas que fez derivar a outras considerações sobre o papel do índio no universo cultural brasileiro, ao longo do século, e com isso se restitui não apenas o papel do indígena como o interesse da obra, que se destina claramente a fazer simbolizar o índio *Diaruí* como chave interpretativa histórica.

Por isso, na **quarta Seção**, “O Complexo da Candelária e seus agentes”, volta-se o Trabalho, outra vez, a uma abordagem cronológica, sobressaindo a construção do Hospital da Candelária, abordando num primeiro momento o processo de aquisição da área do Hospital, extraída do Parecer do Ministério Público Estadual (MPE), apresentando-se algumas imagens da estrutura física e do corpo de médicos e de enfermeiros que cuidavam dos doentes. O encerramento das atividades hospitalares fora causada pela falta de investimentos por parte dos representantes da companhia norte-americana.

Portanto, os “Campos do Hospital da Candelária” se tornam a paisagem central em que o protagonista Diaruí comparece na condição de agente de contato com os estrangeiros relativamente às comunidades indígenas, em especial, os Karipuna.

Um quase-personagem são as “Enfermidades Tropicais”, que assolaram as pessoas que de forma desafiadora tentaram “desbravar” as terras tropicais no início do século XX; trabalhadores das mais diversas nacionalidades foram vítimas das doenças

da Amazônia, no rio Madeira, dando-se destaque para o terrorífico habitante natural da floresta: a malária.

Representando algumas fontes evidentes que deram ao Diaruí-romance a sua modelagem histórica, os conhecidos relatórios dos médicos Dr. H. P. Belt, Dr. Carl Lovelace e Dr. Oswaldo Cruz são responsáveis por descrições durante a construção da EFMM. As informações da insalubridade da região demonstram a força da natureza madeirense, que “procurou defender” o espaço físico contra a invasão de “corpos estranhos” vindos de outras regiões do Planeta.

Muitas informações, pesquisadas na obra *Os Desbravadores*, de Vitor Hugo, podem ser contrastadas com diversas ilustrações colocadas ao longo do Trabalho ou no anexo final. Para a questão da posse das terras da Candelária foram mostrados trâmites legais de demarcação e de posse, dados sobre as enfermidades tropicais que forçaram os representantes da EFMM a buscarem uma solução para o entrave tropical que reduzia a força de trabalho da obra; tratamos de ter por parâmetro a perícia do MPE sobre o Hospital da Candelária, bem como os relatórios médicos dos profissionais da saúde que trabalharam naquele Esculápio durante a fase de atividades médicas em Porto Velho para o capital internacional.

Quando, na **quinta Seção**, chega-se à “ocupação da Amazônia madeirense”, ganham destaque as motivações econômicas: a extração e comércio da borracha e a “movimentação jurídica dos Estados”, centro de reconstruções político-culturais pela Literatura, que deram o suporte, típico da Modernidade, que deu espaço literário e histórico ao Diaruí-personagem, “ou ‘Mister Pitt’ no Hospital da Candelária”, resultando no capítulo final com um “triste fim de um guerreiro”, porque retratava uma verdadeira “amputação cultural” dos indígenas na sociedade.

É aqui que Diaruí ou “Mister Pitt” serve para o autor, Antônio Cândido, utilizar o índio em contraponto ao homem civilizado, ficando mais evidente a representatividade do nativo como chave interpretativa histórica. Todos se encontram por meio das atividades relacionadas com a demarcação do trecho encachoeirado do Rio Madeira no final do século XIX, voltados para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Essa saga alcançou os quintais na ampla região do Madeira, território dos Karipuna. É dentro deste contexto que se desenvolve uma relação nova para ambos atores no romance, de um lado o índio Diaruí, doente e abandonado pelo seu povo e, de outro, os funcionários da EFMM que o acolhem para fazer uma cirurgia no Hospital da Candelária. Porém, do seu convívio com os brancos, ele vai sendo

absorvido pelos costumes e pela cultura norte-americana. O preço do progresso dos caminhos de ferro, impostos em quase todas as partes do mundo por força do capitalismo, remunerou uma nova dinâmica de sobrevivência de comunidades autóctones e seus descendentes. No romance, o índio Diaruí perde uma perna pós-cirurgia, é submetido ao tratamento no Hospital da EFMM, retornando à sua tribo com as marcas do contato; mas, não possuindo as mesmas habilidades de guerreiro que antes lhe era característico, já não participa mais do cotidiano tribal dos Karipuna: sofre então outro acidente na selva da Amazônia rondoniense e volta ao Nosocômio da Candelária, onde morre em um dos cômodos de isolamento às margens do rio Madeira.

SEÇÃO I- História e Literatura

Há nos estudos de Literatura, sempre que se trata de obras em que a fantasia do “era uma vez” não intervém, uma crise permanente do historicismo, acusada por diversos teóricos desde que a Idade Média trouxe o humor,¹ as histórias do tipo de Dom Quixote passaram a ser mais comuns do que as tragédias ao estilo das de Shakespeare. Lukács, citado pelo nosso Orientador como central na consideração político-cultural (ROCHA, 2013), afirmava ser a epopeia um gênero capaz de representar a transição capitalista do fim dos modos de produção tipicamente rurais para o modo de produção urbano, que gerou as indústrias e que demandaria um setor de serviços cada vez maior e mais invasivo nos nossos dias.

Neste sentido, a História alimenta a Literatura de referenciais que a acompanham mas não refletem a realidade tal como ela é ou tenha sido. Cada vez que um autor se dedica a escrever um romance, acrescenta algo ou retira diversos detalhes que indicam estar interessado apenas em uma das ramificações que a sua obra institui. No caso do *Diaruí*, a escolha do amazonense Antônio Cândido, que temos de admitir que o conhecemos pessoalmente, deverá ter tido uma determinada orientação, seja o destaque às drogas, à tragédia ocorrida com este último guerreiro, seja o reconhecimento da dificuldade da espécie de cirurgia, ressaltando o humanitarismo dos colonizadores modernos, que traziam a ferrovia para o centro da Amazônia.

Outros destaques e outros esquecimentos (ou encobrimentos, se soubermos que foram propositais) podem nos dar indicações acerca de qual o interesse do autor –ou da obra, se entendemos que nem sempre a pessoa tem consciência daquilo que diz, por baixo da escrita.

Mas teremos de dar atenção a uma situação de fato que se destaca com a presença do indígena: Há um grupo de estrangeiros que se dirigiram a um território que não lhes era familiar, portanto desconheciam de modo completo as enfermidades, e tiveram contato com um personagem, Diaruí, que rebatizaram como “Mister Pitt”, denotando a intenção de modificar o *etno* e o *logos* daquela comunidade, que possuía uma forma típica de ganhar a vida (uma posição econômica equilibrada no interior dos seus anseios coletivos), em um território específico (*geo*), no qual o seu governo no lugar (*polis*) estava regido por normas próprias e seguras, tudo abalado pela presença

¹ AUERBACH, Erich. **A novela no início do Renascimento**. São Paulo: Cosacnaify, 2000, p. 135 e ss.

avassaladora do branco, que ainda utiliza os serviços do índio, passa por humanista e finalmente o deixa destruído, na sua condição de equilíbrio social.

Neste contexto, a Literatura faz jus a uma História em que os fatos são reais, embora não tenham sido “exatamente assim”. Os colonizadores modernos abandonaram aquela ideia de estar vinculados ao ideário de salvação de povos inferiores, sabem que são destruidores da estabilidade do local onde ponham as suas técnicas a serviço das pessoas, mas precisam da Literatura para homologar as suas vivências e as suas propostas, derrotadas ou vitoriosas, que sempre quem perde é “o outro”. *Diaruí* não funciona de modo diferente: ou ele pode ser visto como um texto que defende essa colonização, e então o estrangeiro é o benfeitor que salva o índio de morte certa, dotando-o de mais sobrevida, ou ele é o opressor que trouxe as condições que destruíram o guerreiro e misturaram todas as pedras da organização do tabuleiro social disciplinado pelos séculos de convivência local.

Na prática, fugimos ao maniqueísmo, acreditando que *Diaruí* é uma obra na qual tanto convivem os estrangeiros com aqueles que eles matam para domesticar a “floresta”, como, por outro lado, os índios assumem por conta própria esse destino, num país em que falta o capitalismo liberal que alcance a todos e está presente um igualitarismo amazônico que a todos nivelava por baixo, no contato que são obrigados a fazer: defendem-se matando os invasores e acabam pagos pelos seus invasores para ajudá-los a se fixar e expulsar a sua caça. É a mesma História em todos os lugares, seja no Oriente Médio ou nas planícies da América do Norte.

1.1 Leituras da História e da Literatura

Não se pode dizer que a ideia de mostrar as duas faces do índio fosse intencional, para o autor. Também não se deve dizer que ele seja abertamente dúbio. A diferença das leituras, como História e como Literatura, torna as obras literárias, assim como torna as obras de narrativa histórica, muito próximas, e os autores, que trazemos para tratar do mesmo tema na próxima seção, convergem para uma mesma ideia, lukacsiana, sabendo que a sociedade que recebe o texto deve ter na obra um referente positivo sobre o seu próprio povo. Se não se trata mais exatamente do mesmo *ethno*, do mesmo *logos*, do mesmo *geo* nem da mesma *polis* havida na situação tribal dos primeiros habitantes, tampouco se trata de acatar todas as camadas de tecnologia e de

capitalismo que trouxeram as levas de estrangeiros que vieram compartilhar essa Amazônia que somente é nossa no discurso oficial.

Por isso, surgem as mediações necessárias, tanto à História quanto à Literatura, tanto aos autóctones quanto aos alóctones, tanto aos ideais comunitaristas como às invasões do grande capital internacional: as mediações que se fazem pelos textos das normas de leis brasileiras que procuram e que procuraram resolver as situações destes cruzamentos parecem decisivas para termos uma situação de análise suficiente. Os conceitos da Filologia Política, assim mediados, parecem ganhar maior capacidade de analisar a “realidade” daquilo que estaria por detrás da vivência retratada–inventada. Por isso, o Parecer técnico-jurídico, se cataloga, descreve, engana, entrega, favorece, uma das partes, também coloca como interlocutor daqueles dois mundos a sociedade que é a recebedora da resultante que virá deste encontro (encontrão) de civilizações.

Aos indígenas resta o papel de vilão e de ex-guerreiro. Ao invasor fica o papel de ex-colonizador. À floresta, a culpa como “Inferno verde”, a consequência de todos os trabalhos de todos os lados é a “Ferrovia do Diabo”. Para o conjunto da população que sobrevive a toda essa fúria de confrontos, resta o sonho de reabrirem-se as oportunidades que devolverão a esperança de que o fim da História (e a finalidade da Literatura) seja a felicidade geral.

1.2 Leituras da Literatura como História

Como dissemos acima, se a História alimenta a Literatura, tornando-se menos verdadeira porque isso interessa aos vencedores, da política ou da guerra, a Literatura somente obtém critérios de maior interesse quando tenta retratar a História de alguma maneira. Difícilmente uma obra qualquer, que tome paisagens da sua localidade, que não seja pensada como fantasia da terra do faz de conta, pode se livrar de recair em dados históricos, mesmo se estes dados forem marginais à narrativa. No caso do texto do amazonense Antônio Cândido, *Diaruí*, parece ser difícil fugir da ideia de que foi obtido um efeito muito amplo, em relação ao que parecia ser a intenção primeira, ou seja, romancear a presença de um indígena que serve de ponte entre os colonizadores e a sua tribo na época da saga da construção do que chamamos acima de “Ferrovia do Diabo”.

Em termos de procurar ler como História o livro *Diaruí*, um pequeno resumo pode servir de ponte para tentarmos compreender as circunstâncias de fato que cruzam a

narrativa. Na **primeira parte**, “Abrindo os caminhos na Selva”, o livro de Antônio Cândido da Silva aborda a temática do enredo que envolve a construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, mostrando como os funcionários contratados por aquela empresa iniciaram a instalação de acampamentos ao longo do trajeto da linha férrea. É por meio dos diálogos dos personagens que o autor explora as lembranças e as experiências de alguns trabalhadores em outras frentes de serviço, como na construção da ferrovia de Cuba. Isso provoca a certeza ao leitor de que está num espaço real e local, interligado inclusive por pontes internacionais.

O cotidiano das construções, o desmatamento, a vida no acampamento, serviram-se dos comentários feitos pelo autor. A vida na floresta tropical do rio Madeira era algo novo para os trabalhadores; estes estavam sujeitos ao clima difícil como também a serem alcançados por animais e insetos. Há o destaque no romance quanto à possibilidade de serem alvo de hostilidades por partes algumas tribos na região madeirense, pois os trabalhadores já haviam ouvido diversas histórias sobre os índios ferozes que habitavam essas paragens.

Para a **segunda parte** “Frente fria na Floresta”, o autor traz referências relacionadas com o processo de abrir caminho entre as árvores, enfatizando a carência de recursos tecnológicos e as dificuldades de execução da obra. O autor fala das prestações de serviços, que eram hierarquizadas conforme o objetivo; alguns dos trabalhadores eram contratados diretamente pela empresa que construía a EFMM, mas há outros cargos que eram “terceirizados” para que se cumprissem todas as diferentes prestações que uma obra complexa obrigava. O tema trazido nesta parte do livro menciona as variações climáticas da região do Madeira, por meio da friagem, causando um estranhamento por parte daqueles seus funcionários, por se encontrarem em uma região quente. Todos ficavam surpresos com a baixa de temperatura nos trópicos no interior da Amazônia na beira do Madeira. Antônio Cândido da Silva menciona os serviços prestados pela medicina local, em detrimento da aceitação pelos doentes de modo de tratamento diferenciado trazido preparado para ser usado nos trabalhos com o pessoal da linha de ferro Porto Velho–Guajará Mirim, enfatizando o serviço médico de prevenção e combate as doenças tropicais, que dava certo.

Para este momento do livro *Diaruí*, o romance descreve o primeiro contato físico com o povo Karipuna, tribo realmente existente, que se deu por intermédio do achamento de um guerreiro entregue à própria sorte: o personagem Diaruí.

Na **terceira parte**, “Morre o sonho de um Guerreiro”, é apresentada a fase da cirurgia mais dolorosa ao índio, com a amputação da sua perna direita e se descreve o seu processo de recuperação no Hospital da Candelária. São narrados o convívio do indígena nas enfermarias daquele centro de médico, preparado para a EFMM, e as suas relações interpessoais com os enfermeiros, com os médicos e os próprios doentes em fase de cura. Tudo isso deriva de ambientes e realidades de fato, muitas delas retratadas no trabalho do fotógrafo Dana Merrill, trazido pela empresa construtora especialmente para realizar este labor.

Com a presença do personagem aborígene estabilizado no meio hospitalar, Antônio Cândido acrescenta ao contexto do romance a descrição histórica (também afirmada pelas fotografias), dizendo como eram as estruturas físicas da Candelária, detalhando ainda a sua composição e os serviços prestados para os que necessitavam dos préstimos hospitalares e da enfermaria.

É descrita a decepção pós-cirurgia do índio, quando ele vê que não possuía mais a perna, que, nem precisa dizer, era de fundamental importância, ainda maior, para ele, posto que dentro de uma perspectiva guerreira, os Karipuna exigiam saúde o mais apurada possível, para cumprir o ideal de uma sobrevivência já muito custosa para o conjunto dos seus iguais. Por isso, dá-se um afastamento total do indígena quanto à possibilidade de ele ser visto de modo respeitoso, como pessoa que fosse capaz de cumprir aquilo que se esperava dele, como guerreiro, da mesma forma como a Ferrovia viria a sofrer essa desconsideração, quando se verificou que não seria produtivo empregá-la no transporte do *caucho*, com a perda da capacidade produtiva para as plantações do Oriente, contrabandeadas as sementes da seringueira e ultrapassada a sua possibilidade de servir para o objetivo primeiro.

Assim, assume-se na narrativa o fato de haver uma perda da identidade primitiva, a soberania nativa perdida, porque, batizado por um nome estrangeiro, o guerreiro agora seria chamado de Pitt por aqueles que os “salvaram” do seu destino de morte. À Ferrovia caberia o mesmo destino.

O capítulo que trata das “Lembranças que o Tempo traz” mostra recordações que o índio possuía da sua vida na aldeia, assim como o convívio com os parentes, sem falar no grande amor da sua vida, Daué. Neste período, continuando com o procedimento de tentar uma reabilitação, impossível para a cultura indígena, pela perda da perna, o doente da floresta passava a seguir uma dieta médica, imposta pela medicina

estrangeira aplicada pelo Dr. Lovelace. Diaruí teve de usar muletas para o seu deslocamento e posteriormente lhe repassaram uma perna mecânica.

Antônio Cândido usa o seu texto para relatar o enorme quantitativo de mortos que eram enterrados no Cemitério vizinho do Hospital da Candelária, precedido pelo processo de quinização dos doentes, como forma de evitar a carnificina total, para prevenção ao grande mal da região: a malária. Mas este centramento nas mazelas do protagonista tem fim: É chegada a hora da volta do guerreiro curado pelo homem branco para a sua aldeia, e neste dia teria se dado a viagem em uma locomotiva que fazia o percurso até a localidade de Jacy-Paraná.

Na **quinta parte**, “Quando a alma entra em conflito”, apresenta as decepções do guerreiro quanto à expectativa da sua amada, que já não o estava mais esperando, por achar que a sua morte seria algo certo e imediato. Esse momento é crítico, pois, assim como se dá na perda do interesse da circulação das máquinas na ferrovia, de acordo com os costumes da tribo, Daué teria de encontrar um outro companheiro e continuar a sua vida.

Nos diálogos entre Diaruí e Daué, o assunto principal estava relacionado ao sumiço do guerreiro, ficando certo que ela o continuava amando, mas pra ele era preciso ser mais pragmático, e o índio deveria dar continuidade à sua vida cotidiana, mesmo com a limitação dada pela falta de uma perna.

O autor, neste ponto, retoma de forma específica uma das fases da construção do caminho de ferro, trazendo para dentro do texto o momento de inauguração do trecho ferroviário que chegava a Abunã, já num momento em que não se tinha por certo o cumprimento dos objetivos da instalação tão dificultosa dos trilhos. Paralelamente à vivência do personagem Diaruí, o narrador comenta sobre quais os objetivos econômicos e segue as informações da realidade histórica sobre os contratos celebrados entre os empresários e o governo brasileiro, tudo chancelado pela legislação pátria, o que dá ao conjunto, Diaruí fracassando, ferrovia caminhando com dificuldade e as normas cuidando para que houvesse uma sobrevida do processo, um ar de cumplicidade e de vinculação evidente.

Anunciava-se, agora, com o objetivo de ver como era a vida do homem branco, a visita de alguns índios Karipuna ao hospital onde Diaruí fora curado. Aqui surge a **sexta parte**, onde se retrata um “conflito de informações”, baseando-se o autor na ideia da dificultosa extração dos produtos florestais. Com isso, o autor vai usar a questão da

terra e da força da presença dos bens naturais que lhes foram expropriados pelos exploradores, seja a liderança, seja o grande contingente de pessoas vindas de outras muitas regiões do Planeta.

Menciona-se de forma bem clara aquilo que se sabe ocorreu de verdade, as fortes atrocidades sofridas por comunidades indígenas do rio Madeira, que foram vítimas mortais, dada a presença do branco e a sua ganância, sem freios normativos mais sérios, pela obtenção ao máximo da riqueza da região; e os trabalhos muitos, todos trazidos de fora pelos estrangeiros, acabavam desarticulando o meio social indígena e local, e enfermidades antes desconhecidas dizimavam vários povos indígenas como aconteceu com os povos Torá, Mawe, Pirahá, Parintintin, etc.

Ao comparar as informações sobre os brancos que destruíam as comunidades autóctones com os membros daquele hospital que salvavam vidas, tanto não indígena como indígena, deixa-se entrever as dúvidas quanto à visão da índole dos estrangeiros que agora fazia parte da vida dos Karipunas.

No capítulo que parece central ao romance, “Felicidade Passageira” faz-se presente a sétima parte do romance, com o objetivo de descrever como o cotidiano do karipuna estava voltando à normalidade. Ele havia iniciado a construção de algumas malocas e propôs-se usarem as suas atividades guerreiras, restituídas, como procurando dar a caça ao seu próprio alimento. Essa parte do livro, bastante evidente o lado simbólico, insere outro momento trágico na história do guerreiro da Cachoeira Três Irmãos, no rio Madeira. Acometido de um acidente enquanto ajudava os membros da sua tribo na derrubada da floresta, Diaruí termina sendo vítima da queda de uma árvore sobre sua perna esquerda, dilacerando-a. Estava de volta ao hospital para o doutor retirar a segunda perna. Nem precisa dizer que a ferrovia passaria pelas mesmas dificuldades, deixando abandonadas, quase completamente, a manutenção do funcionamento do trem, em período bem mais amplo ainda.

Dando continuidade à tragédia do guerreiro, na oitava parte “o triste fim de um guerreiro”, Antônio Cândido apresenta a consternação da equipe médica do hospital ao ver a situação física do paciente Karipuna. Mais uma vez fora necessário a intervenção cirúrgica, retirando a outra perna daquele índio.

O personagem Diaruí sentiu-se inferior perante os demais elementos da sua tribo, por saber que era impossível realizar as atividades que um guerreiro deveria exercer na vida tribal. Comenta que as suas limitações físicas eram permanentes, para

sempre, e que ele findava sendo considerado um inválido para o seu povo, e que por isso gostaria de ficar nas dependências do hospital e não voltar mais para a tribo. Passou então a viver entre os brancos e participava da realidade do Hospital da Candelária.

Antônio Cândido, mais uma vez, remonta a história à vinda de pessoas em busca da riqueza proporcionada pela extração da borracha, alcançando as regiões que faziam parte do território dos índios, principalmente dos Karipuna, e assim os exploradores passam a entrar em conflito com aqueles indígenas.

O encerramento desta parte do livro considerou o momento de despedida do personagem Diaruí, perante os índios Karipuna e para Pitt se eu o mesmo diante dos membros responsáveis por dirigir a construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, porque, ainda mais, acometido de tuberculose, o guerreiro sucumbiu diante da doença do homem branco em um dos compartimentos de isolamento do Hospital da Candelária.

Na **oitava parte** chamada “E assim, cinco anos se passaram”, trata-se do avanço dos seringais sobre as regiões da Amazônia Madeirense, acompanhando a decadência final do índio, alcançando-se a fase de declínio no preço da borracha devido à concorrência da produção inglesa na Ásia.

Neste momento da História dos índios do Madeira, o autor fala da aquisição do seringal em domínios das terras Karipuna, sendo as terras adquiridas por Cirino Gomes, em troca de prestação de serviços, tendo como futuro pagamento a promessa de alguns contos de réis. O cotidiano do seringal faz parte dos parágrafos mais difíceis da História, o livro apresentando as dificuldades locais devido à escassez de produtos de primeira necessidade, assim como oferecendo a relação de produção e de comércio do látex, obtido a duras penas das árvores de seringueira.

“Acertos que a selva esconde” apresenta a **nona parte** do livro *Diaruí*, caracterizando um primeiro momento de vitoriosa permanência dos seringueiros, pelo comércio sobrevivente de borracha, com os atravessadores que intermediavam a venda da produção, através do regatão.

Com a aproximação dos seringueiros na exploração do látex nas estradas da seringa, eles cada vez mais adentravam em terras indígenas, sendo inevitável o contato com aquelas tribos. O autor mostra de forma clara como os conflitos anunciados. Acompanhava a morte do índio o perecimento das atividades derivadas da construção da Madeira–Mamoré.

A **décima parte**, intitulada “Alguns anos depois”, é iniciada com o momento da economia e da política que envolvia o capital internacional, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, de 1929. Com destaque a partir das primeiras linhas, os relatos fazem referências à crise financeira enfrentada pela companhia que administrava a EFMM. A mudança do controle administrativo da ferrovia, que passou a regime diferente, do setor privado para o público, é fruto de novas normas jurídicas que alteraram o controle da linha férrea, dava-se em paralelo à preparação de uma espécie de “ressurreição” de Diaruí. Os relatos do autor se estendem abrangendo agora até a cidade de Porto Velho, relatando a movimentação do porto e o dia a dia do lugar.

Para os momentos finais do *Diaruí*, Antônio Cândido da Silva reservou a notícia do enfrentamento havido entre os índios e os seringueiros, pois, com a aproximação, era comum, na época, que os homens brancos carregassem de forma compulsória as índias para as suas locações. E uma forma de defesa dos índios era guerrear, atacando os acampamentos. Porém, a represália seria mais dura e estava anunciada: com armas de fogo e munições pesadas, os moradores dos seringais enfrentavam os guerreiros Karipuna e destruíam as suas aldeias, agora mais diretamente. Nesses conflitos, as gerações futuras dos indígenas ficavam ameaçadas, pois nem as crianças e mulheres eram poupadas nas batalhas.

A obra retorna ao início do estabelecimento dos alicerces da construção da linha férrea, em 1905, cujo contorno das cachoeiras do rio Madeira foi finalizado em 1912, até o momento da morte do protagonista, de quem nem faltará a ascensão e recuperação sempre incerta e incompleta, em termos de voltar a ser centro da humanidade que dominava o local.

1.3 Leituras da História como Literatura

Não mais se pode mesmo é fazer a leitura da História que sobrou de todos os confrontos como se fosse completamente “literária”, ou seja, “falsa”. Por mais que os primeiros autores tenham se dado ao luxo de escrever História “real” e de serem considerados por séculos como literatos, temos para nós que, ainda que haja uma recondução da verdade a uma “quase verdade”, o cerne será o mais apropriado para deleitar os espectadores, porque a História nasceu também com o intuito de deleitar.

Direcionado a um estudo de Letras, este texto pretende oferecer uma perspectiva na que a História seja apenas um repositório de imagens (como as fotografias de Dana

Merril), mas que tenha em si uma ideologia determinada, que sabe que os textos são falsos como um todo, nunca podendo estar presente a verdade toda, ainda mais quando a distância e as razões que levaram a contar-se a História sejam perdidas no tempo. Por isso, os exemplos obtidos, os nossos autores eleitos para constar como subitens na Seção, ou ainda outros historiadores que completam os espaços que faltam na descrição do literato ou suplementam aquilo de que não se fala, acabam se tornando também tão decisivos quanto as normas das leis, para termos a resultante de obter da História minimamente aquilo de que se valeu o autor para recriar um índio, que na verdade nunca teria existido como tal, símbolo de uma ferrovia que veio a ser símbolo de todo o Estado de Rondônia, um território socioeconômico e político-cultural que será sempre um vir a ser permanente e repetidamente destruído antes de que tivesse sido.

1.4 Cultura como resultante das leituras histórico-literárias

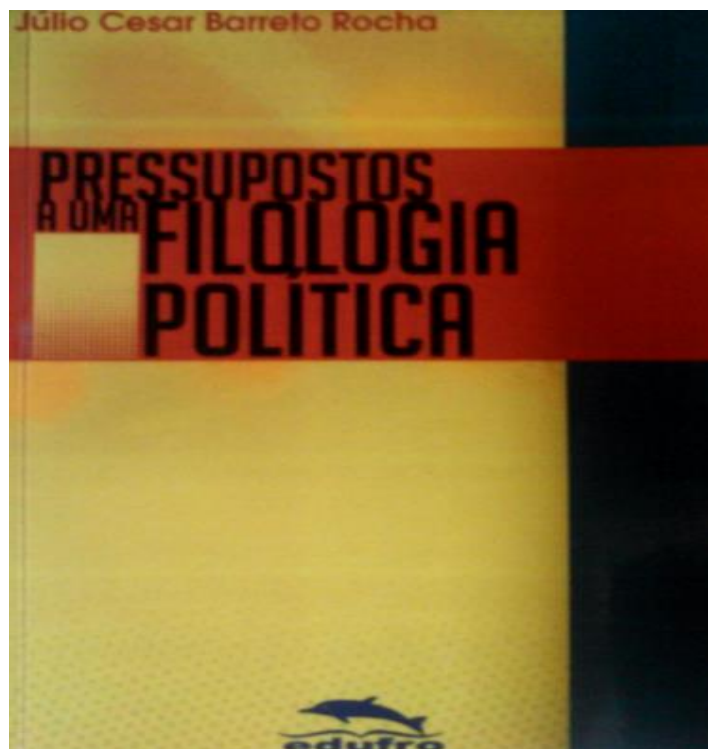
O romance *Diaruí* traça um confronto com a realidade dos dados da História local. Contudo sabemos dar-se de modo diferente de como ocorreu na Literatura de José de Alencar ou na de José Lins do Rego ou na de Jorge Amado, nos períodos do Romantismo ou do Modernismo, nas localidades ali retratadas: no nosso caso, o índio funciona como símbolo da falência do ícone do local, a EFMM. Se de todos os modos cruzam-se dados históricos e romanescos, fundada a Literatura em realidades possíveis, baseada ainda em fotografias de época, com as suas descrições, por outro lado, não está presente nem a mitificação do indígena, nem a singular caracterização estereotipada dos tipos dos romancistas, como se vê no Ciclo do Cacao de Jorge Amado.

Com isso, verifica-se como a centralidade do personagem epônimo *Diaruí* permite ao autor traçar um paralelo com a proposta modernista, com outros indígenas famosos na literatura brasileira, como Ubirajara e Iracema, dotando, porém, agora, o espaço histórico do Estado de Rondônia de um protagonista duplamente orientado: para um mundo indígena em destruição e para um mundo novo em construção, mas que nunca chega a ser concretizado, ainda que se apele para a mitificação do renascimento do personagem.

Este Estudo, para concluir a sua tarefa de verificar a característica diferenciada da utilização do indígena na obra de cunho histórico *Diaruí*, buscou visualizar, em autores e autoras que trataram do processo de ocupação territorial do futuro Estado de

Rondônia, a presença indígena nas diversas fases de construção da Estrada de Ferro, estabelecida na região do entorno do rio Madeira.

Figura 01



Capa do livro *Pressupostos a uma Filologia Política*

Fonte: Edufro

Este Trabalho, amarrado por uma metodologia político-cultural, empregando parcialmente técnicas cronológicas para acompanhar o narrador da nossa obra central, está apoiado não apenas no romance-base *Diaruí*, mas em farta pesquisa bibliográfica: um capítulo dedicado a autores da História de Rondônia, arquivos provenientes do chamado Museu do Relógio de Porto Velho, localizado no interior do prédio que sedia a Fundação Cultural e Turística do Estado de Rondônia (FUNCETUR), órgão oficial de Turismo, que abriga diversificada fonte documental, sobretudo em edições antigas do jornal *Alto Madeira*; além de fotografias de Dana Merrill, e sobretudo em arquivos do Ministério Público Estadual, e ainda em materiais de *site* da Universidad de Buenos Aires, assim como em outros textos do autor do *Diaruí*, Antônio Cândido da Silva.

Assim, há uma preocupação da teoria filológica, que dá norte à metodologia da proposta voltada a compreender a cultura como um todo (Rocha, 2013), que procura entender tanto a Literatura como a História local como derivadas destas escrituras (que devem passar às leituras) histórico-literárias, mas calcadas em uma amplitude de vistas amarrando uma visibilização disciplinar à outra, até porque (como diz Lukács, um autor

preferencial da Filologia Política) uma postura marxista jamais se exaure na verificação apenas dos elementos estéticos, sendo uma leitura se efetuada apenas com esta intenção (ou com a pretensão de revelar as suas “estruturas” de elaboração textual) uma abordagem empobrecedora. Para revelar realmente o significado cultural mais profundo de uma obra de arte, em qualquer época, diz respeito a responder a qual “significação possui o mundo assim representado, do ponto de vista da evolução da Humanidade”, querendo saber ainda “de que modo o artista representa um dos seus estágios, no quadro geral desta evolução”.²

Por isso, as leituras histórico-literárias são responsáveis pelo maior número de visualizações das outras formas de ver a Literatura: Seja um estruturalismo ou uma fenomenologia, seja a abordagem analítica ou crítica, seja um destaque a questões de gênero, espiritualistas ou abordagens pós-coloniais, sempre se obterá melhor resultado aquele que atravesse destas perspectivas específicas para buscar a corporificação da visualização culturalista.

De fato, o nosso projeto de pesquisa no interior deste quadro teórico permite verificar a validade desta leitura de diversos modos. Nas palavras de Derrida, “a escritura literária, na modernidade, será mais do que um exemplo entre outros, constituindo antes um fio condutor privilegiado para acessar a estrutura da textualidade, o que Gasché chama de infraestrutura”. Assim, a língua é utilizada de modo diferente, porque o seu uso detém um poder revelador, que certamente não é único, pois ela pode compartilhá-lo até certo ponto com o Direito, com a linguagem jurídica, por exemplo, mas que, numa dada situação histórica (precisamente a nossa própria, e essa é uma razão a mais para nos sentirmos envolvidos, provocados, convocados pela ‘questão da literatura’), nos ensina mais, e até o ‘essencial’, sobre a escrita em geral, sobre os limites filosóficos e científicos (por exemplo, linguísticos) da interpretação ou da escrita.³

Assim, o cerco interpretativo que propomos aqui, com a análise de *Diaruí*, enfeixa uma outra resultante interpretativa do nosso local: Com as leituras de mundo, com a história narrada no local, com um aparato jurídico amplo e técnico, com as fotografias que deram espaço para as interpretações tanto do tempo da construção da

² Trata-se da “teoria do reflexo”, tal como está em Lukács, *In*: FREDERICO, Celso. **Um clássico do século XX**. São Paulo: Editora Moderna, 1997, 93.

³ DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada Literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 113.

EFMM como da outra forma com que o autor da nossa obra envolveu o tempo, de modo a que obtenhamos uma visão da Cultura como um todo.

SEÇÃO II- De viajantes, historiadores e ensaístas.

Na Amazônia, assim como em todos os grandes espaços físicos que são alvo da cobiça do interesse internacional espalhado pelo Mundo, diversos aventureiros divisaram oportunidade de obter fama, prestígio e riqueza, atraindo, ao mesmo tempo, ao seu lado, especialistas que descreviam as suas façanhas e achados, assim como as ilusões e decepções acerca destes eldorados, resultando, ao final, na atração de pessoas responsáveis por conceder uma aura de civilização, descrevendo aquilo que era a realidade havida por detrás dos sonhos perdidos nas caminhadas da ambição.

2.1 Henry Major Tomlinson

A bacia hidrográfica amazônica serviu e continua servindo de caminho para as mais variadas funções, sendo, os rios usados para levar alimentos, utensílios de trabalho, remédios, transporte de pessoas. Com seus inúmeros tributários o rio Amazonas é a porta de entrada e saída para as regiões interioranas da Região Norte do Brasil. E é desde os primórdios das incursões exploradoras que essa gama de afluentes

Figura 02



Regatão amazônico

Fonte: <http://1.bp.blogspot.com>

como rio Madeira são usados para se chegar aos destinos nas colonizações e obras como a Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, pois sem estas vias de acesso seria impossível executar os planos de construção da dita via-férrea.

Neste subitem, abordaremos os escritos de *O Mar e a Selva*, no qual o Professor Hélio Rocha traduz o relato da viagem de Henry Major Tomlinson⁴ para a região Amazônica brasileira no início do século XX.

Mas, antes de comentarmos sobre os navios a vapor de grande porte vindo de outros países, devemos lembrar que nessas regiões havia um transporte fluvial intenso, pois, para percorrer os rios da Amazônia, eram utilizados os pequenos barcos ou mesmo canoas, não esquecendo de mencionar que havia a figura do regatão, que se ocupava do comércio.

Para exemplificar a dinâmica de atuação dos regatões nas águas da Amazônia, usaremos os “relatos de viagem com um regatão” em 1978, a partir do artigo publicado em 2008, na revista de Estudos Amazônicos⁵ (SOMANLU) no qual aborda as singularidades universais dos assuntos referentes ao mundo amazônico, pelo doutor em Antropologia e professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Júlio Cezar Mellatti.

Na primeira parte da publicação de Mellatti, o autor escreve sobre como era a estrutura de madeira do barco no qual possuía: oito metros de comprimento por três de largura, um motor de combustão que ficava em um nível mais baixo em relação ao restante da embarcação e uma loja com os produtos para se negociar. Menciona ainda os pontos de armação de redes para o descanso dos tripulantes que não eram nada confortáveis.

o timão estava bem na frente do barco, mas ainda coberto pelo teto. No espaço entre o timão e a loja eram recebidos os fregueses. Aí estava também uma balança romana para pesar as pelas de borracha. E aí que eu tinha a rede de dormir (MELLATTI, 2008, p.11).

Para a sua composição de tripulantes, havia uma harmonia de trabalho que conseguia fluir com eficiência os trabalhos a serem realizados nas viagens. Suas funções eram predeterminadas antes da partida, mas, o imprevisto fazia-se constante nas atividades dentro do regatão. Por isso:

4 Henry Major Tomlinson (1873-1958) foi um escritor britânico e jornalista. Era tido como pacifista e viajante, autor de romances e contos, especialmente da vida no mar. Ele nasceu e morreu em Londres.

5 Revista do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

[...] cuidava do timão o rapaz Valdeci, por isso chamado de piloto. Raimundo era o motorista, isto é, aquele que cuida do motor, abastecia, trocava as marchas. [...] quando o motorista não estava ocupado com o motor, passava à atividade de cozinheiro, preparando as refeições. [...] às vezes eram o piloto e o motorista que iam pegar as pelas na casa do seringueiro. Senão se encarregavam de caçar e pescar. (MELLATTI, 2008, p.12).

Os relatos sobre esses comerciantes das águas que comercializavam na região remontam desde o século XVIII, principalmente para suprir as necessidades básicas das comunidades da beira dos rios da bacia Amazônica. Devido à falta de vias de acesso aos

Figura 03



Ilustração de um regatão - de Percy Lau⁶
www.terrabrasileira.com.br

grandes centros como Belém, Manaus e até comunidades mais próximas, a solução para os moradores do sertão era sujeitar-se aos “mascates”⁷, quando os viam pelos rios. Pelo proprietário do regatão era adquirida:

borracha, fosse sob a forma de pélas ou de cernambi. Mas comprou também couros de gato maracajá, garrafas de cachaça vazias, bananas,

6 Percy Lau nasceu em Arequipa, Peru 1903. Era desenhista, ilustrador, gravador e pintor. Em 1921, transfere-se para Olinda, Pernambuco. É um dos fundadores do Movimento de Arte Moderna do Recife e lá compartilha o ateliê com Augusto Rodrigues (1913-1993).

7 Mascates foi o nome dado no Brasil aos mercadores ambulantes e vendedores de “porta a porta”, também chamados de “turcos da prestação”.

piraíba, pirarucu, couro de jacaré, couro de lontra, carne de anta salgada, tracajá, tartaruga, galinhas. (MELLATTI, 2008, p.18).

E, os moradores ribeirinhos:

latas de sardinhas, óleo de cozinha, leite em pó, bolachas, feijão, farinha, cachaça, vinhos, panelas, querosene, roupas em geral, utensílios de caça e pesca... (MELLATTI, 2008, p.18).

Foi nesse contexto que os comerciantes dos regatões alcançavam as comunidades mais distantes num primeiro momento, pois a partir do sistema de aviamento, a ligação econômica entre os “patrões” seringalistas e as casas aviadoras, o regatão passou a funcionar de forma clandestina.

Procuramos explicitar de forma breve como se dava o transporte de produtos em geral na Amazônia, antes da chegada dos grandes navios a vapor. Para esse momento nos reportamos sobre a viagem de Tomlinson, e qual a participação do inglês na História de Rondônia por meio de seus relatos de viagem.

No Capítulo II de *O Mar e a Selva*, Tomlinson comenta sobre os personagens que figuraram com a construção da Estrada de Ferro a ser construída na fronteira do Brasil com a Bolívia. Fala sobre o Coronel Church no qual tinha uma visão sobre o território boliviano, de ser uma terra de prosperidade e de muitas riquezas, entre estas a *Argentum*⁸ boliviana.

Tomlinson relata neste mesmo capítulo do livro as tentativas de construção da linha de ferro, as perdas de vidas que aqui foram sepultadas em grande quantidade a ponto de compará-la à da Guerra Civil Americana⁹; o prejuízo econômico em equipamentos que foram deixados diante da ferocidade das dificuldades enfrentadas pelos europeus e não europeus.

No Capítulo V, comentam-se as estruturas físicas das casas que compunham a Vila de Santo Antônio, assim como a geologia do lugar. Os detalhes são similares à de outros escritores que por aqui passaram ou por suas descrições. Fala da pobreza da vila, e das pessoas que lá residiam.

Mais adiante, Tomlinson segue em viagem pela linha até a região de Generoso Ponce (Jacy Paraná), no qual vê que o empreendimento ferroviário já alcançava parte do

8 A Prata é representada pela sigla “Ag” em razão da origem do seu nome, que vem do latim *argentum*.

9 Guerra Civil Americana foi o conflito que ocorreu nos Estados Unidos da América de 1861 a 1865 e colocou em lados opostos o sul e o norte daquele país. As causas principais da eclosão da guerra foram a escravidão, os contrastes norte-sul, o exacerbado nacionalismo do Sul à época, tarifas interestaduais, que encareciam os produtos industrializados do Norte em detrimento dos produtos agrícolas do Sul, as questões regionais.

seu objetivo final. Comenta também sobre os indígenas que moravam na região –os Karipuna– e as possibilidades de contato com Marion Hill, funcionário da EFMM.

Figura 04



Navio SS England

Fonte: *O mar e a selva: relato da viagem de Henry Major Tomlinson ao Brasil*. Estudo e tradução de Hédio Rodrigues da Rocha.

Sem deixar de comentar também a experiência exploratória dos rios da Amazônia, por Antônio Rodrigues Pereira Labre, relatado pelo Professor Dr. Hédio Rocha no livro *Coronel Labre no capítulo 04*, chamado de: “*Dos Sertões Maranhense aos Puruenses*”. Tendo sua viagem iniciada em 1887, percorreu o rio Madeira chegando a Santo Antônio e posteriormente chegou em águas de bandeira boliviana.

2.2 Yêdda Pinheiro Borzacov

Em seu livro *Porto Velho – 100 anos de História (1907-2007)*, no capítulo intitulado *Sítio Histórico de Candelária*, são apresentadas as características do Hospital da Candelária e a composição física dos seus compartimentos clínicos do complexo Nosocômico.

O hospital possui vinte e um pavilhões de madeira, cobertos de zinco pintados de verde e circundados de duplas portas e janelas protegidas

por telas de cobre visando impedir a entrada dos anofelinos. (BORZACOV, 2007, p.78).

Em Fordlândia, cidade criada para os interesses agroindustriais de Henri Ford¹⁰, para os tratamentos primeiros dos doentes fora construído o Barracão Central que serve de escritório, consultório médico e dentário, farmácia, armazém de mercadorias, refeitório, etc., iluminado por luz elétrica, com telefone e ventiladores elétricos.

Figura 05



Complexo Hospitalar da Candelária

Fonte: Dana Merrill

Borzacov destaca a competência do Centro Médico na pessoa do médico chefe Carl Lovelace, responsável pela enfermaria de primeira classe e o corpo de profissionais de saúde ao longo dos sete postos da construção e exploração da linha, assim como no Hospital da Candelária composto de oito enfermeiros diplomados em sua maioria, um

10 Henry Ford (1863-1947) foi um empresário norte-americano, o fundador da Ford Motor Company. Foi o primeiro a implantar a linha de montagem em série na fabricação de automóveis. Foi um grande inventor, responsável por 161 patentes. Em 1927, o empresário norte-americano Henry Ford começou a construir uma cidade privada –Fordlândia– na Amazônia brasileira. Sua empresa, Companhia Ford Industrial do Brasil, tinha adquirido uma área de aproximadamente 3800m² com o intuito de plantar seringueiras (produzindo látex para a produção de pneus) e de construir uma cidade industrial. Ford gastou cerca de U\$ 20 milhões (U\$ 300 milhões em valores atuais corrigidos) para a construção de estradas, sistemas de água e energia, rede ferroviária, fábricas, escritórios, postos médicos, casas, escolas e lojas.

dispensário, e a assistência médica nos vapores que transportavam os trabalhadores da ferrovia.

A importância dada à questão sanitária é comentada nas linhas literárias da autora, como uma forma de reduzir economicamente os custos da construção potencializando a dinâmica de trabalho na linha férrea, no qual a força da mão de obra era o eixo norteador da produção.

Para Yêdda:

foi essa assistência médica prestada pelo Hospital da Candelária, ao longo da linha férrea e nos pontos de embarque e transporte dos recrutados, aliando aspectos curativos e preventivos que permitiram o sucesso da construção da estrada de ferro. Os leitos hospitalares eram complementados por um lazareto, em uma linha próxima a Santo Antônio, destinado a doenças contagiosas, pois em Candelária somente havia enfermaria de isolamento de tuberculosos e amarílicos (BORZACOV, 2007, p.79).

Além da proposta de instalação hospitalar pela empreiteira Madeira Mamoré Railway Company, havia dentro do complexo um serviço de jardinagem, árvores frutíferas nativas ou aclimatadas na região, constituindo uma das mais ricas fontes de alimentos nutritivos, onde a produção de abacaxis e bananas era em grandes quantidades.

O Hospital da Candelária mostrou-se dentro das expectativas autossustentáveis, a produção e fornecimento para os seus enfermos de produtos que compunha a alimentação diária, segundo Borzacov:

cultivavam também verdejantes hortaliças [...] havia criadouros de aves domésticas e de porcos da raça Berkshire, cujos capados, adultos, pesavam cerca de 200 quilos [...] (BORZACOV, 2007, p.80).

Com referência ao espaço ocupado pelo Esculápio¹¹ da EFMM, Yêdda comenta que a pertencia a: “um italiano chamado Bertini, que lhe dera o nome de Candelária em homenagem a festa de Nossa Senhora das Candeias, também dita de Purificação, que se celebra a 2 de fevereiro” (BORZACOV, 2007, p.82).

É num texto publicado na *Antologia da Prosa e do verso Rondoniense – Os migrantes do Caribe*, que Borzacov faz referência ao grupo de trabalhadores caribenhos, que constituíram residência em Porto Velho após a desativação da ferrovia:

ao contrário dos migrantes dos outros países que após a conclusão da ferrovia deixaram a região, os barbadianos e granadenses aqui permaneceram com suas famílias, totalmente integrados a terra que escolheram para viver. Os seus descendentes são inúmeros e em Porto Velho residem quatorze famílias. São os Allen, Alleyne, Banfield,

11 Esculápio ou Asclépio, era o deus da Medicina e da cura na mitologia greco-romana. Não fazia parte do Panteão das divindades olímpicas, mas acabou por se tornar uma das divindades mais populares do mundo antigo.

Blakman, Denis, Holdes, Johnson, Julien, Maloney, Shockness, Jommy, Winte e Willes (BORZACOV, 1993, p.83)

A autora conclui que após a demolição do Hospital da Candelária fora construído em seu lugar o Educandário Belizário Pena e que é preciso conservar o resto do sítio histórico, por ser de valor excepcional do ponto de vista da história e da ciência médica.

2.3 Amizael Gomes Da Silva¹²

Escolhemos neste subitem Amizael Gomes da Silva, cuja profissão é docente na área da Matemática e da Sociologia. Ministrou aulas na Universidade Federal do Pará. Mas são as habilidades deste autor relacionadas com a escrita que nos levou à incorporá-lo nas linhas deste texto. Destaca-se como autor de: *Nos Rastro dos Pioneiros – Um pouco da história rondoniana* (1984); *Amazônia Porto Velho – Pequena História de Porto Velho* (1991); e *Da Chibata ao inferno* (2001).

Como no nosso tema central deste Trabalho temos Antônio Cândido da Silva, com o romance *Diaruí*, procuramos agregar mais informações sobre a Historiografia local por meio das publicações de Amizael Gomes da Silva.

No livro no *Rastro dos pioneiros*, publicado com seis capítulos, o autor faz um levantamento a partir da exploração do futuro Estado de Rondônia traçando o caminho dos aventureiros que se inicia no século dezesseis e, nos capítulos finais o autor aborda a criação da Unidade Federativa Rondoniense por meio do processo legal, tendo à frente o futuro governador Jorge Teixeira de Oliveira.

Para o Capítulo II, “Frentes Pioneiras”, Amizael reservou em sua primeira parte a construção dos primeiros espaços físicos em torno da Vila de Santo Antônio, reportando-se a fragilidade do lugar quanto as suas estruturas, dizendo que:

Durante muito tempo, Santo Antônio ficara abandonada, os casebres teriam sido arrasados, e, dos jesuítas, mais tarde expulsos por ordem de Pombal, só restavam notícias e a herança do nome da cachoeira – Santo Antônio. (DA SILVA, 1984, p.31.)

Aos autores em sua maioria, são unânimes em afirmar as condições precárias da região da primeira barreira natural do rio Madeira, Santo Antônio, pois é muito comum nos livros enfatizar a insalubridade daquela região. Amizael Gomes da Silva, comenta

12 Escritor de origem maranhense recebeu o Título de Amigos da Educação pela SEDUC em 1985, o Título de Emérito Educador pelo Conselho Estadual de Educação em 1991 e Diploma de Mérito aos 10 anos da UNIR - ARE em 1992.

não havia um serviço sanitário adequado, que o gado para consumo era abatido em plena via pública, assim como o lixo não havia destino correto para ser dispensado.

Segundo Amizael Gomes da Silva, a História da ferrovia Madeira–Mamoré é vinculada ao ciclo econômico da borracha. Sua construção era fundamental para o escoamento do látex tanto brasileiro como boliviano, que depois prosseguiria pelos rios Madeira, Amazonas chegando à cidade de Belém e, de lá, para os continentes além do Oceano Atlântico. O produto da *Hevea Brasiliensis* da Amazônia era matéria-prima primordial para a indústria automobilística na Europa, efervescida pela Revolução Industrial.

De acordo com o historiador Amizael Gomes da Silva (1991, p.31), “a Inglaterra era, então, a melhor compradora da borracha brasileira”.

Em seus estudos, Amizael Gomes da Silva também ressalta o lado desbravador dos primeiros seringueiros, que se desgarraram do sertão determinados a vencer as dificuldades da floresta tropical e que transmigração daqueles se desdobra por lances quase épicos.

Com a publicação do livro *Amazônia Porto Velho*, em 1991, Amizael reservou oito capítulos para apresentar aos seus leitores a História dos Bandeirantes, as tentativas de povoamento de Porto Velho, os fundamentos da ocupação, o próprio município de Porto Velho e as suas transformações, a geografia local, alcançando a letra oficial do Hino Municipal.

Faremos referências nesta parte do texto ao Capítulo IV “O Município”, pois Amizael Gomes da Silva nos relata que fora a partir da construção do centro administrativo da EFMM que surgiram as primeiras moradias de Porto Velho. E que somente com a aprovação da Lei n.º 757 de 2 de outubro de 1914 é que foi dada àquela vila o *status* de município.

Com o decreto assinado pelo Dr. Jonathas Pedrosa, governador do Estado do Amazonas, em janeiro de 1915, Porto Velho passou a ser considerado autônomo, tendo como Superintendente o major Fernando Guapindaia, onde em sua gestão ocorriam:

discussões entre o chefe da Estrada de Ferro e Guapindaia quanto a isenção de impostos estaduais e municipais, e posse de grandes extensões de terras daquela empresa destinadas ao uso da ferrovia. (DA SILVA, 1991, p.47).

Neste Capítulo do livro, Amizael explora as informações imagéticas, por meio de fotos que retratam a história do município de Porto Velho, tendo como exemplo uma imagem de 1938 que mostra a solenidade do lançamento da pedra fundamental do Bairro Caiari, tendo como espectadores e testemunhas daquele evento os funcionários da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré.

Muito interessante a maneira como o escritor Amizael Gomes da Silva explora as informações contidas nas fotos, pois as riquezas de detalhes apresentam ao leitor, uma visão ampla e não direcionada por outras perspectivas, quanto à formação do município de Porto Velho.

Pela Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO) fora publicado o livro *Da chibata ao inferno* (2001), por Amizael Gomes da Silva. Esta obra conta a chegada dos revoltosos da armada brasileira à Vila de Santo Antônio, discrimina em suas linhas literárias as condições físicas dos embarcados no navio *Satélite*, pois ao desembarcarem observaram-se:

Homens esqueléticos, maltrapilhos e sujos, exalando odor desagradável, com os olhos apertados para evitar o desconforto da claridade do sol que não viam desde que foram compelidos a entrar naqueles porões. (DA SILVA, 2001, p. 70.)

Com relação ao grupo feminino que fazia parte do rol de pessoas despejadas na floresta do rio Madeira, neste caso Santo Antônio, assim relata Amizael:

mascaradas pelas sujeiras, exalando mau cheiro, eram rejeitadas por seringueiros e delas se distanciavam até os mais libertinos e voluptuosos recalcados daquelas redondezas. Maltrapilhas, pondo a mostra os contornos do corpo em alguns casos, mesmo assim os homens sentiam repulsa. (DA SILVA, 2001, p. 77.)

Procuramos fazer uma breve explanação dos três livros escritos por Amizael Gomes da Silva, não nos aprofundamos em todos os seus capítulos, mas é possível notar a riqueza de informações trazidas pelo historiador, e acreditamos ser bastante importante dentro deste texto de dissertação o olhar para alguns textos literários sobre a cidade de Porto Velho, sem desmerecer as demais produções.

2.3 Francisco Foot Hardman

Neste subitem, demonstra-se haver produções literárias com relação à História de Rondônia e do Hospital da Candelária e singularidades na maneira de abordar o tema pelos seus autores, dadas as suas visões como escritores de uma época em que debates

sobre a questão sanitária estava em grande voga, principalmente devido à saga da construção da estrada de ferro, no todo que era o complexo da EFMM.

Primeiramente nos reportaremos ao escritor Francisco Foot Hardman¹³, que, por meio do livro *Trem Fantasma – Modernidade na Selva*, no seu Capítulo 5, “Ferrovia Fantasma–Nos bastidores da cena”, mostra-nos as dificuldades encontradas na construção da ferrovia, sobretudo pelo elemento protetor natural da Selva Amazônica, que são as suas doenças tropicais, em especial o impaludismo, ou malária, a qual, mesmo após a conclusão do trecho que liga Porto Velho a Guajará-Mirim, não se podia mensurar o que restou nas pessoas de ruína física. Para o autor havia um sentimento de vitória do capitalismo sobre a natureza da região, com a conclusão da estrada de ferro, mas era somente uma aparência, uma possibilidade do início e muito provisória.

Para Hardman, seria possível analisar esse desfecho por meio do acompanhamento da intervenção organizada, cumulativa e sistematizada da medicina sanitária na região.

Será desta vez o saber médico, fundamentalmente, o grande responsável pelo triunfo da técnica do maquinismo e da engenharia civil. Homens como os médicos norte-americanos H. P. Belt e Carl Lovelace ou como os brasileiros Oswaldo Cruz e Joaquim Tanajura desempenhariam, no plano de fundo, papel decisivo no sentido de possibilitar, pelo menos, que os trabalhos fossem suportáveis até sua conclusão e que produtividade dos contingentes de operários em ação, mesmo se terrivelmente baixa em relação às outras ferrovias, se mantivesse num patamar mínimo capaz de impedir a paralização ou retrocesso das obras. (HARDMAN, 1988, p. 138.)

Para o autor, os relatórios produzidos e apresentados pela Companhia Madeira–Mamoré, menciona o lado positivo da produtividade e rentabilidade dos operários, tendo como controláveis ou administráveis os níveis de sofrimento daqueles e que essa visão unilateral positivaria o empreendimento nas obras da Companhia.

Segundo Hardman, “Um nome, uma sigla, Madeira–Mamoré Railway Company, pesa mais que todos os mortos anônimos da estrada. Sua lógica também nada tem de razoável, mas é capaz de produzir gestos pseudo-autônomos, na verdade automáticos, como se se tratasse de uma montagem teatral já meio desgastada após tantas e repetidas encenações [...]” (HARDMAN, 1988, p. 138.)

13 Professor livre-docente na área de Literatura e Outras Produções Culturais do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL, Unicamp), onde coordena atualmente seu programa de pós-graduação. Foi professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (1980-98) e pesquisador associado na área de História Cultural do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (1993-95). Foi Directeur d'Études Associé na Maison des Sciences de l'Homme (1995), ambos em Paris. Foi professor convidado do Departamento de Estudos Românicos da Università di Roma "La Sapienza" (1991) e professor visitante do LAI (Lateinamerika-Institut)/Universidade Livre de Berlim na primavera de 1995.

Para Hardman, o Hospital da Candelária era santuário e túmulo, monumento ao progresso científico e preâmbulo da escuridão. O nosocômio nada mais era que uma base de combate às doenças tropicais, servindo de quartel para o enfrentamento de uma guerra imposta pelo ambiente natural das terras do futuro Estado de Rondônia, onde sua impiedade era suprema ao ponto de pôr abaixo toda e qualquer animosidade daquelas vítimas de tal nos campos amazônicos.

Outro ponto comentado pelo autor do livro *Trem Fantasma* era a dificuldade de traslado dos doentes sem uma mínima possibilidade de recuperação, a procura por alojar os doentes nos leitos mostrava-se maior que a capacidade de lotação do Esculápio da Candelária. Havia uma recusa dos vapores em transportar os doentes, diante de uma negativa das autoridades dos municípios de Manaus e Belém, com receio de uma epidemia em seus territórios.

Já no Capítulo 6, “Quimeras de Ferro – História repetida como tragédia”, Hardman comenta a inserção compulsória de atores advindo da Revolta Armada no qual além dos castigos a ele impostos como prisão, tortura e morte de vários líderes, sua deportação no vapor *Satellite* para os campos da Amazônia em especial para alguns, na construção da Ferrovia Madeira–Mamoré para aumentar o contingente de trabalhadores ou por assim dizer vítimas dos mosquitos e pestes que assolavam a região dos caminhos de ferro.

De acordo com o relato do agente sanitário Belfort Booz de Oliveira, da Comissão Rondon que fora testemunha do desembarque, este enviou a Rui Barbosa, no dia 30 de maio de 1911 uma carta sobre a chegada de duzentos homens oriundos daquela revolta:

Os americanos, que exploram o sindicato da Madeira–Mamoré, recusaram-se, porém, a receber os duzentos, que lhes eram destinados, o que não impediu que o governo os mandasse. Os americanos prepararam-se, para interpor o desembarque, estabeleceram uma quarentena, por ocasião dos mesmos, a fim de impedir a entrada ou saída de quem quer que fosse dos limites de sua sede chegando, até, a responsabilizarem o governo, dos danos e perdas, que tivessem com a chegada daquele elemento de desordem. (HARDMAN, 1988, 157.)

Como o próprio Capítulo demonstra em seu título, repete-se mais uma vez a saga indesejável de pessoas que foram convencidas de forma compulsória ou não a fazer parte da história trágica da construção, podendo ser exemplificada ao se falar dos trezentos gregos da ilha de Creta que vieram para a Madeira–Mamoré, atraídos pela lábia interesseira de seu compatriota, com habilidade em recrutamento. Sem comentar os alemães cooptados no bairro de Amburgo, que foram alocados nas terras pantanosas do Abunã e não suportaram a insalubridade da região e desfortunaram em retornar para

seu país e não conseguiram seu intento. Segundo o engenheiro da companhia, Mister Voss:

Não mencionei ainda os seiscentos alemães [...] que não estavam dispostos as más notícias... a companhia mando-os trabalhar na reta do Abunã [...] meteram a cara no mato para ir a pé para Manaus [...] outros roubaram barricas de cimento para fazer uma balsa [...] poucos escaparam com vida. (VOSS *apud* HARDMAN, 1988, p. 167.)

Hardman alude ao destino dos operários escolhido pela ferocidade capitalista que não isenta qualquer nacionalidade ou raça para concluir os trabalhos da *carretera de fierro*, objetivos econômicos que estão acima da pessoa humana. E por:

um instante, podem tomar a figura daquele índio caripuna mutilado, símbolo do fim de uma raça e de uma nação, a se arrastar pelos corredores da Candelária usufruindo a abnegação hipócrita e tardia dos civilizados (HARDMAN, 1988, p. 167.)

Franciso Foot Hardman critica a forma devastadora da massa de trabalhadores que foram consumidos nos campos da Madeira–Mamoré, seus números chegaram a contabilizar por volta de vinte por cento do contingente contratado para as suas frentes de produção dos caminhos de ferros na região inóspita de Rondônia.

Os seus dados nos remetem a outra saga ocorrida longe desses quintais amazônicos chegando a ser comparados com a construção da cidade russa de São Petersburgo, fundado em 1703 por Pedro ¹⁴, o Grande, onde fora consumido por volta de cento e cinquenta mil homens para concluir sua arquitetura, foram vítimas do clima e do ritmo frenético das obras.

A construção ferroviária do Congo na África, fora outro palco do engajamento de milhares de operários submetidos a um exaustivo serviço típico de obras capitalistas que contou com a participação em torno de oito mil forças de trabalho.

¹⁴ O czar (imperador) russo Pedro I se tornou conhecido como Pedro, o Grande por causa de sua carreira excepcional como governante e reformista. Ele modernizou a Rússia e tornou-a mais poderosa.

SEÇÃO III- De índios, “desbravadores” e antropólogos.

São assim tripartidos os principais personagens, que em geral se confrontam no espaço social da Amazônia. Cada coletivo possui pelo menos duas faces, a de agressor, de sujeito da situação e a de subordinado, dependente de outra categoria. Se está a serviço do invasor capitalista, dizia Malinowski, o antropólogo comete as mesmas falhas de predisposição que aquele interessado na defesa e recuperação da dignidade humana coletiva que é visualizada pelos que penetram na terra alheia. Dificilmente são chamados a atuar estudiosos deste tipo em um espaço que não esteja perturbado pelo conflito.

Por outro lado, os indígenas, de que Diaruí é o nosso representante por excelência, ou seja, pacato, objeto da proteção dos médicos estrangeiros, não podem deixar de surpreender, pela sua vocação guerreira ou de serviçal (vendendo madeira às caldeiras da Ferrovia, na História real, ou prestando pequenos ofícios no Hospital como preenchedor de cápsulas de quinino¹⁵, no interior do *Diaruí*), muito embora tenha sido vendida ao colonizador a ideia de que são (foram) assassinos frios e sanguinários. Jogar entre estas esferas de possibilidade vem sendo o interesse secular de historiadores, políticos e invasores.

Os desbravadores, sem aspas, são evidentes invasores, mas cercados de uma aura heroica importante, para manter a ideia de progresso nos parâmetros da normalidade institucional, na que agem as normas de Direito Público e na que os nossos mitos preferidos são chamados, na sociedade atual, a idealizar um valor não menos duplo do que fizeram os anteriores sujeitos.

3.1 Legislações para o Indígena e o S.P.I. (Serviço de Proteção aos Índios)

Na *Terra brasilis* já existiam milhares (até mais do que cinco milhões) de habitantes autóctones, quando da chegada dos europeus exploradores, e possuíam seus costumes e tradições próprios bem definidos. Os indígenas passariam por um etnocídio imposto por estrangeiros que tinham como objetivo principal, a exploração de recursos naturais, e a riqueza do subsolo ainda não extraída.

¹⁵Quinina (fórmula química: $C_{20}H_{24}N_2O_2$) é um alcaloide de gosto amargo que tem funções antitérmicas, antimaláricas e analgésicas. O sulfato de quinina é o quinino. É extraída da quina.

Vale lembrar os comentários de Sérgio Buarque de Holanda no livro *História Geral da Civilização Brasileira*, no Capítulo II “Antecedentes Indígenas: organização social da tribo tupi” (Copyright 1997, p. 73), sobre o modo vida de uma das tribos antes da chegada dos europeus no Brasil:

Os tupis entraram em contato com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorara colonialmente. Esses indígenas eram praticantes da horticultura, a coleta, a caça e a pesca, possuindo equipamento material para suas atividades econômicas. [...] essas atividades eram desenvolvidas como um controle indireto da natureza.

Através dos primeiros (futuros também!) contatos e com o apoio da Igreja Católica (em adiante Igreja) no processo exploratório na região litorânea, os povos indígenas foram obrigados de forma gradativa a participarem de um novo modelo de vida (costumes e tradições) influenciada pelos portugueses.

Sendo assim aumentada as influências externas sobre as comunidades de indígenas,

os portugueses conseguiram modificar o padrão de relações com os nativos. [...] ao substituir o escambo pela agricultura, aqueles alteraram completamente seus centros de interesse no convívio com s indígenas. Este passou a ser encarado com obstáculo para a posse da terra. (HOLANDA, 1997, p. 82.)

Foi por meio do método de “ajuntamento” das comunidades indígenas que os padres jesuítas impuseram a forma eurocêntrica através dos *aldeamentos* para alcançar o controle da igreja católica sobre aqueles povos, e com isso, modificar os costumes e hábitos de boa parte dos indígenas, fragmentando os laços intertribais em detrimento de uma dos objetivos da religião católica, ou seja, levar a “salvação” para os pagãos das Américas. Para determinar os moldes a serem aplicadas às doutrinas da religião cristã, algumas tribos do continente americano, se sujeitaram a participarem dos projetos das missões.

Assim sintetiza Marilena de Souza Chauí no texto intitulado 500 Anos – *Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro*– em relação da presença dos exploradores, detentores das técnicas náuticas além mar e além terras do Novo Continente:

durante os últimos 500 anos, a América não cessou de oscilar entre as duas imagens brancas dos índios e, nos dois casos, as gentes e as culturas só puderam aparecer filtradas pelas lentes da bondade ou da barbárie originária. Cegos e surdos para a diferença cultural (no sentido amplo deste termo), os pós-colombinos e pós-cabralinos realizaram a obra da dominação, mesmo quando julgaram que faziam o contrário, desejosos de aumentar o rebanho do povo de Deus ou os cidadãos da sociedade moderna. (CHAUÍ, 1994, p. 12.)

Outra forma modificar as tradições indígenas pelos padres consistiu em reuni-los através dos *descimentos* para um local fixo no qual, havia a promessa de uma vida melhor diferente daquela tradicionalmente constituída através dos séculos nas matas brasileiras e diga de passagem com um rol de cultura bastante expressiva através da oralidade e, que segundo os novos “habitantes” não era conveniente para as comunidades detentora de tal conhecimento. Porém os propósitos jesuíticos eram de terem um controle social e políticos sobre estes povos para servirem de mercadoria humana para seus desejos econômicos.

em 1554, Nóbrega transferiu os filhos dos índios para uma casa erguida nos campos de Piratininga, [...] abrigou os estudos e servia ao mesmo tempo de escola, dormitório, refeitório, enfermaria [...], e tinha doutrina ordinária pela manhã e à tarde e, missa nos dias santos. (HOLANDA 1997, p. 139.)

As transformações eram impossíveis de serem evitadas com presença europeia (especificamente portuguesa) na sociedade indígena. A partir do momento que os estrangeiros exploraram os costumes e os hábitos indígenas, houve um dilaceramento nos meios tradicionais daqueles povos com a expedição de bulas e normas jurídicas para regulamentar o controle da coroa e da igreja católica, no qual determinava como seria o modo de vida dos índios.

A condição de aldeados lhes dava alguns privilégios em relação aos que ocupavam posição inferior na escala social. Tinham direito a terra, embora uma terra bem mais reduzida que a seu original, tinham direito a não se tornarem escravos, embora fossem obrigados ao trabalho compulsório, tinham direito a se tornarem súditos cristãos, embora tivessem que se batizar e, em princípio, abdicar de suas crenças e costumes. (ALMEIDA, 1988, p. 12.)

A Igreja Católica e o Estado uniram-se para cooptar índios para os aldeamentos, pois com a vinda dos primeiros governadores-gerais e com uma legislação própria de controle, para modificar o modo de vida dos indígenas onde muitas das vezes eram usadas algumas formas de castigo para aqueles que não obedeciam às regras jesuíticas. Demonstrava-se que:

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43.)

Havia um contraste na letra das normas para serem aplicadas em relação aos autóctones, ao mesmo tempo em que se podia escravizar, também era dada a ordem de

libertação dos nativos e até dizimá-los para aqueles que não cooperassem. Um dos casos mais expressivo na literatura do Madeira é o dos nativos Mura, os quais demonstraram resistência quanto à presença de estranhos nas suas terras.

O projeto colonizador português através das capitânicas hereditárias no qual consistia em dividir o território recém encontrado entre os seus fidalgos não tiveram êxitos economicamente falando, por isso uma nova política fora adotada pelo governo português com a vinda dos governos gerais para fomentar econômica e politicamente a colônia na América do Sul. Para isso, nomeou Tomé de Souza e lhe deu plenos poderes para controlar e fiscalizar o grande negócio além-mar português. Dentre tais ordens estava a questão indígena, pois foi

A partir do regimento de 1549, e da lei 1570, propõem esclarecer melhor essa questão sempre deixam brechas para que pudesse levar guerras contra os índios, aprisionamento, esbulho de terras, deslocamentos, enfim, o que fosse necessário para não comprometer a segurança do empreendimento colonial. (GOMES, 1991, p. 68.)

Em artigo publicado na *Revista História* por Francisco Carlos Cardoso Cosentino, intitulado *–o Braço do Rei–* (23.04.2008), autor menciona a missão de Tomé de Souza enquanto representante da coroa portuguesa e seu vínculo por meio de um “um compromisso, no qual instituíam a delegação dos poderes e davam legitimidade ao exercício do cargo. Era um dos muitos resquícios do período medieval ainda em vigor no Antigo Regime Português”.

A sorte dos indígenas estava determinada pela presença do elemento português com suas leis que nos lhes oferecia nenhuma vantagem se comparadas com os seus súditos. Buscavam essas normas moldar politicamente o destinos dos indígenas, como por exemplo a Lei de 30 de julho de 1609, que oficializava e determinava como o indígena tinha sua liberdade instruída pela norma portuguesa aplicada em terra brasileira:

D’aquellas partes do Brazil por livres, conforme a Direito, e seu nascimento natural, assim os que já forem baptizados, e reduzidos á nossa Santa Fé Catholica, como os que ainda viverem como gentios, conforme a seus ritos, e ceremonias; os quaes todos serão tratados, e havidos por pessoas livres, como são; e não serão constrangidos a serviço, nem a cousa alguma, contra sua livre vontade; e as pessoas, que delles se servirem nas suas fazendas, lhes pagarão seu trabalho, assim, e de maneira, que são obrigados a pagar a todas as mais pessoas livres, de que se servem. (Coleção Cronológica de Legislação Portuguesa, 1609, p. 271.)

A parceria do Estado Português com a Igreja Católica fizeram de forma seleta entre os indígenas brasileiros quais deveriam se livres ou escravos. Sendo seus interesses resguardados pelas leis que vigoravam na época da colonização e que, os nativos não opção de escolha a não a guerra para defender seus interesses e vontades, assim como resguardar seu meio social na suas tribos. Explicando-se que,

porém, succedendo caso, que os ditos Gentios movam guerra, rebelião e levantamento, fará o Governador do dito Estado, Junta, com o Bispo, sendo presente, e com chanceller e Desembargadores da Relação, e todos os Prelados das Ordens, que forem presentes no lugar, aonde se fizer a tal Junta, e nella se averiguará, se convem, e é necessario ao bem do Estado, fazer-se guerra ao dito Gentío, e se ella é justa; e do assento, que se tomar, se me dará conta, com relação das causas, que para isso ha, para eu as mandar ver; e approvando, que se deve fazer a guerra, se fará; e serão captivos todos os Gentios, que nella se captivarem. (Coleção Cronológica de Legislação Portuguesa, 1609, p. 309.)

Outras normas foram editadas em relação ao indígena, como a Lei de 1.º de abril de 1680, que fazia referência aos cativeiros dos indígenas nas terras do Maranhão e quais eram as exceções nas normas legislativas quanto sua aplicabilidade:

exceptuando quatro casos em que de direito herão justos e licitos, a saber quando fossem tomados em justa guerra que os Portuguezes lhe movessem intervindo as circunstancias na dita Ley declaradas, ou quando impedissem a pregação evangelica, ou quando istivessem prezos a corda para serem comidos, ou quando fossem vendidos por outros Indios que os houvessem tomado em guerra justa, examinando-se a justiça della na forma ordenada na dita Ley, e por não haver sido eficaz o dito remedio, nem o de outras Leys antecedentes do Anno de 1570, 1577, 1595, 1652, 1653. (Imprensa Nacional, 1948, pp. 57-59.)

Em meados do século XIX, temos em pauta neste trabalho dissertativo O Diretório dos Índios (Pombalino) sendo produzido por volta de 1755, mas que veio a ter seu efeito de publicidade somente em 1757. É um texto jurídico que ecoava sobre o contexto político das nações indígenas. Tendo sua nomenclatura advinda da posição de nobreza de Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal), que possui noventa e cinco artigos que regia sobre a liberdade assim como o comércio dos indígenas do Maranhão e Pará.

Em Capítulo chamado “Falsa Liberdade”, John Hemming (1935, p. 29) comenta esse primeiro momento após a publicação da norma pombalina dizendo: “doravante, os índios passariam a gozar de todos os direitos e privilégios dos cidadãos livres comuns”.

O Diretório Pombalino afetou também a autonomia dos missionários jesuítas em relação aos negócios advindos da pessoa do indígena, percebe-se o rompimento da parceria Igreja e Estado com essa nova Lei.

O decreto de 7 de junho de 1755, privava os missionários de todo controle temporal ou civil sobre as aldeias indígenas. No futuro os missionários deviam restringir-se ao trabalho evangélico [...]. O poder político passava agora ao governador real [...] e as justiças seculares. (HEMMING, 1935, p. 30.)

Pensando nas finanças da coroa essa recém criada norma jurídica teve como um dos seus objetivos fomentar o comércio com as tribos locais, pois a liberdade de comerciar com os indígenas poderia a partir do texto de lei ser feita por qualquer colonizador. Pois já era do conhecimento da realza portuguesa o enriquecimento dos eclesiásticos da Companhia de Jesus. “Os jesuítas lograram desenvolvimento em mais de sessenta aldeias ao longo das margens do grande rio (Amazonas). Possuíam enormes fazendas para a criação de gado na ilha de Marajó”. (HEMMING, 1935, p. 31.)

A falsa liberdade indígenas, nas palavras de John Hemming, relaciona-se com a questão econômica da região do Amazonas em especial, pois a decadência era visível devido ao declínio da força de trabalho indígena em razão da diminuição em termos populacional e consequentemente de mão de obra.

O sistema existente estava fracassado de forma manifesta. Uma mudança radical no sentido da livre empresa, com o trabalho indígena liberto da tutela missionária, poderia revivificar essa região potencialmente rica. Ao mesmo tempo garantir a “liberdade” aos indígenas. (HEMMING, 1935, p. 34.)

Esse assunto que se refere ao Diretório do Governo Português se estende ente os interesses dos colonizadores e os colonizados, porém não me aprofundarei demasiadamente por não ser o nosso foco em específico. Mas deixarei os comentários do governador da província do Amazonas, Mendonça Furtado, que assim declarou sobre as ordens regias em relação aos indígenas:

Devendo executar as duas leis de 6 e 7 de junho de 1755, pelas quais sua Majestade foi servido mandar declarar a liberdade de todos os índios deste Estado. Reconhecendo com quem está lidando [...] as intenções de sua Majestade ficariam frustradas, se entregasse a estes miseráveis e rústicos ignorantes o governo absoluto da quantidade de povoações, que constituem este grande Estado. (Belém do Pará, 21 de maio de 1757).

Ao se iniciar o século XIX, as mudanças políticas na Europa com o avanço das tropas de Napoleão Bonaparte sobre aquele continente, veio a deslocar de forma compulsória a Coroa Portuguesa para a sua colônia brasileira. A Casa de Bragança foi obrigada a se transferir para o Brasil, e influenciando o cotidiano colonial abaixo da linha do Equador em terras tropicais.

O príncipe regente D. João VI ao chegar ao Brasil buscou atender os anseios dos colonizadores, principalmente os de bandeira portuguesa, em relação a questão indígena expediu decretos, entre estes, o de 13 de maio de 1808 que condenava as atrocidades cometidas botocudos na região de Minas Gerais.

A política indigenista adotada por D. João VI em 1808 tinha como principal objetivo promover a ocupação efetiva das áreas indígenas de Minas Gerais e no Paraná, concedendo aos colonos interessados em explorá-los todos os direitos legais de propriedade. Além disso, reservava aos colonos o direito de exploração do trabalho compulsório do índio. Vale lembrar também que nesse período, em quase toda a América Espanhola, já se constataavam grandes rebeliões, [...]. Portanto, era necessário tomar medidas enérgicas para não permitir movimentos similares nos domínios territoriais portugueses. (VASCONCELOS *apud* MOREIRA NETO, 1999, p. 37.)

Para o momento histórico da fase de independência do Brasil, temos a figura de D. Pedro, que se desvinculou pelo menos de âmbito político, ao se proclamar imperador do Brasil, rompendo os laços com Coroa Portuguesa em 1822. Temos também, para essa fase, José Bonifácio que, com um olhar eurocêntrico, via os índios como selvagens de linha nobre. Segundo Mércio Pereira Gomes,

A independência do Brasil começou, generosamente, com a proposta de José Bonifácio sobre a catequese e civilização dos índios enviada à Constituinte de 1823. Ao ser dissolvida por Dom Pedro I, caiu a proposta e a Constituição promulgada no ano seguinte, a qual não falava em índios. Até a saída do primeiro imperador, a questão indígena foi legislada por avisos e recomendações aos conselhos provinciais, permanecendo ainda a legislação anterior de guerras ofensivas e escravização. Porém as ideias de Bonifácio tinham raízes num segmento da elite política brasileira que desejava criar o sentimento de uma nova nação a qual os índios deveriam fazer parte através de meios pacíficos, especialmente pela catequese. (GOMES, 1988, p. 79.)

Com o advento da Constituição de 1824, durante o governo autocrático de Dom Pedro, não havia dispositivos legais que fizessem referências positivas aos índios brasileiros. O que havia era um favorecimento explícito para os grandes latifundiários dispostos a invadir as terras indígenas. Em comentário, na página 230 do Capítulo “Solução dos idealistas”, John Hemming faz referência a esse momento **escuro político** na vida dos indígenas:

em 28 de janeiro de 1824, o governo imperial ordenou às autoridades provinciais do Espírito Santo que garantissem terras a todos os colonizadores que quisessem no vale do Rio Doce. Significava isso que os botocudos pacificados por Marliére teriam de recuar ante a invasão de suas fronteiras. (HEMMING, 1935, p. 230.)

Durante a primeira fase do Período Regencial ocorreram as mudanças com relação aos nativos, mas havia conflitos quanto a aplicação das normas. Ora determinava a não agressão as comunidades indígenas, ora era declarada guerra em outras. Acredito que o interesse intrínseco de cada região prevalecia sobre a dos povos indígenas. Começando pela Lei de 27 de outubro de 1831, que revogava o art. 1.º e 2.º de 1808:

fica revogada a Carta Régia de 5 de novembro de 1808, na parte em que mandou declarar a guerra aos Índios Bugres da Provincia de S. Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 annos aos milicianos ou moradores, que os apprehendessem. Ficam tambem revogadas as Cartas Régias de 13 de maio, e de 2 de dezembro de 1808, na parte, em que autorizam na Provincia de Minas Geraes a mesma guerra, e servidão dos índios prisioneiros. (Coleção De Leis do Império do Brasil, 1831, p. 165 Vol. 1, Parte I.)

Outro dispositivo legal que alcançou as comunidades indígenas foi o Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845 que instituiu o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios. Manda que se observe o seguinte:

acerca das Missões de catechese, e civilisação dos Indios. Determinava tambem que haverá em todas as Provincias um Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador”, possuindo entre as suas atribuições: “Examinar o estado, em que se achão as Aldêas actualmente estabelecidos; as occupações habituaes dos Indios, que nellas se conservão; suas inclinações e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria, como mistiça; e as causas, que tem influido em seus progressos, ou em sua decadencia.[...], Indagar os recursos que offerecem para a lavoura, e commercio, os lugares em que estão collocadas as Aldêas; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniencia de sua conservação, ou remoção, ou reunião de duas, ou mais, em uma só. [...] distribuir pelos Directores das Aldêas, e pelos Missionarios, que andarem nos lugares remotos, os objectos que pelo Governo Imperial forem destinados para os Indios, assim para a agricultura, ou para o uso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem proprios para attrahir-lhes a attenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social; requisitando-os do Presidente da Provincia, segundo as Instrucções que tiver do Governo Imperial. (Coleção de Leis do Império do Brasil, 1845, p. 86, Parte II.)

Para esse decreto imperial acima mencionado usaremos da leitura feita Hemming (1935), que viu de maneira positiva para a questão com relação aos nativos, porém com a ressalva de seu principal objetivo:

pelos padrões da época, a legislação de 1845 era bem intencionada. Os territórios das tribos seriam demarcadas em aldeias (reservas) de usufruto coletivo. Guerras e Bandeiras contra os índios foram proibidas, bem como sua escravização. Não se falava em forçá-los a trabalhar para colonos ou fazendeiros. As atividades dos índios

deveriam ser protegidas: jamais se empregaria a força em sua aculturação. Porém, quanto a aculturação esse era o principal objetivo. (HEMMING, 1935, p. 234.)

Ao deliberar como seriam aplicados os artigos de cunho liberalista, o Regimento das Missões resgata o sistema de administração incompatível, pois em cada província deveriam ser nomeados “tutores” leigos para fins de controle das missões.

Algumas medidas foram arbitradas no período em relação as comunidades indígenas, mas o fator de interesse político e econômico limitaram que tais decisões favorecessem a reivindicações de interesse provinciais, e que pudessem sanar os problemas locais tendo em dos polos a população em geral e do outro grupos indígenas, sendo este últimos desmerecedores de defesa perante o governo imperial no Brasil.

Para que a aquisição compulsória das terras indígenas fosse oficializada, o governo imperial do Brasil codificou as vias de acesso por meio da Lei de Terras, Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850. Ela determinava o que era de poder público ou privado, caracterizando assim a expropriação das terras indígenas de forma legal.

Cabe aqui ressaltar o artigo 12, que dava pleno poderes ao governo na utilização das terras “desocupadas” para inserção de novas aldeias. O reflexo deste e de outros dispositivos jurídicos foi o avanço da fronteira dos invasores (estrangeiros) sobre as terras indígenas brasileiras. E o direito dos índios sobre suas terras caíram diante das normas de interesses exógenos.

Para o Período Republicano onde a força do setor do Exército assumiu o poder do Brasil, tendo sua política voltada para uma “reconstrução” do país, observa-se que a figura do indígena não foi objeto de debates e acordos legislativos, no qual, estes não foram agraciados com a Constituição Republicana de 1891 não oferecendo ou regulamentando qualquer direito, sendo aquela a primeira Carta Constituinte do Brasil.

Com o Estado Novo que durou oito anos, a ditadura varguista possuía seus ideais com base no fascismo italiano. A Carta de 1937, elaborado por Francisco Campos suprimia a autonomia dos Estados, dava a Getúlio Vargas plenos poderes sobre o Legislativo, Executivo, Judiciário e até o Exército.

O que se pode observar que os direitos individuais e as garantias constitucionais desapareceram durante o governo populista de Getúlio, isso ao relacionarem-se tais momentos históricos com a comunidade civil. O que então poder-se-ia esperar em relação aos povos indígenas?

De concreto, em termos de aplicação dos direitos dos indígenas, deixou-se entre a gama de artigos constitucionais o artigo 154, da Carta de 1937: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”.

Se, para as comunidades das cidades e para os cidadãos da Sociedade maior, a política de Vargas foi bastante conflitante, por se tratar de um governo populista, o que se presenciou em termos de direitos indígenas foi uma falácia. Estes, sem os seus representantes, e diante da classe política brasileira, viram-se mais uma vez desprotegidos pelo poder público, fosse em tempos áureos ou não da economia brasileira.

Já durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, após a queda de Getúlio Vargas, promulgou-se a Constituição de 1946, na qual havia representantes de uma elite proprietária, correspondente a oitenta por cento dos constituintes da época. Para esse lapso de tempo, o que foi referenciado como norma para os indígenas resumiu-se aos artigos sobre a posse das terras e a competência da União para legislar sobre os índios.

Nesta fase de restrições de direitos civis, sendo a sociedade brasileira vítima como um todo, poucas são as manifestações em favor dos povos indígenas. Todos sujeitas à dureza do regime militar, foram, porém, camufladas as atrocidades sofridas pelos “reais brasileiros” (autóctones), que foram torturados e mortos, causando um verdadeiro etnocídio e somente divulgado décadas após, com a divulgação do Relatório Figueiredo. Esse rol de informações (de denúncias) forma uma das fases mais negativas da atuação do Estado enquanto, paradoxalmente, consta como protetor ou instituidor de direitos para os povos indígenas. Os relatos de atrocidades cometidas contra as comunidades indígenas chocaram a comunidade internacional e os cidadãos conscientes da importância do legado que se perdia.

Na parte introdutória do livro *Memória do SPI*, publicado no Rio de Janeiro em 2011, Carlos Augusto da Rocha Freire tece comentários com relação aos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios que foram queimados (de propósito ou não), que acusavam muitos servidores daquele órgão governamental, da tortura e do maltrato aos índios:

em 16 de junho de 1967, um incêndio destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, transformando em cinzas arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos depositados na sede do Serviço de Proteção aos Índios. Na época, o

incêndio suspeito foi tido por algumas personalidades como criminoso [...].

A seguir algumas partes desse dossiê macabro (Relatório Figueiredo):

Em Guarita (IR-7-RGS), seguindo uma família que se escondia, fomos encontrar duas criancinhas sob uma moita tendo as cabecinhas quase completamente apodrecidas de horrorosos tumores, provocados pelo berne, parasita bovino...

É espantoso que exista na estrutura administrativa do país repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça...

o tronco era, todavia o mais contraditório de todos os castigos, imperando na 7ª inspetoria. Consiste na trituração do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas juntas em um ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lentas e continuamente...

todos sofreram os índios na peia e no tronco que, embora o código penal capitule como crime a prisão em cárcere privado, deve-se saudar a adoção desse delito como um inegável progresso no exercício de proteção ao índio...

durante 20 anos a corrupção campeou no serviço sem que fossem feitas inspeções e tomadas medidas saneadoras...

destruídos os arquivos julgaram-se salvos e livres dos castigos merecidos. Felizmente são longas as garras da lei e a verdade pode chegar por vários caminhos...

Marcelo Zelic, coordenador do Projeto Armazém Memória e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP, afirmou de forma crítica no site do CIMI (Conselho Indigenista Missionário 21/06/2013.):

É preciso expor para a sociedade as violências e os massacres sofridos pelos indígenas. Eles são uma constância na história deste país. E o Relatório Figueiredo registra todos os conflitos que há décadas arrasam estes povos. Inclui, por exemplo, a lista de nomes dos políticos, parentes de políticos, juizes, militares e servidores do Serviço de Proteção ao Índio que tomaram terras de vários povos no Mato Grosso do Sul.

A partir da nova Constituição, os índios são considerados cidadãos de pleno direito, sendo-lhes reconhecido o direito de se manterem como povos culturalmente diferenciados. Sem desconsiderar que os avanços da Constituição de 1988 são resultados das lutas indígenas pelo reconhecimento de seus direitos, deve-se reconhecer que foi ainda aquela Carta Magna de 1988 que abriu a possibilidade de reconhecimento oficial da participação dos índios nas demarcações dos seus territórios avançou na

questão indígena, pois trouxe vários dispositivos que podem efetivamente proteger interesses dos índios.

Segue abaixo alguns dispositivos legais com relação aos índios no século XX:

No Título III, denominado “Da organização do Estado”, Capítulo II intitulado “Da união” prevê:

Artigo 20 - São bens da União, [...] XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;

Art. 22 – Compete privativamente à União legislar sobre

.....

IV – populações indígenas;

No título IV, denominado “Da organização dos poderes”, no Capítulo I, intitulado “Do Poder Legislativo”, Seção II “Das atribuições do congresso nacional” estabelece:

Art. 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional, [...]

XVI- autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

No mesmo Título IV, no Capítulo III intitulado “Do Poder Judiciário”, Seção IV “Dos Tribunais Regionais Federais e dos juízes federais”, dispõe:

Art. 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar, [...] XI – a disputa sobre direitos indígenas;

E o Capítulo IV intitulado “Das funções essenciais à Justiça”, Seção I “Do Ministério Público”, prevê:

Art. 129 – São funções institucionais do Ministério Público, [...] V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

“Da Ordem Econômica e Financeira” é o Título VII da Constituição Federal e em seu Capítulo I, intitulado “Dos princípios gerais da atividade econômica” assim está previsto:

Art. 176 – As jazidas, em lavras ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à união, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra., § 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o capítulo deste artigo [...], na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

No título VIII, denominado “Da Ordem Social”, no Capítulo III intitulado “Da educação, da cultura e do desporto”, Seção I, “Da educação” está disposto:

Art. 210– Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem;

Na Seção II, denominada “Da cultura”, prevê o legislador constituinte:

Art. 215– O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

No mesmo Título VIII, há o Capítulo VIII intitulado “Dos Índios”, especificamente dedicado à questão indígena, em especial sobre a terra e a cultura:

Art. 231– São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1.º– São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§2.º– As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§3.º– O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§7.º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4.º Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (Carta Magna de 1988.)

Tomando por referência os dados de fevereiro de 2011 sobre a “Situação Geral das Terras Indígenas” (CIMI, 2011), do conjunto das 1.024 terras ocupadas tradicionalmente por grupos indígenas apenas 204 estão preliminarmente conceituadas como áreas de ocupação indígena, aguardando que sejam realizados os procedimentos oficiais de identificação fundiária e delimitação que deverão subsidiar uma eventual futura demarcação como “terra indígena”. Reconhecem-se os direitos inerentes a ela e constitucionalizam-se o respeito à tradição, aos costumes e à língua da população indígena; houve importante e benéfica alteração no tratamento dispensado às minorias étnicas.

Segundo José Afonso da Silva a questão da terra indígena foi um dos temas mais difíceis e controvertidos na elaboração da Constituição de 1988, que procurou cercar de garantias esse direito fundamental do índio. (SILVA, 1998, p. 829.)

Quanto à relação de conflitos de terras no âmbito nacional, que atravessam os séculos com as suas lides, os versos de Drummond nos falam das realidades daqueles que a possuem e os que a desejam, não importando a origem, ou seus objetivos econômicos, políticos ou sociais.

Nossas brigas eram separadas
e nossos campos de mandioca marcados
pelo sinal da paz [...]
Uma terra sempre furtada
pelos que vêm de longe e não sabem
possuí-la
terra cada vez menor
onde o céu se esvazia de caça e o rio é memória
de peixes espavoridos pela dinamite
terra molhada de sangue
e de cinza esterçada de lágrimas
e lues
em que o seringueiro o castanheiro o garimpeiro o bugreiro colonial e
moderno
celebram festins de extermínio [...]
“Pranto Geral Dos Índios”. Carlos Drummond de ANDRADE (1967,
p. 172.)

Ao se referir à questão da terra no território brasileiro na atualidade, temos tramitando na Câmara Federal em Brasília uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) conhecida como PEC 215, tendo à sua frente Almir Sá do Estado de Roraima, o então deputado como autor de tal proposta quer que seja modificada a Constituição de 1988 determinando que: “se visa acrescentar o inciso XVIII ao art. 49; modificar o §4.º e acrescentar o §8.º ambos no Art. 231, da Constituição Federal, incluindo dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.”

Como forma de protesto quanto a possibilidade de mudança nos artigos da Constituição, que se referem às terras ocupadas pelos índios por meio da PEC citada, a comunidade Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul expede uma carta ao Governo e a Justiça Federal repudiando as normas que futuramente prejudicará seu povo.

Segue a íntegra da mensagem indígena:

Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil

Nós (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças) comunidades Guarani-Kaiowá originárias de tekoha Pyelito kue/Mbrakay, viemos através desta carta apresentar a nossa situação histórica e decisão definitiva diante de da ordem de despacho expressado pela Justiça Federal de Navirai-MS, conforme o processo nº 0000032-87.2012.4.03.6006, do dia 29 de setembro de 2012. Recebemos a informação de que nossa comunidade logo será atacada, violentada e expulsa da margem do rio pela própria Justiça Federal, de Navirai-MS.

Assim, fica evidente para nós, que a própria ação da Justiça Federal gera e aumenta as violências contra as nossas vidas, ignorando os nossos direitos de sobreviver à margem do rio Hovy e próximo de nosso território tradicional Pyelito Kue/Mbarakay. Entendemos claramente que esta decisão da Justiça Federal de Navirai-MS é parte da ação de genocídio e extermínio histórico ao povo indígena, nativo e autóctone do Mato Grosso do Sul, isto é, a própria ação da Justiça Federal está violentando e exterminando e as nossas vidas. Queremos deixar evidente ao Governo e Justiça Federal que por fim, já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo, não acreditamos mais na Justiça brasileira. A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas? Para qual Justiça do Brasil? Se a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências contra nós. Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos aqui acampados a 50 metros do rio Hovy onde já ocorreram quatro mortes, sendo duas por meio de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas.

Moramos na margem do rio Hovy há mais de um ano e estamos sem nenhuma assistência, isolados, cercado de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Passamos tudo isso para recuperar o nosso território antigo Pyleito Kue/Mbarakay. De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs, avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados.

Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui.

Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos.

Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS.(sic)

Atenciosamente,

Esta foi a resposta do representante de uma comunidade autóctone, que reflete bem a situação das comunidades de modo geral no Brasil, os direitos antes eram-lhes dados pelo dispositivo constitucional também, pode ser retirado pelo mesmo. As leis são feitas no âmbito parlamentar sem a consulta aos reais interessados na questão, ou seja, os índios.

É necessário repensar quanto à vida das comunidades indígenas do Brasil, o desamparo que se faz presente nesse e noutros momento da nossa História, esses povos tendem a desaparecer com o passar dos séculos, se não se estancarem a perseguição e os morticínios físicos, sociais, políticos, culturais, etc.

3.2 Cândido Rondon¹⁶

Para esse momento de expor nesta Pesquisa dados sobre um dos mais conhecidos sertanistas brasileiros, temos o dever de mostrar parte do trabalho de exploração e podemos até dizer de desbravamento feito por Cândido Mariano da Silva Rondon, nascido na cidade de Mimoso, que faz parte de Santo Antônio de Leverger, no Estado de Mato Grosso. Miscigenado em sua origem por ascendência indígena, sendo sua bisavó descendente de índios Bororo, Terena e Guaná.

Muito jovem ainda, Rondon fora para a cidade do Rio de Janeiro ingressar no Colégio Militar, aluno de Benjamin Constant, sendo posteriormente um dos defensores do Positivismo, chegando a tornar-se uma liderança na esfera civil, mesmo sendo um militar, na fase primária da queda da Monarquia e da ascensão dos proclamadores da República.

Um dos primeiros trabalhos de Rondon nas linhas telegráficas, que ligaria o Norte ao Sul do Brasil, ocorreu naquela que tinha como trajeto de Cuiabá ao Araguaia, conforme diz a narrativa que escolhemos:

em dezembro de 1889, Rondon havia sido designado ajudante do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro na Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia. Enquanto trabalhava em Mato Grosso, foi nomeado professor-substituto na Escola Militar, cargo que assumiu por pouco tempo, optando por continuar o trabalho nas

16 De origem indígena por parte de seus bisavôs maternos e da bisavó paterna Rondon decidiu servir ao Exército e dedicar-se à construção de linhas telegráficas pela vastidão do interior brasileiro. Durante sua vida, percorreu mais de 100 mil quilômetros, abrindo caminhos. Elaborou as primeiras cartas geográficas de cerca de 500 mil km². Fundou o Serviço de Proteção ao Índio. O marechal entraria para a história como o pacificador e o patrono das comunicações.

linhas telegráficas de Mato Grosso, a convite de Gomes Carneiro. (FREIRE, 2009, p. 16.)

Os sertões do interior do Brasil serviram de palco para os contatos da farda militar, na figura de Cândido Rondon, com tribos indígenas ainda distantes de um mundo cultural diferente e que iria atravessar os campos das suas aldeias, inferindo assim as mudanças pelos caminhos da comunicação e seus postos telegráficos.

a linha de Cuiabá ao Araguaia atravessa no vale do rio das Garças, uma região habitada por numeroso grupo da grande nação dos bororos. Estes índios, nos tempos coloniais, estiveram durante algum tempo em relação amistosa com os portugueses, aos quais prestavam serviços nas viagens entre Cuiabá e Goiás. (Edições do Senado Federal, 2003, p. 39.)

As linhas telegráficas alcançaram as partes mais remotas durante a República, após a Monarquia, e a sua instalação possuía também como objetivo vigiar e colonizar as fronteiras ainda desprotegidas do Estado Brasileiro. Sabe-se que a extensão da divisa territorial com as nações vizinhas são bastante grandes e difíceis de serem guarnecidas. Mas o problema não é só de natureza política ou institucional, pois os moradores (indígenas) da parte norte brasileira pagaria o ônus maior, sendo suas vidas e seus costumes afetados pela modernidade da época.

O convívio com os Bororo na reconstrução da linha de Cuiabá ao Araguaia, durante a última década do século XIX, possibilitou a Rondon aprender a língua indígena daquele povo. Os Bororo auxiliavam na instalação do telégrafo sempre que havia mortes, doenças ou deserções de soldados. Foram os Bororo de duas aldeias do Alto São Lourenço que, entre 1901 e 1902, ajudaram nos trabalhos nas linhas telegráficas. Rondon conseguiu que dividissem as atividades de limpeza das picadas após a derrubada das matas. (FREIRE, 2009, p. 22.)

E para os indígenas Bororos, fora ofertado um trabalho de natureza braçal: “os Bororo de duas aldeias do Alto São Lourenço que, entre 1901 e 1902, ajudaram nos trabalhos nas linhas telegráficas. Rondon conseguiu que dividissem as atividades de limpeza das picadas após a derrubada das matas”. (FREIRE, 2009, p. 22.)

A premissa de mudança na vida dos indígenas é comentário no livro *Fronteira Amazônica – A derrota dos Índios Brasileiros*, de John Hemming (1935), que teve sua tradução feita por Antônio de Pádua Danesi (2009). No Capítulo 24, “Extermínio ou Proteção”, as transformações sofridas pelos índios na segunda metade do século XIX por meios dos contatos compulsórios com os exploradores afetaram o cotidiano de várias tribos, pois:

Os índios brasileiros foram diminuído de número e viram-se forçados a recuar para os mais distantes recessos desse vasto território. Embora

tribos vigorosas: bororo, caigangues, uaimirim-atroari, xavante, caiapó – lutassem com denodo, outras sucumbiram. (HEMMING *apud* DANESI, 2009, p. 571.)

Figura 06



Rondon (de pé) realiza observações técnicas
Estação Telegráfica de Margarida
Fonte: Acervo do Museu do Índio/Funai

Para o cumprimento da sua missão Rondon busca cooptar a confiança dos indígenas Bororo e empregá-los nas atividades de derrubada da floresta para poder implantar a linha de telégrafo. Mas como consequência desse contato o que as comunidades Indígena de São Lourenço receberam em troca foram as doenças e o maltrato durante a construção da linha nos campos do Mato Grosso.

Os trabalhos de demarcação dos acessos, em plena floresta amazônica, para a ampliação dos domínios da comunicação via telegráfica, ampliaram-se rumo ao norte e noroeste do Brasil. Fora durante o governo de Afonso Pena que o projeto de expansão das linhas telegráficas alcançaram o mais novo território (Acre) adquirido pelo Tratado de Petrópolis (1903) mediante acordo internacional entre a Bolívia e o Brasil, sendo este

Figura 07



Contingente de trabalhadores em Bela Vista

Fonte: Acervo Museu do Índio/Funai

naquele momento histórico um dos objetivos a ser alcançado por Cândido Mariano da Silva Rondon no intuito de consolidar a ocupação daquele território.

Aquiri era o nome dado àquela região de grande produção da borracha, sendo um dos celeiros economicamente importante para a exportação dos produtos derivados do látex e de grande significado para ciclo da borracha na Amazônia.

Para Pedro Libânio e José Ribamar Bessa Freire ao publicarem o artigo Rondon, “O Brasil dos sertões e o Projeto de Nação” (2011, p. 169), comenta sobre as mudanças ocorridas com o advento da República no Brasil.

Entre o final do século XIX e início do XX, a sociedade brasileira passou por modificações profundas: proclamação da república, crescimento das cidades e modernização tecnológicas.

Ao avançar pelo sertão de Mato Grosso abrindo as clareiras para instalação dos postes de transmissão do telégrafo rumo ao Amazonas, a Comissão Rondon mostra que as possibilidades de povoamento nessas regiões são grandes, mesmo diante das

Figura 08



Construção de pontilhões
Fonte: Acervo Museu do Índio/Funai

dificuldades enfrentadas, assim como fazer um levantamento dos animais, plantas e das comunidade indígenas por onde passavam.

FREIRE e LIBÂNIO (2011, p. 172) esclarecem que:

a comissão de Linhas Telegráficas do sul do Mato Grosso (1900-1906) e a do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), ficaram conhecidas como Comissão Rondon, tiveram como principal objetivo ligar, via fio telegráfico, a capital federal – na época Rio de Janeiro – ao norte do país. No decorrer de ambos os trabalhos foram executados estudos e medições de coordenadas geográficas, classificações de flora, fauna e recursos naturais, estudos sobre a capacitação de produção de riquezas e também sobre as fronteiras brasileiras e a população indígena da região.

Carlos Augusto da Rocha Freire comenta no Capítulo “A Comissão Rondon” (1907-1915) sobre quais eram as metas a serem executadas pela Comissão tendo à frente Cândido Rondon:

Assim, em março, Rondon foi nomeado para chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), doravante conhecida como Comissão Rondon. Os trabalhos nas linhas telegráficas foram divididos em três seções:

- A. Construção de um ramal entre as cidades de São Luís de Cáceres e Mato Grosso, na fronteira da Bolívia;
- B. Construção do ramal da linha tronco que ligaria Cuiabá a Santo Antônio do Madeira;

C. Na terceira seção, chefiada pelo próprio Rondon, a expedição procederia ao reconhecimento dos sertões para determinar o traçado da linha tronco até Santo Antônio do Madeira. (FREIRE, 2009, p. 37.)

Nesta parte do nosso texto dissertativo, ao inserir Rondon, quisemos trazer para o contexto deste trabalho os mecanismos que foram usados pelo governo brasileiro através de seus colaboradores, de modo a saber-se como se deu o avanço dos desbravadores sobre as terras indígenas brasileiras, que é o caldo cultural em que estava submerso o Diaruí.

Figura 09



Turma da Construção

Fonte: Acervo do Museu do Índio/Funai

Mesmo sendo exposto de forma simplificada, fica aqui demonstrada que o elemento indígena será aquele expropriado pelos interesses daqueles que governam pois o que é visível neste século XXI é que as comunidades tribais em que o eixo da linha do telégrafo passou simplesmente deixaram de existir em sua plenitude, ficando uns meros representantes daquelas nações de aborígenes amazônicos. Como exemplo, ficam presentificados os poucos Karipuna, os quatro que sobraram, com o avanço da tecnologia do aço e da comunicação.

3.3 Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo, educador e romancista, nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, tendo sido diplomado em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946), com especialização em Antropologia. Etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), dedicou os primeiros anos de vida profissional (1947-1956) ao estudo de índios de várias tribos do país. Fundou o Museu do Índio, que dirigiu até 1947, e colaborou na criação do Parque Indígena do Xingu.¹⁷

Ao escrevermos sobre Darcy Ribeiro, um dos ícones da Antropologia brasileira, remetemos o assunto em direção às suas amplas expedições pelos sertões do Brasil. Escolhemos os *Diários Índios. Os Urubus Kaapor*, no qual remontam-se passagens do antropólogo pelas aldeias na região do Estado do Maranhão.

Os *Diários* são anotações do cotidiano segundo o que era perceptível ou comentado pelos indígenas durante um período de dois anos. Em número de duas viagens de Darcy, como etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio, por volta dos anos 1949 e 1951, para registrar e defender os índios Kaapor, com os quais haviam sido feitos os primeiros contatos duas décadas antes.

Aos 27 anos de idade, Darcy Ribeiro adentra nos sertões para investigar e filmar as populações indígenas, tendo na companhia da primeira expedição um linguista francês, Max Boudin, e um cinegrafista alemão, Heinz Foerthmann. Darcy Ribeiro aborda nas primeiras linhas do seu diário que, ao investigar o nome da tribo, observou que o termo Urubus era usado de forma depreciativa pelas pessoas que detestavam os índios. Além disso, faz referência aos primeiros contatos e às dificuldades maiores, que se deviam à ferocidade dos índios. Já era de conhecimento da equipe que os Urubus faziam contatos com os Postos Filipe Camarão e General Rondon. Fala também da chacina executada por um índio Oropó, quando matou diversos membros do posto de contato.

Um dos destaques nesta expedição é a falta de medicamentos e de profissionais de saúde, o que levou a óbito alguns personagens daquele sertão. Foi por volta de finais de 1949 que o grupo de Darcy Ribeiro obteve o primeiro contato com os Urubus

¹⁷ Veja-se a excelente biografia do nosso Autor em GOMES, Candido Alberto. *Darcy Ribeiro*. Coleção Educadores. Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010 (152 p.).

Kaapor, no Posto Indígena de Pedro Dantas. Para o processo de conversação fora usado um intérprete que acompanhou a expedição desde Belém. Darcy Ribeiro comenta que os índios estavam abandonados à sua própria sorte, pois o SPI, mesmo após vinte anos de contato, não tinha ainda vacinado os nativos. Por isso,

Amanhã seguirá para São José do Gurupi um casco levando telegramas nossos e dos encarregados aos diretores do SPI, comunicando a epidemia de sarampo, a ameaça mortal que representa e pedindo socorro. Assinamos eu e Boudin. [...] essa providência foi tomada por um dever humanitário [...] embora minha função não seja esta. (RIBEIRO, 2004, p. 81.)

Darcy observou ainda o comportamento e a vida sexual dos nativos. Os membros tribais apresentavam uma relação afetiva muito estreita, como, dentre estas, os casais costumavam andar juntos, não raro fazendo-se carinhos. Sendo as conversas eróticas comuns entre os índios, e não havia limite de idade para participar: “Não parecer haver qualquer perversão generalizada, mesmo a homossexualidade, ao que me disseram, é desconhecida.” (RIBEIRO, 2004, p. 163.)

Dentro da cultura dos índios Urubus Kaapor o antropólogo Darcy Ribeiro, destaca o *couvade*, como se sabe, o resguardo pelo marido no pós-parto da sua mulher, ou seja, o pai da criança recém-nascida fica em descanso, neste caso, junto com a genitora, confinados ambos em casinha coberta de palha. Quanto à alimentação, era basicamente provida com carne de caça e a pesca, embora havia consumo de produtos ofertados por exploradores da região.

Essa primeira expedição tinha como foco a produção de um filme com os nativos Urubus Kaapor, sendo escolhidos alguns membros da tribo para atuarem na filmagem. Os filmes produzidos foram furtados dos arquivos governamentais durante a ausência de Darcy Ribeiro, o que fez parte da sua reclamação, na parte introdutória do livro *Diários Índios* de 2004.

3.4 Os Karipuna

Em Lopez (Torres López, 1930, 320) há informações sobre a origem dos Karipuna¹⁸ Pano, que coincidem com aquelas cedidas pelos habitantes de *Cachuela*

¹⁸ Não se sabe a origem da denominação “Karipuna”. Os primeiros relatos sobre esses índios os designavam como “Bocas Pretas” devido à tatuagem permanente de jenipapo que ostentam ao redor da boca, tradição compartilhada com os Uru-Eu-Wau-Wau e outros grupos Tupi-Kawahibi. O território

Esperanza, ao norte do Departamento de Beni, às margens do Rio Beni. Segundo esse autor, o Karipuna é um grupo muito antigo que provém da Bolívia e cujas terras estendem-se até os rios Orthon e Madeira. Essa etnia se autodenominava Jaunavo, mas, na literatura, é conhecida como Karipuna da família Pano. Assim dentre as tribos do Rio Madeira:

[...] muitos mais interesses despertaram em Frei Jesualdo, os caripunas. Foram encontrados na região do Alto Madeira, rechaçados por alguma tribo aruaque”. (VITOR HUGO *apud* MACCHETTI, 1959, p. 151, vol. 01.)

Os Caripuna ou Cayaripuna era o nome que os portugueses davam aos Pacahuara dos espanhóis. Esses Pacahuara formavam um conjunto de clãs ou grupos pano de língua idêntica e facilmente reconhecidos, seja pelo longo tubo que furava o septo nasal, seja por típicas canoas de casca ou por um poncho ou capa quadrangular, com uma abertura pela qual se passava a cabeça, uso este que possivelmente tinham adquirido na missão jesuítica de Exaltación.

De acordo com os pesquisadores argentinos Lorena Córdoba y Diego Villar, a origem das tribos do Pando Boliviano está possivelmente relacionada com a língua e a questão territorial, pois, com base em dados da *Tierra Comunitaria de Origen* (TCO, denominação específica boliviana), dá-se o seguinte:

Um ponto de partida possível seria dizer que entre os panos falantes da Amazônia Boliviana, grupos chamados sul orientais pela tradição etnológica tradicionalmente incluem Chacobos, os Pacaguaras e Caripuna. Em tese os Chacoco e Caripuna são parcialmente subgrupos de uma tribo maior chamada de Pacaguaras. Sem dúvida, devido a homônimos, presume-se que os poucos Pacaguaras contemporâneos são descendentes diretos dos numerosos Pacaguaras coloniais, e seu declínio demográfico extraordinária é explicado em termos de epidemias e massacres. (*Boletín Americanista*, Año LX. 1, n.º 60, Barcelona, 2010, pp. 33-49.)

Córdoba e Villar mostram em seu artigo as referências literárias do desaparecimento dos “Garipuna”, “Capuios” ou “Caripuna” nos eixos centrais do Brasil e da Bolívia:

Desde 1850, os numerosos viajantes falam de centenas e até milhares de índios Caripuna na região do Beni, Madeira e Mamoré. No entanto, em pouco tempo há referências sobre o seu desaparecimento nos relatos de Wanda Hanke ao visitar a Chacobos, em 1953, afirmando que Caripuna “já não existe” (CÓRDOBA Y VILLAR, 2002, pp. 76-80).

historicamente ocupado por este povo – segundo fontes históricas e relatos orais – compreendia o rio Mutum-Paraná e seus afluentes da margem esquerda (a oeste), igarapé Contra e rio São Francisco (ao norte) e os rios Capivari, Formoso e Jacy-Paraná (ao sul e leste). Este território em parte convergia com a área de ocupação dos Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa (ao sul), Pakaá-Nova (a oeste) e Karitiana (ao norte e leste).

Num dos livros de Lorena & Diego, denominado este de *Relaciones interétnicas, etnonimia y espacialidad: el caso de los panos meridionales*, destacam-se o ambiente conflituoso na área compreendida dos índios bolivianos, que envolve a etnia Pano e a sua luta pelo território originário de suas tribos:

Além dos conflitos entre diferentes grupos indígenas, notícias sobre os panos surgem no contexto de conflitos entre missionários de diferentes congregações, incluindo missionários e seringueiros, entre patriotas e espanhóis, e depois entre os bolivianos, peruanos e brasileiros. (*Boletín Americanista*, Año LX.1, n.º 60, Barcelona, 2010, pp. 33-49.)

Figura 10



Os últimos descendentes dos Karipuna de Rondônia

Fonte: <http://docplayer.com.br>

O governo boliviano, observando a lucratividade na produção de leite da seringueira, expediu normas executivas para controlar a produção e fazer arrendamento das “estradas” coletoras do látex:

A 12 de dezembro de 1895 aprovou-se a Lei de Estradas Gomíferas, pelo qual, como acontecem com outros recursos naturais nacionais, todas as árvores da borracha foram declaradas propriedade do Estado [...] A lei aprovada estipula que a unidade de medida foi a estrada de 150 árvores, definir um imposto de 15 bolivianos para cada estrada e concedeu um período de quinze anos de desembolsar pagamento [...] de modo que depois de quinze anos estradas tornou-se propriedade do devedor, senão, as estradas tornaram-se terrenos baldios e voltava para as mãos do Estado. (VALLORI, 2012, p. 65.)

Os Irmãos Suárez obtiveram o controle da produção de látex na região produtora boliviana, ao comprar os direitos das estradas da seringa em inadimplência, constituindo-se uns dos maiores produtores da goma elástica da Bolívia.

Sendo aproveitado por Nicolas Suárez, um dos empresários mais ricos na área, que se ofereceu para pagar os impostos pendentes em troca da aquisição das estradas correspondentes. Assim, a casa Suárez tornou-se a potência económica regional mais importante, monopolizando quase toda a exploração e exportação de borracha boliviana e, finalmente, a terra foi concentrada em poucas mãos. Por exemplo, em 1920 a empresa Suárez Hermanos controlava um total de 20.161 estradas, equivalente a 4.891.601 hectares, ou seja, 4,4% do território boliviano. (VALLORI, 2012, p. 65.)

Quando os primeiros seringueiros provenientes de Santa Cruz de La Sierra chegaram à região habitada pelos Karipuna, estes foram escravizados, sendo “utilizados” principalmente, como remadores. Contudo, cansados da exploração, acabaram por se rebelar contra essa situação. No combate entre “índios” e “brancos”, houve mortes de ambos os lados, mas devido ao uso das armas de fogo, as maiores baixas ocorreram do lado dos indígenas.

Os relatos da literatura boliviana fazem referência ao ataque Caripuna (ou defesa de seu território) a um dos irmãos Suárez e a violência com que foram rechaçados por um grupo armado:

Por outro lado [o Caripuna] havia matado um irmão de Suárez. Ele tinha feito uma viagem para Santo Antônio Cachuela Esperanza. Uma viagem de um dia, ele [Gregorio] foi visitado por um grupo de Garipunas e desta vez queria convencer a si mesmo se selvagens eram tão bons com o arco como diziam. Eles foram com flechas e escolheram um alvo. Para mostrar os índios que ele também sabia defender muito bem, ele sacou seu Winchester ao mesmo destino com o mesmo sucesso com que os índios fizeram com suas flechas. Um dos índios parecia interessado em sua arma e deixá-lo saber que ele também Suárez queria tentar fotografar. Suárez explicou o mecanismo e entregou a arma. De repente ele se virou selvagem com a arma e atirou Suárez. Atirou e matou os restantes índios atiraram-se sobre Suárez para roubar as mercadorias, que poderiam levar [...]. Suárez [Nicolas] indignado formou uma expedição punitiva, que viajou barcos de borracha para Rio Madeira. Como esperado, apareceu uma tarde um grupo de Garipunas e se aproximou do barco. Como de costume, eles foram tratados com chá e, em seguida, licores doces foram servidos. Suárez tinha envenenado parte do licor com estricnina e os selvagens estavam bêbados. Pouco tempo depois, naturalmente, todo o grupo morreu. Suárez vingou seu irmão. (RITZ *apud* CÓRDOBA 2015, p. 190.)

Por volta do ano de 1873, os Karipuna já se encontravam localizados na Cachoeira Três Irmãos, no rio Madeira, afluente do Amazonas, no Brasil, como relatado por Neville:

Uma dessas choças costumava servir como depósito para suas armas para luta, para caça e pesca, como, por exemplo, arcos, flechas, lanças e cordas. Isso indica que podem ter sido grandes guerreiros. Para a sua locomoção, os Karipuna Pano utilizavam canoas, feitas de árvore de cortiça.

Como meios de sobrevivência, Lopez (1930) relata que, além da caça, pesca e coleta de frutos, os Karipuna eram agricultores e trabalhavam diariamente em suas roças, cultivando mandioca, milho, plátano, cana-de-açúcar, abacaxi e algodão. Os Karipuna sabiam domesticar alguns animais como antas, papagaios, macacos, pavões e jacamins.

Algumas características simbólicas dos adornos corporais usados pelos Karipuna são as seguintes: os homens tinham suas orelhas atravessadas por dentes de queixada, o nariz era perfurado por duas penas; o rosto, pintado com urucum; os lábios e as pestanas, de negro e o resto do corpo, de cor tabaco ou tingido com óleo de urucum. Outros enfeites eram usados somente no antebraço e no pescoço.

Frei Jesualdo encontrou homem altos, fortes e ágeis: o rosto mascarado de vermelho, as orelhas furadas como os Arara, e, atravessando a cartilagem do nariz, um tubo de goma alambreada, muito dura, “longo 3 polegadas e grosso 4 linhas.” (VITOR HUGO *apud* MACCHETTI, 1959, 152 vol. 01.)

Figura 12



Índias Papacwara algumas semelhanças com as Karipuna

Fonte: Lorena Córdoba

Quanto às mulheres, estas levavam uma perfuração no lábio inferior, atravessado por um pequeno tarugo de borracha, com cerca de quatorze centímetros. Ostentavam braceletes, pulseiras e colares feitos com dentes de macacos. De modo geral, nem homens nem mulheres usavam roupa alguma, conforme consta:

As mulheres calavam, carregando seus filhos nas costas, sentados numa larga faixa de algodão fechado, segurando-a pela frente; e as crianças, assim postas, se agarravam ao pescoço da mãe, exatamente como as índias da alta da Bolívia, no Departamento de La Paz. (VITOR HUGO *apud* MACCHETT, 1959, p. 152, vol. 01.)

SEÇÃO IV- O Complexo da Candelária e os seus agentes

O projeto do Hospital de Candelária era a representação da moderna medicina inserida nas terras da floresta tropical portovelhense e estava ao alcance dos trabalhadores da linha férrea. Demandou-se a compra de terrenos e de materiais de índole diversificada; o pagamento de honorários a um arquiteto e a peritos conceituados; bem como a organização e manutenção de um corpo de profissionais na área médica capaz de dar resposta às necessidades de uma obra de tão grande envergadura para a época.

A Escritura Pública da aquisição da área de Candelária lavrada em 27 de junho de 1921 em Londres, Inglaterra, pelo Tabelião Público Nicacio Robert Jarould e, em 05 de junho de 1922 foi registrada sob o número de ordem 11 no livro de número 3-A folhas 4 do Registro de Imóveis de Porto Velho.

4.1 Campos do Hospital da Candelária

Descreve-se abaixo a íntegra da Escritura pública registrada no 1.º Ofício de Registro de Imóveis em Porto Velho¹⁹, no qual consta, na página 191 da referida perícia:

Certifica, a requerimento verbal de parte interessada, que nos livros de Registro de imóveis deste Cartório deles o Livro 3-A, às fls. 04. Consta o que segue: NÚMERO DE ORDEM: 11. DATA: 05 de junho de 1922: CIRCUNSCRIÇÃO: Município de Porto Velho – Rondônia. DENOMINAÇÃO OU RUA DO IMÓVEL: Candelária. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL: Um lote de Terras denominado “CANDELÁRIA”, com uma área total de 2.072.375,00 m² (dois milhões, setenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com um perímetro de 6.188 m (seis mil, cento e oitenta e oito metros lineares), e que se limita ao Norte com o Rio Madeira e terras de José Joaquim Barboza. Sul, com terras devolutas. O terreno tem de frente em linha reta, 1095 m (Hum mil e noventa e cinco metros). TRAMITENTE: SUÁREZ HERMANA, comerciante, estabelecido em Cachuela Esperanza, Departamento Del Beni, República da Bolívia. ADQUIRENTE: A MADEIRA MAMORÉ RAILWAY COMPANY, Porto Velho, Estado do Amazonas. TÍTULO: Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no dia 27 de junho de 1.921, na cidade de Londres (Inglaterra), pelo Tabelião Público Nicacio Robert Jaurolde. VALOR: 20.000 (vinte mil contos de réis). CONDIÇÕES: pagamento à vista. CERTIFICA ainda mais que o referido lote pertence atualmente a Circunscrição do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca. AVERBAÇÕES: Av-1/11. Data: 24.10.1973. Certifico e dou fé que em virtude do Mandado expedido pelo M.M. Juiz de Direito desta

¹⁹ Cartório em Porto Velho – Rondônia – 1º ofício do registro de imóveis. CNPJ: 04.234.225/0001-63. Data Instalação: 30/7/1946. Entrância: Terceira.

Comarca, Dr. Antônio Alberto Pacca, expedido nos Autos de Dívida nº 660/73 suscitada por este Ofício julgada por sentença de 11 corrente, verifica-se e faz se constar que passou a pertencer ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal, sociedade anônima – RFFSA, o imóvel rural denominado “CANDELÁRIA”, com 2.072.375 m² de área e 6.188 de perímetro, conforme Ata da Sessão Pública de Constituição da Rede Ferroviária Federal S/A, determinada pelo Decreto nº 42381 de 31.09.1957. Av- 2/11. Data: 10.12.1976. Certifico e dou fé que, de conformidade com o despacho M.M. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. Francisco César Soares de Montenegro, no requerimento data de 10.12.1976, em que é Requerente o Governo deste Território, fica transferido para a união Federal, o imóvel objeto da presente transcrição. O referido e verdade, DA FÉ, DADA e passada nesta cidade de Porto Velho RO.

Conforme a escritura acima referida, havia a necessidade de registrar o imóvel oficialmente para posterior construção do Complexo Hospitalar, que fomentaria a assistência médica para os trabalhadores na construção da Estrada de Ferro, quando acometidos das doenças tropicais que causou a ingerência da mão de obra ao longo da via férrea e suas adjacências.

As palavras do Padre João Nicoletti²⁰ assim definiram o Hospital da Candelária:

o local denominado *Candelária* [...] prestara grande cooperação à moralização do ambiente, à terapia amazônica; sobretudo chegou a ser o quartel general na luta contra o impaludismo e toda espécie de endemias [...]. (VITOR HUGO, 1959, p. 61, vol. 02.)

Por outro lado, o Dr. Oswaldo Cruz assim descreve o local onde foi construído o Hospital de Candelária: “Distante dois quilômetros de Porto Velho rio acima está o local denominado Candelária onde se acham os hospitais e residência do pessoal encarregado do serviço sanitário.”

A construção dos espaços hospitalares estava subordinada à fiscalização da empresa detentora da concessão para a construção da EFMM, na medida em que dependia dela para a obtenção dos mais diversos materiais para sua execução.

Conforme Roberto Machado, com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, paulatinamente se inicia a implantação da medicina social no Brasil. Desde a sua fundação pode-se observar o surgimento de programas ligados à higiene, à medicina legal, à educação física das crianças, aos enterros em cemitérios e a procedimentos sanitários.

20 O Padre João Nicoletti (1929-1936), nascido em S. Arcangelo di Forti (Itália), em 18 de abril de 1884 e falecido em Belém no dia 28 de janeiro de 1937. Em janeiro de 1928 chega a Porto Velho o Pe. João Nicoletti, que assumiu a direção da casa salesiana Bem-aventurada Virgem Maria Auxílio dos Cristãos. Desde 1962, a praça em frente à Catedral do Sagrado Coração de Jesus é em homenagem ao Padre João Nicoletti, cuja colaboração foi fundamental para a construção da Igreja Matriz de Porto Velho.

Paralelo a isso, a atribuição da classe médica era denunciar as formas populares de cura, estabelecer regulamentos em farmácias e hospitais e combater a promiscuidade inerente ao modo de vida de pessoas que viviam em casas insalubres.

No ano de 1907, os proprietários da empresa May & Jekyll, havendo tomado a decisão estratégica de mudar o local do início das obras da EFMM, resolvem montar um hospital onde reuniriam os doentes da estrada de ferro, isolando-os dos trabalhadores sãos. Primeiramente foram construídos, sem planejamento algum, precários barracos para abrigar os funcionários da companhia que caíam doentes.

Essas construções se efetivaram entre os quilômetros 2 e 3 da ferrovia, no sentido Porto Velho (AM) Santo Antônio do Madeira (MT).

Figura 13



Vista parcial do Hospital da Candelária
Fonte: Dana Merrill

Com o passar dos dias e vendo-se a quantidade de empregados seus que adoeciam, deram-se início às obras de instalação definitiva dos vários prédios que, ao fim do ano de 1908, compunham o Hospital de Candelária.

Figura 14



Doutores Lovelace –Diretor do Hospital de Candelária–, Oswaldo Gonçalves Cruz e Belizário Penna, médicos sanitaristas. Porto Velho, julho de 1910.

Fonte: Dana Merrill

Relata-nos o Dr. Oswaldo Cruz, à página 19 do seu relatório de 1910:

A actual empresa de construcção da E. F. Madeira–Mamoré encarou inteligentemente a questão sanitária e afastando-se das normas até agora seguidas pelos predecessores resolveu estabelecer sua fase de operações fora do terrível foco que é a Villa de Santo Antônio. Installou-se à jusante de Santo Antônio em duas zonas denominadas: Porto Velho e Candelária, distando respectivamente de Santo Antônio 7 e 5 Kilometros. Essas locaes situados em uma enseada que o rio, logo abaixo de Santo Antônio.

Porto Velho de Santo Antônio (que é o verdadeiro nome do novo povoado) é o centro industrial. Candelária é o centro dos serviços sanitários.

O Hospital da Candelária começa a funcionar de forma precária, porquanto possuía uma estrutura inadequada não somente para os padrões europeus da época, mas considerando-se as referências trazidas pelo Dr. Osvaldo Cruz. Possuía um único médico, responsável pelo atendimento, o recém-chegado Dr. Shivers. A precariedade nos conduz a concluir que não havia condições mínimas de tratamento condizente com a própria situação do “estado da arte” da época. Poder-se-ia concluir que, ao chegar ali para tratamento, não se sairia com vida.

Figura 15



Vista interna de uma das enfermarias, a ser inaugurada.
Fonte: Dana Merrill

Figura 16



Doentes em uma das enfermarias
Fonte: Dana Merrill

Grassou no período que antecedeu a chegada do Doutor Shivers um sem número de charlatães e curandeiros, que disseminavam propaganda contra a instalação do Hospital de Candelária, e com ele mantiveram concorrência por bom tempo.

Deixou o Doutor Lovelace a seguinte informação à página 33 do seu relatório:

Antes, a população desta região era obrigada a pagar preços exorbitantes por medicamentos privilegiados e sem valor sendo explorada sem piedade por médicos ambulantes. As viagens destes têm deixado de ser lucrativas e as curas charlatanescas de “Sezões” tem desaparecido.

Também o Doutor Carlos Chagas, em um dos seus relatórios a respeito da região, afirma que havendo percorrido um grande número de rios amazônicos, deparou-se com um médico turco e denunciou os “médicos regatões”, comercializando a profissão e desmoralizando os tratamentos.

Não suportando presenciar tanta miséria, tanta ignorância, tanta dificuldade e, impotente diante da situação, o Dr. Shivers demite-se e parte para outras terras. A Madeira–Mamoré Railway Company contrata nos Estados Unidos o Dr. H. P. Belt, médico de larga experiência em países tropicais, que, desprendido de bens materiais, com grande senso humanitário e demonstrando ser uma pessoa altamente dedicada à ciência, vem dirigir os trabalhos de saúde, no precário hospital.

A empresa, embora já houvesse traçado a meta de priorizar a saúde de seus empregados, ainda não se empenhava financeiramente em alcançar esse objetivo e o Dr. Belt obrigava-se a utilizar os seus próprios instrumentos cirúrgicos e drogas que, com os seus próprios recursos, adquiria.

Encontramos à página 205 da obra *Ferrovia do Diabo*, de Manuel Rodrigues Ferreira²¹, a seguinte descrição feita em dezembro de 1907, extraída do diário do Dr. Belt:

Fiz uma requisição anual de drogas para um hospital de 300 camas. O rio cresce consideravelmente. A febre volta depois do 6º, 7º, ou 8º por dia. As estatísticas não são suficientes para justificar o diagnóstico ou a relativa insalubridade das diferentes estações do ano. Excessivamente má a condição física, primária, de 95% dos trabalhadores chegados hoje. As mulheres, fisicamente, de fraqueza extrema. Recomendei ao Mr. Randolph que a todo trabalhador deveriam ser dadas, diariamente, 10 cg de quinino, do Pará até Porto Velho.

²¹ Manoel Rodrigues Ferreira nasceu no Município de Bica de Pedra (hoje Itapuí), Estado de São Paulo, na Fazenda São Sebastião. Sendo um notável Professor de Matemática e Física, um ilustre Engenheiro, um Desbravador dos Sertões do Brasil Central, Jornalista, Historiador, Fotógrafo Documentarista, Escritor.

Figura 17



Farmácia

Fonte: Dana Merrill

Observando dados disponíveis, concluímos que provavelmente, os relatórios oficiais de Candelária só começaram a ser emitidos a partir de 16 de novembro de 1907 e foram quinzenais até o fim daquele ano.

Figura 18



Médicos e enfermeiros do Hospital da Candelária. Sentado o protagonista Karipuna “.

Fonte: Dana Merrill

Já em 1908, esses relatórios passaram a ser mensais e destinados à companhia, juntamente com a requisição de mão de obra, equipamentos e remédios, tão necessários ao funcionamento do único hospital numa área de centenas de quilômetros quadrados. O Hospital de Candelária era o mais moderno de toda a região da Amazônia, superando em muito algumas regiões desenvolvidas.

A equipe médica desse hospital era constituída pelo Dr. Belt, Dr. Wallcot, Dr. Whitake, Dr. Emerik, Dr. Walsh, Dr. Poncy, Dr. Rivero e Dr. Carl Lovelace, este último doutor tropicalista.

Os médicos do Hospital de Candelária eram respeitados pelas atitudes humanitárias que demonstravam; o Dr. Wallcot é citado com admiração, no relatório do Dr. Geraldo Rocha, engenheiro fiscal das obras da estrada de ferro:

Alguns destes distintos moços exercem sua profissão como verdadeiros apóstolos e, dentre estes, praticamos atos de justiça declinando o nome do Sr. Dr. Wallcot. Este humanitário facultativo leva o seu altruísmo ao ponto de privar-se algumas vezes do conforto que lhe compete em benefício dos infelizes doentes.

Em uma de nossas viagens de inspeção, chegamos ao acampamento nº 44, no quilometro 337, quando este apenas havia sido instalado, faltando ainda leito e outros utensílios de grande necessidade. Nesse dia, um trabalhador fraturou a perna e, à noite, ao penetrarmos na barraca do Dr. Wallcot, encontramos-lo deitado sobre o solo, porque havia cedido seu leito ao infeliz cliente.

A vida dos médicos dos acampamentos é cheia de trabalhos, perigos e privações: são obrigados a viajar diariamente cerca de 24 quilômetros, montados em burros, conduzindo medicamentos e a inspecionar nessa zona todas as barracas dos tarefeiros.

Durante o ano de 1911, três desses apóstolos pagaram com a vida o seu amor à profissão que abraçaram; outro foi morrer na América, sua terra natal, e outros, finalmente, têm contraído infecções com as quais por muito tempo terão de lutar. (Extraído das páginas 28 e 29 da obra de Júlio Nogueira. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*).

Por volta de 1912, com a crise econômica mundial, em especial, a queda do preço da borracha levou o Hospital da Candelária a um deficit nas suas contas, alcançando uma cifra de Rs. 2.359:738\$885, em agosto de 1930. Devido às condições degradantes que passava o Nosocômio²², é objeto de comentário de um médico brasileiro: “a farmácia esta sortida de um grande número de medicamentos de toda espécie, contudo uma terça parte talvez, após um rigoroso e criterioso exame, [...] já esteja em desuso e mesmo bastante antigos” (VITOR HUGO, 1959, p. 62 vol. 02.)

As críticas em relação à Candelária por parte do Dr. Antônio Magalhães (médico responsável pelas atividades do Hospital da Candelária), estavam relacionadas com a

²² O hospital; o local próprio destinado ao tratamento e à internação de pessoas doentes ou feridas. (Etimologia: Do latim *nosocomium*).

sua vontade de construir um novo hospital, não economizando declarações negativas quanto a aquele ambiente:

Do material cirúrgico, nenhum quase tem aplicação, não só pela sua antiguidade, como também pela sua conservação que é nenhuma. Toda via merece atenção a mesa cirúrgica que, apesar de ser antiga, é boa, uma ótima bancada de vidro, e mesas também de vidro com revestimento de metal. (VITOR HUGO, 1959, p. 62 vol. 02.)

Tomando as rédeas da “caridade em prol dos doentes”, começa uma batalha entre os representantes da Igreja Católica, o Dr. Antônio Magalhães e a própria Estrada de Ferro Madeira–Mamoré. Por meio do Administrador Apostólico de Porto Velho, a prelazia consegue através do Projeto de Lei n.º 1 de 26 de outubro de 1927, os terrenos doados pela administração local para construir um hospital e um colégio:

artigo primeiro: fica o Poder Executivo autorizado a entrar em acordo com a Prelazia de Porto Velho no sentido de ser à mesma concedidos os terrenos apropriados à construção de dois prédios para Hospital e Colégio que pretendem fundar nesta Cidade, bem como a estabelecer um subvenção à mesma Prelazia, mediante favores, que deverão de antemão ficar esclarecidos sobre o número de indigentes que o hospital poderá receber gratuitamente, assim como o número de crianças pobres que o Colégio se obrigara a educar, anualmente, ficando aberto no orçamento o crédito necessário para ocorrer a essas despesas.

Artigo segundo: revogam-se as disposições em contrário.

a) Manuel da Cunha Freitas, relator

Horácio Lopes Bilhar

Porto Velho, 26 de outubro de 1927

(VITOR HUGO, 1959, p. 310 – apêndice VII vol. 02.)

Com um prédio doado pela Beneficência Portuguesa, a representação Católica tendo a pessoa do Padre Antônio Peixoto como representante, dera início à construção do Hospital São José²³, tendo como primeiro médico o Padre João Nicoletti.

Na contramão do discurso católico para se levantar as obras da Casa de Saúde, o médico brasileiro Magalhães apresentou seis itens contrários ao Hospital São José e, em favor da transformação do Hotel Brasil num lugar de cura dos doentes de Porto Velho. Abaixo segue as recomendações negativas e, posteriormente as soluções encontradas pelo padre médico Nicoletti:

1. A localização do hospital São Jose dificulta o transporte de enfermos. Padre Nicoletti: [...] foi quem colocou o primeiro automóvel (Ford *de Bigode* que foi a primeira ambulância) em Porto Velho; e
2. As distribuições internas não satisfazem as exigências de cubagem que a higiene hospitalar moderna requer. Nicoletti construiu alas no pavilhão.

²³ Hospital São José de propriedade da Prelazia de Porto Velho, situado no alto do bairro Favela, inaugurado no dia 7 de setembro de 1929.

3. A lotação é insuficiente. Padres estavam fazendo novos pavilhões.
4. Não há água corrente. Foi logo aproveitada uma fonte de água potável pelos padres.
5. Não há energia elétrica. Nicoletti solicitou a prefeitura o fornecimento. (VITOR HUGO, 1959, p. 64 vol. 02)

Com um valor estimado em 110 contos de réis, não fora cogitada a compra do Hospital da Candelária, mas com o funcionamento do novo hospital no primeiro semestre de 1929, este assumiria a assistência médica dos empregados da ferrovia, de acordo com os critérios pré-estabelecidos entre a Prelazia e a EFMM no qual:

a companhia pagaria à Prelazia a importância de cem contos de réis para a construção de um pavilhão destinado a Casa de Saúde, anexo ao Hospital; todos os funcionários gozariam do desconto de 50% sobre a diária comum. (VITOR HUGO, 1959, p. 65, vol. 02.)

Gradativamente, os serviços prestados durante anos na Candelária, já não suportavam a falta de investimentos pela companhia, sendo eles transferidos ao Hospital São José –que ainda possui as suas estruturas na Av. Almirante Barroso, na esquina com Campos Sales, na cidade de Porto Velho.

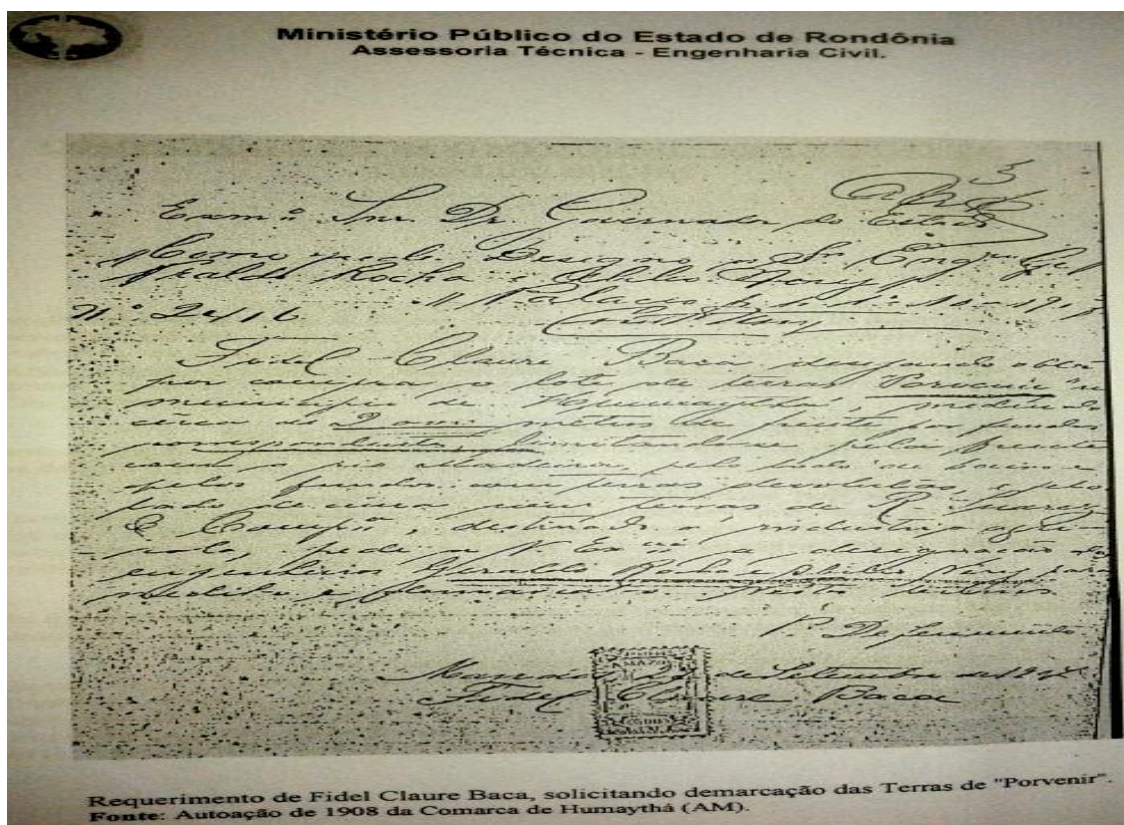
Sendo um dos focos deste trabalho, do Hospital da Candelária sobraram apenas ruínas, tendo como testemunha o rio Madeira e as pessoas que lutam pela conservação do que restou. O seu fim foi decretado pela Circular de 12 de agosto de 1930, um documento do Estado que formalizou a extinção dos serviços.

As terras de Porto Velho não possuíam valor antes da decisão da mudança do ponto inicial da ferrovia, obviamente, valorizadas seriam as terras de Santo Antônio. Um cidadão conhecido pelo nome de Fidel Claure Baca, buscando legalizar a seu favor aquelas terras de “Porvenir” (terras da Candelária que no futuro poderiam ser adquiridas), solicita em 27 de setembro de 1907 ao Governador do Amazonas, documento que lhe garantisse o domínio daquele espaço. Nesta petição, Fidel Claure Baca declara que deseja adquirir por compra o terreno, que faz divisa com outro de R. Suárez & Companhia. Nesta mesma petição, solicita que os trabalhos de demarcação sejam executados pelos engenheiros Geraldo Rocha e Abílio Nery. Dá-se início assim ao processo, conforme estipulado pela lei estadual então vigente.

Em 15 de outubro de 1907, é publicada no Diário Oficial de n.º 37.775 a nomeação dos engenheiros Geraldo Rocha e João S. Campos para a execução dos trabalhos de medição e demarcação, tudo em conformidade com o Regulamento de Terras do Estado do Amazonas que vigia à época.

Os trabalhos de campo tiveram início às 7 horas do dia 27 de novembro de 1907, na presença de Joviano Francisco dos Santos e Estanislau Hoys.

Figura 19



Petição Fidel Claure Baca

Fonte: Anexo do Parecer do MPE

Afirma o Memorial descritivo de Geraldo Rocha da Medição e Demarcação: “Havendo o demarcante allegado na petição inicial que o lote confinava com terras de R. Suárez & Cia, chegados à povoação de Santo Antônio, perto da qual demora o lote, convidei os mesmos senhores para virem assistir os trabalhos, na forma da lei. Mas chegado ao local da demarcação verifiquei que o igarapé da Candelária se interpunha entre os dois lotes, pelo qual deixo de juntar aos autos a carta citatória que dirigi aos citados Senhores R. Suárez & Cia, por desnecessário” (1998, p. 61).

Ocorre que o Igarapé Candelária, citado neste memorial, sem dúvida foi confundido com o Igarapé São Lourenço, que separava os domínios dos Irmãos Suárez & Companhia.

Este detalhe prejudicou Fidel Claure Baca, pois, abrindo mão da participação dos confrontantes, o engano na divisa de Claure Baca, fez com que fosse invadida a área de R. Suárez & Companhia, pois o igarapé, ainda estaria em grande parte dentro dessas terras. Se os Irmãos Suárez houvessem presenciado essa medição, fatalmente tal erro não haveria ocorrido.

Resta-nos lembrar que o domínio dos Suárez Hermanos foi questionado, no tocante à parte de terra que lhe pertencia, terras estas que não abrangiam nem o Hospital

nem o Cemitério de Candelária, foram questionados, no tocante à parte de terra que lhe pertencia, terras estas que eram contíguas.

O interessante, porém, é analisar o procedimento adotado pelo Dr. Geraldo Rocha para demarcar o terreno. Ele utilizou-se de dois procedimentos distintos, sendo o primeiro a demarcação propriamente dita, com rumos, azimutes e distâncias realmente levantados, que seriam os marcos M1, M2 e M3, bem como as distâncias às margens do rio Madeira, ou seja, medindo as margens do rio e projetando a “frente da linha reta de 1.965,00m” por plotação.

O segundo processo utilizado foi o de irradiação de pontos, indicado que ele nem se deslocou para confirmar os pontos armados, o que originou um erro de desenho; ocorre que, em não adentrando à mata para confirmar os pontos que adotara, confundiu-se com as informações prestadas pelos homens de sua brigada de campo, assim, supôs o ilustre engenheiro que a foz do igarapé que desaguava no rio Madeira, fosse o mesmo igarapé recortado pela sua equipe de topografia e não era.

Tal erro fez com que em seu mapa uma “meia-lua” fosse desenhada, representando a boca de um igarapé e os pontos entrecortados de outro, no caso, provavelmente, o igarapé São Lourenço.

Porém, a exatidão da área calculada, em confronto com o mapa desenhado é um trabalho de bom profissional. Sem dúvida alguma, o desenho elaborado pode ser considerado uma premissa falsa, e os resultados advindos daí, sem valor técnico.

Para o trabalho que deveria ser realizado em campo, o Dr. Geraldo Rocha, utilizou-se de alguns equipamentos que foram descritos em seu memorial: “Determinei a declinação magnética local com o auxílio duma bussola eclímetro” (1998, p. 62).

O memorial descritivo é peça obrigatória em todos os autos de medição de qualquer terra. As exigências do Código de Processo Civil e do Código de Terras dos Estados, quanto ao conteúdo dos memoriais, são semelhantes, isto é, o memorial deve descrever, minuciosamente, todas as ocorrências havidas durante os trabalhos de campo, todas as divisas, marcos principais, acidentes topográficos encontrados, tipos de solos, cobertura vegetal, vias de acesso, culturas e benfeitorias existentes, instrumentais empregados, distâncias itinerárias até o centro urbano mais próximo, valor mecânico das quedas d’água, indústrias rurais, jazidas, fontes de águas minerais e tudo mais o que possa interessar.

Afirma ainda o Dr. Geraldo Rocha: “Para o serviço de derrota utilizei-me de uma bússola prismática de Casella e de uma cadeia de vinte metros de extensão.” (Geraldo Rocha, 1998, p. 63.)

As bússolas de alidade central constam, em geral, de uma régua de pínulas no centro da qual está adaptada uma bússola; que a alidade é de luneta, esta pode estar colocada abaixo ou acima do limbo da bússola. O limbo é preso à agulha e tem 65,00 mm de diâmetro com divisão em graus.

A cadeia ou corrente de agrimensura, era muito usada na medida de alinhamentos, era manuseada com bastante cuidado, e apresentava defeitos. Era muito empregada pela comodidade de uso.

Essas peças eram compostas de 100 fuzis de aço envernizado de preto ou de ferro galvanizado inoxidável, reunidos dois a dois por meio de anéis (elos) do mesmo metal. O comprimento das correntes variava entre 20 e 30 metros.

Continua o memorial descritivo do serviço topográfico, afirmando o seguinte:

Cravado marco 1 à margem direita do Rio Madeira, abri uma picada no rumo 62° 90' com 2.000 metros d'extensão, cravando o marco 2 abri a segunda picada no rumo 174° com 2.000 metros vindo colocar o marco 3 na margem direita do Igarapé da Candelária (50). D'hai desci o dito igarapé fazendo o seu levantamento até o ponto em que o mesmo deságua no Madeira, tendo até há medido 2.950 metros; da foz do igarapé parti para o marco 1 effectuando o levantamento do rio, no qual mediu 2010 metros. Os três marcos são de muirapiranga, sendo testemunha do primeiro, uma árvore no rumo 270°, a 7 metros de distanciam do segundo uma abimaria no rumo de 160° a 3 metros e 60 centímetros de distância e do marco 3 uma castanheira no rumo 124°, à distância de 11 metros.

Terreno de formação argilo-siltosa. Destina-se à indústria agrícola. Dista da povoação de Santo Antônio cerca de 1 a 1 hora e meia de viagem de canoa”.

Terminei o serviço no dia 4 de junho (52), às 4 horas da tarde, presente as mesmas pessoas que assistiram o seu início.
(Geraldo Rocha, 1998, p. 64.)

Embora tivesse seguido ritualisticamente a legislação da época, Fidel Claure Baca, não conseguiu seu intento, talvez pelos inúmeros equívocos existentes em sua documentação. Certamente não houve a titularização de “Porvenir”. Não fora encontrado nenhum documento que comprovasse que o Governo do Estado do Amazonas lhe houvesse concedido a titularidade da área.

As terras contíguas ao terreno do Sítio Arqueológico do Hospital e do Cemitério de Candelária eram identificadas da seguinte forma:

1. Milagres II – de Jose da Costa Crespo.
2. Milagres III – de Jose da Costa Crespo.
3. Suárez Hermanos – com área de 2.000.000,00 m². (dois milhões de metros quadrados), oficialmente denominado “Candelária” que abrangia parte do terreno de 201.031,00 m². (Duzentos e um mil, e trinta e um metros quadrados) onde foram edificados o Hospital e o Cemitério de Candelária.

4. Gleba sem Denominação Oficial que possui 800.000 m². (oitocentos mil metros quadrados) que devido a construção do Hospital e do Cemitério, acabou sendo conhecida também por CANDELÁRIA, quando na realidade oficialmente não o era. Esse equívoco tem gerado grande transtornos e confusões no decorrer dos tempos.

5. O Sítio Arqueológico do Hospital e do Cemitério de Candelária se encontra dentro das áreas de Suárez Hermanos e Gleba sem Denominação, compreendido entre o km 1,8 e km 2,65 da linha da estrada de ferro e possui área de total de 201.031,00 m².

Sítio Santa Martha – É a denominação de uma gleba de terras de 589.469 m². Que esta encravada dentro da gleba de 800.000 m² que não possui denominação oficial. O sítio Santa Martha, tem relação de vizinhança com a área do Sítio Arqueológico do Hospital e do Cemitério de Candelária, porém não faz divisa com o sítio Arqueológico do Hospital e do Cemitério, pois desde 1907 existe um lago represado pelo bueiro da estrada de ferro, além do que sua divisa original era outro braço do igarapé atualmente conhecido como Candelária. Os mapas de Santa Martha são datados de 03 de junho de 1912, portanto 5 anos após a execução da represa. O lote Santa Martha está situado entre os 2,65 e 3 Km da linha da estrada de ferro, situação esta de conhecimento de todos, haja visto que o senhor Andrea Frandolig quando solicitou ao Governo do Amazonas seu título de domínio este lhe foi concedido, porém, com área de 364.313 m². Vale ressaltar, que a concessão desse título foi equivocada, pois toda a área do Sítio Santa Martha já estava desapropriada pelo Decreto 8776 de 07 de junho de 1911. (Geraldo Rocha, 1998, p. 72.)

Esta descrição não contempla um titular nem explicita proprietário eventual ou ocupante de qualquer natureza. Haveria de explicar a posse a partir de documentação em perspectiva de comparação internacional, mas não é este o enfoque, embora possamos verificar outras circunstâncias de época que ajudam a esclarecer a situação do indígena utilizado pelo romancista como referencial à História da EFMM.

4.2 Enfermidades Tropicais

A História do desenvolvimento mundial está ligada a fatos trágicos envolvendo acidentes e mortes de trabalhadores. Tanto em obras de construção civil de grandes dimensões como nas fábricas londrinas da Revolução Industrial sempre foram registrados acidentes envolvendo trabalhadores. A construção do Canal do Panamá é um exemplo, na conclusão das obras, em 10 de outubro de 1913, a mortalidade oficial fechou em 5.609 mortos.

Para a construção do Canal de Suez²⁴, que liga o Egito ao Mar Vermelho, estima-se que 1,5 milhão de egípcios tenham sido utilizados e que 125.000 morreram

²⁴ É uma via navegável artificial a nível do mar localizada no Egito, entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho. Inaugurado em 17 de novembro de 1869, após 10 anos de construção, permite que navios viajem entre a Europa e a Ásia Meridional sem ter de navegar em torno de África, reduzindo assim a distância da viagem marítima entre o continente europeu e a Índia em cerca de 7 mil quilômetros.

principalmente da cólera. Em 17 de fevereiro de 1867, o primeiro navio atravessou o canal, mas a inauguração oficial só ocorreu em 17 de novembro de 1869.

Durante o segundo ciclo da borracha, vieram milhares de homens recrutados ou induzidos para trabalharem nos seringais, cerca de 30 mil seringueiros morreram abandonados na Amazônia, depois de terem exaurido suas forças extraindo o leite da seringueira. Morriam de malária, febre amarela, hepatite e atacados pela insalubridade da região.

A História da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré fora muito explorada no aspecto econômico e político no qual os acordos e tratados fazem parte da mesma. Porém, o que se busca na produção desta dissertação é tentar alcançar o contexto do Complexo do Hospital de Candelária, que outrora se encontra pouco difundido no meio literário e acadêmico.

Os primórdios da medicina em Rondônia estão diretamente ligados ao evento ferroviário, sua construção e seus diversos grupos de estrangeiros e nacionais que fizeram parte do contexto amazônico e produziram reais situações de penúria e sofrimento nas selvas. Porém, grassou no período que antecedeu a chegada do Doutor Shivers, um sem número de charlatães e curandeiros, que disseminavam propaganda contra a instalação do Hospital de Candelária, e com ele mantiveram concorrência por bom tempo.

Deixou o Dr. Lovelace a seguinte informação à página 33 de seu relatório:

Antes, a população desta região era obrigada a pagar preços exorbitantes por medicamentos privilegiados e sem valor sendo explorada sem piedade por médicos ambulantes. As viagens destes têm deixado de ser lucrativas e as curas charlatanescas de “Sezões” têm desaparecido.

As primeiras estruturas do Hospital de 1907 da EFMM segundo foto de Dana Merrill (2-e) resumia-se a duas estruturas precárias feitas de palha e madeira próxima do rio Madeira, e sem as mínimas condições de higiene necessárias para oferecer um tratamento mais eficiente aos doentes.

O ponto de partida para a construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, dava-se na área de Santo Antônio, às margens do rio Madeira, onde não possuía uma estrutura básica de saneamento e de condições sanitárias para que fosse habitada. As pessoas comungavam com as moléstias tropicais que eram os “anticorpos” da Floresta Amazônica.

Em uma das passagens da obra “*As Botas do Diabo*” de Kurt Falkenburg, há alguns relatos referente as condições sanitárias que Santo Antônio, ponto inicial para os serviços da empresa construtora P. T. Collins, assim escreve o autor:

Então aquilo era Santo Antônio! Meio tragado pela mata, com algumas choças de sapé e dois sobrados, uma rua, que mais parecia picada, subindo do rio e dividindo o lugarejo em duas metades, em sentido paralelo. Era este o Santo Antônio onde, 150 anos atrás, os padres jesuítas fundaram um posto missionário, que tiveram de abandonar por causa dos ataques de malária, beribéri e das formigas e onde nem o diabo aguentou ficar, pois perdeu as botas ao fugir de lá. (FALKENBURGER, 1971, p. 60.)

Figura 20



Primeiras instalações do Hospital da Candelária

Fonte: Dana Merrill

Em sua missão telegráfica, Cândido Mariano da Silva Rondon²⁵ esteve nas margens do rio Madeira e pôde presenciar as condições de saúde daquela localidade de

25 Cândido Mariano da Silva Rondon (5/5/1865-19/1/1958) nasce em Mimoso. Forma-se engenheiro militar e bacharel em ciências físicas, naturais e matemáticas no Rio de Janeiro em 1890. Quatro anos depois entra para a comissão construtora de linhas telegráficas entre Goiás e Mato Grosso. Durante os trabalhos, encontra índios hostis ou escravos de fazendeiros e os coloca sob a proteção de sua tropa. Começa a estender linhas telegráficas até o Acre, cruzando 1.650 km de sertões e 1.980 km de florestas inexploradas. Sob sua direção é criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Traça o roteiro e acompanha a expedição do ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt à Região Norte. A seguir faz o levantamento das regiões de Mato Grosso, de Goiás e do Amazonas. Em 1939 é nomeado presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. No mesmo ano recebe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o título de civilizador dos sertões. A 17/2/1956, o Território de Guaporé é rebatizado

fundamental importância para seus serviços naquele momento, sendo o ponto final da linha telegráfica e cidade que servia como base da construção da Ferrovia Madeira–Mamoré: Santo Antônio do Madeira. A seu respeito, ele afirma:

Não tenho lembrança de jamais ter visto outro povoado de aspecto tão feio e tristonho.

A população, constituída de aventureiros vindos de todas as partes do mundo, cheia de vícios, alcoólatra, parece ter querido erigir em padrão de glória o desprezo pela higiene e pelo asseio. O lixo amontoa-se no meio das ruas; ali mesmo abatem-se, esfolam-se e esquartejam-se as rezes destinadas à alimentação; de todos os lados levantam-se exalações pútridas. Os gêneros de primeira necessidade, quase sempre deteriorados e imprestáveis, custam preços exorbitantes, fabulosos. O principal ramo de comércio é o –álcool.

Em resumo, depois de se ter visto essa infeliz aldeia, despovoada de crianças, compreende-se que só por milagre não teria ela a assombrosa mortandade que a celebrizou e cuja fama injustamente generalizada traz desde muitos anos paralisado o movimento de conquista das margens do Madeira por uma população honesta e laboriosa, capaz de beneficiar as incalculáveis riquezas deste solo.

(*CLTEMA* / 1946. Publicação n.º 68, pp. 75-76. AMI.)

Relata também de forma negativa sobre a saúde do local, Lobato Filho (1957), que trabalhou na Seção Norte da Comissão em 1910, fazendo referência à Oswaldo Cruz em sua avaliação sobre Santo Antônio: “Oswaldo Cruz, quando de visita a Porto Velho, para estabelecer as bases do saneamento da Madeira–Mamoré, convidado para dar algumas regras sobre o saneamento de Santo Antônio, disse, após um exame, que a única solução era incendiar aquilo”.

Lobato Filho (1957) fez uma das descrições mais detalhadas sobre Santo Antônio ao compará-la com Porto Velho. Seguindo com a Comissão Rondon na primeira tentativa de estabelecimento da Seção Norte da Comissão, o longo trecho a seguir coloca em evidências suas impressões sobre o povoado em que atuou para a construção da linha telegráfica:

Depois do espetáculo agradável e surpreendente de Porto Velho, apresentava-se o espetáculo desolador de Santo Antônio do Madeira, muito agravado pelo confronto. Aquela, um modelo de cidade para a região e aparelhada para a luta contra o impaludismo. Esta, um centro de cultura do paludismo ao natural. Nenhuma medida de higiene: a água para beber é a do rio e dos igarapés; as defecções, feitas pelo sistema primitivo da roça, sendo que muitas casas dão os fundos para o rio e o sistema é assim, ainda mais primitivo e original; alimentação abaixo de qualquer crítica; as bebidas alcoólicas constituindo, ao que parecia, a base líquida da alimentação; jogatina desenfreada; cidade despolicuada. Foco de impaludismo sem dispor de um médico.

Santo Antônio do Madeira era o ponto de passagem da volumosa produção da Bolívia e do extremo oeste de Mato Grosso e por isso a sua população era volante e de aventureiros, poucas famílias e

natalidade tão limitada que tornava coisa muito difícil ver aí uma criança. Ela possuía todos os defeitos de cidade de fronteiras agravadas por aquelas circunstâncias [...] Santo Antônio do Madeira quase sempre a winchester falava e decidia. Aí não havia chapéus vistosos, olhos ofuscantes e joias rebrilhantes: somente bolivianas e curibocas esfarrapadas e desordeiras.

Por fim, temos outras impressões de Rondon sobre o povoado. Embora em nada seja diferente do colocado nos demais, o relato torna-se interessante pelo fato de, apesar

Figura 21



Vista da Casa Suárez & Cia, em Santo Antônio

Fonte: Photographer Dr. Bauler, Switzerland

de escrito por um sertanista que atravessou diversas localidades do Mato Grosso, deixar transparecer que ele, não obstante sua larga experiência tenha visto, anteriormente, nada parecido com o que observou nesse povoado.

Santo Antônio tem aspecto tristonho, feio; as suas ruas estão acumuladas sobre um outeiro, a cavaleiro do porto. São tão sujas, tão sem higiene que admira não haver maior mortandade nesse acúmulo de habitantes aventureiros e viciosos, sem regras de moral [...].

Sem esgoto, sem água e sem higiene, o lixo se amontoa por toda a parte; a podridão exala em todas as direções. As poucas reses abatidas para alimentação dessa gente bastarda o são em qualquer parte da rua, onde são esfoladas, esquartejadas, sendo as fezes, a cabeça e o resto, deixados no mesmo lugar à sanha de cães e dos abutres.

A coisa mais notável dessa vila é não haver crianças no lugar. As poucas que para ali são levadas definham fatalmente, como planta exótica que fenece ao calor terrível da zona tropical.

(TANAJURA *apud* RONDON, 1911)

As doenças e os diversos incidentes promoveram mais uma vez uma elevadíssima mortandade entre os trabalhadores. A insalubridade local era tão desgastante que em visita a Santo Antônio, em 1910, o sanitarista Oswaldo Cruz, registrou que o índice de mortalidade infantil era de 100% na cidade. Simplesmente nenhuma criança sobrevivia aos primeiros anos naquela localidade.

Figura 21



Porto de Santo Antônio do Madeira

Fonte: Dana Merrill

O Hospital da Candelária, apesar de toda sua infraestrutura, era ao mesmo tempo “santuário e túmulo, monumento do progresso científico e preâmbulo da escuridão” (HARDMAN, 1988, p. 145). O número de mortes causado pelas doenças e acidentes de trabalho marcou a história da ferrovia e o imaginário da população rondoniense.

Impressionado com a mortandade do “Inferno Verde”, Farquhar ²⁶ comentou:

Alguns se embreavam na selva sombria e jamais eram vistos de novo. A despeito de todos os esforços, o grande cemitério-modelo crescia. [...] comparava a região da EFMM antes da abertura do hospital com

26 Percival Farquhar nasceu em 19 de outubro de 1864, em York (Pensilvânia), nos Estados Unidos, e morreu no dia 4 de agosto de 1953, em Nova Iorque. Cursou o colegial no York Collegiate Institute e, em 1884, formou-se em engenharia pela Faculdade de Yale. No ano de 1890, trabalhou com negócios referentes a transportes e outros serviços públicos na América Central. Em 1905, obteve concessão para construir e explorar o porto de Belém. Fundou a Brazil Railway Company cujo projeto era construir um sistema ferroviário que unificasse a América do Sul. Entre 1907 e 1912 construiu a ferrovia Madeira-Mamoré e fundou a companhia de navegação da Amazônia, a Amazon Development Company e a Amazon Land & Colonization Company. Por volta de 1914, suas indústrias entraram em falência.

a região equatorial da África ocidental – um cemitério de homens brancos. (GAULD, 2006, p. 182.)

A insalubridade da região que era uma realidade na construção da linha férrea contribui para a proliferação de doenças que seriam o “freio” da obra e, um dos fatores mais penosos da história dos trabalhadores da empresa em terras tropicais. Por constituir uma região úmida e propensa a criadouros de anofelinos, estava formado o ambiente próprio para as mazelas que assolariam o corpo físico e psíquico dos estrangeiros, constituindo um entrave para os empreiteiros americanos.

Trata-se de situações extremas que as pessoas experimentam as situações desconhecidas e, frequentemente, dolorosas. No caso deste trabalho, tratam-se da situação de imigrantes dos trabalhadores da EFMM, a qual é marcada pela inserção dos mesmos na Amazônia como trabalhadores submetidos aos interesses das empreiteiras estrangeiras responsáveis pela execução das obras, tendo estes experimentados as tensões provocadas pela violência, doenças, dentre outros.

no final de 1907, dos 130 caboclos recrutados em Belém para abrir uma clareira de Porto Velho, onde ficaria o acampamento número 1 das obras, cerca de 40 haviam abandonado o navio em Manaus, devido a informações sobre a letalidade da região do Madeira–Mamoré, e 20 se desligaram em Porto Velho, tomando o mesmo navio de volta...” (GAULD, 2006, p. 179.)

No século XX, com a construção da EFMM pela empreiteira May, Jakyl and Randolph, a serviço da Holding ²⁷ de Farquhar, a situação dos Vale do Madeira e Mamoré, a partir de 1907, passou por enormes transformações. Calcula-se em aproximadamente 30.000 os números totais de trabalhadores que foram deslocados para a região das obras, de diversas partes do mundo, entre 1907 e 1912.

A construção da Ferrovia Madeira–Mamoré provocou uma enorme incidência de protesto de autoridades de diversos países, quanto ao uso da mão de obra de seus cidadãos em regiões de tão extremas adversidades, sem a menor infraestrutura capaz de assegurar atendimento digno em casos de doença e acidentes. Por conta dessas pressões externas e internas, pois os trabalhadores se sublevavam, fugiam e produziam pouco.

Uma moderna infraestrutura hospitalar e sanitária foi implantada em função dos acidentes ocorridos nas primeiras tentativas de construção da ferrovia, e principalmente devido às doenças que atacavam engenheiros e operários, problema que impedia o andamento da obra.

27 É uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas (conglomerado). A holding administra e possui a maioria das ações ou cotas das empresas componentes de um determinado grupo. Essa forma de sociedade é muito utilizada por médias e grandes empresas e, normalmente, visa a melhorar a estrutura de capital, ou é usada como parte de uma parceria com outras empresas ou mercado de trabalho.

Tal medida buscou evitar a falência que acometeu as empresas anteriores. Foi criado o Hospital da Candelária para atender aos funcionários doentes, principalmente de malária, além de executar o saneamento da área.

Em função da elevada taxa de mortalidade na região e seu reflexo na opinião pública, foram contratados vários especialistas, dentre os quais médicos e sanitaristas, destacadamente H. F. Dose, Belt e Osvaldo Cruz, que produziram relatórios técnicos a partir dos quais se pode fazer o diagnóstico da região e apresentar medidas de prevenção. Osvaldo Cruz, em seu relatório, lista as principais doenças que afligiam a região: pneumonia, sarampo, ancilostomíase, beribéri, febre amarela e o impaludismo²⁸, ou seja, a malária.

Dentre os europeus que vieram para a região construir a EFMM, é possível citar: italianos, alemães, espanhóis, ingleses, gregos e portugueses. Mas vieram, também, asiáticos: hindus e chineses. Do próprio continente, além dos norte-americanos, foram introduzidos os nativos das colônias inglesas da América Central, dado que muitos destes trabalhadores teriam adquirido experiência na construção de ferrovias em sua região de origem, bem como no estabelecimento do canal do Panamá.

Assim comenta Gauld sobre a mão de obra adquirida para a construção da estrada de ferro:

uma fonte afirmou que mais de seis mil trabalhadores chegaram a Porto Velho em 1910. Desses, 1.600 eram brasileiros ou portugueses e 1.450, espanhóis. Muitos europeus vinham de todos os cantos da América Latina, como Cuba e Argentina, atraídos pelo bom nível dos salários, da comida e do atendimento médico.

(GAULD, 2006, p. 189).

Calcula-se que, na construção de São Petersburgo –principal cenário do despotismo esclarecido russo e conhecida com a “janela da Europa”, fundada em 1703 por Pedro, o Grande–, foi consumido, em poucos anos, um exército de 150 mil trabalhadores, sendo a maioria servos dilapidados pelo ritmo frenético das obras e pelas condições climáticas e topológicas adversas.

Em outra escala e momento, a Ferrovia Madeira–Mamoré destruiu no mínimo cerca de vinte por cento da força de trabalho empregada para construí-la (de um total de 30 mil trabalhadores). “Este foi apenas um capítulo da verdadeira saga que representou o nascimento dos caminhos de ferro em regiões inóspitas do planeta.” (Foot Hardman, 1991.)

²⁸ Malária ou impaludismo, entre outras designações, é uma doença infecciosa aguda ou crônica causada por protozoários parasitas do gênero *Plasmódio*, transmitidos pela picada do mosquito *Anófeles*.

Segundo Charles Gauld, Farquhar usou a sua influência política junto à Presidência da República para receber mais benefício por quilômetro de ferrovia produzido, devido à insalubridade da região:

ele não conseguiu que o conservador presidente Afonso Penna aumentasse a taxa a pagar por quilômetro construído. Por meio de Alexander Mackenzie, Farquhar conseguiu que o respeitado Paulo de Frontin, presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, obtivesse a concordância de Penna para os pesados gastos com saúde e medidas sanitárias. (GAULD, 2006, p. 181.)

Quanto às doenças, o problema da malária e febre amarela não marcou apenas a construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré. Sua ocorrência em áreas tropicais era registrada constantemente e era alvo de atenções no início do século XX. Assim como aconteceu no contexto da construção das ferrovias na Guatemala. No Rio de Janeiro, a febre amarela também provocou muitas mortes.

A pneumonia figurava entre as doenças que faziam parte do cotidiano da EFMM. De acordo com relatório Sanitarista de Cruz recolheram-se a enfermaria do Hospital de Candelária sessenta pneumônicos dos quais trinta e cinco faleceram, tendo falecido em suas residências quatro homens antes da remoção ao nosocômio, totalizando em percentual de 57% dos atacados.

O impaludismo foi doença causadora de grande mortandade. Devido a ela, Oswaldo Cruz chegou a afirmar que a população local “não sabia o que era estado saudável”, a condição de ser enfermo era a normalidade. Vale dizer que, ainda nos dias atuais, existem localidades em Rondônia em que, a cada ano, a quase totalidade da população é atacada pela moléstia. Repetindo-se no ano seguinte, principalmente quando os rios começam a baixar.

Redução da força de trabalho em mais de cinquenta por cento foi ocasionada principalmente pelas doenças endêmicas, embora o Hospital da Candelária em 1908 tenha sido ampliado dotando-o com equipamentos modernos, medicamentos, médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar necessário ao seu eficiente funcionamento.

As condições sanitárias na construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré foram determinantes para que se construísse um hospital em plena selva amazônica e, inúmeros fatores de saúde nas frentes de trabalho colaboraram para a empresa provessem os médicos especialistas em outras regiões do planeta.

Segundo Gauld:

Farquhar contratou o médico Lovelace, que adquirira experiências nos Andes e no Canal do Panamá, para construir e organizar o hospital da EFMM, que com 300 leitos, ficaria no quilometro 2, numa elevação

de ares saudáveis chamada Candelária [...] Farquar discutiu em Nova York questões relativas a medidas sanitárias nos trópicos e problemas de construção com o engenheiro-chefe Francês da De Lessep, Philippe Bunau-Varilla [...] (GAULD, 2006, p. 176.)

A solução para manter o ritmo da construção foi contratar trabalhadores de todas as partes do mundo por intermédio de aliciadores, aos quais pagavam de oito a dez libras por cada um indivíduo recrutado. Mensalmente, novas levas de trabalhadores chegavam para substituir os inválidos e os mortos.

Márcio Souza descreve em *Mad Maria* o cotidiano dos trabalhadores que construíram a Ferrovia Madeira–Mamoré na floresta tropical, compreendida entre as Províncias do Mato Grosso e Amazonas, detalhando um ambiente insalubre e perigoso para as suas personagens: engenheiros, enfermeiros, médicos, indígenas, pessoas de diferentes nacionalidades e origem étnicas.

Esse autor conta história de forma romaneada, criticando o capitalismo e as dificuldades enfrentadas para se construir aquela ferrovia. Sua narrativa informa sobre as atividades desenvolvidas, a carga horária de trabalho e o estado físico e psicológico dos indivíduos envolvidos na execução daquele projeto:

Os chineses trabalhavam no desmatamento, iam avançando pela floresta. Os alemães cuidavam do serviço de destocamento e da terraplanagem. Os barbadianos estavam no serviço de colocação do leito ferroviário. Os espanhóis, egressos do sistema repressivo colonial em Cuba, faziam as vezes de capatazes e compunham a guarda de segurança. Cada homem tinha o seu trabalho definido, e a jornada era de onze horas por dia, com direito a um intervalo para o almoço. Mas o aspecto de cada homem era igual, independentemente de sua nacionalidade. Todos estavam igualmente maltrapilhos, abatidos, esqueléticos, decrépitos como condenados de um campo de trabalhos forçados. (SOUZA, 2005, 20.)

Foram importados: em 1908, 2.450 homens, uma média de 204 por mês, destes morreram 65; em 1909, 4500 homens, uma média de 375 por mês, desse total morreram 501; em 1910, 6.090 homens, uma média de 508 por mês, morreram 428; em 1911, 5.664 homens, uma média de 472 por mês, morreram 419; em 1912, 2.733 homens, uma média de 390 por mês, morreram 209. Veja tabela de óbitos abaixo encontrada no livro “Evolução Histórica de Rondônia”, de Emanuel Pontes Pinto.²⁹ (1993, pp. 92-93.)

29 Emanuel Pontes Pinto, de origem paraense, veio para Porto Velho ainda na década de 1940 e aqui atuou em várias áreas, inclusive como seringalista e político, sendo aliado do coronel Aluizio Pinheiro Ferreira. Foi prefeito da capital rondoniense. Um dos fundadores do jornal "O Guaporé", que dirigiu entre 1952 e 1980. Fundador da Academia de Letras de Rondônia, da qual é membro efetivo. É autor do livro “Caiari – Lendas, proto-História e História, o primeiro editado pela Edufro - a editora da Unir. Pesquisador, é formado em História na primeira turma da UNIR, e palestrante em fóruns diversos sobre questões históricas envolvendo a região.

Figura 22

Tabela 5
Serviço Sanitário da Madeira-Mamoré
Óbitos por nacionalidades, jun. 1907 a 31 de dez. 1912

Nacionalidades	1907	1908	1909	1910	1911	1912	Total
Brasileiros	5	35	144	147	168	132	631
Espanhóis	0	19	133	86	82	46	366
Antilhanos	0	0	28	105	61	14	208
Portugueses	0	5	74	32	21	16	148
Alemães	0	0	45	5	2	0	52
Italianos	0	0	12	9	8	0	29
Colombianos	0	0	12	7	7	4	30
Americanos	0	0	8	5	15	2	30
Bolivianos	0	1	4	5	9	8	27
Venezuelanos	0	0	0	2	7	2	11
Franceses	0	0	3	3	2	0	8
Russos	0	0	3	3	1	0	7
Cubanos	0	0	3	2	0	0	5
Chineses	0	0	1	1	3	2	7
Gregos	0	0	0	1	10	8	19
Inglêses	0	0	1	2	2	0	5
Porto-riquenhos	0	0	2	1	1	0	4
Austríacos	0	0	2	0	2	0	4
Mexicanos	0	0	3	0	0	0	3
Turcos	0	0	0	1	3	0	4
Árabes	0	0	2	0	2	5	9
Peruanos	0	0	1	0	3	13	17
Suecos	0	0	1	1	0	0	2
Belgas	0	0	1	0	0	0	1
Canadenses	0	0	0	1	0	0	1
Chilenos	0	0	0	1	0	2	3
Japoneses	0	0	0	0	1	0	1
Dinamarqueses	0	0	0	0	1	0	1
Escoceses	0	0	0	1	0	0	1
Húngaros	0	0	1	0	0	0	1
Índios americanos	0	0	1	0	0	0	1
Irlandeses	0	0	1	0	0	0	1
Noruegueses	0	1	0	0	0	0	1
Panamenses	0	0	0	1	0	0	1
Desconhecidos	0	0	15	6	8	3	32
Div. nacional.	0	0	0	0	0	9	9
Granadianos	0	0	0	0	0	4	4
Santa Lúcia	0	0	0	0	0	3	3
Argentinos	0	0	0	0	0	2	2
Equatorianos	0	0	0	0	0	2	2
Hindus	0	0	0	0	0	2	2
Total por anos	5	61	501	428	419	179	1 593

Fonte: Brazil Railway Co., 1913.

Serviço Sanitário da Madeira-Mamoré – número de óbitos por nacionalidade

Fonte: Evolução Histórica de Rondônia: Emanuel Pontes Pinto

O sanitarista Oswaldo Cruz foi chamado com urgência pela empresa, passou um mês na região e apresentou um relatório sobre as condições sanitárias da mesma. O relatório do médico sanitarista dizia que “a região está de tal modo infectada que sua população não tem noção do que seja o estado hígido e para ela a condição de ser enfermo constitui a normalidade” (*Apud* HARDMAN, 2005, 176).

Em 16 de julho de 1910, Oswaldo Cruz e Belizário Penna³⁰ embarcaram no Rio de Janeiro com destino a Porto Velho, município que na época não passava de uma clareira aberta na selva. Instalados no Hospital da Candelária, inspecionaram detidamente os acampamentos que margeavam o leito da ferrovia. Nesta ocasião, Oswaldo Cruz escrevia ao amigo Salles Guerra, numa carta de 26 de julho:

Meu caro, isto aqui é de impressionar. A cifra de impaludismo é colossal, mas isto não assusta: só cede a doses cavalares de quinina, mas cede [...] o que impressiona é o beribéri, não pela quantidade que é relativamente muito pequena, mas pela qualidade. Há ataques quase primitivos de pneumogastrite, e em poucos dias manifestam-se outros

30 Belizário Augusto de Oliveira Penna (Barbacena, 29 de novembro de 1868-1939) foi um médico sanitarista brasileiro. Filho do Visconde de Carandaí, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1890, e retornou a Minas Gerais onde clinicou por alguns anos, tendo sido eleito vereador em Juiz de Fora. Em 1904 mudou-se para o Rio de Janeiro, passando a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública, onde colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças no território nacional.

sintomas de nevrite do pneumogástrico, trazendo a morte no meio da mais trágica agonia. É um espetáculo tétrico [...]. Mas de todas as moléstias, a que zomba de tudo e de todos é a pneumonia lombar que grassa com intensidade, matando 60% dos atacados que, em regra, são rapazes vigorosos e fortes.

A principal moléstia era a malária, mas também havia casos de beribéri, sarampo, pneumonia, disenteria, leishmaniose visceral, ancilostomíase, hemoglobinúria, febre amarela, etc. Segundo os registros oficiais do Hospital da Candelária, na época a melhor referência no tratamento de doenças tropicais na região e no país.

é possível perceber, nesse trânsito sutil entre natureza e cultura, entre geografia e história, entre caos selvagem e ordem nacional, o fascínio que advém do espanto, os atrativos secretos da escuridão e do medo, a força primitiva dos lugares inomináveis, os sentimentos solitários ante a infinidade ‘natural’, a surpresa permanente com a nova rotina: reaparecem, pois, nessas visões da luta do homem contra a selva, aspectos da moderna apreensão do sublime (HARDMAN, 2005, p. 119).

Em carta de 8 de agosto, apresentava a Salles Guerra o seu diagnóstico definitivo sobre o quadro referente às moléstias da região:

O que torna inóspitas as regiões do Madeira é o impaludismo. As outras moléstias, se bem que gravíssimas, são em cifra relativamente diminuta, inclusive o beribéri, que só ataca 5% do pessoal e mata 1%. Mas o impaludismo é de gravidade extrema e ataca 80 a 90 % do pessoal.

Os problemas de saúde no início da República, obrigaram ao Estado buscar políticas de combates às doenças de forma coordenada, para a obtenção de oferecer a população uma qualidade de vida melhor, através do saneamento rural e urbano no território nacional.

Subordinado, a princípio, à Diretoria-Geral de Saúde Pública e, a partir de maio de 1919, vinculado ao Ministério da Justiça do Interior e Negócios, este serviço tinha por finalidade combater, em âmbito nacional, as endemias consideradas mais importantes como a malária, a ancilostomose, a febre amarela e a doença de Chagas.

O assunto constituiu objeto de esclarecimento na justificativa realizada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, em 9 de abril de 1919, acerca da assinatura do Decreto n.º 13.538 ³¹:

31 Art. 1.º- O serviço de profilaxia rural, instituído pelos decretos n.º 13.001, 13.055 e 13.139, de 1 de maio, 6 de junho e 16 de agosto de 1918, continua subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por intermédio da Diretoria do Interior da Secretaria de Estado (art. 7º § 1º, XII, do decreto n. 9.196, de 9 de dezembro de 1911.). Visa, sobretudo, as três grandes endemias dos campos - uncinarirose, impaludismo e doença de Chagas –além das outras entidades mórbidas que reinam no paio com caráter epidêmico ou endêmico.

Pela reforma, o serviço de prophylaxia rural continúa, por enquanto, directamente subordinado ao ministerio que superintendo. Assim decidi fazer, porque reputo prematuro procurar dar-lhe, desde já, a sua organização efetiva.

Querem organizal-o por intermedio de uma directoria especial, entendem outros preferível subordinal-o á Directoria Geral de Saude Publica; é conhecido mesmo o projecto de alta autoridade profissional, reunindo todos os assumptos de saude publica sob jurisdição de um ministerio particular. Julgo mais conveniente não adoptar, por enquanto, nenhuma destas soluções, deixando o problema neste ponto tal como elle acha.(Sic).

Ao longo dos anos, a União passou a arcar com as despesas de profilaxia e saneamento rural. Isso significava, efetivamente, que o custeio de obras de saneamento, de profilaxia, a oferta de políticas de saúde e saneamento nos estados realizavam-se cada vez mais, ainda que com a prévia autorização destes, de forma centralizada por uma agência federal. A quase totalidade dos Estados, impossibilitados técnica e financeiramente de dar respostas aos imensos problemas de saúde pública, negociou sua autonomia pelo ingresso de recursos financeiros e humanos sob controle e administração direta do governo federal.

4.3 Pareceres do Ministério Público de Rondônia³²

As terras do hospital e do cemitério de Candelária foram outrora o centro nervoso e o ponto da vitória da ciência, que o homem impôs a inóspita, e até então desconhecida, floresta amazônica.

A saga de mulheres e homens, anônimos e várias nacionalidades, que embrutecidos, maltratados e perdidos na rústica região amazônica, nunca poderiam imaginar, que um dia tomaria assento num dos bancos do vagão dos esquecidos.

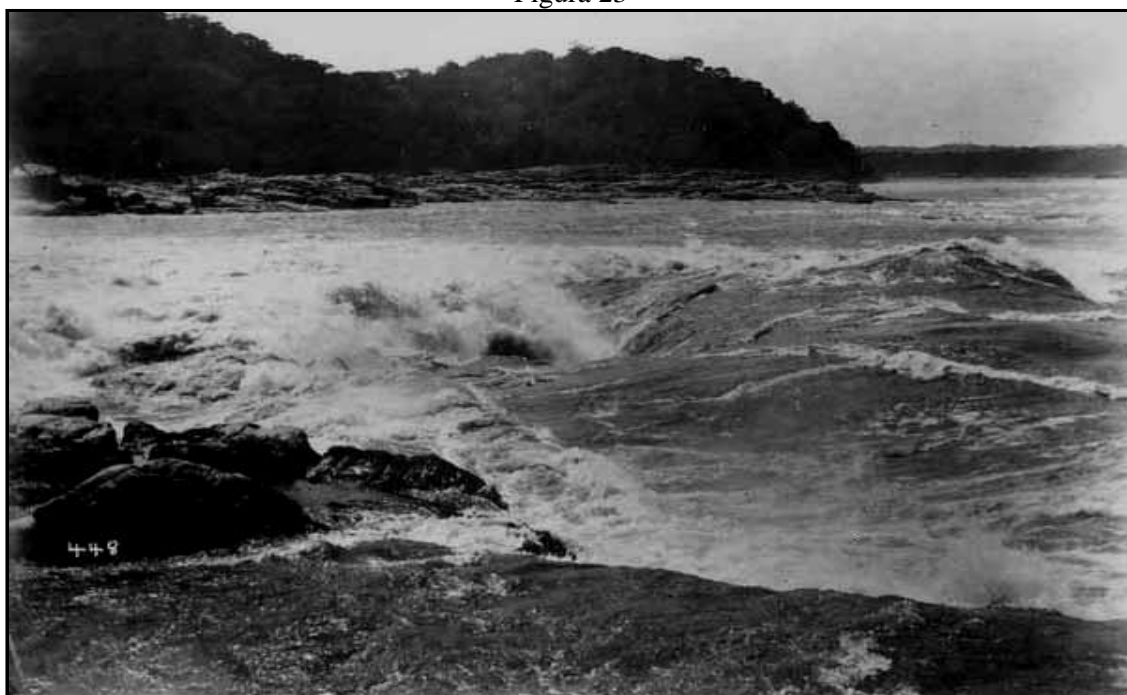
Muitas foram as facetas originadas pela conquista da região norte e em especial, dessa terra chamada Rondônia, talvez maiores até, que as cristas das pontiagudas pedras

32 O Ministério Público do Estado de Rondônia compõe o Ministério Público Brasileiro, tem sua sede em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, na rua Jamari, 1555. „O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. ”Sem vinculação funcional a qualquer dos poderes do Estado, o Ministério Público é uma instituição pública autônoma e independente, ou seja, não está subordinada aos Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo. Todos os seus membros têm as mesmas garantias asseguradas aos integrantes do Poder Judiciário. A instituição também tem orçamento, carreira e administração próprios. O Ministério Público atua em várias áreas, como na defesa dos direitos do consumidor, meio ambiente, idosos, pessoas com deficiência, saúde, educação, transportes e em outras que atinjam a sociedade em geral (direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis). Quando tiverem seus direitos violados, os cidadãos devem e têm o direito de procurar as Promotorias de Justiça, onde serão atendidas por Promotores de Justiça.

de suas intransponíveis corredeiras descritas por Raimundo Moraes³³, escritor e jornalista paraense, como sendo:

Escalada formidável a ascender, os seus degraus feldspáticos, pontilhados de seixos e penedos, roliços e prismáticos, negros e às vezes, pardos quase sempre, foscos aqui, cintilantes ali, batidos, lambidos, talhados, rolados pelo turbilhão flúvio das águas que se despenham – Chamam-se Santo Antônio, Salto Teotônio, Morrinhos, Caldeirão de Baixo, Caldeirão de Cima, Girau, Três Irmãs, Paredão, Pederneiras, Araras, Periquitos, Chocotalal, Ribeirão, Misericórdia, Madeira, Lages, Pau Grande, Iata, Bananeiras, Guajará Açu, Guajará Mirim. Na escalada marginal dessa rampa, a impressão que empolga a respeito dos aspectos telúricos, é de que se transforma uma rechã de transição, inclinada suavemente entre a várzea post-quartenária do fundo aluvial da planície, e as manchas alpestres de terrenos já enxutos nas colinas.

Figura 23



Corredeiras do Rio Madeira

Fonte: Dana Merrill

Euclides da Cunha³⁴ relata os profundos ressentimentos do povo castelhano contra o colonizador português registrados na Audiência de La Plata, devido à conquista lusitana da margem direita do rio Guaporé e às margens do rio Madeira.

33 Raimundo Moraes, escritor paraense, de Belém, que teve projeção nacional nas décadas de 1920/1930. Publicou notas e artigos no Jornal A Província do Pará e obras como País das Pedras Verdes em 1930, Meu dicionário das cousas da Amazônia, em dois volumes, em 1931, Amphiteatro Amazônico e Ressuscitados em 1936, Alluvião, um ano depois em 1937, Os Igaraúnas em 1938, O Homem do Pacoval, Machado de Assis, À margem do livro de Agassiz e Histórias Silvestres do tempo em que animais e vegetais falavam na Amazônia em 1939, Cosmorama em 1940 e Um Eleito das Graças no ano de sua morte em 1941.

34 Euclides da Cunha (1866-1909) nasceu no Rio de Janeiro, no dia 20 de janeiro de 1866. Foi um escritor, jornalista, professor e poeta brasileiro, autor da obra "Os Sertões". Cursa de 1890 a 1892, a

Os tratados de 1750 (Madri) e 1777 (Santo Idelfonso) definiram os limites de Espanha e Portugal sobre estas paragens e deu-se início a construção de fortificações para que fosse garantido a Portugal, seu direito de exploração, domínio e conquista.

Figura 20



O Brasil e suas relações de vizinhanças: cobiça pelas fronteiras
Fonte: <http://trapalanda.bn.gov.ar:8080/jspui/handle/123456789/5153>

Segundo Emanuel Pontes Pinto, as colônias portuguesas refletiam as políticas territoriais da Coroa, com uma roupagem feudal:

o monopólio ideológico dos bens, dos corações e das mentes dos habitantes da metrópole estendia-se, conseqüentemente, aos dos territórios das colônias, [...] como no caso Madeira-Guaporé, ligado ao mundo amazônico (PINTO, 1993, p. 66).

A mágoa pela perda continuou arraigada pelo povo castelhano, transmitida como herança nefasta, mesmo após a instalação da República Bolívar em 1825.

Vizinhos, Peru, Bolívia e Brasil, veem suas relações estremecidas, quando o Peru empenha o seu apoio à ideia da livre navegação pelo Rio Amazonas até Iquitos,

ideia proposta por europeus e norte-americanos com o intuito de domínio da riqueza produzida pelo látex de nossas héveas.

Para salvaguardar o Brasil da possibilidade de invasão pela Amazônia, o Imperador D. Pedro II decreta a monopolização da navegação do rio Amazonas e entrega ao Barão de Mauá³⁵ a exclusividade desse serviço.

De acordo com esse contrato, oficializado pelo Decreto n. 1.037, de 30 de agosto de 1852, estava prevista a concessão, por parte do governo, de uma subvenção pecuniária mensal, que seria acrescida de um privilégio de exclusividade na realização da empresa que deveria vigorar pelos próximos trinta anos. Além disso, seria realizada a cessão de terras para a fundação de sessenta colônias nas margens do rio, a serem habitadas por indígenas ou imigrantes estrangeiros, além de um terreno no qual deveria ser construído um dique na cidade de Belém. Em contrapartida, Irineu Evangelista de Souza se comprometia a fundar uma companhia que nunca operasse com capital inferior a mil e duzentos contos de réis, que mantivesse linhas regulares de vapores e que se comprometesse a fundar e a manter as colônias nas margens do Amazonas, tão logo obtivesse do Poder Legislativo autorização para isso.

(*Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de julho de 1853, pp. 152-153.)

Com a introdução do navio a vapor, no Amazonas, intensificou-se o comércio boliviano através do território brasileiro, e com a procura cada vez maior pela borracha nativa, experimentou-se naquelas paragens um surto explosivo de desenvolvimento. São justamente estes vapores que farão os caminhos das águas na Amazônia para o transporte de toda a estrutura necessária para a construção da EFMM, além de via de comunicação da região do Madeira com o resto do Mundo.

No final de 1888, circulavam na Amazônia 106 embarcações a vapor, assim distribuídas: Companhia de Navegação à Vapor do Amazonas Ltda., 19; Companhia de Navegação à Vapor de Manaus, 2; Companhia de Navegação Pará e Amazonas, 8; Empresa Marajó, 5; vapores particulares, 9; Red Cross Line, 3; Companhia Booth Steam Ship, 7; Companhia Brasileira de Navegação à Vapor, 6; Lanchas a vapor, 47 (FONSECA, 2003, p. 08).

Em poucos anos, a rentabilidade econômica da navegação nos rios da Amazônia proporcionaria uma excelente dinâmica nos transportes e, conseqüentemente fortunas para os proprietários.

Em 1912, somente a Amazon Steam Navigation Company operava nos rios amazônicos com uma frota de quarenta e sete navios a vapor, que somados deslocavam dezesseis mil quatrocentos e quarenta toneladas e empregavam mil quinhentos e sessenta e nove tripulantes.

35 Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Visconde de Mauá, ou Barão de Mauá, nasceu em no município de Arroio Grande, então distrito de Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul, no dia 28 de dezembro de 1813. Industrial, banqueiro, político e diplomata, é um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX. Inicia seus negócios em 1846 com uma pequena fábrica de navios em Niterói (RJ).

Um ano depois essa frota cresceu para cinquenta e três embarcações. Apesar de um alegado déficit operacional a empresa seguia crescendo, pois em 1914 registra-se o aumento de sua frota para cinquenta e quatro vapores.

(BENCHIMOL *apud* FONSECA, 2011, p. 9.)

Cada vez mais, tanto o velho quanto o novo mundo necessitavam da borracha aqui produzida. Explode a Guerra do Paraguai³⁶, assim, e cada vez mais, o Brasil necessitava manter estreitos os laços de amizade com a Bolívia. Dessa forma, a chancelaria brasileira inicia inúmeras conversações, garantido o trânsito de produtos bolivianos pelo território brasileiro.

Emanuel Pontes Pinto, afirma em sua obra:

A Amazônia brasileira, boliviana e peruana tornou-se campo abrangido pelo interesse do imperialismo internacional, ávido por estabelecer absoluto controle na sua produção de borracha, cacau, sementes oleaginosas, drogas, couros e peles de animais silvestres, prata, ouro e pedras preciosas. O caminho mais conveniente para alcançar as áreas consideradas economicamente promissoras, tendo de um lado o Atlântico Norte e do outro as faldas orientais do Andes, era aquele que incorporava a esse contexto as bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Beni, obstaculizado pelos acidentes hidrográficos do rio Madeira. (PINTO, 1993, p. 87)

A necessidade de novas áreas de exploração da borracha faz com que brasileiros se infiltrem mata a dentro, em busca do excelente látex produzido no Acre, ocorrendo assim a invasão do território boliviano.

No Capítulo 9 do livro *A questão Acreana e a construção da EFMM*, Fonseca & Teixeira, assim comentam os antecedentes da rebelião no Acre devido ao avanço dos brasileiros sobre o território boliviano:

os seringais produziam enormes quantidades da goma elástica para a exportação e os nordestinos chegavam para abastecer de mão de obra o mercado. [...] no Madeira, avançava a população brasileira sobre trechos que antes eram habitados exclusivamente por bolivianos. [...] o avanço sobre os seringais iniciava a ocasionar conflitos (2003, p. 127).

O impasse estava criado, pois os brasileiros ali radicados não se dispunham a sair do território boliviano e, por sua vez, a Bolívia não encontrava meios de expulsar os invasores das suas terras, e originou-se daí um movimento armado, que só terminou quando uma força naval brasileira, atendendo ao pedido do país vizinho, eliminou os focos de resistência.

36 A Guerra do Paraguai foi um conflito militar que ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1864 e 1870. Nesta guerra o Paraguai lutou contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Teve como causa principal como estopim as pretensões do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes de conquistar terras na região da Bacia do Prata. O objetivo do Paraguai era obter uma saída para o Oceano Atlântico.

Esses embaraços diplomáticos, ainda persistiriam, pois, a busca pela riqueza do seringal impedia que os bolivianos mantivessem a paz e a ordem na região de conflito, e por isso a Bolívia arrenda o Acre à Bolivian Syndicate³⁷, e tão amplos eram os poderes desse Sindicato naquele território que se podia perceber claramente o desinteresse boliviano pelas terras onde reconhecia se difícil seu domínio.

O arrendamento fez com que Plácido de Castro³⁸ promovesse novo levante e se apossasse do território. Por sua vez, o Brasil ocupa militarmente o Acre, conseguindo o destrato com o Sindicato anglo-americano, o que foi narrado exemplarmente assim:

em 11 de junho de 1901, Felix Avelino Aramayo, representante do governo da Bolívia na Grã-Bretanha, e Frederick Willingford Withridge, em nome do grupo anglo americano, assinaram, em Londres, o protocolo pelo qual o Acre passaria, pelo prazo de 30 anos, à administração do Bolivian Syndicate, dando a plenitude do governo civil do Acre, com direitos soberanos, entre os quais o de manter polícia e equipar uma força armada ou barcos de guerra, para a defesa dos rios ou conservação da ordem interna.

(FONSECA & TEIXEIRA, 2003, pp. 132-133).

A 17 de novembro de 1903, Brasil e Bolívia assinam o Tratado de Petrópolis³⁹, ficando a cargo do Brasil, além da permuta de parte do território, o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e a construção de uma estrada de ferro que desse à Bolívia livre acesso a seus produtos, pelos rios brasileiros até o oceano Atlântico. Esse Tratado foi conseguido pelo empenho de José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, como se verifica no trecho:

A Bolívia, sem saída para o mar, havia insistido com o Brasil que lhe cedesse uma via de acesso ao Atlântico. Desse modo, ela poderia escoar sua borracha sem depender do porto chileno de Antofagasta nem da ferrovia britânica que o servia. Além disso, os exportadores bolivianos –como Hermanos Suárez– [...] vinham perdendo 20% ou mais de sua borracha e tripulações. [...] barcos de 10 toneladas eram usados para vencer as cachoeiras [...] (GAULD, 2006, p. 176).

37 Instituição organizada em Londres em 1901 para estabelecer a colonização boliviana no território do Alto Acre. Foi a forma jurídica usada pela Bolívia para efetivamente incorporar a seu território a região do Alto Acre, que se tornaria parte do território brasileiro por força do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, e hoje constitui o Estado do Acre.

38 José Plácido de Castro nasce na cidade de São Gabriel. Ingressa na Escola Militar do Rio Grande do Sul, mas abandona a carreira durante a Revolução Federalista. Durante a A rebelião, sob o comando de Plácido de Castro, reúne inicialmente 33 seringueiros. O grupo consegue expulsar os militares bolivianos e transformar o Acre em um estado independente. Com o fim das hostilidades, em 1904, Castro torna-se seu primeiro governador e, dois anos mais tarde, é nomeado prefeito da cidade de Alto Acre.

39 Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903 na cidade brasileira Petrópolis, que formalizou a incorporação do Acre ao território brasileiro. Com esse acordo, o Brasil pagou à Bolívia a quantia de 2 milhões de libras esterlinas e indenizou o Bolivian Syndicate em 110 mil libras esterlinas pela rescisão do contrato de arrendamento, firmado em 1901 com o governo boliviano. Em contrapartida, cedia algumas terras no Amazonas e comprometia-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para escoar a produção boliviana pelo rio Amazonas.

A epopeia da construção da Ferrovia foi, portanto, iniciada em 1868, quando o Governo boliviano concede ao Engenheiro Americano George Earl Church a concessão para a exploração da navegação do rio Mamoré ao Madeira.

De acordo com a Comissão d'estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré. Impressões de viagem: do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira, 1883, Cap. I, p. 4.

Acceitando-o, foi Church para La Paz, em 1868, apresentar-se ao governo boliviano, que, sob a presidência do general Melgarejo, a 27 de agosto desse anno, lhe dera a devida concessão para a formação da National Bolivian Navigation Compan. (1883, p. 04.)

A 20 de Abril de 1870, foi a vez do governo brasileiro se manifestar, concedendo a Church a permissão para a construção de uma estrada de ferro, que transpusesse as corredeiras do rio Madeira.

A idéia primitiva, geralmente seguida, era a abertura de canaes na região encachoeirada do Madeira; mas, apesar disso, o coronel Church fizera inserir no seu contrato a cláusula de poder construir um caminho de ferro no caso de ser o canal muito difficil, para o que igualmente o autorisaram a fazer uma emissão extraordinária de £500.000, para cobrir essas despesas imprevistas o governo do Brazil em 1870, depois de activos esforços empregados pelo respectivo ministro dos negocios estrangeiros, afim de empenhar o governo da Bolivia na realisação d'esse plano de communicações, entre a Republica e o Atlantico pelo valle do Amazonas [...] expedida o decreto n. 4509 de 30 de Abril de 1870. (Sic) (1883, p. 05-06)

O prazo para o término do contrato seria de 50 anos e a ferrovia deveria ligar o salto de Santo Antônio, no Rio Madeira à Cachoeira de Guajará-Mirim, no Rio Mamoré. Com o início das futuras obras, segundo Gauld:

Church criou a National Bolivian Navigation Company e a Madeira & Mamoré Railway e vendeu suas ações em Londres, após o Brasil ter garantido juros de 7%. (GAULD, 2006, p. 177.)

A Public Works Construction Company envia à localidade de Santo Antônio uma leva de empregados arregimentados em todo o mundo e que estavam supervisionados por duas dúzias de seus engenheiros, mas em poucos meses o empreendimento já era fracassado, pois durante esse tempo, seu pessoal foi severamente atacado por milhares de mosquitos que proliferavam abundantemente na região, por febre de incontáveis origens e mantiveram alguns contatos com os Karipunas. A fuga dos sobreviventes foi geral, maltrapilhos e doentes, muitos foram enterrados nas praias às margens dos rios Madeira e Amazonas. Assim,

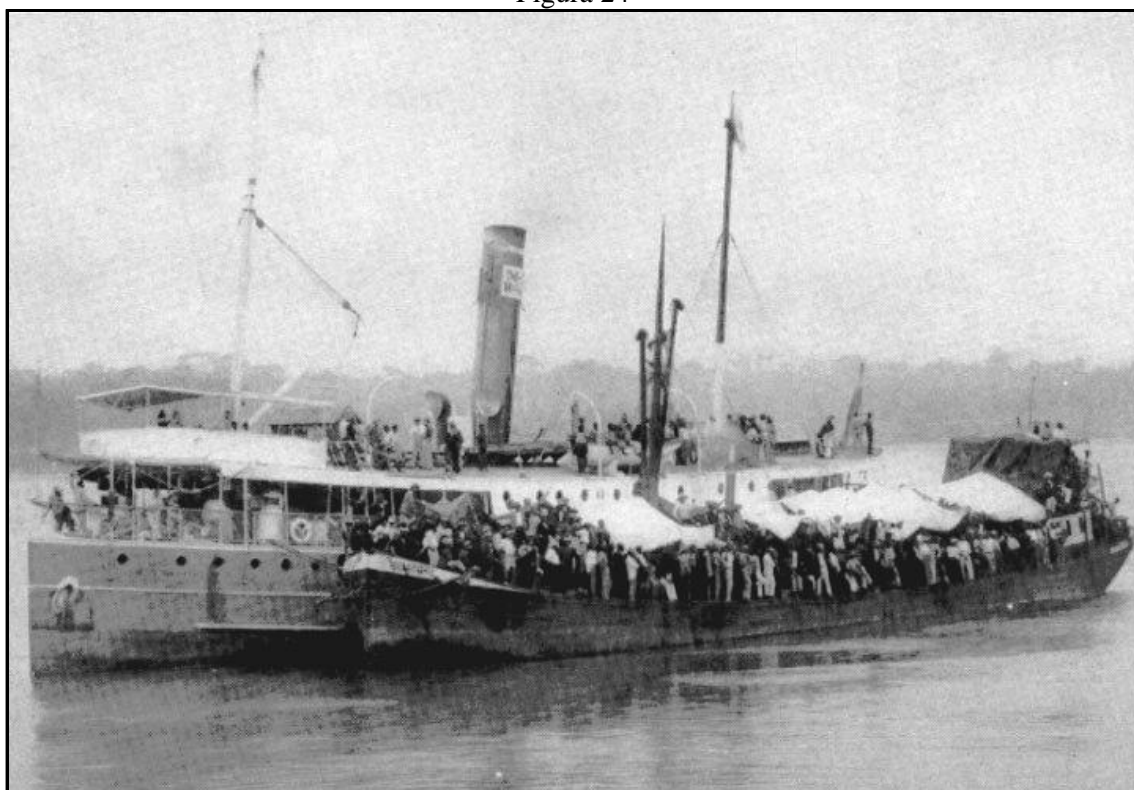
A empresa constructora enviou uma comissão de engenheiros, tendo à testa o Sr. Leathon Carie Ross, que em seu relatório estimou o custo

da estrada em £ 437.989, pelo que foi ainda renovado o contrato definitivamente com o aumento exigido de £162.011, prefazendo o capital de £600.000, das quaes lhe foi dada adiantadamente a somma de £50.000.

Ajustadas assim claramente as condições, expedio a empreza outra comissão de 25 engenheiros para a construcção, que, com o material preciso, chegou a Santo Antônio a 6 de julho de 1872, dando logo começo aos trabalhos de exploração. (1883, p. 06-07).

Homens de todas as partes do mundo deixaram seus países de origem, desembarcaram em Porto Velho objetivando buscar na obra da ferrovia, uma vida melhor. Gente simples que com seu suor, fez brotar nesta terra, o progresso, regando

Figura 24



Flagrantes da chegada de trabalhadores para a construção da ferrovia.

Fonte: Dana Merrill

com seu sangue o desenvolvimento de Rondônia. Aproximadamente 1.600 desses trabalhadores foram sepultados nos campos do Cemitério de Candelária ⁴⁰.

Hindus, Mexicanos, Porto-riquenhos, Japoneses, etc. Todos buscavam uma oportunidade de ganho e melhoria de vida na Babel Amazônica, onde o castelhano era a língua mais difundida.

O fracassado contrato deveu-se ao despreparo e à falta de conhecimento da região, pois doenças como beribéri, desconhecidas àquela época, poderiam ser evitadas

40 O Cemitério da Candelária localizado próximo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em Porto Velho, faz parte da história centenária ferroviária. Construído em 1907, mais de 1,5 mil ex-funcionários estrangeiros da EFMM foram enterrados no local, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

simplesmente pela ingestão de frutas regionais ou pescado, ocorre que americanos e europeus não possuíam domínio da arte da pesca e da caça.

Figura 25

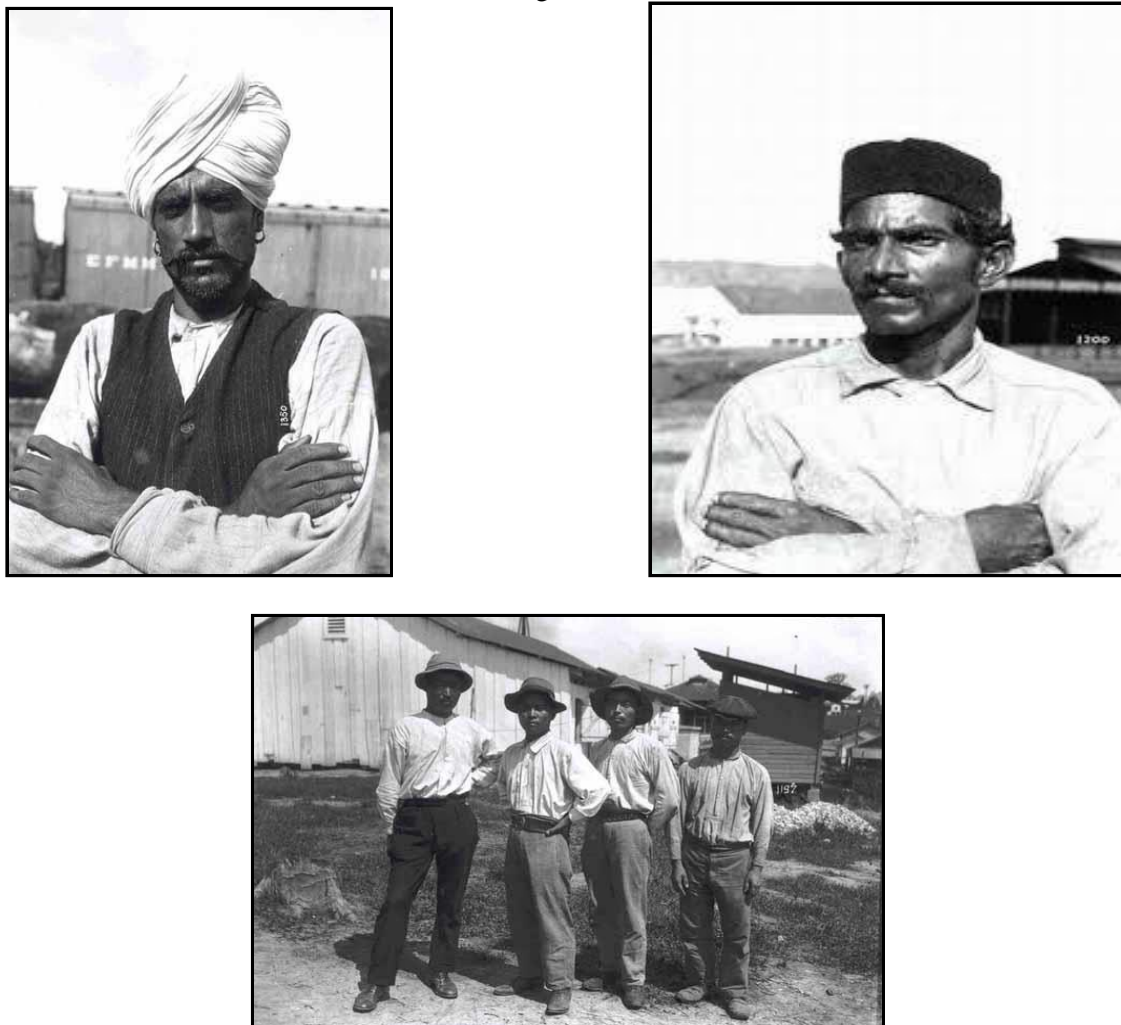


Foto de “tipos humanos”

Fonte: Dana Merrill.

O professor Júlio Nogueira, à página 49 da sua obra *Estrada de Ferro Madeira–Mamoré*, faz a seguinte referência:

Essa cachoeira do Ribeirão, poucos quilômetros abaixo, toma o nome de Chocolatal. Aí desapareceu, há alguns anos, um empregado que o Sr. Bruno Arnold, hoje negociante e cônsul alemão em Riberalta, conduzia para o seu serviço. Supõe-se que o moço foi levado pelos índios. Durante dez dias, o Sr. Arnold procedeu a pesquisas sobre as imediações, continuando depois sua difícil viagem ante o insucesso delas.

Por igual luta passaram os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Piauí⁴¹, que tiveram que sofrer com a fase de construção da linha férrea, e passavam dias e dias

41 Estrada de Ferro Central do Piauí foi uma empresa ferroviária piauiense que ligava Teresina a Luís Correia (antiga Amarração), no litoral do estado. Foi criada no início do século XX, inicialmente ligando a Vila de Amarração (atual Luís Correia) a Piracuruca. Entre os anos 50 e 60 foi interligada ao trecho de Piripiri a Altos. Assim efetivava-se sua completa interligação da capital Teresina ao pretense porto

isolados, longe das cidades, no duro trabalho de assentamento dos trilhos. Viviam no meio rural, criando, transformando a natureza com a linha do trem. Estavam à mercê dos fenômenos da natureza como sol, chuvas e corriam o risco de adoecerem. Não era dos melhores trabalhos, mas, para muitas pessoas, o único disponível.

Figura 26



Piripiri, trabalhadores na construção da Estrada de Ferro do Piauí em momento de descanso, posando para uma fotografia, provavelmente com suas melhores roupas, já que, na época, era algo raro ser fotografado.

Fonte: NTE – 3ª GRE.

Um outro exemplo de uso da mão de obra em grandes investimentos na Amazônia aconteceu em 1928, às margens direita do rio Tapajós, na bacia do Rio Cupari, dentro do território dos municípios paraenses de Aveiro e Itaituba. Onde fora construída Fordlândia, um investimento do capitalista Henri Ford⁴² para a produção da

marítimo de Amarração (Luís Correa), obra que se arrastava desde o império. A estrada de Ferro Central do Piauí foi prejudicada pela não conclusão do Porto; foi considerada de tráfego baixo e foi desativada em meados da década de 1990. Tinha rota nas cidades de Teresina, Altos, Campo Maior, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Piracuruca, Brasileira, Cocal, Buriti dos Lopes, Parnaíba e Luís Correia. Conhecida também pela sigla EFCP, e integrava o sistema da RFFSA, Rede Ferroviária Federal S A. É quase paralela à BR 343.

42 Henry Ford foi um importante engenheiro americano. Nasceu em 30 de julho de 1863, na cidade norte-americana de Springwells. Faleceu em 7 de abril de 1947, na cidade de Dearborn. Produziu seu primeiro automóvel em 1892. Ford é considerado o primeiro a implantar um sistema de produção em série. O engenheiro americano notou que era muito mais barato e rápido produzir um modelo de automóvel padronizado. De acordo com o sistema fordiano de produção (também conhecido como fordismo), o automóvel passava por uma esteira de montagem em movimento e os operários colocavam as peças. Logo, cada operário deveria cumprir uma função específica. Desta forma, existiam operários para determinadas funções (pintura, colocar pneus, direção, motor, etc). Neste sistema, um automóvel era montado em apenas 98 minutos. O modelo de automóvel mais famoso produzido por Henry Ford foi o

borracha, com o objetivo de tornar-se autossuficiente na produção e beneficiamento do látex para suas fábricas.

Sob o comando do americano Einar Oxholm, os operários deram início a construção da cidade que incluía: hospital, escola, água encanada, moradia, cinema, luz elétrica, porto, e as mais diversas estruturas para a execução das obras.

Figura 27



Trabalhadores na construção de Fordlândia no Pará

Fonte: www.flickr.com/photos

Fazendo referência à insalubridade nas frentes de serviço da obra da estrada era tão formidável que Neville B. Craig à página 42 de seu livro *Estrada de Ferro Madeira–Mamoré* de 1947, cita: “Que a zona era um antro de podridão onde seus homens morriam qual moscas, que o traçado cortava uma região agreste em que se alternavam pântanos e terrenos de formação rochosa e que mesmo dispondo-se de todo dinheiro do mundo e de metade de sua população seria impossível construí-la a estrada”.

Em virtude desse engodo, alegado pela Publick Works Construction Company, viu-se o engenheiro Church⁴³ envolvido com uma ação indenizatória que circulou pelos

modelo “T”, também conhecido como “Ford Bigode”. Este veículo foi o mais vendido no final do século XIX.

43 George Earl Church, nascido em New Bedford, Massachusetts, seu pai era Richard Church, um descendente direto de Benjamin Church, enquanto o lado de sua mãe foi atribuído a uma filha de Edward Winslow, um passageiro a bordo do Mayflower. Após vários estudos e propostas, no início da década de 1870, foram feitas as primeiras tentativas de construção de uma ferrovia que atendesse àqueles objetivos. Em 01 de março de 1871 o coronel norte-americano, de posse de concessões dos governos boliviano e brasileiro, constituiu a Madeira & Mamoré Railway Company Limited e contratou a empresa britânica Public Works Construction Company para executar a obra.

Figura 27



A estiva de galhos foi o suporte para que barreiros, pântanos e alagadiços fossem vencidos.

Fonte: Dana Merrill.

Figura 28



Rompendo a rocha, a estrada caminhou, em direção a Guajará-Mirim.

Fonte: Dana Merrill

tribunais ingleses.

A *Public Works Construcccion* abandonou os trabalhos e em Junho de 1873 protestou perante os tribunaes ingleses, pedindo a anulação do contrato de 1871 e indemnisação pelos prejuizos soffridos, etc.; e tendo o governo boliviano revogado a concessão feita a *National Bolivian Navigation* e decretado que o deposito de £580.000, effectuado no Banco de Inglaterra, como producto do já citado

emprestimo, seria applicado á construcção da ferro-via, os portadores das apólices bolivianas, allegando a inexequibilidade da empreza, o grave erro orçamentario e dos estudos primitivos e o não cumprimento das condições com que haviam subscripto o emprestimo, reclamaram dos tribunaes inglezes a dissolução e liquidação da *Madeira and Mamoré Railway*, obtendo, após prolongado pleito, que a camara dos lords lhes deferisse a petição, mandando rateiar o deposito. (1883, p. 07.)

Church, homem empreendedor, não desanima e entrega aos construtores Dorsey & Caldwell a construção da ferrovia. Também eles, assustados pela insalubridade regional, partem rapidamente da região, não contribuindo em quase nada para o avanço da obra.

O coronel Church tentou n'esse tempo de pleito encaminhar os trabalhos e em 17 de setembro de 1873 fez outro contrato com Dorsey e Cadwel, que também foi malogrado. Enormes são os prejuízos da empreza, tenha ella ou não a culpa de tantos desastres. Calcula-se em centenas de contos o valor do material que chegou a Santo Antônio, afóra as perdas de consideravel importancia como seja o pequeno vapor *Amazonas*, de 120 toneladas, que se submergiu em 1871, em frente áquelle porto, quando estava ainda em secções e a bordo do navio *Silver Spray*. (1883, p. 08.)

Curiosamente, em relação aos naufrágios no porto do rio Madeira em séculos passados, obteve-se uma prova real para tais fatos, por meio do ciclo das secas na Amazônia como a ocorrida em 2012, revelando os restos de uma embarcação que, segundo alguns estudiosos possivelmente se trata do navio Silver Spray. Veja abaixo uma foto divulgada no Diário da Amazônia publicada no dia 08 de outubro de 2012.

Conta-nos Emanuel Pontes Pinto que: “Depois de quatro meses de trabalho, somente três quilômetros de linha férrea tinham sido construídos e a maior parte do pessoal que ali trabalhava adoecera, O número de mortos era surpreendente [...]” (Rondônia, Evolução Histórica, 1993, p. 86.)

Esse fracasso, somado aos anteriores, ainda não fora suficiente para abater o ânimo de Church, que a 25 de outubro de 1877 assina contrato, na Filadélfia, com P & T Collins, prestigiado que fora pelo Imperador do Brasil.

ministro dos negocios estrangeiros o Sr. Barão de Cotegipe, foi expedido pelo ministro da agricultura, Sr. conselheiro Coelho de Almeida, o decreto n. 6747 de 24 de novembro de 1877, concedendo garantia de 7 % durante 30 annos á *Madeira and Mamore Railway*, sobre o maximo capital de £400.000, não devendo a garantia tornar-se effectiva senão depois de empregada a quantia de £600.000, então em deposito no Banco de Inglaterra.

Obtida a garantia de juros, o coronel Church de novo e desastradamente firmou contrato com P. & T. Collins, a razão de £5.900 por milha ingleza, com uma cubação determinada, - sendo que no caso de elevar-se esta, seria aquella somma augmentada de accôrdo

com uma tabella de preços, que igualmente serviria para o caso da cubação ser menor do que a calculada para o contrato. (1883, p. 10.)

Novamente a jornada capitalista colocou em prática os objetivos de se construir no território amazônico, uma linha férrea com financiamento internacional e apoio

Figura 29



Destroços do navio Silver Spray

Fonte: Diário da Amazônia publicada no dia 08.10.2012

político do governo brasileiro. Descreve-se:

Nesse mesmo anno um dos navios da nova empresa, o *Mercedita*, conduziu para Santo Antônio cerca de 500 trabalhadores norte-americanos e alguns italianos, além de Collins e mais pessoal tecnico e o material preciso para o estabelecimento do escriptorio, serraria a vapor, hospital, etc., chegando a Santo Antônio no dia 19 de fevereiro de 1878. Thomaz Collins chegou a empregar ainda 300 bolivianos e alguns brasileiros, dos que havia contratado com o major José Paulino von Hoonholtz, com quem tive ocasião de fallar sobre esses assumptos, em Manáos, onde reside, e que desde o seu princípio infeliz foi em semelhante empresa. (1883, p. 71.)

Por trás da contratação de trabalhadores surge a figura do “gato”⁴⁴, que ofertava serviços nos campos amazônicos em detrimento dos interesses dos empresários capitalistas. Para os serviços dos Collins agia o empresário José Paulino von

⁴⁴ Termo usado para designar os contratadores de mão-de-obra, para grandes atividades econômicas nas mais diversas regiões do Brasil.

Hoonholtz⁴⁵. Para suprir o número de pessoas que morreram no navio Metrópolis após o naufrágio, a P. & T. Collins ordenou a contratação de novos operários na região da seca no Nordeste brasileiro.

Com o empresário Hoonholtz foi assinado um contrato segundo o qual receberia US\$1,30 por dia por cada trabalhador engajado. Parecia ser esse “um bom negócio” para aquele contratador, pois não teria que se preocupar com as passagens para os trabalhadores que seriam pagas pela verba “Socorros Públicos” do Ministério do Império, além de uma porcentagem devida sobre o ganho dos nordestinos.

Dos seiscentos embarcados, quinhentos eram contratados como trabalhadores, vinte homens iam como apontadores de turmas e quarenta mulheres (esposas dos operários) foram como cozinheiras. Completando o grupo estavam quarenta crianças. A maioria dos trabalhadores era constituída de homens jovens, solteiros, com idades entre dezesseis e trinta anos, sendo poucos os que tinham mais de quarenta. Os casados acompanhados por suas esposas, quando com filhos, não levavam mais que três crianças.

Para o “agenciador” de mão de obra as possibilidades de lucro não eram pequenas, pois a companhia arcava com as despesas de transporte e alimentação no trajeto a ser percorrido pelos trabalhadores vindo da região seca.

O esforço dessa vez foi destruído pelo tribunal de Londres, que deu ganho de causa aos acionistas da Publick Works Constructions Co. Os desentendimentos entre Church e P. & T. Collins agravaram-se a tal ponto que os serviços foram paralisados. Máquinas e materiais foram abandonados no canteiro de obras e nas frentes de serviço.

As repercussões negativas que o episódio trouxe ao País, fizeram com que o Governo Brasileiro retirasse do coronel George Earl Church, a concessão sobre a estrada de ferro. Ingleses e americanos haviam fracassado diante do impaludismo, do beribéri, da exuberância traiçoeira da floresta amazônica, do fantasma da fome, das muitas dificuldades presentes na região.

A 30 de outubro de 1882, o engenheiro Carlos Morsing é designado presidente da comissão que retomaria os estudos para a construção da estrada de ferro. Novo desastre aportou em Porto Velho, e a comissão se viu obrigada a abandonar a empreitada, acabrunhados e doentes, sepultam em Santo Antônio inúmeros de seus membros, dentre eles, três de seus engenheiros e saem da região.

45 José Paulino von Hoonholtz, o Juca – nasceu em São Gabriel, em 11 de abril de 1828. Estabeleceu-se no Ceará, onde viveu durante 14 anos. Empresário, teve exclusividade sobre a venda de água em Fortaleza. Posteriormente, mudou-se para Manaus, onde foi deputado provincial do Amazonas em 1871.

Figura 30



Frente de serviço, aterro da estrada de ferro.

Fonte: Dana Merrill

Assim se faz a descrição do feito:

Achava-se o Sr. Dr. Morsing, na província de Pernambuco, onde representava o empreiteiro da estrada de ferro de S. Francisco, o Sr. Francisco Justiniano de Castro Rabello, quando foi surpreendido pela visita do Exm. Dr. Antônio Gomes Pereira Junior, nomeado presidente da província de Goyaz, que em nome do ministro da agricultura o convidou para dirigir a comissão de estudos, perguntando ao mesmo tempo quaes as suas condições para acceitar semelhante encargo.

O Dr. Morsing declarou n'essa ocasião, que uma vez que o Estado precisava ele seus serviços nenhuma condição tinha a exigir; sendo unicamente necessário que o empreiteiro o dispensasse. (1883, p. 14.)

Júlio Pinkas sucede Morsing na elaboração dos estudos para a ferrovia, mas seus estudos são desacreditados e o empreendimento é paralisado novamente.

visando, porém, em demonstrar que não havia desistido do plano de construir uma estrada de ferro entre os rios Madeira e Mamoré, o governo imperial designa, em 1882, uma comissão presidida pelo engenheiro Carlos Morsing para projetar sua locação. Durante dois meses de permanência na cachoeira de Santo Antônio, três engenheiros dessa comissão faleceram, mas deixaram explorados 112 quilômetros [...] (PINTO, 1993, p. 87).

Somente com a assinatura do Tratado de Petrópolis é que o governo brasileiro (agora republicano) obriga-se a construir a ferrovia. Entram em cena, nessa

oportunidade os engenheiros Raimundo Pereira da Silva e Joaquim Catramby. Pelo Decreto n.º 6.103, de 7 de agosto de 1906, recebe Catramby a concessão da construção, assinando contrato a 14 de novembro de 1906 e a repassa, de fato, a Madeira–Mamoré Railway Co., que inicia a construção da ferrovia em 1 de abril de 1907, mas somente em 29 de novembro de 1907, a Madeira–Mamoré é autorizada a funcionar no Brasil; a 30 de janeiro de 1908, através do decreto 6.838 faculta-se a Catramby, repassar a sua concessão, agora de direito, à Madeira–Mamoré.

A construção da ferrovia é entregue em abril de 1907 a May, Jekyll & Randolph, em negociação que envolveu o engenheiro Percival Farquar⁴⁶, agenciador de obras para empresas norte-americana e inglesa.

Ocorre que nenhum empreendedor, nenhum capital, via com bons olhos um investimento vários vezes fracassado, numa região onde inclusive haviam recomendações diplomáticas desestimulando o envio de trabalhadores e por isso, não havia dinheiro para a construção da obra.

Oswaldo Cruz deixou registrado na página 56 de seu relatório:

Pois bem, esses homens nos dois primeiros meses de permanência fazem trabalho correspondente ao salário diário de 16\$000 por pessoa; passam a fazer, sucessivamente, 14\$000, 12\$000, até que fim do sexto mez não fazem mais nada senão os 8\$000 que é o mínimo que a empresa paga aos jornaleiros, tal o enfraquecimento e as horas perdidas durante o dia pelos acessos que têm. Além disso há o descrédito crescente para a zona e a consecutiva dificuldade de engajamento de novo pessoal.

Ensina-nos Manoel Rodrigues Ferreira⁴⁷, página 206 de sua obra *A Ferrovia do Diabo*, que:

Mas, como ninguém, quisesse investir numa ferrovia que tinha má reputação desde o século passado, pelos prejuízos causados, Farquar usou um subterfúgio. Como ele estava fundando outras companhias para operar no Brasil, com capitais americanos, europeus e principalmente ingleses, para aqui construir ferrovias, o Porto do Pará, etc., ele dividiu o capital acionário da Madeira–Mamoré Railway entre as suas Brazil Railway Company e a Porto of Pará. Evidentemente, os subscritores destas duas companhias, que eram norte americana e

46 Percival Farquhar (Iorque, 1864 — Nova Iorque, 4 de agosto de 1953) foi um empresário norte americano. Nascido numa família quacre da Pensilvânia completou seus estudos na Universidade de Yale, um dos centros da elite estadunidense, onde se formou em Engenharia. Foi vice-presidente da Atlantic Coast Electric Railway Co. e da Staten Island Electric Railway Co. que controlavam o serviço de bonde em Nova Iorque e sócio e diretor da Companhia de Eletricidade de Cuba, além da vice-presidente da Guatemala Railway. Explorou negócios em Cuba e na América Centra. Teve ferrovias e minas na Rússia e negociou pessoalmente com Lenin. No Brasil, explorou diversos empreendimentos ferroviários, principalmente no sul do país, além de construir o porto de Belém. Sua mais espetacular obra brasileira foi a impossível Ferrovia Madeira Mamoré, no atual Estado de Rondônia.

47 Manoel Rodrigues Ferreira nasceu no Município de Bica de Pedra (hoje Itapuí), Estado de São Paulo, considerado um notável Professor de Matemática e Física, um ilustre Engenheiro, um desbravador dos Sertões do Brasil Central, Jornalista, Historiador, Fotógrafo Documentarista, Escritor. Autor do livro *A ferrovia do Diabo*, que conta a saga da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

muito mais os ingleses, não sabiam que estavam na realidade, investindo também na Madeira–Mamoré Railway.

Figura 31



Avanço dos serviços de linha; dormentes australiano

Fonte: Dana Merrill

Figura 32



Vista de Porto Velho

Fonte: Dana Merrill

Através do Decreto n.º 7.344 de 25 de fevereiro de 1909, a ferrovia é arrendada para a empresa construtora, assim, a Madeira–Mamoré Railway Company assegura o direito de exploração dessa estrada por 60 (sessenta anos) a contar da data da conclusão da obra. Randolph não suporta o clima, e com a saúde abalada, abandona a empreitada, ficando assim modificada a empresa para May & Jekyll, que em 31 de maio de 1910 já exhibe 90 quilômetros de linhas concluídas.

Autoriza o contractar com a Companhia Madeira–Mamoré Railway, cessionaria do contracto de construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, o arrendamento da mesma estrada de ferro.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, usando da autotização que lhe foi conferida pelo decreto legislativo n. 1.180, de 25 de fevereiro de 1904,

DECRETA:

Artigo unico. Ficam approvadas as cláusulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas, para o contracto com a Companhia Madeira–Mamoré Railway, cessionaria do contracto de construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, de arrendamento da mesma estrada de ferro. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/3/1909, p. 2403, Publicação Original.)

A 30 de outubro de 1910, o trecho até a cachoeira Três Irmãos é entregue ao tráfego, e a 7 de setembro de 1911, inaugura-se o trecho de 220 Km até Abunã, porém somente a 30 de abril de 1912 e que se assenta o último dormente na cidade de Guajará-Mirim.

Todos materiais para a construção da estrada, bem como a mão de obra importada, tinham obrigatoriamente de chegar pelos barcos que navegavam no rio Madeira, um rio de planalto, com aproximados 3.450 quilômetros.

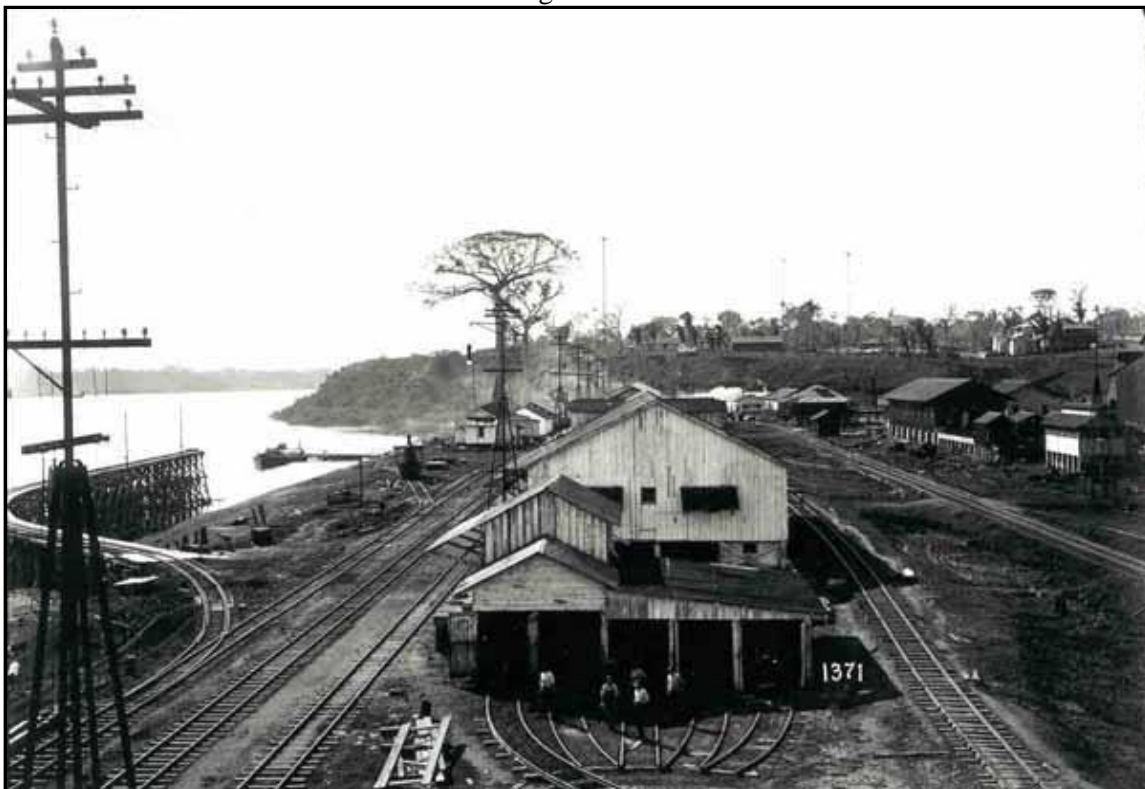
Até então, os navios de transporte eram bastante precários. Com a franquia da livre navegação do Amazonas. A *Amazon Stean* cria em virtude desse imenso movimento de cargas e homens, uma linha regular, de navios a vapor, ligando Belém do Pará a Santo Antônio, Veja a descrição de época:

o intenso movimento de carga e de gente mobilizada para os trabalhos de locação da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré estimulou a Amazon Stean Navigation a criar uma linha regular de transporte fluvial entre Belém e Santo Antônio do Rio Madeira, com escalas por diversos portos, inclusive Manaus. (PINTO, 1993, p. 86.)

Essa providência fez crescer o comércio, e trouxe desenvolvimento aos quase trezentos portos existentes no trecho a ser percorrido.

Também fez surgir uma profissão até então desconhecida na região, o “pescador de toras”, que em pequenos barcos, pescavam as toras que desciam o rio Madeira, e que posta a secar, alimentava as caldeiras dos navios a vapor que por ali navegavam.

Figura 31



Vista de Porto Velho, vendo-se a esquerda o atracadouro de embarcações de grande calado; mais ao fundo, também à esquerda, o ponto velho, origem do nome do Município.

Fonte: Dana Merrill

Figura 33



Vapores atracados no porto, carga e descarga de milhões de toneladas de dormentes, trilhos e seres humanos de todo o globo terrestre.

Fonte: Dana Merrill

May & Jekill, diante das dificuldades encontradas em Santo Antônio, traçam nova estratégia objetivando vencer os obstáculos que produziram os muitos fracassados anteriores.

Resolvem em primeiro lugar, mudar o ponto inicial da ferrovia, recuando a mesma para aproximados sete quilômetros, onde poderiam utilizar um porto velho já existente, e onde as condições sanitárias eram melhores.

Finalmente, a 4 de julho de 1907, engenheiro americanos e empregados da construtora promovem uma cerimônia comemorando o início da construção. Hugo Ferreira descreve em *Reminiscências da Madmamrly* e outras mais, página 12, que um prego de prata, simbolicamente foi batido para fixar no primeiro dormente assentado, um trilho da Ferrovia do Diabo.

Quanto aos aspectos sanitários do local de Santo Antônio foram assim descritos pelo Doutor Oswaldo Cruz, entre 9 de julho e 7 de agosto de 1910, quando lá esteve a convite da Companhia Madeira–Mamoré:

A insalubridade desses rios é sobretudo sensível nas respectivas embocaduras, sendo relativamente saudáveis nas cabeceiras. Mas o que fez aumentar a cifra mórbida da população de remadores ao nível das cachoeiras é a necessidade que tem de carregar por terra cargas e conduções para transpor as cachoeiras. Vindo à terra aumentam enormemente as probabilidades de infecção, como já o verificaram os membros da missão Collins e o exercício violento que fazem para “varar” cargas e embarcações diminuem a resistência à infecção e favorece as recidivas nós já anteriormente infectados. Mas, nada o que se observa no Madeira, mesmo na região das cachoeiras se póde comparar com o que se passa na Villa de Santo Antônio do Madeira e que toca ás raias de inverosimel em questão de insalubridade. Santo Antônio dista 1034 kilometros da embocadura do Madeira (E. Cunha). Foi originariamente missão fundada pelos Jesuítas em 1737, mas logo abandonada pelas febres ali existentes. A população da cidade é de 2000, indo a cerca de 3000 pessoas por ocasião da descida dos batelões com a borracha. Por essa ocasião a população adventícia, sem casas, dorme em barracas à margem do rio.

A Villa não tem exgottos, nem água canalizada, nem iluminação de qualaquer natureza. O lixo e todos os productos da vida vegetativa são atirados ás ruas, se merecem este nome viellas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se collinas de lixo apoiadas ás paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas das chuvas e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde levantam alluviões de anaphelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O Gado é abatido em plena rua, à carabina e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, cascos, etc., são abandonadas no próprio local em que foi a rez sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações e o fétido que se desprende é indescritivel. Sobre os organismos que vivem em tal meio o impaludismo faz as maiores devastações que se conhecem. A população infantil não existe e as poucas creanças que se vêm tem vida por tempo muito curto. Não se conhecem entre os habitantes de

Santo Antônio pessoas nascidas no local: essas morrem todas. “Sem o mínimo de exagero, póde se affirmar que toda a população de Santo Antônio está infectada pelo impaludismo (Sic).

Enquanto somente pobreza havia, Mato Grosso não se interessava pela região; mas, com a construção da ferrovia pelo Governo da República, haveria um bom motivo para controlar o lugar.

A realidade da região agora era outra, havia um promissor desenvolvimento a caminho, e o Estado do Mato Grosso que nunca se interessava por assistir seus concidadãos, agora desejava fazê-lo, obviamente visando só lucros que poderia auferir com tal desenvolvimento. Durante todo o período anterior a este visível surto de progresso regional, quem mantivera de fato a região, com autoridades estaduais, fora o Estado do Amazonas. Era uma situação no mínimo embaraçosa, pois o Amazonas explorara aquele território por longo período e o Mato Grosso queria, a partir da construção da estrada, auferir os lucros para seus cofres.

Santo Antônio do rio Madeira é elevada a Comarca em 3 de junho de 1908, através da Lei Estadual nº 494. Restou ao Amazonas apenas o trecho da ferrovia que foi desviado do traçado original, ou seja, toda a ferrovia estaria na jurisdição do Estado do Mato Grosso, exceto sete quilômetros que interligavam Santo Antônio do rio Madeira (Mato Grosso) a Porto Velho (no Amazonas).

A Paróquia de Santo Antônio foi criada a 08 de abril de 1908. Porém nada foi feito para sua instalação. Em 02 de junho de 1908 por intermédio da Lei n.º 494 foram criados o Município e Comarca de Santo Antônio, porém suas instalações só foram realizadas em 02 de julho de 1912, após o Supremo Tribunal Federal dirimir o litígio entre os estados do Amazonas e Mato Grosso pela posse do povoado de Santo Antônio, reconhecendo-o como propriedade de Mato Grosso, estabelecendo como limite o rio Madeira a partir da foz do rio Abunã até a cachoeira de Santo Antônio 8º 48', daí seguindo por uma linha oeste/leste até cortar o rio Ji-Paraná. (ABNAEL MACHADO DE LIMA)

A construção da estrada de ferro foi concluída em 30 de abril de 1912, e uma cerimônia foi realizada nessa data, em Guajará-Mirim.

O engenheiro Geraldo Rocha, representando o Governo Brasileiro, Mr. Jekyll, representado os construtores e o Dr. José Gutierrez cônsul da Bolívia em Porto Velho, assinaram uma ata relatando o acontecimento e simbolicamente bateram um “prego de ouro” no último dormente na estrada.

Manuel Rodrigues Ferreira cita à página 296 da obra *“Ferrovia do Diabo”*, que a 01 de agosto de 1912, dá-se a inauguração da estrada de ferro e que um mês antes é

instalada a Comarca de Santo Antônio do rio Madeira. Porém, somente em 1915 é que o lastreamento⁴⁸ da ferrovia foi concluído.

Figura 34



Para a inauguração do trecho, o trem foi decorado com bandeiras dos Estados Unidos, do Brasil e da Bolívia. O último vagão da composição férrea, era destinado à primeira classe, pois esse vagão não sofria o ataque da fumaça, da fuligem e das fagulhas expelidas pela chaminé da locomotiva.

Fonte: Dana Merrill

4.4 Relatórios

Os dados referentes ao atendimento do público que necessitava dos serviços hospitalares são escassos em publicações que dificulta as pesquisas para mencionar neste trabalho, porém ficaram algumas informações deixadas por alguns médicos que atuaram no Hospital da Candelária.

48 São as "pedras" que ficam ao longo dos trilhos, é utilizada a brita nº 3. Esses materiais são essenciais na construção de uma ferrovia, e é muito importante esse lastro ajudar o local em que está inserido, como por exemplo, não prejudicar o solo, correto manuseio das águas e maior durabilidade para economizar matéria-prima, que consequentemente, reduz a quantidade de resíduos. O lastro é de grande importância, pois, mantém firme a posição dos dormentes, facilita a restauração e manutenção da geometria da via que garante não só a permanência da via, como também a segurança dos usuários.

a) Dr. H. P. Belt ⁴⁹

Um dos primeiros relatórios das condições de saúde nos trabalhos realizados para a construção dos caminhos de ferro é do médico norte-americano Dr. H. P. Belt, tendo como principal contribuição, instalação e planejamento de um serviço médico-hospitalar adequado pelas exigências locais.

Os dados oficiais dos eventos médicos ocorridos durante os tratamentos dos doentes da Candelária não estão explicitados na literatura sobre o assunto, porém, alguns relatórios que foram expedidos pelo corpo de profissionais da saúde são de suma importância para este estudo que, nos dar uma noção das dificuldades encontradas por aqueles encarregados de sanar as doenças na região.

As condições sanitárias proporcionadas pela Companhia eram de baixa qualidade e já no primeiro ano, todos os trabalhadores sofriam com as doenças endêmicas da região. O Dr. Belt usava seus próprios instrumentos cirúrgicos e fornecia medicamentos aos seus doentes. Diagnosticada a precária condição física dos trabalhadores, recomendou a distribuição profilática diária de 10 centigramas de quinino, do Pará até Porto Velho (FERREIRA, 1959, p. 214).

Em 1907 dar-se o reinício da construção da ferrovia, entre suas primeiras construções figurava um pequeno hospital que contava com apenas um médico, que viria ser substituído quatro meses depois pelo Dr. H. P. Belt, com experiência em obras de engenharia nos trópicos.

Em meados de 1908, o Dr. Belt, chefe do corpo médico da Madeira-Mamoré, antes de se retirar com a saúde arruinada, advertia num relatório:

depois de trabalhar continuamente, por 16 anos, nos países tropicais, desejo mostrar, sem hesitar, que a região ao ser atravessada pela Madeira-Mamoré Railway é a mais doentia do mundo, e sem um serviço perfeitamente organizado de médicos [...] o sucesso deste empreendimento é altamente problemático. Em um cálculo otimista, avaliava em 90 dias a média de trabalho que se podia obter de um operário, antes que fosse vitimado por uma das formas malignas da malária [...] com um fator que complica a doença, o qual não é encontrado em nenhum livro, e, que eu saiba, não é conhecido em nenhuma outra parte do mundo. Atribuía máxima importância que a companhia enviasse ao lugar um bacteriologista perfeitamente conhecedor da matéria, cujas obrigações seriam inteiramente devotadas ao laboratório, sem outra qualquer espécie de trabalho para interrompê-lo nestas investigações (HARDMAN, 1988, p. 148).

Belt recomendou companhia que se pagasse altos salários a todos que faziam parte do serviço médico, assim como férias remuneradas de três meses, vindo a enfatizar as duras condições de trabalho dos médicos que deveriam ser compensados:

49 Foi o primeiro profissional de saúde a chefiar o serviço médico da Madeira-Mamoré. Em abril de 1908 Belt retirou-se para os Estados Unidos, em virtude de doença de sua esposa.

Sei que isso acarretará grandes somas de despesa, porém, estou convencido de que nestes trabalhos existem mais dificuldades médicas e sanitárias do que em qualquer outra parte do mundo, sem exceção da África, Egito e Índia (HARDMAN, 1988, p. 148).

De forma discreta o Dr. Belt simplesmente se despedia da região, deixando uma útil organização médica para a empresa M. J. & Randolph.

Nos muitos anos de experiência prática em trabalhos particulares e de governo, em países tropicais (entre eles, na Bolivian Railway Co. e na South American Construction Co.), não tinha encontrado em empreendimento onde houvesse necessidade de uma tão completa e perfeita organização e capacidade executiva do Corpo Médico como daqui (HARDMAN, 1988, p. 148).

Belt deixa os campos da futura Candelária, mas suas recomendações médicas ficaram registradas com objetivo claro de implementar um programa de otimização da saúde dos trabalhadores com a sua produtividade.

Em um primeiro ponto de orientação:

era preciso que se organizasse um corpo médico, chefiado por cirurgião-chefe, de grande e larga experiência tropical e capacidade executiva, a quem compete escolher seus ajudantes tornando-se responsáveis pelos mesmos. Devem lhe dar poderes plenipotenciários, e ele deve entregar todos os relatórios diretamente ao Engenheiro-Chefe.

Em segundo momento:

deveria a companhia celebrar contratos pelos quais embarques regulares de trabalhadores sejam feitos cada sessenta dias, em número que se julgue suficiente. Sendo levado a efeito este método haverá uma corrente de novos trabalhadores úteis para o trabalho, impedindo assim que a maior parte do pessoal fique doente ao mesmo tempo, como acontece presentemente.

Em um terceiro ponto:

para que sejam tomadas as medidas necessárias para assegurar a chegada à região de trabalhadores em perfeitas condições física. Isto necessitará os serviços de um médico no ponto de embarque que tenha chefiado grandes turmas de homens nos trópicos e conheça os atributos físicos necessários para o bom trabalhador no rio Madeira.

Finalizando seu relatório assim afirma Dr. Belt:

antes de ser embarcado nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar um engenheiro ou empregado do contratante, dele ele passar por um exame médico feito por quem tenha praticado nos trópicos. Este exame não pode ser superficial, porém completo, porque o número de homens brancos enviados e que se acham antecipadamente inválidos para o trabalho é enorme. A Madeira-Mamoré não deve utilizar-se dos serviços de estudantes de principiantes, mas de homens experimentados. (H. P. BELT *apud* HARDMAN, 1988, p. 148-149.)

Substituído por Carl Lovelace no final de 1908, que constatou o índice de trabalhadores contaminados chegava a uma cifra de noventa e cinco por cento por impaludismo (malária), na área compreendida da EFMM.

b) Dr. Carl Lovelace ⁵⁰

Os relatos de Carl Lovelace, chefe do serviço de saúde da Madeira–Mamoré, cuja sede ficava no Hospital da Candelária, em Porto Velho, distante sete quilômetros de Santo Antônio, mostram, entretanto, que a malária estava longe de ser a única doença a assolar a região naquele período. Entre 1909 e 1911 houve, em Porto Velho e na região do Madeira, epidemias de febre tifoide, febre amarela e varíola. As duas últimas seriam determinantes para o fechamento da divisa entre Santo Antônio do Madeira e Porto Velho, no intuito de impedir que essas doenças chegassem até a sede de operações da ferrovia.

Seguindo os passos de seu antecessor o médico Carl Lovelace, que teve um longo período de serviços médicos prestados para a construção combater as doenças da região, em seu relatório faz homenagem a ciência moderna e esclarece sobre as estatísticas relacionadas às mortes dos operários.

A média de permanência dos trabalhadores nas obras era pouco menos de três meses. Todos os vapores partiam carregados de homens atacados de febre, que fugiam assombrados para escapar do vale mortífero do Madeira. É esta a razão por que, durante o ano de 1908, a porcentagem de mortalidade era relativamente pequena ao lado de um grau altíssimo de moléstia. [...] uma grande parte destes empregados não permaneceu mais de seis meses. [...] e o grande número morreu durante a viagem ou passou um longo termo de invalidez na sua pátria (CARL LOVELACE *apud* HARDMAN, 1988, p. 152).

A quininização contemplava os trabalhos de combate do Dr. Carl, anotava a resistência ao tratamento, em especial por parte “dos trabalhadores nacionais, primeiro, com um espanto jocoso, e depois, com desconfiança teimosa”.

O médico chefe do Hospital da Candelária mostrou-se otimista quanto ao progresso da ciência nos campos da ferrovia.

Antes, este hospital era considerado uma câmara de torturas para mendigos. Hoje, consideramos uma honra o fato de ser o hospital respeitado pela população, como um santuário de saúde, ardentemente procurado na hora da dor e guardado em grata memória, depois de restabelecidos (CARL LOVELACE *apud* HARDMAN, 1988, p. 153).

50 Carl Lovelace nasceu no dia 6 de fevereiro de 1876, em Jefferson City, Missouri, Estados Unidos. Formado em medicina pela Escola Médica que deu origem à Faculdade de Medicina da Universidade George Washington, em 1900. Dedicou-se sua especialização em epidemiologia. Foi contratado por Percival Farquhar, para acompanhar a edificação e organizar um hospital de 300 leitos.

Dentro de uma perspectiva positiva diante das dificuldades enfrentadas para combater as doenças tropicais e mesmo diante dos óbitos registrados, o discurso dos médicos da Candelária apresentou-se de modo satisfatório em relação aos dados anteriores, que prometiam erradicar a malária que era o grande gargalo de impedimento da salubridade dos empregados da companhia Madeira–Mamoré.

Se o nosso trabalho aqui mostrou, de qualquer modo, que o espectro aterrador das endemias reinantes pode ser definitivamente vencido, os membros desta corporação ficarão satisfeitos com o conhecimento e a honra de terem cooperado com pequeno contingente para a evolução universal no século XX, que os historiadores do futuro narrarão com o título de povoamento dos Trópicos (CARL LOVELACE *apud* HARDMAN, 1988, p. 153).

c) Dr. Oswaldo Cruz⁵¹

A partir do governo de Rodrigues Alves⁵², em 1902, a Presidência da República tem a continuidade do poder da burguesia cafeeira paulista. Com um quadro econômico favorável a política sanitária estava a cargo de Oswaldo Cruz que, assumiu o cargo na direção geral da Saúde Pública, tendo como um dos principais objetivos erradicarem o que mais assolavam a região carioca: peste bubônica, varíola e febre amarela.

Oswaldo Cruz fora destacado para solucionar ou amenizar as condições de trabalho na construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, onde a partir de um quadro geral da nosologia⁵³ da região, elaborou propostas concretas para a profilaxia da malária, para que fosse possível a finalização da obra em andamento na linha que seria a trajetória percorrida pelos operários.

Ao se instalar no Hospital da Candelária, visitou Santo Antônio, que definiu como um grande antro de moléstias, e percorreu a linha da ferrovia até o Km 113, altura do Rio Jaci-Paraná.

Devido ao grande índice de mortandade na região de extração da *Hévea Brasiliensis* em 1912, era aprovada no Congresso Nacional uma política de Defesa da

51 Oswaldo Cruz (1872-1917) foi médico sanitarista, bacteriologista e epidemiologista brasileiro. Com 19 anos, publicou dois trabalhos sobre microbiologia. Depois de formado trabalhou no Laboratório de bacteriologia da Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina. Foi para Paris e ingressou no Instituto Pasteur. Depois de três anos volta ao Brasil e é encarregado de combater o surto de peste bubônica que assolava o porto de Santos. Foi indicado para Diretor Técnico e depois Diretor geral do Instituto que recebeu o nome de Instituto Oswaldo Cruz. Debelou a peste bubônica, a varíola e a febre amarela que assolavam o país.

52 Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu no dia 7 de julho de 1848 na cidade de Guaratinguetá, em São Paulo, em 1887 chegou a presidente da província de São Paulo (o equivalente ao governador), cargo que voltaria a ocupar em 1900 e 1916. Após a Proclamação da República, foi deputado constituinte, em 1890, e ministro da Fazenda duas vezes no governo de Floriano Peixoto e no de Prudente de Moraes. Eleito presidente da república em 1902, deu continuidade à política de valorização do cultivo do café que vinha sendo adotada no Brasil.

53 Ramo da medicina que trata da classificação das diferentes patologias.

Borracha, que por meio de medidas de saneamento e assistência médica pudesse equilibrar os índices negativos de mortes na Região Amazônica.

Após visitar a obra da ferrovia, Cruz propôs medidas sanitárias que melhorasse o quadro sanitário, onde denomina como causas favorecedoras das doenças a topografia da região, seu regime de trabalho, sua diversificada nacionalidade, seus acampamentos, alimentação e assistência médica.

Dentro as moléstias acometidas entre os operários, estava o impaludismo com uma média noventa por cento das baixas de serviço.

Diremos aqui apenas à guisa de prefácio sintético que todo mal da região, toda sua insalubridade e o que torna essas paragens verdadeiramente inóspitas é o impaludismo, e só ele é responsável pelas vidas e pelo descrédito crescente que infelicitava esta região [...] a região está de tal forma infestada, que sua população não tem noção do que seja o estado hígido e para a condição de ser enfermo constitui normalidade (CRUZ, 1910, p. 32).

Em 16 de julho 1910, Oswaldo Cruz e Belizário Penna embarcaram no Rio de Janeiro com destino a Porto Velho, uma clareira aberta na selva, demarcando o início da linha, e onde já funcionava uma ativa cidadela. Instalados no Hospital da Candelária, inspecionavam detidamente os acampamentos que margeavam o leito da ferrovia. Nesta ocasião, Oswaldo Cruz escrevia ao amigo Salles Guerra, numa carta de 26 de julho:

Meu caro, isto aqui é de impressionar. A cifra de impaludismo é colossal, mas isto não assusta: só cede a doses cavalares de quinina, mas cede [...] o que impressiona é o beribéri, não pela quantidade, que é relativamente muito pequena, mas pela qualidade. Há ataques quase primitivos de pneumogastrite, e em poucos dias manifestam-se outros sintomas de nevrite do pneumogástrico, trazendo a morte no meio da mais trágica agonia. É um espetáculo tético [...]. Mas de todas as moléstias, a que zomba de tudo e de todos é a pneumonia lombar que grassa com intensidade, matando 60% dos atacados que, em regra, são rapazes vigorosos e fortes.

As providências recomendadas por Oswaldo Cruz no relatório entregue à direção da companhia, em 6 de setembro de 1910, visavam, sobretudo, a profilaxia da malária. Pressupunha a concentração de poderes nas mãos do corpo médico da companhia, para que fosse instituído um regime extremamente rigoroso de vigilância sanitária sobre os trabalhadores da ferrovia.

As conclusões proferidas por Dr. Cruz são bastante relevantes, no qual propõe uma campanha ampla e intensiva a base de quinina, fundada numa ordem do tipo militar: “sanear para produzir”. Possuía programa inteiramente hierarquizado de combate à malária, sob o controle direto da companhia e da vigilância do poder público.

Abaixo versam as principais recomendações do Dr. Oswaldo Cruz:

1. O chefe do serviço sanitário deverá ter a mais absoluta autonomia e exercer sua ação, relativamente à profilaxia, sobre todo o pessoal superior e subalterno, sem exceção de pessoas.
2. O pessoal engajado sê-lo-á de preferência nas zonas não palustres e será submetido a cuidadoso exame em Itacoatiara (Amazonas, Baixo Madeira), nos pontões, onde serão tomadas as precauções para evitar o contagio pelo impaludismo que grassa em terra.
3. Os infectados receberão, desde logo, tratamento intensivo pela quinina, sendo rejeitados os caquéticos, pouco capazes de produzir trabalho útil. Os sãos começarão a receber, diariamente, trinta centigramas de cloridrato de quinina. Esse regime será continuado durante a viagem.
4. Chegando a Porto Velho o pessoal não infectado passará a usar 75 cg de sal de quinina e o infectado sofrerá novo exame. Se este for negativo, ele irá para o trabalho sob um regime próprio. Se for positivo será recolhido ao Hospital onde continuará o tratamento se houver conveniência, senão será rejeitado.
5. O pessoal que seguir para os acampamentos receberá um cartão com o nome, número da chapa, etc., fornecida pelo médico. Este cartão será branco para os sãos e, azul para os infectados tratados.
6. Para cada cinquenta trabalhadores haverá um distribuidor de quinina. Este distribuirá diariamente a cada trabalhador são 75 cg de quinina. Os antigos infectados receberão à hora do jantar mais 75 cg.
7. O distribuidor de quinina entregara diariamente a cada operário, após a ingestão verificada de quinina, um bilhete com a data e assinatura. Somente à vista desses bilhetes é que será feito o pagamento do pessoal, descontando-lhes tantos dias quantos os em que não tomou quinina.
8. O distribuidor de quinina, que durante o mês apresentar turmas sem doentes de impaludismo, terá uma gratificação igual à metade dos vencimentos.
9. O operário que passar três meses sem ter acesso febril por impaludismo terá uma gratificação correspondente a um quinto dos vencimentos.
10. Se, se verificar que o distribuidor de quinina fornece os *vales* sem ter feito com que o operário ingira a quinina, será despedido, não tendo direito à passagem de ida e volta que será concedida aqueles que cumprirem à risca o determinado.
11. A companhia construirá em *todos* os acampamentos grandes galpões telados para cem homens. Estes galpões ficarão sob a fiscalização dos quinizadores das respectivas turmas. Logo após o pôr-do-sol todo pessoal será recolhido a esses galpões e aí encerrado. “*serão teladas todas as habitações dos operários em Porto Velho, Candelária e sobre a linha*”.
12. Para tornar efetiva essa obrigação cada quinizador disporá da necessária força.
13. Nas turmas de conserva estendida provisoriamente sobre a linha e nas de exploração o pessoal será obrigado a se recolher ao crepúsculo a redes com mosquiteiros, sob pena de lhes serem

descontados tantos dias quantos forem os em que se verificar não terem usado da proteção. As casas de turmas definitivas e as estações serão à prova de mosquitos.

14. Os quinizadores ficarão sob a fiscalização dos métodos nos acampamento que deverão examinar três vezes por semana todo o pessoal, recolhendo sangue de todos os suspeitos. Os médicos verificarão se as instalações de proteção se conservam úteis. *“se algum trabalhador for atacado de malária será energicamente tratado e só sairá do hospital quando estiver microscopicamente curado (ausência de gametas)”*

15. Todos os acampamentos deverão ser providos d'água fervida e, ao partir para o trabalho, cada turma deverá levar um garrafão dessa água (profilaxia da disenteria).

16. Providências serão tomadas para que os trabalhadores usem calçados e não defequem senão em determinados lugares, onde se tomam medidas de destruição das larvas de ancilóstomos (profilaxia de ancilostomíase).

17. Urgem as medidas para saneamento regional da vila de Santo Antônio, um dos maiores focos da região.

18. Dessecamento dos pântanos na vizinhança das habitações definitivas. Impedir a venda de bebidas alcoólicas.

19. O serviço sanitário fica sob a direção do atual chefe do serviço sanitário que se encarregará só da profilaxia e terá, no ponto de vista sanitário, poderes absolutos, podendo exigir da Companhia a dispensa e substituição de funcionários de qualquer categoria que oponham, impeçam ou não se queiram sujeitar às determinações prescritas.

20. O governo terá um representante junto a esse serviço e cuja missão será auxiliar, fiscalizar e apoiar as medidas postas em pratica pela empresa (OSWALDO CRUZ apud HARDMAN 1988, 243-244).

Vários mecanismos punitivos teriam de ser acionados para obrigar os recalcitrantes a se ajustarem àquela rotina que, inevitavelmente, sugeria a imagem de um campo de concentração.

Em seu relatório Dr. Oswaldo não só observou as condições sanitárias, mas também a composição estrutural do Hospital e o ambiente em que se encontravam as pessoas que faziam parte da empresa ferroviária. E assim descreve o local onde foi construído o Hospital de Candelária: “Distante 2 kilometros de Porto Velho rio acima está o local denominado Candelária onde se acham os hospitais e residência do pessoal encarregado do serviço sanitário”.

Assim comenta o Dr. Cruz sobre a topografia da região:

As construcções elevam-se sobre uma pequena collina cujas vertentes dão para um igarapé ou riacho do qual se acha separada pela matta ainda não derrubada; entre a collina e Porto Velho existe uma zona baixa de terreno alagadiço e que se acha actualmente em parte deseccada por systema de valetas. (CRUZ, 1910, p. 22.)

As edificações básicas são em número de 15 assim distribuídas: Residência do médico-chefe, Residência dos médicos, Item dos enfermeiros, Enfermaria dos doentes de 1ª classe (As enfermarias eram construídas medindo 12,20m X 30,50m com varandas arejadas e teladas com telas de cobre milimétricas. Nestas enfermarias podiam-se acomodar 48 leitos. As enfermarias de primeira classe eram divididas para doentes de elite, 2 quartos eram destinados aos portadores de febre amarela. A enfermaria de cirurgia possuía 2 salas anexas, uma destinada a serviços dentários e outra para curativos. Contava ainda com um pavilhão octogonal destinados às cirurgias. Eram pintadas a óleo e não possuíam cantos vivos. As camas eram de ferro esmaltado em cor branca com estrado de arame e molas. Enfermaria de cirurgia e sala de operações, - Enfermarias de 2ª classe (4 enfermarias), dormitório dos empregados e quarto de autopsias, Pharmacia e depósito de comestíveis, Cosinha e refeitório de empregados, dormitório dos empregados, isolamento para doentes de febre amarela da 2ª classe, isolamento de tuberculosos (CRUZ, 1910, 22-23).

As moradias e os ambientes dos profissionais da saúde fazem parte do estudo de Cruz demonstrando sua arquitetura hospitalar:

as casas de habitação dos médicos e enfermeiros são casa d'um só andar levantadas do solo sobre estacas e do typo já descripto para as casas de Porto Velho. A morada dos empregados é constituída de barracões corridos com as janellas de portas protegidas de tela. As enfermarias são grandes barracas de 30,5 X 12,20m incluindo as varandas bem arejadas e preparadas para receber 48 leitos" (CRUZ, 1910, p. 24).

Devido a sua organização as enfermarias possuíam divisões por classificação, havia enfermaria de 1.ª classe no qual acomodavam doentes de categoria superior e também dois quartos protegidos por total com telas para o isolamento dos amarílicos.

Havia também as enfermarias cirúrgicas com duas salas anexas segundo Oswaldo Cruz: "uma pequena saleta destinada às operações sépticas e odontologia e um bom pavilhão octogonal com profusa illuminação natural e artificial destinado as operações assépticas." Ali se consideraram dentro dos padrões clínicos da época.

A estrutura nosocômica era tida dentre as mais modernas para os padrões da região norte do Brasil, o setor de cirurgia estava aparelhado para esterilizar os equipamentos para os procedimentos diários de um hospital.

Havia a preocupação com o sistema de abastecimento de água e saneamento básico, no qual fazia parte do aparato higiênico do Hospital da Candelária descrito por Dr. Cruz:

A água era retirada de um poço aberto perto do córrego que limita a collina. A água é elevada por meio do pulsometro para duas grandes

caixas de madeira cobertas, d'onde é distribuída pelos edificios em canos de ferro.

A água potável fornecida aos doentes é fervida.

A instalação de exgotos é muito bem-feita. As canalisações são de ferro e grés vidrado. Todos os aparelhos intra-domiciliarios são ligados à rede por de siphões disconectores. Na cabeça de cada colector principal há um bujão de inspecção e um tubo de arejamento e no trajecto delles há aberturas para a passagem de lâmpadas de exploração para indicar os pontos de obstrucção, assim como caixas de limpeza. Todas as águas de exgotos são vasadas directamente no rio Madeira [...] (CRUZ, 1910, p. 21).

Oswaldo Cruz nos relata em seu relatório como se davam os procedimentos ambulatoriais, quanto à análise dos exames a serem realizados na instituição hospitalar:

Os diagnósticos são sempre secundados pelos recursos de laboratório e, em Candelária, o microscópio tem, nas enfermarias o mesmo curso que a escuta e percussão.

Fazem-se exames quasi systematicos de sangue, urinas e fezes nos entrados, de accordo com as indicações fornecidas pela clínica. Nos casos em que se suspeita a existência de suppurações o estudo da forma leucocytaria do sangue entra como elemento constante na balança do diagnóstico e nas indicações e na determinação da oportunidade das intervenções cirúrgicas.

Na verificação da malária não se limitam ao diagnóstico da entidade mórbida, ao até ao diagnóstico da espécie do parasita.

O diagnóstico de tuberculose é sempre verificado ao microscópio. [...] as intervenções cirúrgicas são sempre promptas e nunca adiadas e, a mais rigorosa, technica antiseptica preside a todas as operações (CRUZ, 1910, p. 22).

Quanto à admissão de doentes seguia-se a um sistema ritualista imposto pelas regras da medicina hospitalar:

O trem chega ao hospital às 5,30 horas ou 6 horas P.M. os doentes são recebidos pelos próprios médicos, examinados perfunctoriamente, e enviados para as enfermarias onde soffrem, à noite, exame minucioso ou, são sujeitos às intervenções therapeuticas nos casos urgentes. Actualmente está em construcção uma estação em Candelária com enfermaria e dispensário annexos. [...] exame é feito na casa dos médicos. [...] os doentes são assistidos por 8 enfermeiros, na maioria diplomados e bem conhecedores de seus misteres.

Os medicamentos para os doentes são fornecidos por uma pharmacia que está sob a guarda de um pharmaceutico. Os preparados usados são em sua maioria magistraes e constituídos, ou por comprimidos que são dissolvidos no momento de usar, ou por solutos, de formulas já estipuladas na pharmacopéa americana.

Há além disso todo o necessário para os curativos. As drogas são da casa americana Schieffelin & Co. de New York. (CRUZ, 1910, p. 27).

Para um tratamento mais eficaz, os doentes estavam sujeitos ao cumprimento de regime hospitalar e uma dieta especial, como parte do processo de cura das enfermidades tropicais durante a construção da linha férrea.

Os doentes recolhidos às enfermarias recebem um “pijama” de algodão. A alimentação, a não ser indicações especiaes se faz quase de 2 em 2 horas mais ou menos do seguinte modo: 6 horas A.M leite, 8 horas cacáu – 10,30 horas almoço: (macarrão, batatas, carne fresca, pão) além das dietas especiaes, conforme os casos clínicos. – 12 Horas leite ou caldo – 4,30 horas jantar – 6 horas, leite ou caldo.

Todos os doentes recebem leite: os de 1ª classe leite fresco dos estábulos do hospital, os de 2ª classe leite maltado de Horlick. Durante o dia aos doentes é permittido a permanência nas varandas, mas não lhes é dado abandonar as enfermeiras, qualquer que seja a hora do dia. Aos convalescentes de moléstias graves a companhia procura, antes de mandar de novo para a linha aproveitá-los em serviços leves no hospital [...] voltando para os acampamentos desde que estejam restabelecidos por completo (CRUZ, 1910, p. 26-27).

O processo de combate as doenças amazônicas não se restringiam ao complexo hospital da Madeira–Mamoré, havia a necessidade de fiscalização nas frentes de trabalho, pois, os serviços aconteciam justamente no ambiente em que os focos principalmente da malária estavam localizados, ou seja, em todo o percurso da linha ferroviária.

Além do serviço central da Candelária a assistência médica é exercida em outros pontos de trabalho: 1º sobre a linha: construção e exploração. 2º nos pontos junto aos varadouros do Caldeirão e Girão. 3º em Porto Velho. 4º a bordo do navio “Madeira–Mamoré” que transporta o pessoal do Porto de Itacoatiara a Porto Velho. E 5º nos pontões de Itacoatiara.

[...] existem médicos distribuídos pelos diversos acampamentos. Estes médicos residem nos acampamentos onde tem uma ambulância e attendem aos trabalhadores desse acampamento na extensão da linha delle dependente, [...] percorrem diariamente, uma parte pela manhã outra à tarde, visitam o domicilio dos doentes e removem-os para o hospital. [...] nos principaes acampamentos ha barracões destinados a hospitaes provisórios (CRUZ, 1910, p. 28).

No tocante ao regime de trabalho, Osvaldo Cruz relata-nos que:

os trabalhadores em geral tem a diária de 8\$000 da qual a empreza desconta parcelladamente a importância das passagens. [...] além disso o pessoal pode fazer aquisição nos depósitos da empreza de todos os objectos necessários à vida cotidiana (roupas, calçados, etc.) e que são vendidos pelo custo accrescido das despesas de tranporte (cerca de 15 a 30% segundo os objetos) de accordo com preços fixos estabelecidos em tabella impressa (CRUZ, 1910, p. 33).

Devido ao grande fluxo de trabalhadores, a Madeira–Mamoré Company movimentava boa soma de dinheiro principalmente nos dias de pagamento. Para que se

tornasse a atividade dotada de uma forma eficiente, foi providenciado

Figura 35



Obras de aterro

Fonte: Dana Merrill

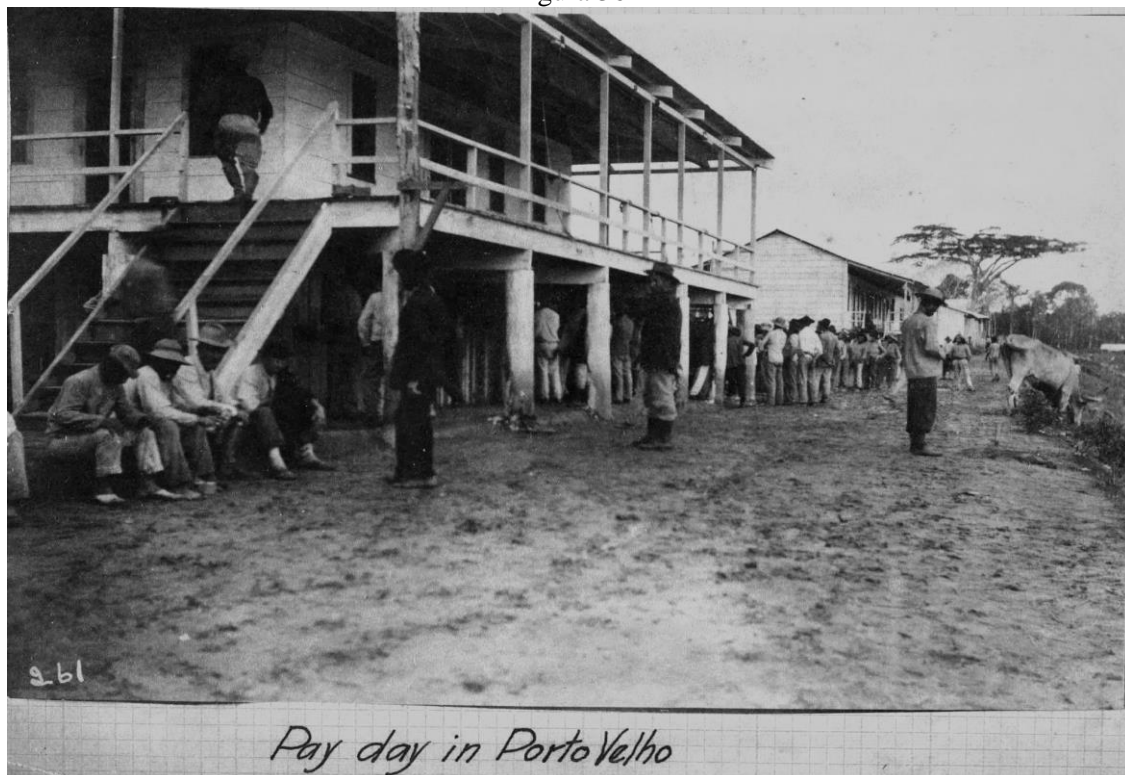
uma seção bancária, para efetuar o pagamento dos soldos, proporcionando aos operários a transferência de divisas a todas as partes do mundo. Havia uma determinação da Companhia de adiantamento chamado de **vales** na ordem de até cinquenta por cento do salário mensal.

As horas de trabalho têm início às seis horas da manhã e prolonga-se até as onze e meia, onde o trabalhador tem direito de duas horas para o almoço e descanso. No turno da tarde dava-se início às uma e meia até seis horas da tarde. Em geral os trabalhadores reuniam-se em turma de oito a dez pessoas sob a direção de um deles que empreita o serviço da empresa, sendo feito o pagamento conforme o serviço executado pela equipe.

As moléstias que grassaram no trecho de construção são os mais variados possíveis, algumas provenientes das outras regiões do planeta até as próprias do ambiente tropical amazônico. Em suas considerações Oswaldo Cruz elenca um número variado desses males que assolaram a saúde da população a região do Madeira.

A pneumonia durante o primeiro semestre de 1910 recolheu para as enfermarias da Candelária sessenta pneumônicos dos quais trinta e cinco chegaram ao óbito, sendo

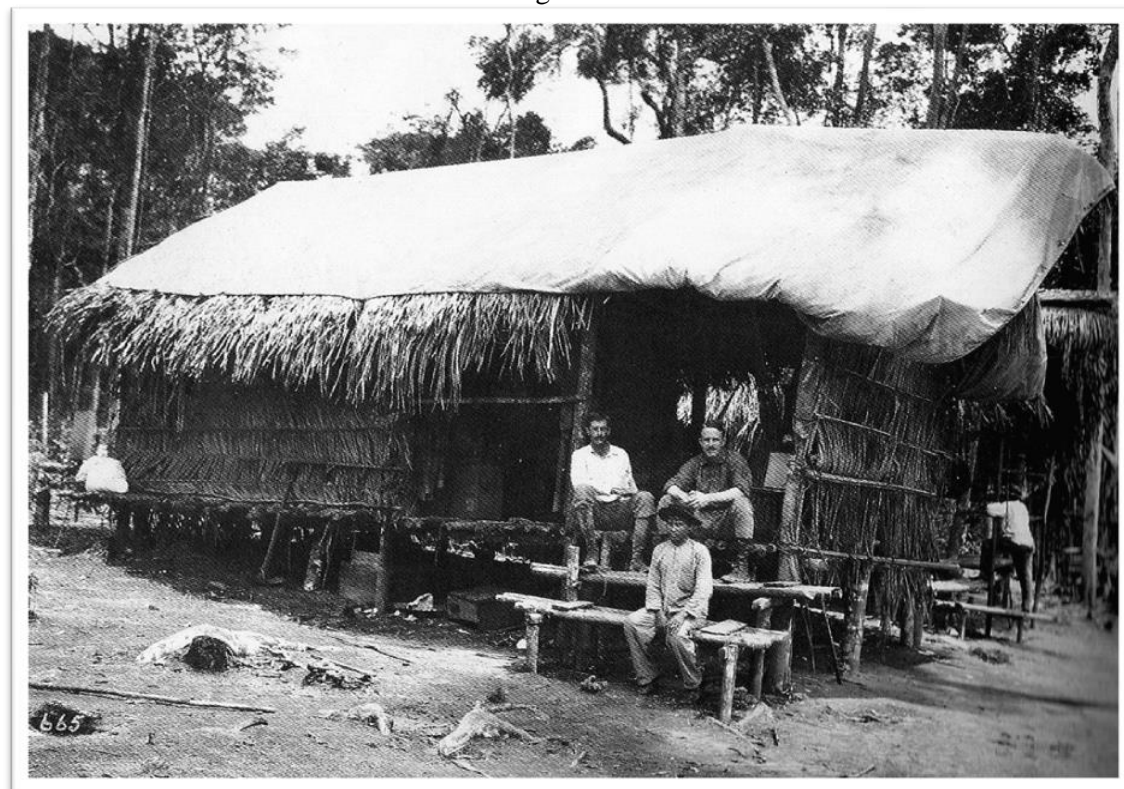
Figura 36



Trabalhadores em fila para receber os seus salários.

Fonte: Dana Merrill

Figura 37



Casa de acampamento da linha férrea

Fonte: Dana Merrill

quatro os falecidos em suas residências, alcançando um percentual de quase sessenta por cento de infectados.

Essa doença já fazia parte do cotidiano em fases anteriores da construção da ferrovia segundo Neville:

nada mais se poderia acrescentar às sensacionais descrições do naufrágio, contidas nas declarações acima, feitas por observadores experimentados e pelos sobreviventes atirados à praia, naquele trágico 31 de janeiro de 1878. O Capitão J. H. Ankers foi acometido de um ataque de pneumonia e só muito mais tarde se tornou possível tomar o seu depoimento (CRAIG, 1947, p. 161).

Para a Ancilostomose⁵⁴, Cruz por meio de seu relatório demonstra que o percentual de acometidos por este mal tropical envolvia de 50 a 75% dos trabalhadores entre os não brasileiros e que esses números elevassem até 90% entre os locais.

Fazendo parte deste rol de enfermidades da Amazônia, o beribéri não escolhia as diversas nacionalidades da ferrovia, com destaque aos operários na construção da linha, pois em alguns trechos havia uma maior incidência daquela doença.

parece que há determinados pontos que podem ser considerados como focos, por exemplo, as embocaduras de Jacy-Paraná, do Abuná e as proximidades da cachoeira do Caldeirão do Inferno, no rio Madeira; [...] o beri-beri tem atacado indistinctamente todas as pessoas desde o trabalhador [...] até o pessoal de médicos, engenheiros e empregados de escriptorio (CRUZ, 1910, p. 39).

Supondo que o arroz contribuía para o surto do beribéri, era suspenso pela companhia, como forma preventiva da doença, porém, os trabalhadores o conseguiam de forma clandestina em Santo Antônio, por meio de atravessadores de mercadoria que mercanciava na beira do rio Madeira.

Após enumerar e fazer alguns relatos sobre os males do Madeira e região. Oswaldo Cruz reserva a última parte de seu relatório sanitário para o grande terror dos empregados da Madeira–Mamoré Company, a malária.

Para o mês de outubro de 1909, segundo os relatórios médicos da linha, houve o registro de 80% de todo o pessoal infectado pelo impaludismo, porém, não ficaram totalmente incapacitados.

54 A ancilostomose, também conhecida por amarelão, é uma doença causada por vermes nematódeos (espécie: *Necator americanus* e *Ancylostoma duodenale*). As formas adultas desses parasitas se instalam no aparelho digestivo dos seres humanos, onde se fixam na porção que compreende o intestino delgado, nutrindo-se de sangue do hospedeiro e causando anemia.

SECÃO V- A ocupação da Amazônia Madeirense

1.1 Motivações econômicas: a borracha e a ocupação da Amazônia

São em número de nove as nações que possuem floresta amazônica: Brasil, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Suriname. Possui uma área total de 7.855.000 km², área correspondente a 44% do continente sul-americano. Tendo seus limites iniciados na região da América, estendendo-se ao longo da linha do Equador, mais predominantemente no hemisfério Sul. Em terra brasileira, alcança a bacia hidrográfica do rio Amazonas, seus afluentes de ambas as margens até o Maranhão.

Amazônia, um espaço verde no globo terrestre cobiçados por aqueles que a buscam com o objetivo de alcançar, extrair e desfrutar das suas riquezas. Durante muitos séculos os exploradores enxergam a região equatorial da América como um paraíso das fortunas escondidas em seu subsolo e sobre o solo, seus minerais assim como as madeiras de grande valor econômico longe das terras tropicais amazônicas. Sendo que:

Os desbravadores da Amazônia, para justificar a sua grande aventura, buscaram a “droga”, obtida no reino vegetal. Mas, ao lado dela, encontraram uma verdadeira riqueza em produtos animais, servindo fundamentalmente para a alimentação. Droga e produtos animais representavam a especiaria, com que os europeus, especialmente portugueses, erigiam a economia da região, tanto quanto possível transferindo-os para suas terras de origem. (BATISTA, 2007, p. 129.)

O espaço que compreende o território amazônico serviu para atrair interesses econômicos devido à oferta abundante e a facilidades de explorar as riquezas vegetais como plantas medicinais, cacau, óleos, resinas, diversas variedades de pescado, carnes. Estas atividades de extração de produtos naturais da floresta estiveram por muito tempo, acima de outros ramos da economia brasileira como a produção de café e o agronegócio.

Devido a novas pesquisas na área da química e industrial com a produção de automóveis principalmente tem-se uma nova fase na esfera da economia mundial surge

então, a chamada segunda Revolução Industrial⁵⁵. Com seus primórdios enraizados em terrenos ingleses no qual a partir do século XVIII, contaminando o continente europeu no início do seguinte e chegaria aos EUA na segunda metade do século XIX. Esses processos tecnológicos demandariam da Amazônia um produto essencial para aquelas indústrias –a borracha da América do Sul.

Foi por meio da economia extrativista executado por uma população composta por índios e caboclos, em especial os nordestinos, a possibilidade de retirar da floresta produtos como o látex da seringueira⁵⁶ para o mercado europeu e dos EUA, por volta da segunda metade do século XIX.

Para os ciclos da Borracha na Amazônia, teve um longo processo de adequação do trabalho e a mão de obra importada em várias regiões do Brasil. Alguns autores de literatura amazônica, por exemplo, aludem a vinda dos nordestinos às regiões de exploração do leite da seringueira ao fato da grande seca que assolou os campos do nordeste brasileiro no final do século XIX.

Neste subitem não aprofundaremos o tema com relação aos seringais principalmente por se dar uma noção da **dinâmica de exploração**, que tem os atores tropicais: de um lado o capital internacional, na via contrária, o seringalista (patrão) e o seringueiro (componente este responsável pela sangria das árvores produtoras do líquido branco).

Abaixo temos uma ilustração básica das estradas da seringa que compunham em processo de coleta da matéria prima da borracha. Geralmente esse serviço é executado pelo seringueiro, ao acordar ainda de madrugada lança-se a busca pela sua fonte de renda. Paramentado com um rifle para sua segurança, leva consigo também a faca de corte ou sangria da árvore, alguns utensílios para colher o látex, a poronga (uma espécie de lamparina que era colocada sobre a cabeça do extrator).

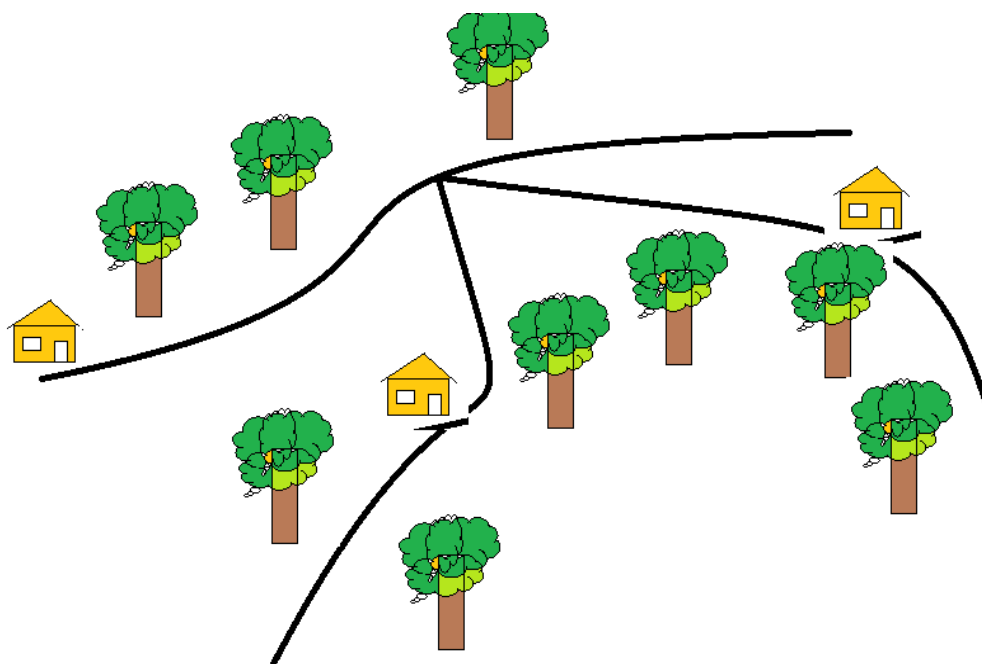
Os caminhos que levam a extração da *Hévea Brasiliensis* possuem em média 150 árvores cada uma. Alguns seringueiros cuidavam mais de uma “estrada”, tornando-

55 A Segunda Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XIX (c. 1850 - 1870) e terminada durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), envolveu uma série de desenvolvimentos dentro da indústria química, elétrica, de petróleo e de aço.

56 Látex é uma dispersão estável (emulsão) de micropartículas poliméricas em meio aquoso, e pode ser natural ou sintético. Na natureza, o látex é encontrado como secreção esbranquiçada, raramente amarelada, produzida por algumas plantas como a papoula, a seringueira, e o caucho (castilloa). Quando feridas no caule, as plantas reagem produzindo o látex, que tem a função de consolidado por oxidação, provocar a cicatrização do tecido lesado.

se um trabalho penoso e árduo; quando constituía família, esse coletor é assessorado

Figura 38



Estradas da seringa

Fonte: Autoria própria

por ela. Após o corte diagonal no tronco de todas as árvores, o seringueiro retornava colhendo o leite para o processamento e formação do produto de venda semibeneficiado.

Para o preparo da péla de borracha era necessário aquecer o leite em um suporte de madeira que, após incansáveis exposições ao calor proveniente da combustão do caroço do Ouricuri⁵⁷, vai aos poucos moldando o produto final através dos movimentos giratórios empregados pelo seringueiro, até a formação da bola do caucho.

no limite inferior de cada incisão, se adapta um recipiente, a chamada “tigelinha”, feita de folhas de flandres ou de outros materiais. Ao fazer o segundo giro da estrada, o seringueiro recolhe em um balde o leite coletado que carrega no seu equipamento. Voltando ao barraco, começa, então, a defumação [...] (BATISTA, 2007, p. 177).

Dentro de uma conjuntura capitalista e exploratória dos serviços que foram condicionados, as vítimas da seca, no caso dos nordestinos agora eram sujeitas ao capital internacional nos seringais da Amazônia brasileira e boliviana. Para conseguir os

⁵⁷ Palmeira de até 10 m (*Syagrus coronata*), nativa do Brasil, de estipe com cicatrizes dos pecíolos em espiral e de cuja medula se produz farinha, folhas penatífidas, que servem como cobertura e para extração de fibras usada em chapéus, e frutos globosos, de tom ocre-escuro, comestíveis, usada como ração, para extrair cera e o óleo da semente, que cura feridas produzidas por arraias.

gêneros básicos para sua sobrevivência aqueles sujeitavam ao controle rígido e explorador dos patrões (seringalistas); estes donos do espaço de exploração, possuidor do controle sobre os seringueiros que eram sangrados ao realizar a venda do produto final àqueles.

Depois de comprar a borracha do seringueiro por um preço irrisório, o patrão leva então as pelas de borracha às Casas Aviadoras⁵⁸ nos grandes centros econômicos da Amazônia, como as cidades de Belém e Manaus; estas serviam de acesso ao produto da floresta para a praça de consumidor europeia ou americana por exemplo.

O valor da borracha oscilava conforme a qualidade e pureza do produto final, para os melhores preços praticados no mercado gomífero, havia uma atribuição qualificadora, sendo para a borracha “parafina” um valor superior por se tratar de ótima qualidade; para a “entrefina” um preço menor; e o “cernambi” o menor valor por ser as sobras encontradas principalmente na casca das árvores que eram sangradas no trecho de coleta.

A decadência da produção brasileira de borracha deveu-se a um dos primeiros casos de pirataria de sementes retiradas do ecossistema da Amazônia Madeirense por volta de 1870, no qual a seringueira foi semeada em terrenos da Ásia. O inglês Henry Wickham⁵⁹ apossou em 1876, de dezenas de milhares de sementes das seringueiras para serem cultivadas no jardim botânico de Kew na Inglaterra e, posteriormente, serem levadas para as colônias inglesas no Sudeste asiático.

As fases que compreenderam a economia gomífera brasileira estão registradas na história da economia tanto da Amazônia brasileira como do país vizinho boliviano, tendo o seu núcleo de atuação em diversas áreas na fronteira sul da Amazônia brasileira, proporcionando uma expansão territorial do País que atraiu um significativo quantitativo populacional para terras até então ocupadas apenas por silvícolas, e com isso houve a atração de investimentos externos do capital expansionista industrial inglês, por exemplo, com influência nas transformações culturais e sociais, e um bom impulso econômico para a região Norte, assim como chegando-se à aquisição do território boliviano para tornar-se o futuro Estado do Acre.

58 Eram estabelecimentos comerciais que se localizavam principalmente nas cidades de Manaus e Belém que se constituíam em abastecer os seringais dos mais diversos provimentos, deles recebendo em troca, a borracha produzida e na posse dela realizar as operações de venda no exterior.

59 Henry Alexander Wickham botânico inglês, conhecido por ser o autor do contrabando de cerca de 70.000 sementes de seringueira, *Hevea Brasiliensis*, na região de Santarém no Pará em 1876. As sementes foram encaminhadas ao Royal Botanic Gardens em Londres e, após selecionadas geneticamente, enviadas para plantações na Malásia.

Figura 39



Imagens ilustrando da produção da borracha

Fonte: www.docplayer.com

1.2 Movimentação jurídica dos Estados

Do Direito Internacional Público⁶⁰ se extraem as noções conceituais de Geopolítica e Soberania, sendo estas indissociáveis, objeto de estudo que existe desde que os povos se organizaram como estados e nações. Mas é a partir da transição do mundo medieval para a Idade Moderna que o Direito Internacional Público adquiriu foro científico, através da sistematização das normas e princípios que passaram a nortear os direitos dos povos nas suas relações formais.

Apoiado em ideias que visavam a ocupação e controle sobre a Região Amazônica, a política governamental portuguesa buscou programar uma estratégia de ação institucional que pudesse mostrar ao resto do planeta a sua posse sobre aquela área em detrimento de interesse espanhol. Usando do mecanismo jurídico o Estado português criou na Amazônia as bases de um Estado que teria a sua subordinação

60 De acordo com Díez de Velasco conceitua-se o Direito Internacional Público como: “Sistema de princípios e normas que regulam as relações de coexistência e de cooperação, frequentemente institucionalizadas, além de certas relações comunitárias entre Estados dotados de diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico e de poder”.

primitiva ligando-o à Coroa portuguesa, através de Carta Régia de 2 de agosto de 1654. Assim foi fundado o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Para o novo Estado recém-criado seu vínculo no âmbito geopolítico, desligava-o ao resto do Brasil, indicava claramente que o Governo Luso pretendia aplicar uma ação estratégica direta de ocupação das terras amazônicas, situadas a oeste do meridiano que indicava as 370 léguas objeto do Tratado de Tordesilhas⁶¹. Por estar mais próximo geograficamente da coroa portuguesa o Estado Novo facilitaria na tomada de decisões devido sua localização geográfica, sem ter que passar pela capital do Brasil, situada em Salvador e depois no Rio de Janeiro. Era preciso escolher os pontos principais e estratégicos, para se construir povoações, vilarejos, cidades; com o controle administrativo português, através de uma chefia localizada no Estado do Maranhão e Grão-Pará⁶².

No final do subitem 1.1 abordamos alguns assuntos cuja relevância deveu-se aos resultados da extração da borracha. Para que as atividades e constructos sociais envolvidos ocorressem foram necessários na base centralizada pela soberania brasileira alguns acordos diplomáticos, assim como alguns tratados internacionais, subscritos no âmbito político dos Estados interessados na produção da goma elástica.

A região produtora do látex não se resumia as terras brasileiras, para as árvores fornecedoras daquele produto não havia fronteira política. Sendo característica de uma região tropical a sua exploração econômica trará consequências contraditórias dentro de uma perspectiva política entre o Brasil e a Bolívia, ou seja, um litígio entre estes.

O Brasil pós-independência voltou-se para a região Norte, em especial a Amazônia, pois as disputas territoriais já se arrastavam em anos anteriores, mesmo com a celebração do Tratado de Madrid⁶³, entre a coroa espanhola e a portuguesa, para

61 O Tratado definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada a meio caminho entre estas ilhas (então portuguesas) e as ilhas das Caraíbas descobertas por Colombo, no tratado referidas como Cipango e Antília. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha. O tratado foi ratificado pela Espanha a 2 de julho e por Portugal a 5 de setembro de 1494. Algumas décadas mais tarde, na sequência da chamada "questão da Molusca", o outro lado da Terra seria dividido, assumindo como linha de demarcação, a leste, o antimeridiano correspondente ao Meridiano de Tordesilhas, pelo Tratado de Zaragoza, a 22 de abril de 1529.

62 O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi um dos estados coloniais portugueses na América do Sul. Foi criado durante o governo monarca José I de Portugal, criado no período pombalino oriundo da Capitania Hereditária do Maranhão, quando sua capital foi transferida de São Luís para Belém. No seu período áureo, sua extensão territorial abrangia o território dos atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima.

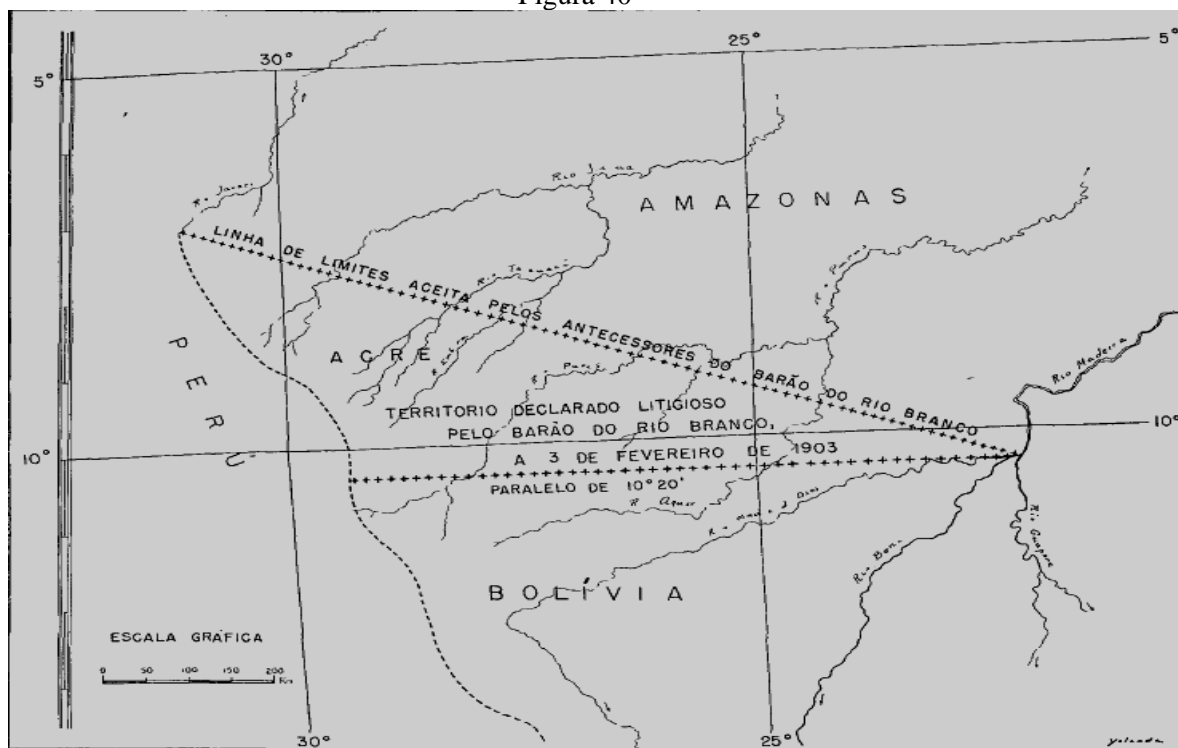
63 O Tratado de Madrid foi firmado na capital espanhola entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha, em 13 de janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas. O objetivo do tratado era substituir o Tratado Tordesilhas, o

definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas.

As negociações basearam-se no chamado mapa das cortes, procurando usar a bacia hidrográfica e os relevos para delimitar os seus territórios. Baseando-se no princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possidetis* (quem possui de fato deve possuir de direito), delinearam-se algumas divisas fronteiriças que até hoje fazem parte dos limites nacionais brasileiros. O Tratado que elevou o princípio a norma abrangia os territórios da Província do Grão-Pará e Rio Negro, ocupados pelos portugueses nos séculos XVII e XVIII. Os seus limites foram sempre objeto de disputa pelos *reais* representantes de Espanha e de Portugal ao longo da segunda metade do século XVIII, sobretudo durante a administração pombalina.

Para a história da região Norte, destacamos neste subitem o momento que ficou conhecido como a Questão Acreana. Iniciada a corrida para se produzir uma quantidade

Figura 40



Área de litígio entre Brasil e Bolívia

Fonte: www.docplayer.com

qual já não era mais respeitado na prática. Pelo tratado, ambas as partes reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na América e concordavam que, a partir de então, os limites deste tratado se sobreporiam aos limites anteriores. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje.

maior de borracha para o mercado internacional, os responsáveis pela retirada da goma elástica não respeitaram os limites territoriais da vizinha Bolívia.

Os debates diplomáticos com relação aos limites e fronteiras eram discutidos e negociados nos tratados coloniais e do modo de aplicar o princípio do *uti possidetis*. As negociações com a Bolívia não foram excluídas desse meio legal e foram concluídas pelo Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio⁶⁴, assinado em La Paz, em 27 de março de 1867. Sendo as concessões recíprocas entre os países limítrofes.

Para as mesas de negociações o Brasil contava com a experiência diplomática de Filipe Lopes Neto, ministro plenipotenciário, em missão especial à La Paz; e do lado boliviano, o ministro das Relações Exteriores Dr. D. Mariano Donato Munhoz. Segue abaixo algumas determinações acordadas entre estes países:

O artigo 2º:

"Sua Majestade o Imperador do Brasil e a República da Bolívia concordam em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o *uti possidetis*, e de conformidade com este princípio, declaram e definem a mesma fronteira do seguinte modo:

"A fronteira entre o Império do Brasil e a República de Bolívia partirá do rio Paraguai na latitude de 20°10' onde deságua na baía Negra; seguirá pelo meio desta até ao seu fundo e daí em linha reta à lagoa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio; irá daqui à lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagoas Gaíba e Uberaba, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que figurem do lado do Brasil as terras das Pedras-de-Amolar e da Insua.

"Do extremo norte da lagoa Uberaba irá em linha; reta ao extremo sul da Corixa Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo sul da Corixa Grande irá em linhas retas ao morro da Boa-Vista e aos Quatro-Irmãos; dêstes também em linha reta até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio dêste e do Mamoré até ao Beni onde principia o rio Madeira.

"Dêste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10°20' até encontrar o rio Javari.

"Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari". (*Revista Brasileira de Geografia*, 1945, p. 25.)

Para se descobrir a nascente fora preciso uma nova comissão demarcadora sem o apoio do governo boliviano, por isso o Brasil uma nova demarcação devido ter:

64 Este Tratado era composto por trinta artigos nos quais se declarava a paz entre os países e se estabeleciam relações amigáveis de navegação e tráfego, algumas que persistiram no Tratado de Petrópolis. Foram recuadas as fronteiras bolivianas a favor do Império Brasileiro, a partir dos rios Guaporé e Mamoré, passando por Beni e seguindo uma linha reta que recebeu o nome de Cunha Gomes. As embarcações bolivianas teriam acesso aos rios brasileiros a partir dali.

sido informado de que a determinação da cabeceira do Javari, pela Comissão Brasileiro-Peruana de 1874, estava errada, propôs em nota de 8 de abril de 1896 ao Governo boliviano fazer nova exploração daquele rio para retificar o erro caso existisse. Não tendo obtido o seu assentimento, resolveu que o 2º comissário brasileiro capitão-tenente Cunha Gomes fizesse a exploração por si só, e este de fato a realizou e constatou que a primeira determinação devia ser corrigida. À vista deste erro e de outros cometidos também pela Comissão Mista que demarcava na época a linha geodésica o ministro das Relações Exteriores, general Dionísio Cerqueira, resolveu suspender os trabalhos de demarcação e comunicou ao Governo boliviano a sua resolução.

Em 30 de outubro de 1899 foi assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães e pelo ministro da Bolívia, Luís Salinas Vegas, outro Protocolo em substituição ao de 1895, no qual se estipulava a nomeação de uma Comissão Mista para verificar a verdadeira posição da nascente do Javari e proceder à demarcação da linha entre aquela nascente e o Madeira. Mas o desconhecimento da exata localização dessa linha já havia produzido maléficos efeitos, porque os brasileiros, que se ocupavam da extração da borracha no Amazonas, a transpuseram, naturalmente de boa-fé, e estabeleceram-se em território boliviano (*Revista Brasileira de Geografia*, 1945, p. 26).

À época dos primeiros conflitos, foram reconhecidos pelo governo brasileiro os direitos da Bolívia através do Tratado de Ayacucho sobre aquela região. Mas, a incessante procura dos brasileiros por novas áreas produtoras levou a diplomacia boliviana em 1899, manifestar-se através de um documento que deveria ser traduzido para o inglês e constava a assinatura do cônsul boliviano em Belém do Pará, assim como pelo chefe de Estado da Bolívia e pelo cônsul americano, que reconhecia perante tais representantes os direitos da Bolívia sobre a região que compreende as terras Acreana, Purus e Iaco.

Como anteriormente mencionado, no contexto destas disputas políticas e principalmente econômicas, temos um novo elemento na lide sobre o território em disputa; os americanos entram no cenário dando apoio à Bolívia, inclusive bélico, caso os acordos diplomáticos com o Brasil sucumbissem.

Nessa tríade de interesse, o terceiro componente também era concorrente na aquisição do produto da *Hévea Brasiliensis*⁶⁵ para suas fábricas em plena expansão. Para aquele Tratado era exigido o seu cumprimento pelo governo brasileiro, assim como a demarcação da fronteira entre os polos da lide e a livre navegação das embarcações

65 *Hévea Brasiliensis*, conhecida pelos nomes comuns de seringueira e árvore-da-borracha, é uma árvore da família das Euforbiáceas. Apresenta folhas compostas, flores pequeninas e reunidas em amplas panículas. Sua madeira é branca e leve e, de seu látex, se fabrica a borracha. Seu fruto encontra-se em uma grande cápsula com sementes ricas em óleo, que pode servir de matéria-prima para resinas, vernizes e tintas.

bolivianas nos afluentes do rio Amazonas, além de liberdade de acesso nas alfândegas em Manaus e Belém do Pará.

Já era fato a presença de brasileiros em territórios sob a jurisdição boliviana, e a cobrança de tributos por parte do Amazonas, com o intento de controlar a região que ainda não possuía marcos demarcatórios, era impossível não haver atritos entre os brasileiros e os funcionários daquele governo.

Contudo, devemos destacar que várias foram as comissões reunidas entre estes países para que fossem delimitadas as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. Formava-se um cenário crítico política e geograficamente na região do futuro Estado do Acre, pois a partir da instalação de uma aduana boliviana em um território “brasileiro” e a interpretação equivocada do deputado Serzedelo Correia⁶⁶ sobre os limites territoriais, assim como a instalação do delegado nacional boliviano em Puerto Alonso, em 1899, com um contingente de militares do qual fez suprimir as autoridades locais de Floriano Peixoto, sem contar com a incursão de extratores da seringa na região acreana penetrando no seringais bolivianos, oriunda do Brasil, onde teria alcançado a região do Juruá e do Purus, cuja importância econômica, sobretudo na indústria de veículos em plena expansão, seriam motivos suficientes para um movimento separatista.

Mas o estopim para eclodir uma revolta nos campos da goma elástica foi acionado com avanço da frente de coletores brasileiros em território estrangeiro que fugiu do controle governamental em 1899, e a atuação da companhia Bolivian Syndicate de Nova York.

Diante da situação diplomática entre os agentes da situação jurídica de discórdia quanto ao ingresso de um sindicato em relação ao litígio territorial, o governo brasileiro resolveu de forma compensatória pelo abandono do controle das terras acreanas, o pagamento de uma indenização que de acordo com o decreto, estipula que:

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2.366:270\$200, afim de ser attendida a despesa com a aquisição de £ 114.000, ao cambio de 11 9/16, feita por intermedio do Banco da Republica do Brazil, para pagamento não só da indemnização ajustada entre o Governo brasileiro e o Bolivian Syndicate, de Nova-York, pela renuncia do mesmo syndicato á concessão que lhe fez o Governo da Bolivia em 11 de junho de 1901 para administrar o territorio do Acre,

66 O general Inocêncio Serzedelo Correia nasceu na cidade de Belém do Pará, no dia 16 de junho de 1858. Ocupou sucessivamente três postos durante o governo do Marechal Floriano Peixoto. Ministro das Relações Exteriores, de Viação e Obras Públicas e da Fazenda em agosto. Instalou o Tribunal de Contas da União em janeiro de 1893.

mas também de outras despesas relativas a essa renúncia. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/5/1903, p. 2225 (Publicação Original))

Como José Maria Bello (2000) observou:

A concessão do Acre ao Bolivian Syndicate, que congregava as firmas Cary & Withridge, United States Rubber Company e Export Lumber, desencadeou uma avalanche de protestos no Brasil, pois, entregava uma vastíssima área, dominando grande parte do alto Amazonas, a homens de negócios dos Estados Unidos, tão suspeitos na época a todo o continente pelas tendências imperialistas de sua política do Big Stick⁶⁷ e do dólar.

Com a presença dos Estados Unidos e a possibilidade do monopólio na produção da borracha, sua exportação em território boliviano, era uma demonstração de um controle estrangeiro em terras da Amazônia.

1.3 Diaruí ou “Mister Pitt” no Hospital da Candelária

Nos primórdios da literatura ocidental tem-se por um dos destaques Homero⁶⁸, com as suas obras relatadas nas epopeias *Ilíada* e *Odisseia*, tendo como fator importante a passagem de uma cultura europeia sem escrita para uma com a escrita. A oralidade caracterizava a época homérica, sendo o poeta ou cantor produtor de obras a partir da sua imaginação, repassando os fatos descritos sem uma rigidez fixadora, ou seja, não era usada a forma escrita para a sua expressão literária, sendo reservado ao tipo do verso e à rima as referências da memória.

Para a fase do medievo pode-se destacar a *Divina Comédia* de Dante Alighieri⁶⁹, com inspiração teológica. Trata da história da sociedade de Florença na Itália por volta do século XIV. O poema de Dante, dentro de um mundo cósmico, está dividido em três fases: Inferno, Purgatório e Paraíso.

No baixo Medievo, os referenciais da literatura contaram com outro expoente: Miguel de Cervantes⁷⁰, autor de Dom Quixote, representado por um nobre com

67 O Big Stick refere-se ao estilo de diplomacia usado pelo presidente Theodore Roosevelt, como corolário da Doutrina Monroe, segundo a qual os E.U.A deveriam assumir o papel de polícia internacional no Ocidente.

68 Homero foi um poeta da Grécia Antiga que nasceu e viveu no século VIII a.C. É autor de duas das principais obras da antiguidade: os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*.

69 Dante Alighieri foi um dos grandes poetas mundialmente conhecidos. Ele nasceu em Florença Itália, no ano de 1265, e faleceu em Revena (Itália), no ano de 1321.

70 Miguel de Cervantes Saavedra foi um importante poeta, dramaturgo e novelista espanhol. Nasceu em 29 de setembro de 1547 (data suposta) na cidade espanhola de Alcalá de Henares. Cervantes morreu na

preferência de leituras de novelas de cavalaria, tratando os textos típicos da época anterior de temas sobre coragem e honra, que eram os ideais da nobreza dos feudos.

Ao reportamos sobre a Literatura que faz referência ao povo indígena no século XVIII, em especial à região Norte do Brasil, temos alguns relatos destacados nas mais diversas literaturas da época. Por exemplo, a expedição feita em 1781, por Henrique João Wilckens, que percorreu o Rio Japurá (chamado Caquetá na Colômbia), rio que nasce no território colombiano e que banha, no Brasil, o Estado do Amazonas. Havia objetivos de reconhecerem a região e tentar aproximar-se de modo pacífico dos índios Mura⁷¹.

Aquele rio servia como fronteira entre os domínios pertencentes à Coroa espanhola e a portuguesa e era dominado pela etnia Mura –os quais estavam envolvidos diretamente nas disputas metropolitanas. Wilckens, mesmo sendo um militar, tinha como formação os ensinamentos basilares da Companhia de Jesus e durante toda a expedição tentou por diferentes maneiras sujeitar os Mura ao Cristianismo.

Em comunicação por meio de cartas sobre a relação das expedições portuguesas como os índios Mura em terras da Amazônia, temos por destaque a do Sargento Mor João Wilckens (Comandante da Quarta Partida Portuguesa) para Pereira Caldas, em 25 de fevereiro de 1788, comentando que:

chegou a este posto o célebre capataz reconciliador dos Muras, Ambrózio, trazendo-me algumas tartarugas de presente, a qual comeu junto com os Muras. [...] disse ele que os chefes e índios Mura, do Rio Juruá, tinham receio de aproximação [...] (Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia. *Documento 17*.)

Assim como a história dos Karipuna é o ponto central do romance Diaruí, de Antônio Cândido da Silva⁷², temos como referência para a história dos Mura a obra

cidade de Madri, em 22 de abril de 1616. Considerado um dos maiores escritores da literatura espanhola, destacou-se pela novela, mundialmente conhecida, Dom Quixote de La Mancha.

71 Os Mura ocupam vastas áreas na Bacia Hidrográfica dos rios Madeira, Amazonas e Purus. Vivem atualmente tanto em Terras Indígenas, quanto nos centros urbanos regionais, como Manaus, Autazes e Borba. Desde as primeiras notícias do século XVII são descritos como um povo navegante, de ampla mobilidade territorial e exímio conhecimento dos caminhos por entre igarapés, furos, ilhas e lagos. Em seu longo histórico de contato, sofreram diversos estigmas, massacres e perdas demográficas, linguísticas e culturais. Originariamente falantes de uma língua isolada, os Mura passaram a utilizar o Nheengatu (Língua Geral Amazônica) no intercâmbio com brancos, negros e demais populações indígenas. No século XX, o português se tornou a principal língua utilizada.

72 Antônio Cândido da Silva nascido em Humaitá – Am. Foi Funcionário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Ano 1961/1962. Membro da Academia de Letras de Rondônia Membro da União Brasileira de Escritores – UBE – RO. **Livros publicados:** _Marcas do Tempo – Poesias, Madeira-Mamoré – O Vagão dos Esquecidos – Epopeia, Enganos da Nossa História – História Regional, Diaruí. **Livros Inéditos:** Romances: Lydia Xavier, Porão dos Condenados, Os Koutakusseis e Na Curva que o rio faz. Poesias: Passarela de Emoções, Da janela por onde o tempo passa.

Muhuraida, sendo um texto épico de autoria do militar português Henrique João Wilkens. Muhuraida, ou “O Triunfo da fé”, escrito em 1785, é o primeiro poema heroico escrito no Amazonas. Wilkens escreveu o poema em oitava rima camoniana dentro de uma perspectiva unilateral, ou seja, eurocêntrica e religiosa.

A narrativa visa informar como ocorreu o processo de rendição, conversão e reconciliação da nação Mura ao governador e capitão general do Pará, João Pereira Caldas⁷³. Posteriormente, Caldas foi nomeado para o governo geral das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, e ficou encarregado da efetiva execução do tratado preliminar de paz e limites entre as Coroas de Portugal e Espanha. Na ocasião, Henrique João encontrava-se na Vila de Ega (sendo elevada à categoria de cidade em 15 de junho de 1855 e restituída à denominação de Tefé. Este nome provém da tribo indígena dos Tapiba, de cujo vocábulo Tefé é corruptela), no Rio Solimões.

Observa-se que a percepção de aproximação entre os portugueses e os Mura tem como inspiração o caminho traçado pelos jesuítas em outras comunidades de naturais nos primeiros contatos na região litorânea na *Terra brasilis*.

A história dos grupos indígenas da região do rio Madeira também foi atravessada pela ferrovia. Muitos foram os conflitos entre os funcionários da obra e índios como os Pakaa-Novos, Guaravo, Mura, Parintintin, Kaxarari, Munduruku e Karipuna, tal como destaca Ferreira (1982). Mas, entre todos, são, sem dúvida, os Karipuna que ficaram mais conhecidos nos relatos da época e nos registros posteriores como os impactados de modo mais contundente pela obra.

Neste processo, conflitos com a população autóctone foram inevitáveis. E, de acordo com Teixeira (2008, pp. 238-239):

As populações indígenas do Vale do Madeira constituem-se nos primeiros grupos humanos a se estabelecer na região e definir padrões de relação entre o homem e o espaço natural. O rio e os recursos naturais disponíveis definiram e viabilizaram a ocorrência de um conjunto importante de sociedades indígenas, que habitaram as margens do Madeira, vivendo a partir de modos diferenciados umas das outras e explorando recursos e possibilidades diversas. A história desses povos só é parcialmente conhecida, sobretudo em função de seus contatos com os invasores europeus e, posteriormente, com os invasores nacionais. A presença de povos indígenas na região do Madeira é contada em milênios e os trabalhos de arqueólogos apenas arranharam a superfície da questão que envolve sua chegada e estabelecimento na região. Podem-se estabelecer dois grandes grupos indígenas de ocupação diferenciada na região do Madeira.

73 Nascido na Quinta de Sendé, em Monção, vila minhota na fronteira com a Galiza, no dia 4 de agosto de 1736, João Pereira Caldas foi o mais jovem governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, subordinado a Lisboa, criado em 1751 e extinto em 1772-1774. A carreira de João Pereira Caldas no Real Serviço ganhou impulso pouco depois da chegada a Belém, em 1753. No mesmo ano, foi indicado, juntamente com João Batista de Oliveira, também capitão de Infantaria, para ajudante de sala (ou ajudante de ordens) do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Em primeiro lugar temos os grupos de estabelecimento mais antigo como os Tora, os Mura e os Matanawi. Dos povos de chegada mais recente, já encontrados pelos europeus a partir do século XVII, podemos citar os Kawahib, os Parintitin, os Txapakura, os Jaru e os Urupa, além dos Karipuna.

Ferreira cita um relato de 1887 do engenheiro Júlio Pinkas, que esteve no rio Madeira entre 1883 e 1884 para fazer o projeto da ferrovia. O engenheiro comenta que os Karipuna sofriam muito de gripe, varíola e malária em razão do contato. Mas que os encontros com a sua equipe foram amistosos.

Eles não costumavam se aproximar, mas ficavam todo o tempo escondidos na mata observando o grupo do engenheiro. Pinkas comenta ainda que os índios perguntavam os seus nomes para dá-los a seus filhos.

Em diálogo do livro *o Mar e a Selva*, os personagens indígenas são comentados por Marion Hill:

Você não os verá”, disse Hill. “Aposto que estão nos observando nesse instante, entretanto”, ele acrescentou depois de uma pausa. Olhei com grande interesse para a folhagem espectral, onde reto diante de mim, a pálida luz do luar nas folhas e nos troncos que moldurava portais na noite. Não pude ver nada (ROCHA *apud* TOMLINSON, 2010, p. 478).

Houve um fato, porém, que acabou aproximando os Karipuna dos invasores de seu território. Alguns trabalhadores encontraram um índio em péssimas condições de saúde e com uma grande ferida na perna direita, sozinho nas proximidades da linha férrea. Foi levado ao Hospital da Candelária, onde ficou conhecido pelos médicos e enfermeiras como "Karipuna Pitt". Foi preciso amputar a sua perna e importar dos Estados Unidos um aparelho ortopédico em substituição ao membro extraído. Alguns anos depois, o índio retornou à sua aldeia. Depois de alguns dias, o Karipuna Pitt voltou ao acampamento de trabalhadores com outros quatorze índios também doentes em busca de auxílio.

No relatório feito em 1887 pelo engenheiro Júlio Pinkas, que esteve no Rio Madeira entre 1883 e 1884 para fazer o projeto da Ferrovia Madeira–Mamoré, assim fica sintetizado o modo de vida tradicional de grupos que ele identifica com os Karipuna nessa época:

É uma tribo pacífica que gosta de ser brindada pelos viajantes a cujo encontro eles vêm, voluntariamente. Obedecem a um capitão (cacique), vivem em pequenos grupos entregues à caça e à pesca, plantam em vários pontos dos seus domínios, que anualmente percorrem; bananas e mandioca sabem fazer uma farinha grosseira e conservar carne e peixe e produzem da farinha uma bebida fermentada (chicha) com que se embriagam em suas festas. Gostam do sal e pedem camisas e calças que só aceitam quando novas e nunca mais

despem até cair aos pedaços. Os Karipuna, na maioria, andam completamente nus. Furam o sepo do nariz, que recebe um duplo buquê de penas encarnadas e ornaram as orelhas com dentes de capivara ou de jacaré, grudando-os com cera. Vistos de longe parecem ter bigode vermelho.

No pescoço, trazem colares de dentes de macaco ou coati, nos pulsos e pernas enrolam em forma de pulseiras um barbante engenhosamente coberto por talas de penas. Nos seus festejos ornaram-se com uma coroa de penas de tucano e mais enfeites de penas pretas, amarelas e vermelhas no corpo. As mulheres usam dos mesmos enfeites, andam completamente nuas até a idade da puberdade, quando recebem a tanga, pedaço de pano de 15 centímetros em quadrado ornado de penas e suspenso livremente sobre um cinturão de feitiço igual às pulseiras. Homens e mulheres não têm vestígios de cabelos no corpo. Os cabelos pretos lhes caem incultos sobre os ombros e o peito, apenas aparados na fronte com a faca de conchas. Sabem fiar e fabricam redes de fibras vegetais. Seus arcos são direitos, têm dois metros de comprimento e são fabricados do pau da paxiúba. As flechas são maiores ainda. A haste que cortam da cana brava é enfeitada por penas de asas de mutum amarradas em espiral na parte inferior e unida à ponta de uma taboca mais grossa por um fio de algodão coberto com cera. Essa arma lhes serve na pesca, na caça e na guerra. Usam também da zarabatana e conhecem os estricnos (venenos). Falam a língua geral (tupi), fortemente viciada pelo idioma dos seus vizinhos de Madre de Deus e Beni, e alguns entre eles conhecem a significação de algumas palavras espanholas (*apud* FERREIRA, p. 1982).

Os primeiros contatos seriam difíceis de não se realizarem devido uma dinâmica espacial, pelo fato da construção da linha férrea acontecer em terras de índios Karipuna, assim comenta Cândido:

Os trabalhadores que construíram as casas chegaram a ver os Karipunas nas imediações, muito rapidamente, sem, contudo, serem molestados. Mas, à medida que os trabalhadores progrediam, o temor de um confronto com esses índios aumentava, mesmo porque cada vez mais a ferrovia invadia os domínios dessa tribo.

Naquela manhã, ao entrarem no corte que haviam feito em direção à picada que os levaria ao novo acampamento, a surpresa foi geral. Ao lado de uma cuia com farinha e uma palma de bananas, um índio Karipuna ardia em febre, com a perna direita necrosada pela picada de uma serpente. Seu nome: Diaruí, aparentando 20 anos (SILVA, 2010, p. 25).

O primeiro encontro do índio Diaruí com os estrangeiros é relatado no romance no qual o membro da tribo fora abandonado muito doente e fora submetido a um costume tribal. Segundo o autor:

Diaruí fora abandonado pelo seu povo em virtude da crença que os karipunas tinha de que os doentes ficavam sob dominação de algum espírito que também tomava conta de quem se aproximasse do índio doente. Era, portanto, comum esse procedimento. Mas Diaruí fora deixado naquele aterro por duas razões: para ver que os trabalhadores faziam com ele ou para que o espírito que dominava o doente também

dominasse os invasores de suas terras e eles viessem a morrer (SILVA, 2010, p. 26).

Figura 41



Membros da EFMM e os Karipuna

Fonte: Dana Merrill

Levado ao Hospital da Candelária, o membro da tribo karipuna estava sob os cuidados da medicina europeia, pela qual injetaria não somente sua química moderna no corpo do colonizado, mas os costumes e tradições até então por ele desconhecidos. Assim comenta Cândido:

Ao chegar ao Hospital da Candelária, Doutor Lovelace não teve dúvidas e cortou a perna de Diaruí e, por não entenderem a língua do índio não conseguiram saber o seu nome e por isso ele foi batizado com o apelido de “Pitt”.

Pitt lutou contra a rebeldia da infecção por três longos dias, ardendo em febre e sob os cuidados dos médicos do hospital que tudo fizeram para que ele pudesse recuperar a saúde.

No quarto dia a febre cedeu e, ainda sob os efeitos dos analgésicos, ele tomou conta da situação e, para espanto de todos, sorriu como se estivesse zombando da própria desgraça, pois, psicologicamente, ele sentia a sensação de ainda possuir a própria perna, mexer os dedos do pé e coçar o joelho, como se nada tivesse acontecido (SILVA, 2010, p. 27-29).

Observa-se, no trecho acima, a possibilidade da perda de identidade do indígena ao lhe darem nome cristão e ao falarem pelo colonizador em uma língua “estranha”. Vê-se, portanto, que “Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: Quem sou eu na realidade? (FANON, 1968, 212).

Comparativamente à chave histórico-comparativa da EFMM com *Diaruí*, trazemos obra da região. Dentre os personagens que permeiam a narrativa em *Mad Maria* de Marcio Souza⁷⁴, os Karipuna são apresentados na obra como o povo que habitava o local de construção da estrada de ferro e que tiveram suas vidas e hábitos mudados em face disso; dentre eles destaca-se a figura de Joe Karipuna, o qual, tendo suas mãos decepadas pelos “civilizados”, mostra-se sempre como um exemplo de bom humor e desenvolve inúmeras habilidades com os pés, dentre elas, tocar piano, o que faz dele mais uma peça no jogo do poder, sendo usado para impressionar políticos que estiveram visitando o Abunã.

Joe foi o grande acontecimento. [...] no final, reunidos no refeitório, enquanto bebiam refrescos, entrou Joe Karipuna, acompanhado por Consuelo. Um banco levadiço havia sido preparado e o índio subiu [...] Ele é uma prova de que a Companhia estende seus cuidados também aos nativos desamparados. E não só os cuidados médicos, mas também a sua completa recuperação moral e reabilitação. Joe é um exemplo eloquente, um exemplo excepcional, mas é uma prova do quanto à civilização pode fazer na sua luta contra a barbárie (SOUZA, 2005, p. 420).

Em vários trechos do romance *Diaruí*, mostra-se o indígena sofrendo com as mudanças de hábitos, com a modificação de seu modo de vida, como no fragmento abaixo:

Pitt esperou por algum tempo a comida não veio. Deitou-se e entregou-se novamente aos seus pensamentos. Lembrava-se das estórias dos mais velhos que contavam que sua tribo já fora um povo guerreiro. Lutavam muito para assegurar o direito a suas terras. Agora não. Os únicos inimigos que tinham eram os brancos que estavam invadindo suas terras [...] sua tribo não conhecia miséria. Havia caça e pesca com fartura (SILVA, 2010, p. 29).

74 Márcio (Gonçalves Bentes de) Souza nasceu em 1946. Romancista, teatrólogo e ensaísta amazonense, após estreiar no cenário literário com *O Mostrador de Sombras*, de 1969, obteve repercussão nacional e internacional com o romance *Galvez, o Imperador do Acre* (1976), baseado na vida de Luiz Galvez, um aventureiro quixotesco do início do século que se autoproclamou Imperador do Acre. Concebido inicialmente como um roteiro cinematográfico, a obra consagrou o humor e o estilo ágil de Souza.

Nesta passagem fica evidente o sentimento de deslocamento do indígena, envolto em um novo mundo desconhecido para ele e buscando meios de subsistir em face da mudança ali operada.

Era estranho – pensava ele – era estranho o homem branco. Fazia uma oca cheia de portas pequenas para entrar sol e vento, depois fechava com uma peneira, feita de arames finos, e pendurava uns panos que ele puxava para o sol e vento não entrarem. Ali ficava escuro ele acendia luz, ai esquentava e ele virava umas palhetas para fazer vento. É parece que Diaruí nunca ia entender o homem branco. Por que será que ele tornava tudo tão difícil (SILVA, 2010, p. 34).

Dentro de uma perspectiva pós-colonialista, percebe-se que Pitt fica numa posição intermediária, não é mais plenamente indígena porque, em contato com os hábitos dos civilizados, e também não é civilizado, ficando sempre à margem. Note-se que:

Nas sociedades pós-coloniais, porém, o sujeito e o objeto pertencem inexoravelmente a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. É a dialética do sujeito e do outro, do dominador e do subalterno (BONNICI, 2000, p. 17).

Do seu convívio com os brancos no Hospital da Candelária, Pitt vai sendo absorvido pelos costumes e cultura norte-americana, é a sedução exercida pelos objetos novos, desconhecidos nos indígenas, numa clara demonstração do início do processo de transculturação.

– Pitt, meu camarada, –falou o Doutor Lovelace– tenho algo aqui para você.

Pitt virou-se e ficou observando o Doutor Lovelace caminhando escorado em dois pedaços de madeira, com duas pontas que faziam barulho [...]

– É Pitt, agora você vai andar tranquilo sem ter que se agarrar nas camas como sempre fez, mas antes vamos tomar os comprimidos para você não pegar malária –falou o enfermeiro (SILVA, 2010, p. 39).

A ingestão de comprimidos de quinino fazia parte do processo de combate à malária adotada pelo hospital, com o intuito de minimizar a incidência dentre os membros da Estrada de Ferro. Por alguns momentos, pode-se tomar a figura daquele índio mutilado, símbolo do fim de uma raça e de uma nação, a se arrastar pelos corredores da Candelária usufruindo a abnegação hipócrita e tardia dos civilizados (HARDMAN,1991).

Essa mudança cultural pelo convívio com o modo de vida do colonizador faz parte do que Frantz Fanon chama de

O domínio colonial, porque total e simplificador, logo fez com que se desarticulasse de modo espetacular a existência cultural do povo

subjugado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres tornam possível essa obliteração cultural (FANON, 1968, p. 197).

Mesmo dentro de um ritmo vida imposta por uma cultura estranha aos seus costumes, Diaruí ansiava voltar a sua tribo e mostrar que tinha superado o espírito do “mal” para poder ingressar na tribo como um verdadeiro guerreiro Karipuna. Desejava mostrar também que o homem branco poderia fazer parte daquele território e construir o caminho de ferro para transportar seus objetos. A aceitação do outro e da diferença faz parte da integração que permeia a decadência permanente dos referenciais da EFMM, assim como se deu com a vitalidade de Diaruí.

O contato dos índios da Amazônia com os brancos foi palco de muitas guerras e disputas por espaço, porém, de acordo com o romance *Diaruí*, os relacionamentos com os Karipuna mostraram-se mais amistosos:

Doutor Lovelace entregou-lhe um embrulho no qual continha uma perna mecânica vinda dos Estados Unidos [...] e a cama de Pitt foi cercada por alguns doentes curiosos e o médico foi ajudando a instalar o aparelho no que restou de sua perna. (SILVA, 2010, p. 41).

O Hospital da Candelária possui um enfermo especial que era o índio Pitt, mas havia um contingente enorme de trabalhadores que sofriam com as doenças da região e estavam sujeitos a toda intempérie tropical elevando de modo significativo as baixas nosocômicas.

Naquela manhã de sol forte Pitt estava ali sentado, quando sua atenção foi desviada para a litrolina que chegava. Ficou olhando aquele ônibus que anda em trilhos, trazendo mais uma leva de doentes para o hospital. Eram doze trabalhadores que vinham da frente de serviço. A rotina era aquela e as doenças eram: malária, pneumonia, beribéri, febre amarela, além das vítimas de acidentes de trabalho (SILVA, 2010, p. 42).

A morte fazia parte do cenário da ferrovia, trabalhadores acometidos pelas doenças tropicais que tinham como plano inicial de ficar na região pelo menos um ano, muitas das vezes tinham outro fim. A ferocidade das febres causadas pela malária trazia outro destino para os trabalhadores, que diante da situação viam-se obrigados deixar a região no primeiro navio que aportasse no rio Madeira. “Pitt olhou para o lado do cemitério e viu as fileiras das cruzes de metal, pintadas de branco e teve a noção exata de que o cemitério crescia com rapidez” (SILVA, 2010, 42).

Segundo Antônio Cândido, o choque cultural entre o índio karipuna e o aglomerado de estrangeiros era muito real, por ser um índio abandonado pela sua tribo,

como passaria a ser a EFMM abandonada pelos seus gestores. Diaruí admirava, contudo, como eram bem tratados os doentes da estrada de ferro, que buscavam cura no Hospital da Candelária.

Pitt não era contra os costumes de sua tribo, mas começava a entender que o homem branco dava mais valor a outro [...] andava com o doente o tempo que fosse preciso para tratá-lo no hospital, às vezes morria no caminho [...]. Se ele sabia que o doente não ia escapar, por que não abandonava logo e voltava ao trabalho (SILVA, 2010, p. 43).

O processo de cura do índio karipuna estava chegando ao fim e havia uma expectativa de voltar ao lar de origem, ou seja, sua tribo. Foram dois anos de convivência com um povo diferente, com falas e costumes desconhecidos.

– Está nervoso Pitt? –perguntou Doutor Lovelace.
– Sim Pitt quer ver sua gente, ver Daué, Ura-í, Baté e Uca. Pitt quer ver o espanto de todos quando ele chegar de perna nova e... venceu o espírito ruim... com ajuda do veneno do Doutor Velêce. (SILVA, 2010, p. 46).

Assim, para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessárias desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecendo em contato com esse grupo, e continuam-se capazes de identificação com ele e de confundir o seu passado com o do outro. (HALBWACHS, 1990.) Cândido continua:

A viagem seguiu seu destino e o trem parou em frente à cachoeira. Pitt olhou pela janela e viu com alegria e espanto, que por ele esperavam Ura-í, Baté, Aron-gá, Uca e, segurando um curumim nos braços, a bela e graciosa Daué. (SILVA, 2010, p. 47).

Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos. Se, em certos momentos, as suas vidas transcorrem em meios diferentes, ainda que eles possam saber de si somente através de descrições, de suas narrações quando se aproximam, fizeram conhecer em detalhes as circunstâncias em que se encontravam quando não estavam em contato.

Porém, ao chegar à sua tribo, o guerreiro Karipuna sentiu-se desolado ao ver sua amada Daué, com filho que não era seu e vira que a distância física os tinha separados também amorosamente.

– Calma meu amigo –falou o Doutor– você não me quer contar a razão de tudo isso? Quem sabe eu posso ajudar.

– Não Doutor Velêce, dessa vez o senhor não pode ajudar Pitt. Pitt está doente do coração. Doutor não pode fazer coração de pau para Pitt (SILVA, 2010, p. 49).

Considerando que a memória é construída social e individualmente, e também herdada, nela vão se compondo e recompondo as andanças por várias regiões, o desaparecimento físico de muitos em decorrência de doenças como sarampo, maus tratos e fome, ocorrendo uma seleção de temas, alguns pintados com cores mais fortes outras esmaecidas. Alguns membros da sociedade se tornam por esta ou por aquela razão depositários dessas lembranças ao longo das gerações que vão sendo substituídas. O que tem na maioria das vezes ocorrido com os povos indígenas são os efeitos das compulsões sofridas provocando a quase extinção do grupo.

A maioria das lembranças permanece, e são em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparadas por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada:

Ao chegar à aldeia todos queriam ver o índio que venceu o espírito que domina e como era o mundo dos mortos. Naquela noite houve festa na aldeia para comemorar sua volta e os curumins observavam os detalhes da perna mecânica. Mas os pensamentos de Diaruí estavam no amor de sua vida, Daué. (SILVA, 2010, p. 50.)

Estava presente a possibilidade da ausência em presença, da perna, da vivência na região, na sua tribo, uma exclusão parcial, mas decisiva.

5.4 “O Triste fim de um Guerreiro”: uma amputação cultural

As consequências negativas são incalculáveis diante da presença de europeus nas terras ainda intocadas pelo homem não nativo. O romance *Diaruí* mostra-nos as mudanças ocorridas com os povos karipunas que, com sua cultura e costumes, tinham uma vida ainda “natural”, ou seja, viviam “em harmonia com a natureza” que lhe era uma matriarca, alimentando-os com os benefícios no qual lhes ofertava.

Eduardo Galeano⁷⁵, em *As veias abertas da América Latina*, fala-nos sobre os verdadeiros senhores do Novo Continente e de forma cronológica, menciona os eventuais exploradores destas terras, dizendo que:

⁷⁵ Eduardo (Hughes) Galeano foi jornalista e escritor, nascido na cidade de Montevidéu, Uruguai, em 03 de setembro de 1940. Atuou como chefe de redação do jornal *Marcha* e também dirigiu o veículo *Época*, que reunia trabalhos realizados na sua cidade natal. Um de seus livros mais célebres e importantes é *As Veias Abertas da América Latina*, obra na qual narra em uma linguagem poética a exploração que atingiu os países latino-americanos, provocando a extinção de vários povos, inúmeros habitantes da América

o almirante Cristóvão Colombo se lançou ao mar. Ele não descobriu a América. Um século antes tinha chegado os polinésios, cinco séculos antes haviam chegado os vikings. E trezentos séculos antes que todos, tinham chegado os mais antigos povoadores destas terras, a quem Colombo chamou de índios, achando que havia entrado no Oriente pela porta dos fundos (GALEANO, 2010, p. 105-106).

Os povos tradicionais amazônicos são ocupantes dessas terras há milênios e são capazes de conviver harmoniosamente com a floresta e os demais recursos naturais, presentes no seu habitat. Assegurando essa afirmativa, Posey (1987) observa que:

os estudos etnográficos revelam que as sociedades relativamente autônomas, como as populações tradicionais mais isoladas da Amazônia, têm relações de profunda familiaridade com o meio ambiente, do qual dependem para suprir suas necessidades.

A presença estrangeira somente fez transformar ou modificar as suas relações, interferindo no seu convívio e acrescentando um ponto de interrogação quanto à forma de viver dessas comunidades. Projetando o nativo a assimilação de uma nova forma de viver e delineando um caminho novo de destruição.

Segundo Arthur Reis⁷⁶ (1966), os grupos indígenas da Amazônia eram diferentes entre si. “Tiveram suas culturas representadas naquilo que eles exteriorizavam como maneira de viver, no uso que eles faziam do meio geográfico, da natureza”. A sua contribuição no processo de modificação das condições existenciais da região a partir do contato português, num processo intenso de transculturação em todos os aspectos, foi indiscutível.

Para o historiador,

os índios da Amazônia possuem uma história que não os diminui aos nossos olhos, ao contrário, dignifica [...] pelo que padeceram, pelo que proporcionaram na formação regional desde a contribuição étnica à econômica, pelo que puderam realizar como demonstração de resistência, de heroísmo, pondo por terra a conclusão apressada de que não expressavam senão inferioridade, passividade, incapacidade para a ascensão na vida.

Latina, deixando dolorosas cicatrizes e sequelas que rasgam de ponta a ponta o continente latinoamericano.

76 Artur Cesar Ferreira Reis nasceu em Manaus a 8 de janeiro de 1906. Professor, historiador e amazonólogo, ele teve dedicação especial pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), onde tomou posse com apenas vinte anos de idade, a 25 de março de 1926. Dentre as suas obras importantes, vale a pena citar: *História do Amazonas*, Manaus, 1931; *Manaus e outras Vilas*, Manaus, 1934/1999; *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, Belém, 1939; *Lobo D'Almada, Um Estadista Colonial*, Manaus, 1940; *Paulista na Amazônia e outros Ensaio*s, Rio de Janeiro, 1941; *D. Romualdo de Souza Coelho*, Belém, 1941; *Síntese da História do Pará*, Belém, 1941/1973; *A Conquista Espiritual da Amazônia*, São Paulo, 1942; *O Processo Histórico da Economia Amazonense*, Rio, 1944.

Para Darcy Ribeiro⁷⁷ (1995), a compreensão do modo de vida das populações amazônicas e de seus problemas só seria possível com a descoberta histórica das principais forças sociais responsáveis por esse quadro, que se inicia com a ocupação da região pelos portugueses, com a vinda dos missionários, da escravidão e da exploração da mão de obra indígena, as drogas do sertão e a exploração da borracha. Logicamente, um processo material de imposição das situações histórico-sociais, sobretudo a partir das injunções socioculturais operando nas coletividades invadidas, levou a que, como uma lousa, existisse a compreensão do modo de vida amazônico, fazendo com que sobressaísse um entendimento truncado da operacionalização das “forças sociais”, combinadas com um determinismo qualquer “do capitalismo”, mas que muito teriam a dever das próprias trocas geradas pelo encontro das civilizações, que potencializaram as suas duplas, triplas, quádruplas “condições de vida”.

O preço do progresso dos caminhos de ferro, havidos em quase todas as partes do mundo por força do capitalismo, contribuiu para uma nova dinâmica de sobrevivência de comunidades autóctones e seus descendentes. Diaruí, o personagem, e *Diaruí*, a obra, acabam sendo uma mesma formatação de ícone de “sobrevivência” e de “descontinuidade” com a entidade tribal.

É comum encontrar, com base na literatura consultada, que os Karipuna foram os que mais se destacaram nos contatos iniciais, na época da construção da ferrovia e, por conseguinte, os que mais sofreram em relação à ação avassaladora do não índio, ao **impor** as suas características de dominação.

Pitt levantou-se e seguiram os quatro em direção ao rio, com seus arcos e flechas e fazendo mil perguntas para Pitt sobre o homem branco e suas aldeias.

Sentaram sob a sombra de um pé de jatobá e Pitt foi explicando para eles tudo àquilo que ele aprendera do homem branco, de como todos gostaram dele e, principalmente, o que eles fizeram para que ele escapasse do espírito que domina.

Seus amigos assustaram-se quando ele falou que passou quatro dias sem acordar. Não sabia explicar o que aconteceu Pitt achava que estava no mundo dos mortos. Ele não lembrava nada.

Falou do hospital, de como tudo era limpo, das injeções que tomou e de como ficou coçando e doendo depois. Falou que era amigo de todos os brancos que ele conheceu de como morria muita gente para fazer o caminho de ferro e que não morria mais porque os médicos tinham um veneno muito poderoso dentro de vidros pequenos. No

77 Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922 em Montes Claros (MG), no Vale do São Francisco, entrada do sertão nordestino. Em 1946, forma-se em antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e dedica seus primeiros anos de vida profissional ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia (1946-1956). Neste período, cria o Museu do Índio e formula o projeto de criação do Parque Indígena do Xingu. Elabora para a Unesco um estudo sobre o impacto da civilização sobre grupos indígenas brasileiros no Século XX e em 1954 colabora com a Organização Internacional do Trabalho na preparação de um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo. Darcy deixou como legado uma vasta obra etnográfica e de defesa da causa indígena.

entanto a notícia que mais agradou a todos foi quando Pitt disse que no momento e não daria desgosto para Daué. Afinal de contas foi melhor para todos que as coisas acontecessem desse jeito. Daué não teria futuro com um guerreiro de perna de pau que não tinha dedos no pé direito para firmar o arco nas caçadas e pescarias. Depois ele estava feliz com a felicidade de Daué e também porque eles deram ao filho deles o nome de Diaruí, o que para Pitt era uma honra muito grande e a prova de que se ele estivesse morto o seu nome sempre seria lembrado pelos amigos. (SILVA, 2010, p. 52.)

Para demonstrar este aspecto, os registros fotográficos retirados em pleno período de atividades de implantação da EFMM mostram um perfil de tradição, ainda nítido. Na primeira foto (Fotografia 41) apresentada há uma demonstração da perda de identidade. As duas seguintes (Fotografias 42 e 43) indicam a força destrutiva do ser humano, das características originais de um povo autóctone, em nome do progresso que, mais tarde, pelo abandono atual, mostrou-se altamente desnecessário.

Figura 42



Índios Karipuna com sua característica original

Fonte: Dana Merrill

Figura 43



Índios Karipunas em transporte de canoa típico (casca de árvore) apresentando uma ruptura de sua vestimenta original.

Fonte: Dana Merrill

Figura 44



Índio Karipuna vestido em roupas

Fonte: Dana Merrill

Acima é possível notar por meio da foto de Dana Merrill⁷⁸ o reflexo negativo do contato entre as culturas opostas dos personagens (que também permeiam o romance *Diaruí*), enfatizando as mudanças sofridas pelas comunidades locais da região de Jaci Paraná⁷⁹.

No capítulo intitulado “O Surto da Borracha”, do livro *Fronteira Amazônica*, de John Hemming, há o comentário de que, após as conclusões das obras da Ferrovia do Madeira, havia uma relação de prestação de serviços entre os Karipuna e a EFMM: “[...] sendo que os índios forneciam madeiras retiradas da floresta, para serem negociadas com aquela empresa... (HEMMING, 2009, p. 355.)

Os cortes feitos pelo bisturi europeu vão além da simples amputação de um membro físico, a sua incisão atravessa o modo de vida, suas tradições, e o cotidiano dos Karipuna.

Assim comenta Lévi-Strauss a respeito das mudanças culturais ocorridas entre os Kaingang de São Jerônimo e Tibagi em 1935:

para minha grande decepção, os índios do Tibagi não eram nem inteiramente “índios verdadeiros” nem, muito menos intactos, “selvagens”. Contudo “Se encontrei-os menos intactos do que esperava, iria descobri-los mais secretos do que sua aparência poderia deixar supor. [...] sua cultura constituía um conjunto original cujo estudo, por mais desprovido de pitoresco que fosse, não me colocava, porém, numa escola menos instrutiva que a dos outros índios que eu abordaria posteriormente” (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 144-145).

Sua anestesia cultural modificou o modo de ser das tribos nas margens da estrada de ferro enfraqueceu os laços e as tradições dos autóctones, que eram os verdadeiros senhores da região, daí derivando a invasão do poder político-econômico estrangeiro.

Antônio Cândido procura, por intermédio desse romance, fundir a Literatura local com os acontecimentos relativos à construção da EFMM, enfatizando os momentos que foram destaque na empreitada americana, nas terras do futuro Estado de Rondônia. Com isso é possível demonstrar a importância de se produzir a nossa literatura sem se distanciar da história da região:

Os trilhos da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré já haviam atingido Abunã e, naquele feriado de sete de setembro de 1911, estava sendo inaugurado o terceiro trecho, antes do final da construção, numa extensão de 220 quilômetros.

Era um dia de festa, tanto pela inauguração do trecho quanto por ser o dia da independência do Brasil. Esse era um dos dias sagrados para os

78 Fotografia oficial da EFMM, contratado para fazer os registros imagéticos da construção da linha de ferro na Amazônia rondoniense.

79 Possuía o nome de Generoso Ponce em homenagem ao jornalista e político do Mato Grosso Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, que ingressou como voluntário na Guerra do Paraguai.

americanos, o outro era 4 de julho, dia da independência dos Estados Unidos. Os americanos não entendiam porque os brasileiros não festejavam como eles o dia da Independência do Brasil.

Naquele feriado, as personalidades de Santo Antônio, Porto Velho e da Bolívia embarcaram mais uma vez, agora, com destino a Abunã que ficava no final dos trilhos e assim a pequena máquina 12 puxava o vagão com as autoridades, naquela manhã de sol forte de verão.

Figura 45



Índio Karipuna – pós-operação

Fonte: Dana Merrill

Havia uma expectativa muito grande, por parte da aldeia Karipuna, por conhecer o cotidiano dos estrangeiros, como fora comentado por Diaruí:

Pitt –falou Uca– quando Pitt vai levar Uca para conhecer aldeia do homem branco que você prometeu? [...] Os escolhidos passaram a se preocupar, daí em diante, com os mantimentos, as ubás e tudo o que fosse necessário para a viagem que fariam [...]. Cinco dias depois, Pitt e catorze dos seus companheiros desceram o rio Jaci Paraná com destino ao rio Madeira, pelo qual chegariam até Porto Velho, onde estava sendo construída a grande aldeia do homem branco. (SILVA, 2010, p. 55.)

Na manhã do dia seguinte, os indígenas chegam ao rio Madeira e iniciam a descida do grande rio, transpondo por terra as cachoeiras, empecilhos naturais que a natureza criou a conter a correnteza, em virtude do desnível que existe no seu trajeto.

No segundo dia de viagem, chegaram ao Hospital da Candelária. Pitt reuniu os companheiros e mandou que eles esperassem nas ubás (canoas), enquanto isso ele falaria com o Doutor Lovelace e depois viria buscá-los.

É bastante discutível a existência ou não de um conceito de propriedade privada da terra entre os povos indígenas. Quando se fala da influência do contato é que se observa que estes conceitos são introduzidos na cultura indígena a partir daqueles.

Antes não se observava nestas culturas nenhuma manifestação desses conceitos, que surgem pela influência da história ocidental, a partir do conceito de território, que tem sido marcado pela história dos Estados Nacionais modernos. É inegável que o contato com a sociedade envolvente deflagra irreversivelmente a incorporação de vários elementos culturais desta pelas culturas indígenas. Note-se que consolida-se a dominação consabida do espaço no terreno e, em âmbito maior, o domínio territorial:

Pitt encontrou Doutor Lovelace na varanda do hospital, sentado numa espreguiçadeira, cochilando tranquilamente. Pitt caminhou com cautela por causa do toc-toc da sua perna mecânica, sentou-se no chão e ficou aguardando que o médico acordasse. Pouco depois Jim⁸⁰ sai na varanda e depara com Pitt, sentado e observando o médico que dormia e como a sua emoção foi mais forte, ele esqueceu-se do médico que dormia e foi falando para Pitt:

– My God! Mais é mesmo Mister Pitt? Quanto tempo. Como você está meu amigo?

Doutor Lovelace, com o espanto de Jim, assustou-se também e ficou parado por alguns segundos, esfregou os olhos e abraçou Pitt ao mesmo tempo em que lhe perguntava:

– Pitt voltou para ficar?

– Não Doutor Velêce. Pitt só veio trazer alguns guerreiros para conhecer hospital e também Doutor Velêce e o seu veneno que vence espírito que domina.

– E onde estão esses guerreiros Pitt? – e em tom de brincadeira acrescentou– eu também nunca vi um guerreiro.

– Estão na beira do rio Doutor. Pitt vai buscar guerreiros. (SILVA, 2010, p. 57.)

Antes da colonização e dos contatos forçados, essas populações não necessitavam da existência de limites em suas terras, não existindo sequer uma uniformidade nas relações destes povos com elas, e isso não se deve, como a princípio se cogitou, à questão da mobilidade, do sedentarismo ou da identidade étnica, mas sim existia em função de prevalecerem, lado a lado, diferentes lógicas espaciais entre os povos indígenas, o que consequentemente leva à existência de diversas formas de organização territorial.

⁸⁰ Este personagem parece claramente calcado no *Lord Jim*, de Joseph Conrad, personagem epônimo cujas aventuras ocorrem em paisagens exóticas da Malásia, descrevendo-se povos primitivos, em torno de 1900, data da sua publicação.

Nas sociedades indígenas o regime é o da propriedade comum, exercido de forma diferenciada pelos diversos povos indígenas; na maioria das vezes o acesso às terras se dá através das formas de parentesco.

Para os nativos a propriedade é coletiva, a terra pertence a toda a comunidade, na medida da sua necessidade. A noção de pertencimento a um lugar surge historicamente por processos não só étnicos, mas de relações com o meio onde vivem. O Autor de *Diaruí* explica este procedimento de busca de estabilização, num processo que antecipava o desdobramento da EFMM, várias vezes finada e uma e outra vez renascida.

Na aldeia dos Karipuna tudo estava em paz. Os índios construiriam uma nova oca e se preparavam para, no dia seguinte, cortarem a madeira necessária para a construção.

– Pitt – falou Ura-í– você também vai para o corte de madeira?

– Não sei ainda. Afinal de contas eu não posso ajudar em muita coisa.

– Toda ajuda é necessária e bem-vinda Pitt. Quem não pode muito ajuda pouco. Tudo é importante, até mesmo o trabalho dos curumins.

– Pitt sabe disso Ura-í, é que Pitt foi criado para ajudar muito, mas Pitt vai porque é melhor que ficar na aldeia como índia velha. (SILVA, 2010, p. 59).

Cada povo indígena possui um modo próprio de organizar as suas relações sociais, políticas e econômicas –as internas ao povo e aquelas com outros povos com os quais mantém contato. Em geral, a base da organização social de um povo indígena é a família extensa, entendida como uma unidade social articulada em torno de um patriarca ou de uma matriarca por meio de relações de parentesco ou afinidade política ou econômica. São denominadas famílias extensas por aglutinarem um número de pessoas e de famílias muito maior que uma família tradicional europeia. O nosso norte antropológico ainda é, uma e outra vez, o Velho Continente.

Uma família extensa indígena geralmente reúne a família do patriarca ou da matriarca, as famílias dos filhos, dos genros, das noras, dos cunhados e outras famílias afins que se filiam à grande família por interesses específicos.

Na rede de tucum Daué dormia sobre o peito de Pitt, estremecendo levemente, quando os trovões ecoavam na floresta. Pitt, acordado, pensava em como tudo poderia ter sido diferente se aquela cobra não tivesse colocado na sua perna o veneno do espírito que domina. Agora ele seria marido de Daué e não precisaria dos favores de Ura-í. Ele seria feliz, seria um guerreiro e correria pela mata à procura de caça que serviria para a alimentação de Daué e de seus filhos.

Pitt não tinha filhos. Ele tinha medo que seus filhos nascessem com o defeito que tinha. Pitt acabaria no dia em que ele morresse. O nome que o Doutor Lovelace lhe dera não teria futuro porque não foi dado a Diaruí e sim, a um pedaço de Diaruí que não podia correr, não podia caçar e não podia tocar a onça. (SILVA, 2010, p. 62.)

A partir do contato, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional.

O Doutor até que teve muito boa vontade em lhe dar aquela perna de ferro e pau com que conseguia andar, mas não era a mesma coisa, era uma perna que não tinha espírito, que não coçava no dedão do pé e não doía quando ele se separava.

Era como Pitt no meio do seu povo: uma perna de pau que não fazia falta. Pitt sabia que seus amigos o convidavam para pescar, andar ou ajudar a fazer alguma coisa, unicamente pela amizade que tinham por ele e não porque ele fosse necessário. (SILVA, 2010, p. 76.)

São essas relações de parentesco e as alianças que dinamizam e organizam as festas, as cerimônias, os rituais, as pescas ou as caças coletivas, os trabalhos conjuntos de roça e a produção, o consumo e a distribuição de bens e serviços, principalmente de alimentos.

Pitt acordou cedo e, embora Daué já houvesse levantado, ele ainda sentia o calor do seu corpo e o seu cheiro na rede de tucum. Pitt esfregou os olhos e olhou em volta, verificando que quase todos permaneciam ainda nas redes. Não havia razão para se preocuparem, pois havia carne de caça, peixe e farinha para se alimentarem, por isso, não havia nada mais proveitoso do que ficar deitado jogando conversa fora. (SILVA, 2010, p. 77.)

São as relações de alianças e de inimizades que constituem o equilíbrio social dos grupos e dos povos, uma espécie de contrato social. Sem elas, o mundo indígena seria um caos, ou melhor, o mundo da lei do mais forte.

– É pessoal! hoje não dá para trabalho no mato, tudo molhado, muito perigoso.

– Ura-í está certo! — concordou rapidamente Ucá, justificando assim a preguiça que tomou conta do seu corpo e a vontade de continuar deitado.

– É Ucá, aproveita. Amanhã vai ter trabalho dobrado — falou Ura-í — não esqueça que inverno está chegando e oca nova deve logo ficar pronta. Chuva ontem à noite foi só aviso que inverno vai ser forte este ano.

– Ucá sabe. Em dois dias madeira será cortada. Antes de inverno chegar, oca fica pronta.

Ura-í continuou na porta da oca ainda por alguns instantes, enquanto alguns índios saíram para pescar. Ura-í entrou, apanhou seu arco e algumas flechas e tomou o caminho em direção a mata, na esperança de encontrar uma cotia, pois elas costumam sair àquela hora, principalmente, depois de uma chuva, e ele já havia visto algumas cruzando o caminho que leva à mata, para descer o barranco em direção ao rio. Como ele marcara o lugar, agora era só se esconder, esperar a hora certa e, com certeza, jantar carne fresca antes de dormir. Ura-í, que era considerado um dos melhores caçadores da aldeia, sabia o que estava fazendo. Escondeu-se por trás de uma moita, preparou seu arco, a flecha, e ficou esperando o momento certo de atacar.

Não demorou muito e a cotia apareceu. Ura-í puxou a flecha com a corda do arco e disparou a seta que acertou o animal com precisão absoluta. Ura-í apanhou a presa e, mais à frente, preparou nova tocaia e outra cotia foi apanhada devido à perícia do nosso caçador.

Chegou à aldeia antes de a noite cair. Daué limpou os animais que depois de assados foram saboreados com os peixes que haviam sido pescados pelo pessoal da aldeia (SILVA, 2010, p. 78).

De forma sucinta podemos afirmar que a base da complexa organização social indígena está centrada nas relações de parentesco e nas alianças políticas e econômicas que cada povo ou grupo familiar estabelece. Os grupos de parentesco e de aliados formam potencial e concretamente os grupos, numa organização que constitui verdadeiros grupos de produção de bens e serviços. A distribuição e o consumo de bens são orientados a partir de tais grupos. De modo similar, Antônio Cândido deixa transparente a interpretação daquela organização, que caminhava para uma penetração exógena, e, não obstante a rotina rígida e de aparente tranquilidade, no que significasse a manutenção da colheita, da safra, do resultado da tarefa bem distribuída e bem feita, mas que não resultaria em maior empenho em resistir ao invasor, forçando rendição de fato:

O sol forte da manhã veio encontrar os homens da aldeia já despertos e ultimando os preparativos para tarefa que há dois dias haviam planejado. O local do trabalho seria na antiga aldeia da foz do rio Formoso, cuja oca precisava ser refeita com urgência. Seguiram contentes porque os dois mensageiros, enviados dias antes para avaliar o local, chegaram com a boa notícia de que as roças que eles plantaram na última vez que lá estiveram se encontravam viçosas e no ponto de colher. (SILVA, 2010, p. 79.)

A organização indígena, a forma pela qual uma comunidade ou povo indígena organiza os seus trabalhos, a sua luta e a sua vida coletiva é uma necessidade cultural e obrigatória, dada a natureza da coisa; e, uma vez que a convivência só é possível com um mínimo de ordenação interna em que haja definição de objetivos, de metas, de estratégias e de ações a serem desenvolvidas coletivamente, além da distribuição de tarefas e responsabilidades, a descrição envolve o nosso protagonista:

Chegaram ao local pelo meio da tarde e se acomodaram no espaço que restava da antiga oca, as mulheres começaram a preparar a refeição que seria a única daquele dia, [...] Seguiu Ura-í e, na mata, em meio a alegria daqueles que trabalhavam, Pitt ajudava podando os galhos de uma árvore já derrubada, quando, rapidamente, uma grande acariquara que estava sendo cortada veio em sua direção. Pitt tentou correr mais foi traído pela perna mecânica. Caiu, e a sua perna esquerda foi esfaqueada pelo peso da árvore que caiu sobre ela, não dando tempo para que Ura-í ou os outros pudessem fazer coisa alguma. Tiraram a árvore caída sobre Pitt, embarcaram com ele na ubá e desceram o rio com destino a Porto Velho (SILVA, 2010, p. 81).

Os povos indígenas do Brasil possuem uma longa história que se estende por muitos milhares de anos antes da conquista portuguesa, o que faz com que eles tenham um conhecimento genuíno de sua realidade, o que lhes possibilitou viverem e desenvolverem civilizações milenares equivalentes a qualquer outra civilização humana. Os saberes indígenas respondem às suas necessidades e desejos.

As suas crenças, valores, tecnologias etc. provêm de um conhecimento comunitário prático e profundo, gerado a partir de milhares de anos de observações e experiências empíricas que são compartilhadas e orientadas para garantir a manutenção de um modo de vida específico.

Esta constatação é importante para desconstruir a ideia preconceituosa de que os índios são incapazes de assegurar a sua própria sobrevivência e, por isso, precisam dos brancos para ensiná-los a viver. É óbvio que os conhecimentos científicos e tecnológicos da sociedade moderna são importantes e desejáveis para aperfeiçoar as condições de vida, como é o desejo de toda a sociedade humana. Sobe à tona o sentimento da perda daquela pessoa com quem se tinham acostumado os moradores e trabalhadores do Campo da Candelária:

No hospital da Candelária a consternação foi geral quando médicos e enfermeiros receberam Pitt, com a perna totalmente esfaqueada, tendo ao lado a velha perna mecânica trazida por Ura-í, embora torta por causa do acidente.

Doutor Lovelace mais uma vez cumpriu o dever, amputando, agora, a perna esquerda de Pitt. Foi com tristeza que executou esta tarefa porque antes Pitt era apenas um índio que tinha a perna necrosada, agora não, ali diante dele estava acima de tudo o amigo Pitt. Um personagem importante através do qual os americanos fizeram com os Karipunas um tratado onde não existiu papel nem assinaturas, um tratado de respeito mútuo e de cordialidade que permitiu aos construtores atravessarem a região por eles considerada de grande risco, sem nenhum problema, apesar das histórias que contavam de que os Karipuna eram até canibais. (SILVA, 2010, p. 82.)

O estado de saúde e doença para os povos indígenas, em seu principal aspecto, é o resultado do tipo de relação individual e coletiva que se estabelece com as demais pessoas e com a natureza. Para os povos indígenas existem duas maneiras de se contrair doença: por provocação de pessoas e da natureza. Isto é muito importante, porque para os povos indígenas não existe doença natural, biológica ou hereditária. Ela é sempre adquirida, provocada e merecida moral e espiritualmente, sem questionamento das causas pessoais:

- É, Jim –falou Thifany– o raio caiu pela segunda vez no mesmo lugar.
- Você tem razão. É muita falta de sorte do nosso amigo Pitt.

– O importante –acrescentou o Doutor Lovelace– é que ele continua vivo e, mais uma vez, nós estamos aqui para ajudá-lo. Temos que conversar muito com ele, quando acordar, para que aceite a situação sem cometer nenhuma besteira. Não sabemos qual vai ser a sua reação quando souber que não vai poder andar como antes, ainda que com o auxílio da prótese.

– O Senhor tem toda razão Doutor –falou Jim– mas pode contar conosco que nos empenharemos para que ele venha a sentir-se bem, afinal de contas ele também é nosso amigo. (SILVA, 2010, p. 82).

A doença, portanto, tem sua origem na natureza, seja como uma reação dela mesma ou quando é provocada ou manipulada pelos homens. Neste último caso, enquadra-se o papel do pajé como profundo conhecedor dos segredos e das capacidades da natureza. Como tal, o pajé é uma espécie de intermediário entre os seres naturais e os sobrenaturais, desde a criação do mundo, quando os seres humanos e os não-humanos violaram as primeiras regras de uma natureza da qual eles faziam parte, por se comportarem de forma distinta ou tentarem ser superiores a ela.

O convívio existia, porém, numa esfera diferente da tribal Karipuna, o pajé fora substituído mais uma vez pelo “pajé branco”, que lhe dosara novamente a química não natural como em sua aldeia.

Aquela foi a noite mais longa para Ura-í, Aron-gá e Ucá, os amigos de Pitt, que ficaram [...] e apreensivos quanto ao estado de saúde do amigo Pitt.

O Doutor Lovelace encontrou Pitt naquela manhã, já desperto e com o olhar vagando pelos cantos do quarto, como se procurasse pela razão de estar ali. Estava ainda sob o efeito dos analgésicos, meio sonolento e ainda alheio ao que se passava em sua volta.

[...] despertou de vez para a realidade e indignado perguntou ao médico:

– Por que Doutor Velêce não deixou Pitt morrer? Por quê?

– Pitt, meu amigo, Doutor existe porque estudou, aprendeu muito para não deixar as pessoas morrerem sem que ele faça alguma coisa para salvá-la. No entanto, eu sei como você se sente.

– Não –interrompeu Pitt– Doutor não sabe o que Pitt pensa. Doutor só sabe curar, mas não sabe como sente guerreiro que fica sem pernas. Se Pitt tivesse perdido pernas na guerra até que era bom. Não assim, como se Pitt fosse índio amaldiçoado e perseguido pelos espíritos. (SILVA, 2010, p. 83-84.)

Sendo assim, os indígenas mais velhos parecem ter a prioridade na enunciação, pois são mais “sabidos”. Esta expressão, aparentemente ingênua, de pobre significado no português, é a tradução de uma série de argumentos que valorizam globalmente “o modo de ser” indígena (GALLOIS, 2000, p. 214). Além disso, são os antigos, também, considerados os “sábios” da comunidade. A sabedoria indígena vai além da acumulação de conhecimento, residindo na experiência necessária para sempre buscá-lo, semeá-lo e reparti-lo, de acordo com a ciência da mata.

Antônio Cândido nos apresenta a busca de Diaruí para compreender os fatos que ocorreram através da “cosmologia sagrada” ensinada na tribo Karipuna:

Pitt acordou no início da tarde, almoçou e ficou pensando no que fazer da sua vida. Lembrou das palavras de Akauy a índia velha ou Tibi, que contava as histórias do seu povo, para Pitt e os curumins do seu tempo e ficou lembrando-se de quando ela falava do equilíbrio que devia ter o seu povo com as coisas da natureza. Falava que o índio fazia parte da terra, das matas, dos rios e dos animais e, portanto, devia viver em harmonia com todos eles. Que existia um ser muito bom que criou a natureza e gostava de tudo que Ele havia criado por isso, o índio não devia ter medo de nas suas caminhadas deitar no chão e dormir na mata quando a noite chegasse, pois ele estava apenas integrando-se à natureza da qual ele fazia parte. (SILVA, 2010, 85).
 [...] Uma coisa intrigava Pitt: Se o Ser bom era tão bom como dizia a Tibi Akauy, por que ele deixou que Pitt perdesse as pernas? Ele devia saber que Pitt ia ser um guerreiro e não existe guerreiro sem pernas. Será que Pitt não vivia em equilíbrio com a natureza para merecer a vida que estava levando? Será que o tal diabo estava usando Pitt para contrariar o Ser bom? Porque o Ser bom deixou que isso acontecesse?
 [...] se ele estivesse na aldeia ele perguntaria para o índio velho que sabe todas as histórias do seu povo e é muito respeitado por todos da aldeia. (SILVA, 2010, p. 86).

Para os tupi-guarani a imagem da morte ideal era a da morte ritual, concedida aos prisioneiros capturados na guerra. Nas aldeias, estes eram ornamentados e exibidos como “troféus”, gozando de privilégios e liberdade até a realização do ritual. Não fugiam por duas razões fundamentais: não queriam ser considerados covardes e essa era a morte ideal, almejada por todos.

“Ela era a consagração máxima do guerreiro, coroando com êxito os feitos e as qualidades da vítima” (KOK, 2001, p.22). Era ela também que permitia a continuidade do social, que estabelecia as relações, centradas na vingança, posto que a tribo do prisioneiro vingaria a sua morte e assim sucessivamente.

Vítima e matador expunham publicamente os valores guerreiros: para a vítima, era-lhe dada a possibilidade de ascender à morada dos antepassados depois de sua morte; para o matador, abria-se a oportunidade de vingar os antepassados mortos e adquirir um novo status na sua aldeia. Desse modo, a morte do prisioneiro perpetuava a promessa de vingança por parte da comunidade da vítima ao mesmo tempo em que acionava a memória dos antepassados para aqueles que se vingavam (KOK, 2001, p. 23-24).

Diaruí possuía uma concepção tribal de guerreiro Karipuna, queria uma morte digna da sua posição dentro da coletividade, que a sua condição física o impediria de trilhar no seu contexto tribal, ou seja, caçador, pescador, defensor da comunidade sem os membros inferiores para tal empreitada.

– Boa tarde Mister Pitt! – falou Thifany sorrindo para o enfermo– como Pitt está se sentindo?

– Pitt está muito triste dona Tifani. Melhor se Pitt tivesse morrido. Viver sem perna não é vida para índio. Pitt cresceu correndo pelo mato, nadando nos rios, caçando, pescando. E agora Pitt pode fazer isso? Não, Pitt não pode mais fazer nada. Índio, dona Tifani, aprende que não pode esperar que os outros façam as coisas pra ele desde pequeno, se anda no mato com o pai e índio pequeno cai, o pai não ajuda, ele tem que se levantar sozinho e seguir em frente. Por isso mãe índia abandona filho que nasce torto ou doente, porque quando ele crescer ele não pode depender de ninguém para viver.

Pitt fez uma pausa, observou Thifany que silenciosa o escutava e prosseguiu:

– Agora Pitt pergunta: Como é, dona Tifani, que Pitt vai poder viver no meio do seu povo? Pitt não pode aceitar que outros façam as coisas para ele. Pitt, mais uma vez, vai ser abandonado pelo seu povo. Só que Pitt vai pedir para não ser abandonado onde o homem branco possa encontrar Pitt, assim, Pitt vai poder morrer em paz.

[...] Pitt não pode ser como apuizeiro que vive chupando a vida das árvores. Pitt tem que fazer as coisas para ter direito de comer, de vestir e de dormir. Não pode ser peso para o seu povo (SILVA, 2010, 95).

Grupos Aruaque⁸¹ costumam abandonar seus mortos em uma clareira, jogá-los no rio ou queimá-los; os doentes que não têm chance de cura são abandonados e após uma morte abandonam a aldeia (Mendonça, 1991).

Também os Urubu Kaapor⁸², descritos por Darcy Ribeiro (1996), abandonam a pessoa que morre de doença contagiosa, deixando para trás a própria aldeia e enfiando-se no mato. Para eles o mal está instalado na aldeia, nas casas e nas roças, pois veem a doença como uma entidade mística que tem de ser evitada e até enganada, que os persegue pessoalmente e da qual se pode esconder. Do mesmo modo, se alguém vier a morrer fora da aldeia, lá é abandonado o corpo:

cavam um buraco comprido, fundo, em que possa caber a rede. Fincam dois paus no fundo e neles atam a rede com o defunto. Por cima, sem tocar no cadáver, fazem uma armação de paus que cobrem de folhas e, depois, a enterram até o nível do chão” (RIBEIRO, 1996, p. 121).

81 Os povos aruaques viviam da agricultura (eram conhecidos como típicos agricultores^[1]), da caça, da pesca e da coleta de produtos da floresta. O termo "aruaque" significa "comedor de farinha", denunciando que a base de sua alimentação era a farinha de mandioca, a qual era assada para se fazer pão. A mandioca, assim como o mamão, o abacaxi, o abacate, o chuchu, a acerola, a batata-doce, o cará, o algodão, o tabaco, diferentes variedades de pimenta, pimenta-da-jamaica, abóbora, feijão, milho, fruta-de-conde, girassol e graviola, era plantada em montes de terra da altura de um homem conhecidos como conuco.

82 Os Kaapor surgiram como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Talvez por causa de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e com outros povos nativos, iniciaram uma longa e lenta migração que os levou, nos idos de 1870, do Pará, através do rio Gurupí, ao Maranhão. Colonizadores brasileiros que atacaram e aniquilaram aldeias Kaapor, por volta de 1900, ficaram surpresos ao descobrirem esplêndidos cocares de penas coloridas dentro de pequenos baús de cedro, que os sobreviventes, em fuga, teriam deixado para trás. Quando as autoridades brasileiras tentaram "pacificá-los" pela primeira vez, em 1911, os Kaapor, como os Nambiquara no Mato Grosso, eram considerados um dos povos nativos mais hostis no país. Tal pacificação, tanto dos Kaapor quanto dos karaí (não índios), ocorreu em 1928 e durou por quase 70 anos. Recentes invasões da terra dos Kaapor pelos Karaí, entretanto, ocasionaram novas hostilidades e estão colocando a sobrevivência étnica dos Kaapor novamente em risco.

Um certo tipo de abandono acontecia quando os Araweté⁸³ se dispersavam, saíam de suas aldeias quando alguém morria, pois era para elas que voltava uma parte do espírito do morto.

Mister “Pitt”, assim como era tratado Diaruí pelos estrangeiros nos campos da Candelária, tinha que se adaptar mais uma vez a nova realidade imposta pelo destino. Após a fase de recuperação da cirurgia ortopédica e o manuseio das muletas ou cadeira de roda –agora suas pernas– o ex guerreiro Karipuna fazia parte de uma comunidade exógena e produzia seu próprio sustento executando tarefas pré-definidas pelos responsáveis pelo Hospital da Candelária:

Com a prótese consertada, ora usava o par de muletas ora a cadeira de rodas, assim Pitt se movimentava pelo hospital com dificuldade, mas ele, realmente, era um guerreiro e isso lhe foi incutido na memória pelos médicos e enfermeiros do hospital que, diariamente, mostravam-lhe que guerreiro é aquele que luta por alguma coisa e que ele, agora, tinha outro motivo para ser guerreiro: mostrar que poderia ser útil. Pitt aprendeu, com rapidez, a manusear os ingredientes e a encher as cápsulas de quinino, largamente usadas em Porto Velho, Santo Antônio e nos acampamentos onde os cassacos, pessoal que cuidava da manutenção da linha nos acampamentos ao longo da ferrovia, executavam o seu trabalho. Pitt encontrara finalmente uma maneira de ganhar o próprio sustento, sem depender da compaixão dos outros e, portanto, esquecendo de vez aquela ideia de ser abandonado no mato para morrer dignamente. Com o tempo, Pitt voltou a ser feliz, dentro das suas limitações, porque era querido por todos e retribuía sempre com um sorriso, embora carregado de tristeza, os favores recebidos de quem quer que fosse. (SILVA, 2010, p. 96).

O guerreiro Diaruí já não possuía as forças do guerreiro da selva do Jaci Paraná, morrera no isolamento do Hospital da Candelária, mesmo com a força da química que não vinha da floresta, não foi possível mantê-lo vivo e chegara o fim do guerreiro Karipuna. O romance de Antônio Cândido tem seu lado de representatividade quanto ao fim dos índios da região com o avanço do progresso, e a morte de Diaruí deixa evidente a intenção do autor.

Certo dia, Ura-í, Aron-gá, Ucá, Baté e Daué, chegavam ao hospital para visitar Pitt, a pedido do Doutor Lovelace que fez questão de levá-los até o isolamento onde os amigos não puderam entrar. Trouxeram Pitt na cadeira de rodas e, parado à porta, pode conversar com os amigos que por recomendação do médico ficaram a uma distância segura. Baté e Daué choraram ao ver o estado lastimável do amigo que um dia, jovem e forte, sonhara ardentemente em ser guerreiro.

83 Os Araweté são um povo tupi-guarani de caçadores e agricultores da floresta de terra firme. "Estamos no meio", dizem os Araweté da humanidade. Habitamos a terra, este patamar intermediário entre os dois céus e o mundo subterrâneo, povoados pelos deuses que se exilaram no começo dos tempos. Os Araweté dizem viver agora "na beira da terra": sua tradição fala de sucessivos deslocamentos a partir de algum lugar a leste (o centro da terra), sempre em fuga diante de inimigos mais poderosos. Toda sua longa história de guerras, mortes e fugas, e a catástrofe demográfica do "contato", se não se apagam da memória araweté, nunca chegaram a diminuir seu ímpeto vital e alegria.

Duas semanas depois morreu cercado pelos médicos e enfermeiros, gente estranha que não sabia, sequer, preparar o ritual da sua passagem para o mundo dos espíritos. Pitt, que passara a vida sorrindo a sua tristeza, estava feliz. Sonhava, no seu último sonho, com os tempos de criança, correndo livre pela floresta da aldeia e mergulhando nos rios ao lado de Ura-í, Aron-gá, Uca, Baté e Daué. Daué... pensando em Daué, Pitt respirou pela última vez e os seus olhos lacrimejaram por causa da tristeza e da saudade. (SILVA, 2010, p. 97.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Pesquisa, tomamos a Literatura escrita em Porto Velho e voltada ao grande público do Estado de Rondônia como obra orientada a recobrir um vazio histórico-literário da região amazônica, na confluência com o centro-sul do País. Escolher um autor não é o primordial para este tipo de trabalho, mas optamos pela obra do escritor Antônio Cândido da Silva porque, sendo de origem amazonense, escreve por igual sobre os assuntos regionais locais do Estado de Rondônia, dado que tem a Amazônia por território cultural unificado. Buscamos as linhas literárias interpretativas passíveis de traçar paralelo interpretativo com a EFMM, com a história do índio Diaruí, para pesquisar as circunstâncias culturais de um e de outro “personagem”, embora não de forma definitiva, pois é possível expandir a Pesquisa a outros contextos verificados tanto no romance como na História real.

Ao discorrer sobre literatura que aborda uma temática histórica do Brasil Norte é preciso transitar pelas produções da época da colonização, na qual as primeiras linhas da História do índio brasileiro são escritas pelas mãos dos exploradores, tanto a cultura e costumes tribais eram vistos pelo prisma do estranho. Autores como Pero Vaz de Caminha os descrevem pelo seu olhar civilizatório, criticando o modo de vida da população americana nativa.

Partindo da premissa de que a Literatura, em muitas ocasiões, se desdobra sobre acontecimentos históricos, e é construída em um momento histórico, o presente Estudo procurou evidenciar algumas relações entre História e Literatura. Não é raro que se entrelaçam ambas as disciplinas nas narrativas de época, como o Quinhentismo brasileiro, que aborda momentos históricos, podendo fazê-lo de maneira mais próxima dos dados históricos confirmados, como as primeiras histórias narradas da “Literatura sobre o Brasil”, que tem como representantes as narrativas de ultramar do período colonial, quando tratam da chegada dos portugueses, assim como da descrição da flora e da fauna da terra e dos costumes dos povos que a habitavam.

Fizemos mais do que entrecruzar História e Literatura, ao tratar das leituras específicas da História e da Literatura em separado e observá-las como leituras de Literatura como sendo História de desta como sendo Literatura. Isso não as torna comuns, nem as torna cara e coroa da mesma moeda, mas podem muito bem ser empregadas uma pela outra na consolidação da memória coletiva de determinado

recorte da Sociedade, tornando a Cultura de um povo ou de uma nação como um bloco monovalente, resultante das leituras histórico-literárias possíveis pela junção das diversas faces desta construção autoral.

Como exemplo, verifica-se em toda parte, como no Romantismo de José de Alencar, o emprego de indígenas, fortes e representativos da raça toda do Brasil primitivo, como nas figuras de Ubirajara e de Iracema, personagens em tudo bem diferentes do Diaruí de Antônio Cândido da Silva, representante emblemático de um território explorado, amputado e sem futuro, incorporado ao invasor interessado nos bens vegetais do local. Mais próximo e também mais distante. Noutros aspectos, o modernista Jorge Amado, com a sua *Gabriela Cravo e Canela*, por exemplo, reflete aspectos psicológicos mais profundos, portanto muito diferentes do efeito que desejava produzir o autor de *Diaruí*.

Se a Literatura é vinculada à História ao menos desde a *Iliada* e a *Odisseia*, sendo as guerras de Troia só recentemente confirmadas, romances como *Dom Quixote* poderiam muito bem estar mais próximos da realidade ao menos como chave interpretativa daquela realidade. Nada menos se pode esperar de uma Literatura Contemporânea, que saiu do Romantismo evocador de um espírito evanescente, mas fundado numa criatura real, autóctone clássica, para um Realismo, Naturalismo, Modernismo, com o Simbolismo, o Pré-Modernismo... cada qual remodelando a configuração antiga sem deixar de se desdobrar sobre a criatura real, que na contemporaneidade é a urbe que se fotografa nas imagens que lhe deram fundamento. Isto é Literatura.

Observa-se que a produção do texto histórico também passou a ser interpretado em certa medida por meio das linhas literárias, por sua vez, como no exemplo que será mais adiante abordado na obra *Diaruí* de Antônio Cândido da Silva, e que atualmente serve de fonte para análise da saga dos próprios índios Karipuna e da expropriação do seu território, assim como serve de base para pesquisas concretas para os historiadores, etnólogos, antropólogos –e agora filólogos, estudiosos da Cultura como um todo.

Para o segundo momento desta Pesquisa buscaram-se analisar alguns autores da Literatura Regional de Rondônia; e fora escolhido primeiramente um dos tradicionais escritores críticos da construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, Foot Hardman, Professor livre-docente na área de “Literatura e Outras Produções Culturais” do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da

Universidade Estadual de Campinas, dado o valor e o peso qualificado do seu livro *O Trem Fantasma*, no qual analisa o que pensa ser a vitória do capital internacional na região amazônica. Mais adiante, observaram-se alguns trechos escritos pela autora Yedda Borzacov, cujos textos alcançam diferentes época da História Local em seus variados contextos, dentre os quais temas, foi abordado o tempo de atuação do Hospital da EFMM e a sua operação derivada da vinda dos trabalhadores originários da América Central, principalmente, para servir de força de trabalho ao longo linha férrea. Ficam em aberto as citações de outros autores para esta seção, pois bons escritos sobre a história desta localidade portovelhense ainda não foram explorados.

Um dos pontos centrais deste Texto é devedor do Hospital da Candelária, palco que vai servir ao enredo para ressaltar um dos primeiros contatos mais aprofundados socialmente falando, entre os Karipuna e as diversas nacionalidades que foram encarregadas de “produzir” a estrada de ferro, atravessando o território rondoniense (então pertencente a Amazonas e a Mato Grosso), indo até a fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Os trabalhos de pesquisa sobre o centro médico da EFMM deixam muitas lacunas e, é claro, como parte da pesquisa, conseguiram-se alguns dados novos ou ainda não expostos para o conhecimento da Sociedade. Porém, há-de se observar que determinados dados são posse de particulares que precisam ser abertos ao público, pelo menos no nível regional. Aquele local de cura de doenças serviu para acomodar muitas mais pessoas acometidas de endemias ou epidemias tropicais do que se poderia mensurar corretamente, sendo considerado para aquele momento histórico como o mais adequado e moderno complexo centro médico na Amazônia. Curaram-se muitos dos que precisaram dos seus serviços, mas outros ficaram sob o solo do Cemitério da Candelária.

No quesito Doenças da Amazônia típicas do entorno do rio Madeira, descrevemos enfermidades tropicais que se posicionaram de forma contrária à invasão de projetos de construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré (EFMM). Com um contingente de trabalhadores expostos aos efeitos climáticos e às suas variações, além de haver anófeles originários de região com clima tropical, formou-se assim o palco propício à propagação da malária e de outras doenças, sendo estas um fator de impedimento do avanço dos trabalhos e da baixa qualidade de vida dos trabalhadores da Empresa construtora.

No período de trabalhos da medicina no Hospital da Candelária, os seus profissionais de saúde expediram alguns relatórios, dando conta da necessidade de se

tomar as providências de cura e de prevenção de doenças diante do grande número de baixas nas frentes de serviços, onerando ainda mais os cofres da EFMM, para contratar mais mão de obra. Dentre os médicos que questionaram algumas medidas e proporiām outras, destacamos o Dr. H. P. Belt, o Dr. Carl Lovelace e o Dr. Oswaldo Cruz.

Sobre a legislação para os autóctones brasileiros tem-se um vasto caminho a ser percorrido, mas optou-se por mencionar algumas fases que compreendem as primeiras normas emanadas da Coroa portuguesa para o controle e para o domínio dos nativos até a Constituição Federal contemporânea de 1988, que, com a sua articulação baseada em Direitos Humanos, pouco a pouco tenta alcançar os reais proprietários deste País para protegê-los. Cabe ressaltar a abordagem das origens do povo Karipuna de Rondônia, tentando resgatar através da pesquisa sobre qual a trajetória feita por aquela tribo até chegar às águas do rio Madeira, como citado acima: nem todos os dados estão completos; estes são somente umas das poucas informações colhidas em pesquisas literárias para o assunto.

Reservamos para este item nesta Dissertação as normas legislativas pertinentes ao elemento Indígena, que de forma compulsória esteve e está regido pelas leis dos não-nativos. Desde as bulas papais, passando por decretos e diretórios, alcançando atualmente dentro de uma perspectiva republicana, os índios do Brasil como um agrupamento único, são objetos de exploração e de proteção nas linhas jurídicas do que se chame o Estado Brasileiro. Ora, a eles são dados alguns benefícios (poucos), que em outros momentos lhes são retirados. Partimos então a fazer algumas leituras com relação aos atores que fizeram estudos relacionados com as comunidades indígenas pelos sertões brasileiros. Inúmeros são os estudiosos que se debruçaram sobre a questão indígena, mas nos reservamos a comentar sobre dois grandes ícones na História do Brasil: Cândido Mariano da Silva Rondon e Darcy Ribeiro. Eles ajudaram a dar o contorno e a definição mais aproximada possível do que seria o protagonista Diaruí, por um lado, e o índio mesmo Diaruí, por outro, num jogo de espelhos que reforça a imagem da personagem como chave interpretativa da História da EFMM no Estado de Rondônia.

A abordagem do livro *Diaruí* vai nos aproximar um pouco mais dos relatos e das imagens da presença de um índio Karipuna no convívio de uma rica comunidade, em diversidade étnica e cultural nas proximidades dos campos da Candelária. Buscamos analisar os primeiros contatos desta tribo com os membros expedicionários de projetos (governamentais ou não) para alcançar com “desenvolvimento” o Noroeste Brasileiro,

em especial as terras do futuro Estado de Rondônia. Nos relatórios há a exposição de fatos que comentam a presença dos Karipuna na região encachoeirada do rio Madeira, seu modo de se vestir e ornamentar o corpo. Era uma verdade concreta e positivada.

Em algumas linhas de *Diaruí*, o romancista apresenta de forma histórica as relações interpessoais no âmbito médico quando o índio é submetido a uma cirurgia ortopédica e se expressa em diálogos claros após ser operado pela equipe médica do Hospital da Candelária: questiona sobre o tratamento a ele submetido, e explica que o processo do efeito da anestesia lhe incomodava; posicionou-se de forma crítica e analógica por ser levado ao mundo dos mortos e haver voltado; a sua alimentação não fazia mais parte da sua cultura e assim os “pajés brancos” possuíam uma técnica de cura que os seus próprios pajés ainda não conheciam.

Há uma certa lógica para se entender o choque cultural entre os nativos da região do Jaci, em especial, com uma gama de fatores externos diferentes de suas tradições dentro do universo tribal Karipuna. Seja como for, dois personagens centrais, a Estrada de Ferro Madeira–Mamoré e o índio Diaruí, duas disciplinas auxiliares deste Estudo nucleado numa perspectiva político-cultural, ou seja, a Literatura da Amazônia e a História de Rondônia, concedem objeto e método à Filologia Política, para desfilarmos um modo de afirmar que a participação dos índios Karipuna foi importante na dinâmica da colonização amazônica.

O romance *Diaruí*, do amazonense Antônio Cândido da Silva, e as suas relações com trabalhadores no contexto do Hospital da Candelária, expressou qual o centro das necessidades da *Madeira–Mamoré Railway Company*, para chegar à construção da “Ferrovia do Diabo”, na antiga Província do Amazonas, na sua confluência com a então Província do Mato Grosso. Nota-se que o romance em tela ressalta como se deu a participação dos componentes tribais no contexto cultural do encontro com os trabalhadores chegados do exterior do País, sejam os dirigentes do Projeto da construção da Estrada de Ferro, sejam outros estrangeiros, mesmo brasileiro do Sul do País, em diversas etapas, sobretudo quando o trabalho médico exigia a presença desses profissionais.

A obra retoma o início do estabelecimento dos alicerces da construção da linha férrea, em 1905, cujo contorno das cachoeiras do rio Madeira foi finalizado em 1912, até o momento da morte do protagonista. Verificou-se ser possível utilizar referentes literários locais como base para o estudo da História de Rondônia. O romance *Diaruí*

confronta a realidade dos dados da História local com uma perspectiva cultural atualizada dos assuntos abordados.

Do mesmo modo como cruzamos os dados históricos e romanescos, fundados em realidades possíveis, baseadas ainda em fotografias de época, com as suas descrições, também ao autor coube essa iniciativa primeira. Verificou-se como a centralidade do personagem epônimo Diaruí permitiu nos dias de hoje traçar-se um paralelo com a proposta modernista, como a de outros indígenas famosos na literatura brasileira, como foram Ubirajara e Iracema (nos romances de mesmo nome), dotando o espaço histórico do Estado de Rondônia de um protagonista orientado tanto para um mundo indígena em destruição como para um mundo novo em construção –mas que nunca chegou a ser acabado totalmente.

Empregar autores e autoras que trataram do processo de ocupação territorial do futuro Estado de Rondônia facilitou visualizar a presença indígena nas diversas fases de Construção da Estrada de Ferro, estabelecida na região do entorno do rio Madeira. O presente Trabalho, dotado de uma metodologia político-cultural, empregou por outro lado técnicas cronológicas, dada a farta pesquisa histórico-bibliográfica, sendo exemplo algumas edições antigas do jornal *Alto Madeira*, assim como fotografias de Dana Merrill, e arquivos do Ministério Público Estadual, e até mesmo materiais do site da Universidad de Buenos Aires, assim como em outros textos do autor do *Diaruí*, obra contemporânea nossa, como se sabe, da autoria do professor de Letras Antônio Cândido da Silva.

Assim, ainda que existam outros e outras, a História de Rondônia conta com quatro bons referenciais, no que diz respeito à época e paisagem da construção da EFMM: Henry Major Tomlinson, Yêdda Pinheiro Borzacov, Amizael Gomes da Silva e Francisco Foot Hardman.

Por fim, verificamos que nas reconstruções político-culturais, de cunho literário, é importante tomar as motivações econômicas (no caso, tínhamos o tema da borracha e da ocupação da Amazônia) e o seu correlato político-jurídico que é o monitoramento pelos Estados dos processos de perturbação da ordem interna culturalista das regiões distantes da centralidade da Colonização pela Metrópole. Neste sentido, o índio Diaruí é vítima, no mesmo sentido em que se viu alijado da situação de indianidade, e é beneficiário, como “Mister Pitt”, ao ser protegido e tratado no Hospital da Candelária, nosocômio construído para favorecer o avanço das tropas de construtores da Ferrovia do

Diabo. E é neste sentido que o capítulo próximo ao final revelou “o triste fim de um Guerreiro”, fazendo-se, no episódio da amputação das suas pernas, uma após a outra, uma verdadeira amputação cultural da inteireza da tribo e da completude dos karipuna.

As referências empregadas poderiam ser mais numerosas, porém bastaram essas que nos concederam as premissas para abordagem dos assuntos que cercam a História rondoniana, até o momento, e a narração literária que a utiliza como motivação. Com os anexos, algumas das centenas de fotografias disponíveis na internet, procuramos ilustrar a realidade de fato, encontrada tanto na vida do índio das pernas amputadas (ele surge com a primeira perna amputada, inicialmente, no acidente com a mordida de cobra) como na História, segundo a descrição do fotógrafo oficial da empreitada, Dana de Merrill –e daí somente poderíamos tirar outra boa dezena de referenciais elucidadores da identidade diferenciada da Rondônia que se construiu no entorno da Madeira–Mamoré.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. “Iracema.” *In: Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1995.
- _____. **O Guarani**. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- ALENCASTRO, L. F. de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADA E SILVA, J. B. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ANDRADE, M. **A Esfinge do III Milênio**. Manaus: Metro Cúbico, Suframa, 1983.
- ANDRADE, Carlos Drummond de (1967). “Pranto Geral dos Índios”. *In: José & Outros: Poesia*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 79-80.
- ANTONAZ, Diana. **Relevância Antropológica das “Situações Limite” – Programa de Curso**. Belém: PCS/UFGA, 2004 (mimeo), p. 1.
- BARBOSA, Luis Bueno Horta. **A Pacificação dos Kaingang paulistas**. Brasília: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1947.
- BATISTA, D. **Amazônia, cultura e sociedade**. Coleção Poranduba. Manaus: Valer, 2002.
- BELLEI, Sergio Luiz Prado. **Monstros, Índios e Canibais**. Editora Insular. 2010
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/publicações>.
- CALADO, Antônio. **A expedição Montaigne**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral & Tradição escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El-rei D. Manuel**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1974.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e gentes do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1980.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. - **Os Direitos do Índio, Ensaio e Documentos**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987 (Org.) - Legislação Indigenista no Século XIX. São Paulo: EdUSP, 1992.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- CRUZ, Oswaldo. **Madeira–Mamoré Railways Company: Considerações gerais sobre as condições sanitárias de rio Madeira**. Rio de Janeiro, 1913.
- _____. **Considerações gerais sobre as Condições Sanitárias do rio Madeira**. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910.
- _____. Sobre o Saneamento da Amazônia. Manaus: Philipe Daou, 1972.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 20 ed. rev. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

- CUNHA, M. C. “Política indigenista no século XIX.” In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- CUNHA, Rubelise da. **Deslocamentos: o entre-lugar do indígena na literatura brasileira do Século XX**. P: Portuguese Cultural Studies. Vol. 1. Spring 2007.
- CUNHA, Rubelise da; GOLDEMBERG, Deborah. **Literatura indígena contemporânea: O Encontro das formas e dos conteúdos na poesia e prosa do I Sarau das poéticas indígenas**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 117-148, 2010.
- DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. **O Sujeito diferenciado: a noção de pessoa indígena no direito brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: CD/UFPR, 1999. Letras, 2007.
- EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL: **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas / sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Vol. 8.
- FALKENBURGER, Kurt. **As botas do diabo**. São Paulo: IBRASA, 1971.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- FLORES, Lucio Paiva. **Adoradores do sol: reflexões sobre a religiosidade indígena**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- FONSECA, Dante. **Revista Veredas Amazônicas**. Porto Velho. N.º 01, Vol. I, Set. 2011.
- FONTES, Benamour. “Relatórios ao SPI, Museu do Índio (RJ)”. 1976/1978. In: **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho: SEDAM, 2001.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon: A Construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abravideo, 2009.
- FREIRE, José Ribamar Bessa & LIBÂNIO, Pedro. **Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. “Nossas falas duras!: discurso político e auto-representação Waiãpi.” In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: UNESP, 2002, 347-367.
- GALEANO, Eduardo (1971). **Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GAULD, Charles. **Farquhar - O Último Titã. Um Empreendedor Americano na América Latina**. São Paulo. Editora Cultura, 2006.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil. Ensaio sobre o holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a Modernidade na selva**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- HEMMING, John. **Fronteira Amazônica: A derrota dos índios Brasileiros**. Tradução Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- JEKUPÉ, Olívio. **Literatura escrita pelos povos indígenas**. São Paulo: Scortecci, 2009.
- MENDES JÚNIOR, João. *In: Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos*. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1912, 58-60.
- LOBATO FILHO, João B. **Avançai para o Jamari! A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira**. Rio de Janeiro: S&E, 1957, 39.
- MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: Medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MALHEIRO, A. M. P. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social**. 3 v. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães Editora, 1972. (A primeira edição de 1879).
- MATTOSO, José. **História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: ed Estampa, 1998.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1980, 31.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MONTAIGNE, Michel. “Dos canibais.” *In: Ensaios*. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MONTEIRO, J. **O escravo índio, esse desconhecido**. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) *Índios do Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras 1994, 42.
- MOTA, C. G.; NOVAIS, F. A. **A independência política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OCTAVIO, R. **Os selvagens americanos perante o direito**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. **Pregando a toda criatura: Antônio Vieira e a sementeira no Mundo Novo**. In: JOBIM, José Luís; PELOSO, Silvano (Orgs.) *Descobrimo o Brasil: sentidos da literatura e da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 29-50.
- POSEY, Darrell A. “Etnobiologia: teoria e prática.” *In: RIBEIRO, Berta (Org.). Uma Etnológica Brasileira 1 – Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes/Finep. 1987, 15-24.
- POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global, 2004.
- RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1986, 13 e ss.

- REIS, A. C. F. **O homem e a natureza na Amazônia**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Schwarcz, 1995.
- _____. **Maíra**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. **Diários índios**. Os Urubus-Kapor. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- ROCHA, Júlio César Barreto. **Análise Intercultural de Argumentos**. Santiago de Compostela: Editora da Universidade de Santiago de Compostela, 2003.
- _____. **Pressupostos a uma Filologia Política**. Porto Velho, Edufro, 2013
- ROOSEVELT, A., **Resource management in Amazonia before the Conquest: Beyond ethnographic projection. Advances in Economic Botany**, 1988, 30-62.
- SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. Das Letras, (1978).
- SANTOS FILHO, Roberto Lemos dos. **Apontamentos sobre o direito indigenista**. Curitiba: Juruá, 2006.
- SCHWEICKARDT, Júlio Cesar & LIMA, Nísia Trindade. “Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913)”. In: **História das Ciências da Saúde: Manguinhos**. Vol.14. Rio de Janeiro, Dez 2007.
- SILVA, Antônio Cândido da. **Diaruí**. Salto: Schoba, 2010.
- _____. **Enganos da nossa História**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- SILVA, José Justino de Andrade e, “Collecção Chronologica da Legislação Portugueza –1603-1612”. In: **Revista Ius Lusitaniae**. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, 271-273.
- SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo. Brasiliense.
- SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues & FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana, 2003.
- THOMAS, Wolferstan. **The sanitary conditions and diseases prevailing in Manaos, North Brazil, 1905-1909, with plan of Manaos and chart**. Fifteenth Expedition of the Liverpool School of Tropical Medicine. Expedition to the Amazonas, 1909. Mimeografado.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na Província de Mato Grosso**. Editora UFMS. Campo Grande. 1999.
- VIEIRA, Antônio. **Cartas do Brasil**. HANSEN, Adolfo (Org.). São Paulo: Hedra, 2003.

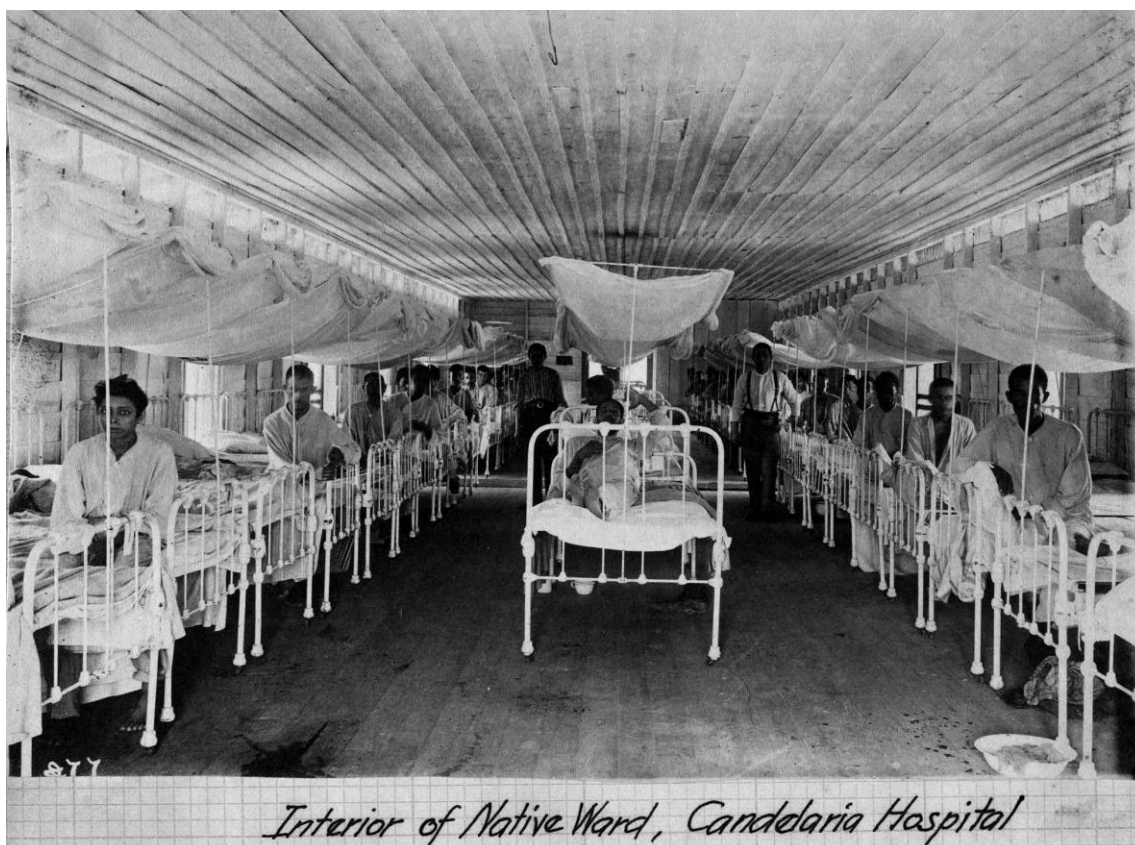
ANEXOS



Índio Karipuna em recuperação da amputação



Internos de uma das Enfermarias



Interior of Native Ward, Candelaria Hospital

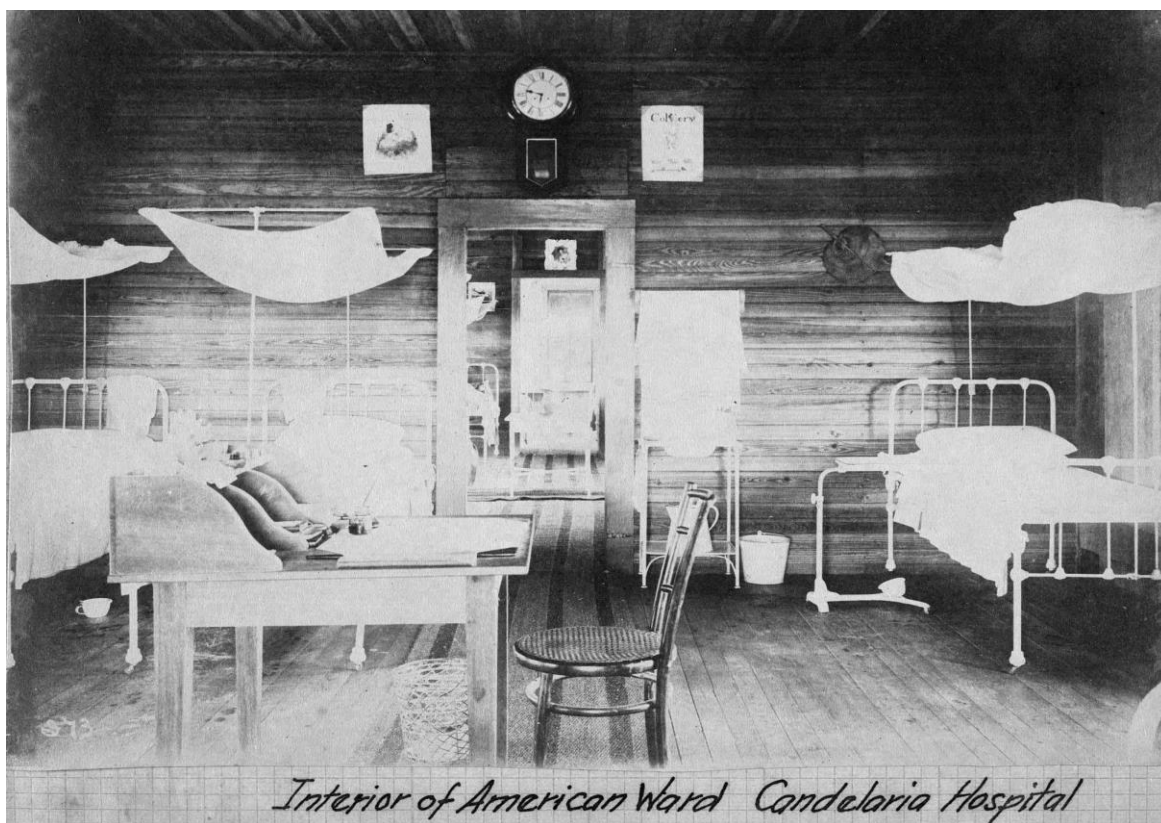
Doentes



Panorama do Hospital da Candelária



Vista externa da Sala de Cirurgia



Consultório Médico



Foundation for Engineer's quarters

Pilares de prédio da EFMM



Grave Yard. Candelaria

1.435.907

Necrópole da Candelária